

II ENCONTRO DE SÃO LÁZARO



João Carlos Salles
Antonio Marcos Chaves
(Editores)

II ENCONTRO DE SÃO LÁZARO

LIVRO DE RESUMOS E PROGRAMAÇÃO

- Salvador, 2011 -

Copyright © 2011, Quarteto Editora

As opiniões expressas nos resumos são de inteira responsabilidade de seus autores.

Salvo pela correção de problemas mais evidentes de digitação, os resumos foram editados tal como submetidos pelos autores.

Equipe técnica de realização do livro: Josias Almeida Jr. e Serafim Nossa.

II Encontro de São Lázaro (1.: 2011: Salvador, BA).

E56 II Encontro de São Lázaro: resumos e programação / Editores: João Carlos Salles e Antonio Marcos Chaves. - Salvador: Quarteto, 2011.
336p.

ISBN: 978-85-8005-022-6

1. Produção científica - Resumos. I. Salles, João Carlos II. Chaves, Antonio Marcos.

CDD - 300.1

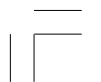
Todos os direitos desta edição reservados à:

Quarteto Editora

Av. Antonio Carlos Magalhães, 3213
Edf. Golden Plaza, sala 702 e 1009 – Iguatemi
41275-000 – Salvador – Bahia
Telefax: (71) 3452.0210 – Telefone: (71) 3353.5364
E-mail: quarteto.livros@compos.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	7
Programação das Conferências Plenárias	9
Programação	13
Ementas dos mini-cursos	73
Resumos	79
Índice remissivo.....	331



Apresentação

Por iniciativa da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e em estreita parceria com o Instituto de Psicologia, realiza-se, de **13 a 17 de junho de 2011, o II Encontro de São Lázaro**. Dando prosseguimento ao Encontro anterior, realizado em março de 2010, este evento tem dois importantes traços distintivos. Em primeiro lugar, comemoramos com ele, especialmente, os 70 anos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, a cuja história (e também na atualidade) associa-se de forma essencial o Instituto de Psicologia. Em segundo lugar, à diferença do primeiro Encontro, abrigamos agora também trabalhos de estudantes de graduação, o que certamente explicita ainda mais nossa condição peculiar de grande espaço acadêmico de pesquisa no interior da UFBA.

Com efeito, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e o Instituto de Psicologia da UFBA são um pólo regional para a pesquisa de qualidade na área de humanas. Contamos assim com sete programas de pós-graduação, todos eles com mestrado e doutorado, e o Departamento de Museologia da FFCH também caminha para construir um programa de pós-graduação. Além disso, nossos pesquisadores têm mantido fortes e freqüentes laços com o Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, de sorte que as pesquisas deste têm um lugar natural em nosso Encontro.

Em função da expressiva produção dos docentes e discentes de São Lázaro, são fortes nossos laços com pesquisadores de todo país. Trata-se, pois, de uma produção rica e de referência, que deve ser divulgada amplamente e, mais ainda, deve encontrar-se e interagir. Não por acaso, perto de 450 pesquisadores atenderam à nossa convocação para apresentação de trabalhos, compondo um painel rico e diversificado.

Os trabalhos selecionados são relativos às seguintes áreas: antropologia; ciências sociais; ensino, filosofia e história das

ciências; estudos étnicos e africanos; estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo; filosofia; história; museologia; psicologia; serviço social. E, durante o Encontro, serão apresentados na forma de comunicações e palestras, sendo também organizadas mesas redondas, além das conferências plenárias, que serão proferidas por pesquisadores de referência para nossas pesquisas. Complementando enfim esse amplo painel, no qual podemos bem nos reconhecer, serão oferecidos vários minicursos, que certamente também expressam trabalhos de qualidade desenvolvidos em São Lázaro e favorecem uma integração ainda maior entre a pós-graduação e os alunos de graduação.

Sejam, pois, todos bem-vindos a nosso II Encontro!

Programação das Conferências Plenárias

Local: Salão Nobre da Reitoria da UFBA

Segunda-feira, 13 de junho

18:30 horas – Conferência de **István Mészáros**, CRISE ESTRUTURAL NECESSITA DE MUDANÇA ESTRUTURAL.

Terça-feira, 14 de junho

18:30 horas – Conferência de **Oswaldo Giacoia Júnior**, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – *POR PROFUNDIDADE!*

Quarta-feira, 15 de junho

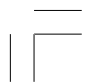
18:30 horas – Conferência de **Ricardo Antunes**, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?

Quinta-feira, 16 de junho

18:30 horas – Conferência de **Sidney Chalhoub**, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Sexta-feira, 17 de junho

10:30 horas – Conferência de **Francisco de Oliveira**, POLÍTICA E ECONOMIA SOB A HEGEMONIA ÀS AVESSAS.



Programação dos Minicursos

Local: Pavilhão de Aulas em São Lázaro (Prof. Thales de Azevedo)

Atualidades da prática arqueológica no Brasil (Sala 1)

Docente: Carlos Etchevarne (coordenador), Albérico Queiroz, Carlos Xavier, Gilson Rambelli e Marina Cavicchioli.

Aspectos centrais da operação com técnicas quantitativas (Sala 2)

Docentes: Clovis Roberto Zimmermann e Luiz Cláudio Lourenço.

Eleições e comportamento eleitoral (Sala 3)

Docente: Maria Salete Souza de Amorim.

Patrimônio Cultural como ferramenta pedagógica para Inclusão Social (Sala 4)

Docentes: Heloísa Helena Costa (coordenadora), Jane Palma, Paula Andrade Coutinho e Irene Santino.

Análise de Políticas Públicas (Sala 5)

Docentes: Alvino Oliveira Sanches Filho e Valdemar Ferreira A. Filho.

Estudos Feministas e de Gênero na contemporaneidade (Sala 6)

Docentes: Márcia dos Santos Macêdo (coordenadora), Alinne L. Bonetti, Iole M. Vanin e Sílvia de Aquino.

Wittgenstein: epistemologia terapêutica ou epistemologia do uso? (Sala 7)

Docente: Arley Ramos Moreno.

Métodos e Técnicas de Investigação com Crianças (Sala 8)

Docentes: Antonio Marcos Chaves (coordenador), Juliana Prates Santana e Lia da Rocha Lordelo.

Violência de Gênero e Políticas de Enfrentamento (Sala 9)

Docentes: Cecília Sardenberg e Márcia Tavares.

Conhecimento, abstração e retorno ao fantasma em Tomás de Aquino (Sala 10)

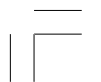
Docente: Marco Aurélio Oliveira da Silva.

A construção do objeto em Antropologia (Sala 11)

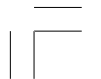
Docentes: Maria Rosário de Carvalho (coordenadora), Evandro Rabello, Suzana Moura Maia e Sarah Siqueira de Miranda.

O uso de novas tecnologias para aquisição de fontes históricas (Sala 13)

Docentes: Muniz Ferreira (coordenador), Diogo Trindade Alves de Carvalho e Thiago Barboza de Oliveira Coelho.



PROGRAMAÇÃO



Segunda-feira, 13 de junho

Segunda-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
Manhã e tarde, em São Lázaro – Inscrições e distribuição do material do Encontro	
18:30 horas, no Salão Nobre da Reitoria da UFBA:	
	– Abertura do Encontro
	– Apresentação do Madrigal da UFBA
	– Conferência de István Mészáros , CRISE ESTRUTURAL NECESSITA DE MUDANÇA ESTRUTURAL.

14 de junho – Terça-feira
AUDITÓRIO DO CRH

Terça-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Barbara Freitag. Capitais migrantes e poderes pelegrinos.
12:30	Intervalo
14:00	Mesa Joaquim Nabuco: Sérgio Paulo Rouanet. A “doença de Nabuco” reconsiderada. Marco Aurélio Nogueira. O legado de Nabuco e o Brasil atual. Maria Alice Rezende de Carvalho. Nabuco, intérprete do Brasil.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

14 de junho – Terça-feira

AUDITÓRIO 01

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Mesa: Por onde anda a Filosofia José Crisóstomo de Souza. Pragmatismo e Filosofia Analítica. Waldomiro José da Silva Filho. Filosofia Analítica e Pragmatismo.
12:30	Intervalo
14:00	Mesa A circulação internacional das noções de raça e etnicidade. Karin Alejandra Roseblatt. Cruzando fronteras con Oscar Lewis: Raza y el concepto de “cultura de la pobreza” entre Mexico y Estados Unidos. Zita Nunes. Diásporas Digitais. Claudio Furtado. Usos e abusos da mestiçagem em Cabo Verde. Livio Sansone. Lorenzo, Franklin e Melville no Gantois: a construção transnacional dos estudos afrobrasileiros e a fundação da FFCH da UFBA.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria. Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

Terça-feira

14 de junho – Terça-feira

AUDITÓRIO 02

Terça-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Mesa Cor e Ensino Superior. Paula Barreto. Desafios recentes ao fortalecimento institucional dos espaços voltados para os estudos africanos e afro-brasileiros nas instituições de ensino superior: o caso do Centro de Estudos Afro-Orientais (FFCH-UFBA), Jocélio Teles dos Santos & Luiz Chateaubriand C. dos Santos. Pai-de-santo doutor: Cor e ensino superior em terreiros baianos.
12:30	Intervalo
14:00	Mesa Políticas Públicas e Desigualdades Sociais no Brasil e América Latina. Coordenação de Maria Gabriela Hita. Exposições de John Gledhill, Inaiá Maria Moreira Carvalho e Anete Ivo.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria. Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

14 de junho – Terça-feira

SALA 01

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Atualidades da prática arqueológica no Brasil.
10:00	Intervalo
10:30	Pedro Miguel Sousa Santos. História e Teologia em Voltaire.
11:00	Marcelo de Sant'Anna Alves Primo. Considerações acerca da história em Pierre Bayle e Karl Marx.
11:30	Pedro de Souza Rodrigues Neto. Prosperidade sem Virtude: a Economia de Adam Smith
12:00	Saulo Henrique. Sobre trabalho, dinheiro e mercado em John Locke.
12:30	Intervalo
14:00	Nairis Lima. A propriedade privada em Rousseau.
14:30	Ana Erika Pires Leão. Rousseau, Moralidade e Consciência.
15:00	Israel Alexandria Costa. Pitié e Tolérance na Filosofia de Jean-Jacques Rousseau.
16:00	Genildo Ferreira da Silva. Pragmatismo Religioso em Helvetius e Rousseau.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

Terça-feira

14 de junho – Terça-feira

SALA 02

Terça-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Aspectos centrais da operação com técnicas quantitativas.
10:00	Intervalo
10:30	Maria Carolina Santana. Reconstruindo a memória de Salvador: Uma breve análise no contexto da ditadura militar (1968-1974).
11:00	Lineker Oliveira Noberto da Silva. Polop em cisão na tentativa da revolução brasileira.
11:30	Caio Fernandes Barbosa. A Ciência e a Ditadura (1964-1985): O caso da Capes.
12:00	André Jacobina. ARENA e MDB em tempos de distensão: Os primeiros resultados da frente democrática na Bahia. (1976-1979).
12:30	Intervalo
14:00	Carolina Mendonça. Deve ser regulamentada a prostituição? - debates sobre a regulamentação do meretrício na Salvador da Primeira República.
14:30	Elainne Cristina Mesquita. Relações Perigosas: Representações do cotidiano amoroso das mulheres das camadas populares de Belém (1890-1892).
15:00	Maria de Fátima A. Di Gregorio. A tese da inferioridade feminina na educação brasileira.
15:30	Leila Maria Prates Teixeira. Militantes, mulheres e mães: a importância feminina na consolidação de uma identidade negra e quilombola.
16:30	Marcelo Pereira Lima. O gênero da medievalística: é possível alterar o mainstream da História Institucional contemporânea?
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

14 de junho – Terça-feira

SALA 03

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Eleições e comportamento eleitoral.
10:00	Intervalo
10:30	Fernando de M. Lima. A questão indígena: o que diz a Constituição Federal.
11:00	Jéssica Torres Costa e Silva. 100 anos de indigenismo oficial: breve histórico da trajetória da política indigenista no Brasil.
11:30	Carlos Rafael da Silva. Censos e dados sobre a educação escolar indígena: uma reflexão sobre os levantamentos estatísticos no estado da Bahia.
12:00	Kelly Silva Prado Andrade. “... Para demonstrar que eram mais homens do que bestas...”: O Ideário indigenista e a construção do discurso de proteção fraternal. Bahia, 1911.
12:30	Intervalo
14:00	Zaylin Leydi Powell Castro. Imagens de cerimônias rituais no processo de iniciação na Santería Cubana.
14:30	Marcos Rodrigues. Breves considerações sobre o candomblé na Ilha de Maré – Salvador.
15:00	Dário R. Sales Jr. Ciranda dos Orixás: Socialização religiosa e vida cotidiana de crianças do candomblé.
15:30	Luciana de Castro Nunes Novaes. No vô das mulheres-pássaros; formação e transmissão de conhecimentos do culto de Iyami em um Candomblé contemporâneo.
16:00	Ricardo Pereira Aragão. Quando dinheiro tem diijina! - Um estudo das tensões entre entidades e adeptos num terreiro de Candomblé de Salvador.
16:30	Francesca Maria Nicoletta Bassi Arcand. O corpo para além do simbolismo? Tabus e sensibilidades entre o Povo-de-Santo
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

Terça-feira

14 de junho – Terça-feira

SALA 04

Terça-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Patrimônio Cultural como ferramenta pedagógica para Inclusão Social.
10:00	Intervalo
10:30	Paula da Luz Galvão. Família Negra e Religião: uma nova perspectiva.
11:00	Carolina Santana. O cuidado na família: significados e motivações das trocas intergeracionais.
11:30	Vania Bustamante & Cecília Anne Mc Callum. Parentesco, Gênero e Individuação no Cotidiano da Casa em um Bairro Popular de Salvador da Bahia.
12:30	Intervalo
14:00	Cláudia Santana dos Santos Moura. Relações raciais no contexto do lazer de shopping.
14:30	Pedro Alexander Cubas Hernández. As relações raciais no Brasil da pós-guerra (1920-1929).
15:00	Antonia da Silva Santos. Nações e desejos de libertação. Vozes de escravizadas no século XIX.
15:30	Sabrina Gledhill. Intelectuais, pós-abolição e antirracismo em perspectiva comparada (Brasil-EUA): pensamento social de Manuel R. Querino e Booker T. Washington.
16:00	Vera Nathália Silva de Tarso. A loucura e o crime no asilo São João de Deus, 1874-1912.
16:30	Núbia Bento Rodrigues. Nacionalidade, Racialidade e Criminalidade: Brasil, 1938.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

14 de junho – Terça-feira

SALA 05

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Análise de Políticas Públicas.
10:00	Intervalo
10:30	Jackson André da Silva Ferreira. Estes são da Caza Grogalha: Proprietários e dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, séc. XIX).
11:00	Moiseis de Oliveira Sampaio. A trajetória de um coronel negro na Chapada Diamantina.
11:30	Solon Natalicio Araujo dos Santos. Políticas e conflitos nos aldeamentos do Sertão das Jacobinas (Séc. XVIII).
12:00	Cristian Barreto de Miranda. A Rainha do Sisal: um espaço tecido pelas relações de poder.
12:30	Intervalo
14:00	Wagner Vinhas Batista. Lugar de negros: a contribuição do pensamento de Beatriz Nascimento para as ciências sociais.
14:30	Tatiana Sena dos Santos. A metáfora da conciliação em Esaú e Jacó.
15:00	Daniel Rebouças. Afinal, progredir é seu destino. Modernização urbana nas crônicas de Lulu Parola (1912-1916)
15:30	Lilian Reichert Coelho. Apontamentos comparativos sobre o uso de técnicas literárias por historiadores e jornalistas.
16:00	Andréa da Rocha Rodrigues. A historiografia da década 1930 e as interpretações culturais sobre a formação da nacionalidade brasileira: Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

Terça-feira

14 de junho – Terça-feira

SALA 06

Terça-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Estudos Feministas e de Gênero na contemporaneidade.
10:00	Intervalo
10:30	Greciane Neres do Nascimento. Estudo das pinturas rupestres com pigmentos amarelos no sítio Lagoa da Velha em Morro do Chapéu – Ba.
11:00	Samuel Lira Gordenstein. Arqueologia urbana e o estudo de rituais domésticos de inspiração africana em Salvador no fim do XIX.
11:30	Evandro Rabello. A imigração alemã em Petrópolis: tradições e atualidades.
12:00	Anamaria Morales. Europeus na Bahia da globalização: a aventura de migrar do norte para o sul global.
12:30	Intervalo
14:00	Mesa Mundos do trabalho: História e pesquisa.
	Antonio Luigi Negro. Tartarugas e Gigantes. Aspectos históricos do filme Lula, o Filho do Brasil.
	Philippe Murillo Santana de Carvalho. Trabalho, política e sociabilidade: a trajetória militante de Flaviano Moreira nas agremiações trabalhistas do sul da Bahia (1920-1937).
	Edinaldo Antonio Oliveira Souza, Mulheres Operárias na Justiça do Trabalho: a luta pelo direito de proteção à maternidade em Comarcas do Recôncavo Baiano.
	Fernando Medeiros. Em Bebedouro ... (?) ou nos trilhos de outras histórias.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

14 de junho – Terça-feira

SALA 07

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Wittgenstein: epistemologia terapêutica ou epistemologia do uso?
10:00	Intervalo
10:30	Mesa Problematizando Metodologias de Ensino-aprendizagem em Ciências Sociais.
	Coordenação de Altino Bonfim de Oliveira Júnior, com participação de estudantes do PIBID/Sociologia.
12:30	Intervalo
14:00	Karine Limeira. Vendedores do sagrado: O cotidiano dos vendedores de produtos destinados à prática religiosa do Candomblé na cidade de Salvador.
14:30	Elisia Santos. Do Caboclo ao Espírito Santo.
15:00	Iracema Souza de Jesus. De “sacizeiro a sacerdote”: um estudo sobre o tratamento para dependentes químicos no centro de recuperação neopentecostal.
15:30	Luísa Gonçalves Saad. O discurso da Medicina na proibição da maconha: preocupações acerca da composição racial na formação de uma República exemplar.
16:00	Fabiano Cunha dos Santos. Considerações sobre políticas proibicionistas dos usos de substâncias psicoativas.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

Terça-feira

14 de junho – Terça-feira

SALA 08

Terça-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Métodos e Técnicas de Investigação com Crianças.
10:00	Intervalo
10:30	Clara Prada. Política de saúde na Colômbia: Agenda e formulação nos anos 90.
11:00	Danilo Uzêda. Democracia e Desenvolvimento Territorial: um estudo da política pública de desenvolvimento territorial na Bahia.
11:30	Sara Fadigas. Implementação do PAIF na Bahia nos governos Paulo Souto (2003-2006) e Jaques Wagner (2007-2010).
12:00	Henrique Campos de Oliveira. As políticas de transporte frente à formação da elite grapiuna na República Velha.
12:30	Intervalo
14:00	Graziella Menezes. Assédio moral no trabalho: O lucro pelo terror psicológico.
14:30	Andre Luiz Souza Aguiar. O assédio moral organizacional e a precarização das relações de trabalho
15:00	Lana Bleicher. Quando o assalariamento se dá em um contexto flexível: o trabalho “em percentagem” do dentista.
15:30	Luiz Paulo Jesus de Oliveira. Jovens e os sentidos do trabalho: o que dizem os jovens trabalhadores da cidade de Salvador.
16:00	Zilmar Alverita da Silva. Reestruturação produtiva no setor calçadista de Ipirá: mulheres e jovens em foco.
16:30	Carla Liane Nascimento dos Santos. Sociabilidades itinerantes dos trabalhadores ambulantes em Salvador-Bahia: um percurso de “desqualificação social”?
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

14 de junho – Terça-feira

SALA 09

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Violência de Gênero e Políticas de Enfrentamento.
10:00	Intervalo
10:30	Paulo Henrique Carvalho e Silva. A importância de se tornar visível: o mapeamento das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas no Estado da Bahia.
11:00	Laura Gomes Nascimento. Quilombos urbanos e rurais: Relações, continuidades e semelhanças.
11:30	Cintia Beatriz Muller. Povos Tradicionais e a apropriação do espaço urbano: é possível um quilombo na cidade?
12:30	Intervalo
14:00	José Rubens Monteiro Teixeira. O consenso da guerra de incentivos e os incentivos da guerra: O Complexo industrial da Ford na Bahia
14:30	Fabiano Brito dos Santos. Anatel: regulamentação desregulada?
15:00	Maria Ivanilde Ferreira Nobre. O pioneirismo baiano em políticas patrimoniais
15:30	Frederico Lisboa Romão. Pré-sal, royalties e fundo soberano: Desafios e controle social
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

Terça-feira

14 de junho – Terça-feira

SALA 10

Terça-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Conhecimento, abstração e retorno ao fantasma em Tomás de Aquino.
10:00	Intervalo
10:30	Hugo Prudente da Silva Pedreira. Patrimonialização do Religioso: Tombamento de Terreiros de Candomblé em Salvador.
11:00	Maria Roseniura de Oliveira Santos. Ebós e oferendas afro-religiosas e criminalização pela aplicação da legislação ambiental: razoabilidade ou racismo institucional?
11:30	Eliane Pinheiro & Patrícia Lemos Mota. Das hostilidades cotidianas às invasões dos terreiros de candomblé: um retrato da intolerância religiosa na Bahia.
12:30	Intervalo
14:00	Mariana Ellen Santos Seixas. Relatos da realidade religiosa da Bahia em correspondências católicas e protestantes.
14:30	Rebeca Vivas. Entre Zelosos Coadjuutores, Inimigos do Estado: a evolução da política de ordenamento das congregações religiosas masculinas durante o episcopado de D. José Botelho de Mattos na Bahia (1741-1759).
15:00	Iane Dias Cunha. Os tributos da fé: arrecadação e administração dos dízimos eclesíásticos na Bahia seiscentista.
15:30	Leonardo Coutinho de Carvalho Rangel. Espelho da austeridade: notas sobre o ascetismo no Portugal da Reforma Católica (1564-1652),
16:00	Edilece Souza Couto. Colégio Antônio Vieira (1911-2011): retorno dos jesuítas, a pedagogia inaciana e a reestruturação Companhia de Jesus no Brasil.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

14 de junho – Terça-feira

SALA 11

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: A construção do objeto em Antropologia.
10:00	Intervalo
10:30	Silvia Sales Medeiros. Espaços externos para brincar: o olhar das crianças através de fotos.
11:00	Sandra de Cassia Meneses Silva. A re-construção da maternidade por mães na transição dos filhos para a vida adulta.
11:30	Jacira da Silva Barbosa. A deserção da paternidade: A ausência paterna em famílias de mães sozinhas.
12:00	Delma Barros Filho. Investigação acerca dos efeitos da ausência do processo de escolarização sobre o desenvolvimento cognitivo de adultos.
12:30	Intervalo
14:00	Sérgio Elísio Araújo Alves Peixoto. O conceito de rural: mudanças e ressignificações.
15:00	Lídia Cardel. Estudos fundiários e processos de territorialidade no litoral norte baiano: um estudo de caso.
16:00	Celso Antonio Favero. Trabalho e transferências públicas de renda na agricultura familiar do semi-árido do Nordeste.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

Terça-feira

14 de junho – Terça-feira

SALA 12

Terça-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Cristiane Reis Lobo. Reação Indígena à Conquista. Os Kariri-Sapuyá da porção sul do Recôncavo Baiano (1755-1898).
11:00	David Barbuda Guimarães de M. Ferreira. Os Capuchinos e o Projeto de civilização dos índios na Bahia: Discurso hegemônico, interesses, expectativas, apoios e recursos.
11:30	Renata Ferreira de Oliveira. Índios e Coronéis em Vitória da Conquista: Memórias em contraponto (1930-1945).
12:00	Sara Raquel Nacif Baiao. Os mortos de São Tomaz: Ritos funerários em um bairro rural ao sul de Santa Catarina
12:30	Intervalo
14:00	Franklin Plessmann de Carvalho. Fundos de Pasto e o reconhecimento de sua territorialidade.
14:30	Tiago Rodrigues Santos. Depois da Terra, a disputa pela mediação: Conflitos pela mediação política da luta na terra no Assentamento de Reforma Agrária Caxá - Marcionílio Souza, Bahia (1984-2010).
15:00	Ana Soraya Vilasboas Bomfim. Teleoperadores em Salvador: sujeição das emoções, doenças e constrangimentos.
15:30	Leandro Passos. A Permanência do não permanente: o teleoperador e a determinação do seu tempo de permanência em callcenters.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

14 de junho – Terça-feira

SALA 13

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: O uso de novas tecnologias para aquisição de fontes históricas.
10:00	Intervalo
10:30	Natália Soares de Oliveira. Prazer visual e Perigo político: Cinema e feminismo em Laura Mulvey e Teresa de Lauretis.
11:00	Pérola Mathias. Arnaldo Baptista e Os Mutantes: uma análise do filme Lóki.
11:30	Glauber Barreto Luna. Sepultura: Heavy Metal e a contestação.
12:00	Umeru Bahia de Azevedo. Cultura em Movimento: Estudo da ação cultural em contextos vulneráveis.
12:30	Intervalo
14:00	Denise Pereira Silva. O Teatro Vila Velha e a cultura popular nos anos 1960.
14:30	Bruno Andrade de Sampaio Neto. A face irracional da burocratização no romance O Castelo de Kafka.
15:00	Anderson Eslye Leite de Oliveira. Pichação: arte pública e resistência: Como a criação artística permite a formação de uma identidade de resistência de grupos de jovens de bairros periféricos em Salvador.
15:30	Bruno Evangelista da Silva. A Representação da Modernidade em Dziga Vertov
16:00	Valfrido Moraes Neto. A Rede Aiyê Hip Hop e suas interconexões sócio-culturais.
16:30	Antônio da Silva Câmara. Cinema documentário e emancipação social na América Latina.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

Terça-feira

14 de junho – Terça-feira

SALA 14

Terça-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Mesa Diálogos com a cultura popular.
	Soleni Biscouto Fressato. Cultura popular: reflexões sobre um conceito complexo.
	Catarina Cerqueira de Freitas Santos. Tradição e espetáculo nas quadrilhas juninas de Salvador.
	Natã Silva Vieira. Cultura de vaqueiro: o sertão e a música dos vaqueiros nordestinos,
12:30	Intervalo
14:00	Lucas Carwile. A casa caiu? Uma análise do discurso da violência no Se liga Bocão.
14:30	Renata da Silva Moreira. A sociedade civil na cobertura da Folha de S. Paulo no caso Mensalão do Democratas em Brasília.
15:00	Rosana dos Santos Silva. “Fiscalizar é tudo, vamos viver em cima dessa tecla”: etnografando o processo de implementação de um programa de habitação popular.
15:30	Lília de Souza. Cultura política: anotações sobre o conceito e os casos brasileiro e baiano.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

14 de junho – Terça-feira

SALA 15

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Edineide de Jesus Santos. O caráter paradoxal da presença de Lutero no pensamento de Ludwig Feuerbach.
11:00	José Portugal dos Santos Ramos. A Dióptrica de Descartes.
11:30	Luis Marcelo Rusmando. Multiplicidade de Atributos e Monismo em Espinosa.
12:00	Roberto Rivelino Evangelista da Silva. A teodicéia de Leibniz .
12:30	Intervalo
14:00	André Pedreira. Comentários do capítulo XXVIII dos Paralipomena de Schopenhauer.
14:30	José Clerison Santos Alves. O conhecimento intuitivo e o conhecimento abstrato em Schopenhauer.
15:00	Carine Rodrigues Correia Silva. Retórica em Nietzsche.
15:30	Márcio José Silveira Lima. Nietzsche: genealogia como história.
16:30	André Luís Mota Itaparica. Notas sobre a questão da subjetividade em Nietzsche (Comentário de Além do bem e do mal, §54).
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

Terça-feira

14 de junho – Terça-feira

SALA 16

Terça-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Mariana Puridade Marques da Silva. Programa Integrado de Enfrentamento à Violência para o bairro do Beirú: demarcando as perspectivas de gênero e étnico-racial.
11:00	Alessandra Buarque de Araujo Silva. O hiato do direito dentro do direito: os excluídos do BPC.
11:30	Ferdinando Santos de Melo. A regulamentação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: as inter-relações entre as modalidades do Projovem e os novos olhares sobre a juventude brasileira.
12:00	Moniele Nunes. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC): avanços e desafios.
12:30	Intervalo
14:00	Erica Vieira de Almeida. O programa bolsa-família e o enfrentamento da pobreza: uma análise a partir da sua implementação no município de Campos/RJ.
15:00	Márcia Santana Tavares. (Re)configurações familiares no cenário contemporâneo: por que discuti-las com alunás (os) de Serviço Social?
16:00	Rosângela Marques dos Santos. Controle social e participação: as ações do MOPS/SE (1989-2008).
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Oswaldo Giacoia Júnior, ESSES GREGOS ERAM SUPERFICIAIS – POR PROFUNDIDADE!

15 de junho – Quarta-feira

AUDITÓRIO DO CRH

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Mesa Políticas Públicas e Competição Eleitoral em Estados Brasileiros. Alvino Sanches. Conexão estadual, geografia do voto e coalizões eleitorais no federalismo brasileiro. Paulo Fábio Dantas Neto. Competição política na Bahia após as eleições estaduais de 2010.
12:30	Intervalo
14:00	Mesa Leituras da Crise Luiz Antonio Mattos Filgueiras. Marx e Keynes: estado e crises do capitalismo. Maria da Graça Druck de Faria. Trabalho, Precarização e Resistências. Mauro Castelo Branco de Moura. Leituras da Crise. Muniz Gonçalves Ferreira. Leituras da Crise.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria. Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?

Quarta-feira

15 de junho – Quarta-feira

AUDITÓRIO 01

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Mesa Milton Santos Exposições de Márcio Cataia, Maria Auxiliadora Silva e Clímaco Dias.
12:30	Intervalo
14:00	Painel Dicionário sobre Desenvolvimento e Questão Social. Anete B. L. Ivo, Ângela Borges, Cristiana de Almeida Bastos, Denise Vitale, Elsa S. Kraychete, Stella Senes, Marina Rute Pacheco & Maria Auxiliadora Alencar.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria. Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?

Quarta-feira

15 de junho – Quarta-feira

AUDITÓRIO 02

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Cristiane Gottschalk. Ensino e Conhecimento: Reflexões a partir do segundo Wittgenstein.
12:30	Intervalo
14:00	Mesa Experiências museológicas
	Afranio Mario Simões Filho. Museologia urbana e arte educação – pressupostos teóricos e métodos que se complementam.
	Heloisa Helena Costa. A história da Bahia representada nos museus de Salvador.
	Joseania Miranda Freitas. Ações Afirmativas Museológicas no Museu Afro-Brasileiro da UFBA.
	Marcelo Nascimento Cunha. Pesquisa e formação acadêmica no Museu Afro-Brasileiro.
	Marina Regis Cavicchioli. Os Museus Históricos e a Construção do Passado.
	Suely Moraes Cerávolo. Fluxos do discurso preservacionista na Bahia: estudo de coleções e museus (século XIX e XX).
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?

Quarta-feira

15 de junho – Quarta-feira

SALA 01

Quarta-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Atualidades da prática arqueológica no Brasil.
10:00	Intervalo
10:30	Juan Erle Cunha de Oliveira. A argumentação ad hominem em Chaïm Perelman.
11:00	Maurício Cavalcante Rios. Racionalidade da mudança de crença científica.
11:30	Frederik Moreira dos Santos. Um olhar sobre o milagre da adequação da linguagem matemática à formulação das leis físicas.
12:00	Wanderley Vitorino da Silva Filho. Estado Sólido no Brasil: o Caso do Físico Costa Ribeiro
12:30	Intervalo
14:00	Selma Cristina Silva. Notas sobre a construção sociológica do objeto sindical.
14:30	Camila de Souza Marques Silva. Petrobrás e operários petroleiros: o antagonismo e a conciliação de classe. Hegemonia, resistência e consciência de classe dos operários petroleiros.
15:00	Andrea Oliveira D’Almeida. Educação e trabalho no contexto da acumulação flevível: breves considerações.
15:30	Jarbas de Almeida Barbosa. A terceirização sob as perspectivas acadêmica, jurídica e política: um exercício interdisciplinar.
16:00	Luis Augusto Lopes. Qualificação profissional e reestruturação produtiva.
16:30	Mariangela Moreira Nascimento. A Pós-Modernidade e o Mundo do Trabalho.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.

Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?

15 de junho – Quarta-feira

SALA 02

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Aspectos centrais da operação com técnicas quantitativas.
10:00	Intervalo
10:30	Flávio Santos do Nascimento. Escravidão e Irmandade: estudo de caso.
11:00	Mariana Almeida Assunção. O tráfico interno e seus agentes: vendedores, compradores e procuradores do comércio de escravos no Ceará em anos de seca.
11:30	Napoliana Pereira Santana. Família e micro-economia escrava no sertão do São Francisco (Urubu, 1840-1880).
12:00	José Pereira de Santana Neto. Libertandos, senhores, abolicionistas e os embates com as juntas classificadoras: A alforria pelo Fundo de Emancipação na Bahia (1871-1888).
12:30	Intervalo
14:00	Rafael Caldas Barros Peixoto. Celebrando o Festejar Junino pela Guerra de Espadas na Cidade de Cruz das Almas - Ba: Uma Relevância da Cultura, Memória, Simbolismo e seu Processo de Turistificação.
14:30	Rosa Amelia Fortes Garcia Lorenzo. Como se sustenta o turismo insustentável em Porto de Sauípe- BA
15:00	Francisco Brito. A implementação das formas alternativas de turismo: suas potencialidades e problemas na Chapada Diamantina
16:00	Elane Correia. Saberes dos povos da floresta, alternativa à hegemonia da monocultura científica.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?	

Quarta-feira

15 de junho – Quarta-feira

SALA 03

Quarta-feira

HORÁRIO

ATIVIDADES

8:00 **Minicurso:** Eleições e comportamento eleitoral.

10:00 Intervalo

10:30 Joaci de Souza Cunha. J. J. Seabra: legitimação social e declínio político.

11:00 Raquel Oliveira Silva, O PCB e os Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1946).

11:30 Carlos Zacarias F. de Sena Júnior. Por uma história política dos partidos e movimentos de esquerda na Bahia no século XX.

12:30 Intervalo

14:00 Mesa **Questões à Teoria Sociológica Clássica.**

Érico Mineiro. Práxis Metodológicas Clássicas Sob Perspectiva: um olhar panorâmico sobre Durkheim, Weber e Marx.

Claudio Roberto dos Santos de Almeida. Alguns aspectos epistemológicos dos pensamentos de Karl Marx e Émile Durkheim.

Rubenilda Sodré dos Santos. A importância da produ o da ciência na perspectiva da modernidade: posic es e controvérsias clássicas no campo da sociologia.

Rosanita Baptista. Questões epistemológicas e metodológicas na Sociologia Interpretativa de Max Weber.

17:30 Intervalo

18:30 Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.

Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?

15 de junho – Quarta-feira

SALA 04

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Patrimônio Cultural como ferramenta pedagógica para Inclusão Social.
10:00	Intervalo
10:30	Helen Catalina Ubinger. Os Tupinambá da Serra do Padeiro: canais espirituais na luta pela terra.
11:00	Fabio Macêdo Velame. Arquitetura Indígena Pataxós: A Construção da Imagem do Jardim do Éden em Porto Seguro, Bahia.
11:30	Cecília Anne Mc Callum. Recriando o Iluminismo na Amazônia: Um golpe mortal para a pessoa cumulativa e o multinaturalismo Huni Kuin (Kaxinawá)?
12:30	Intervalo
14:00	
	Mesa Narrativa e Memória em Psicanálise
	Suely Aires. Verdade e ficção: considerações sobre a narrativa mítica no processo analítico.
	Sergio Fernandes. Um equívoco de Freud: inferências acerca de uma lembrança da infância de Da Vinci.
	Carlota Ibertis. Memória e narrativa nos “Estudos sobre a histeria” de Freud.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?

Quarta-feira

15 de junho – Quarta-feira

SALA 05

Quarta-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Análise de Políticas Públicas.
10:00	Intervalo
10:30	Laiz Fraga Dantas. O projeto habermasiano para um Materialismo Histórico renovado.
11:00	Ilca Santos de Menezes. O conceito de opinião pública em Jürgen Habermas.
11:30	Mônica Maria C. L. Cravo. Kant e a determinação da propriedade.
12:00	Guilherme Fernandes Ramos da Silva. A articulação da vontade com a personalidade moral e o imperativo categórico na Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant.
12:30	Intervalo
14:00	Waneska Cunha dos Anjos. Agenda Governamental e Movimento Negro na Bahia.
14:30	Elisa Rodrigues Silva. Literatura infantil afro-brasileira.
15:00	Francineide Palmeira. Escritoras afro-latinas: Brasil e Colômbia.
15:30	Jorge Augusto de Jesus Silva. A Formação do Campo da Literatura Afrobrasileira.
16:00	Rosângela Fonseca do Nascimento. Representações do negro em Sortilégio II: Teatro negro e Abdias do Nascimento.
16:30	Francisco José Araujo. A política vista pela cultura: Oliveira Viana.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?

15 de junho – Quarta-feira

SALA 06

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Estudos Feministas e de Gênero na contemporaneidade.
10:00	Intervalo
10:30	Denise Magalhães. A referência a si da presença como ser-no-mundo em Heidegger.
11:00	Laurênio Leite Sombra. Tempo e espaço em Heidegger: Marcas de uma trajetória.
11:30	Acylene Maria Cabral Ferreira. Mundanidade e diferença ontológica.
12:30	Intervalo
14:00	Ângelo Gonçalves. Considerações sobre o aprender filosofia.
15:00	Wilson Correia. Conservadorismo em educação.
16:00	Lucia Fernandes Lobato & José Antonio Saja. A função do Improvável: Novos tempos, novas presenças, novos saberes.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?	

Quarta-feira

15 de junho – Quarta-feira

SALA 07

Quarta-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Wittgenstein: epistemologia terapêutica ou epistemologia do uso?
10:00	Intervalo
10:30	Paulo Giovani Lins da Silva. O conceito de violência de Hannah Arendt em Sobre A Violência.
11:00	Diego Palmeira da Silva. Peter Singer e sua proposta de igualdade entre nós animais.
11:30	Thiago Magalhães da Silva. Norma jurídica e razão judicativa.
12:00	Serafim da Silva Nossa Junior. A noção de princípio moral em Moritz Schlick.
12:30	Intervalo
14:00	Rafael de Aguiar Arantes. Da segregação ao Isolamento: da cidade partida às cidades dentro da cidade.
14:30	Yang Borges Chung. Conexões entre o passado e o presente para a compreensão do papel da burguesia brasileira na atualidade
15:00	Jair Batista da Silva. Classe, cidadania e reconhecimento no debate contemporâneo.
16:00	Iracema Brandão Guimarães. Periferias e Territórios Localizados no Contexto Urbano.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?

15 de junho – Quarta-feira

SALA 08

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Métodos e Técnicas de Investigação com Crianças.
10:00	Intervalo
10:30	Arina Vital. Os poderes estéticos da música em O Nascimento da Tragédia, de Nietzsche.
11:00	Mariana Lins. Metafísica do suicídio n'Os demônios de Dostoiévski.
11:30	Sílvia Faustino de Assis Saes. Filosofia e poesia no projeto romântico de Friedrich Schlegel.
12:30	Intervalo
14:00	José João Neves Barbosa Vicente. O confronto com o novo.
15:00	Nancy Mangabeira Unger. O homem dentro do homem: livro IX da República.
16:00	Luciene Lages Silva. O estatuto do leão na República Platônica.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?	

Quarta-feira

15 de junho – Quarta-feira

SALA 09

Quarta-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Violência de Gênero e Políticas de Enfrentamento.
10:00	Intervalo
10:30	Giselle Cristina dos Anjos Santos. Mulheres Negras em Cuba (1959-2009).
11:00	Luciene Assunção. A transversalidade de gênero em Organização Não Governamental.
11:30	Alda Britto da Motta. Mulheres “entre dois fogos”: o cuidado dos velhos e a reprodução dos jovens.
12:30	Intervalo
14:00	Alexnaldo Teixeira Rodrigues. O Valor das Emoções para a Ética: uma discussão a partir das bases epistemológicas feministas.
14:30	Dalila Carla dos Santos. O cinema brasileiro contemporâneo e o pensamento político feminista na pós-modernidade.
15:00	Carla Gisele Batista. Movimentos feministas e ações em defesa da legalização do aborto.
15:30	Gilberta Santos Soares. O feminismo revisitado: a crítica a heterossexualidade obrigatória.
16:00	Janaina de Oliveira Menezes. Vigiai e lutai. Atualidades na questão do feminismo: alguns aspectos comunicativos e educacionais.
16:30	Cecília Sardenberg. Caminhos de ida e volta do local ao global: os feminismos brasileiros nos espaços da ONU.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?

15 de junho – Quarta-feira

SALA 10

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Conhecimento, abstração e retorno ao fantasma em Tomás de Aquino.
10:00	Intervalo
10:30	Adriana Correia de Jesus. Cuidado de mulheres grávidas e bebês no âmbito do parentesco em um bairro de baixa renda de Salvador: um estudo etnográfico.
11:00	Aline Guimarães Couto & Lia da Rocha Lordelo. Práticas do psicólogo social-comunitário em Salvador, Bahia
11:30	Fábio Nieto Lopez & Denise Coutinho. Reflexões Epistêmicas em Psicologia do Desenvolvimento no Brasil.
12:30	Intervalo
14:00	Taiane Mara De Filippo. A escuta clínica: a ruptura da Psicologia com a Medicina.
15:00	Wilson Maranhão Sampaio. Possíveis contribuições da literatura para a escuta clínica de jovens psicoterapeutas.
16:00	Denise Coutinho, Naomar de Almeida Filho, André Santana de Mattos & Pedro Andrade das Virgens. Ensino da psicanálise na universidade. Revisão da literatura sobre o assunto no Brasil.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?	

Quarta-feira

15 de junho – Quarta-feira

SALA 11

Quarta-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: A construção do objeto em Antropologia.
10:00	Intervalo
10:30	Nayara Borges Reis. A expressão e o mundo sensível em Merleau-Ponty .
11:00	Geovana Monteiro. Corpo e percepção em Matéria e Memória.
11:30	Lourenço Leite. O tempo e a melancolia da alteridade.
12:30	Intervalo
14:00	Jessé Santana de Menezes. As diversas formas de sociabilidade praticadas entre os integrantes da Torcida Os Imbatíveis
14:30	Fredson Oliveira Carneiro. A litigiosidade social e a judicialização dos conflitos.
15:00	Misael Sousa. Limites e Possibilidades da Integração Policial: um estudo de caso.
15:30	Pedro de Oliveira Júnior. Dor, luta e sofrimento: a busca por justiça entre familiares de vítimas de homicídios.
16:00	Priscila Rosa Bomfim Guimarães. Método Apac como uma alternativa no cumprimento da pena privativa de liberdade
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?

15 de junho – Quarta-feira

SALA 13

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: O uso de novas tecnologias para aquisição de fontes históricas.
10:00	Intervalo
10:30	Diego Moraes Guimarães. Entre sexualidade e verdade: uma abordagem crítica em Michel Foucault.
11:00	Marcos Vinícius Paim da Silva. Nota a uma aproximação: Marx e Foucault.
11:30	Ricardo Calheiros Pereira. Nietzsche e Foucault.
12:30	Intervalo
14:00	Bruno Da Mata. Ciência, Contingência e Necessidade no Tractatus.
14:30	Danilo Hoth Cerqueira. A Filosofia da Psicologia de Wittgenstein.
15:00	Wagner Teles. Pensamento e estados mentais em Wittgenstein.
15:30	Valerio Hillesheim. A Certeza e as Formas de Vida.
16:00	Paulo Margutti. Cora Diamond jogando fora a escada: uma ilustração de como o Tractatus não deve ser lido.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?	

Quarta-feira

15 de junho – Quarta-feira

SALA 14

Quarta-feira

HORÁRIO

ATIVIDADES

10:30 Mesa **A dialética da relação cinema-história (parte I).**

Jorge Nóvoa. O cientista social e o filme: a dialética entre o cinema e os processos sociais.

Manoel Santos Mota. Relações de gênero na cultura midiática contemporânea: uma abordagem do cinema, novelas e músicas.

Diogo Carvalho. Sacralização do espaço e o culto à personalidade de Stalin, durante o realismo socialista.

12:30 Intervalo

14:00 Mesa **Transversalidade e Equidade de Gênero e Raça na Política pública de Assistência Social: análise do orçamento e vontade política no município de Salvador, entre 2000-2008.**

Elisabete Aparecida Pinto, Maria Elizabeth Borges, Danielle Pereira, Soila Ribeiro, Ana Fraguas, Samara Floquet, Gislane Garcia, Cláudia Isabelle Silva, Jucilane Santos, Lais de Jesus, Milla Bagano, Rheven Silva.

17:30 Intervalo

18:30 Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.

Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?

15 de junho – Quarta-feira

SALA 15

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Tatiane Pereira Muniz. A cor da doença: representações acerca da racialização entre pesquisadores e profissionais de saúde.
11:00	Mônica Cordeiro Ximenes de Oliveira. Representações das Mães sobre Doenças Respiratórias em Crianças Na Comunidade Serviluz.
11:30	Clara Lourido. Como são feitos os humanos. Etnografia de gravidezes de risco em Salvador, BA.
12:00	Augusto Cesar Costa Cardoso & Leny Alves Bonfim Trad. Narrativas dos dentistas sobre dimensões simbólicas das práticas e na interação em equipe de saúde para a realização do trabalho no Programa Saúde da Família, do município de Salvador, Bahia.
12:30	Intervalo
14:00	Mesa Escravidão e invenção da liberdade (Parte 1) . Renato da Silveira. Religião e império luso: o caso das irmandades negras na longa duração. Fátima Pires. Escravidão e liberdade no sertão da Bahia: autos criminais e inventários. João Reis. O fator étnico na revolta dos malês, 1835.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?	

Quarta-feira

15 de junho – Quarta-feira

SALA 16

Quarta-feira

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Murilo Souza Arruda. Os Passos no Mundo: Reflexões sobre o caminhar transgressor de homossexuais.
11:00	Caio Felipe Campos Cerqueira. Movimentos LGBT: existem diálogos?
11:30	Andressa de Freitas Ribeiro. O corpo e o comportamento.
12:00	Selma Reis Magalhães. (Des)construção de estereótipos sobre a homossexualidade no ambiente escolar.
12:30	Intervalo
14:00	Lucas Silva Moreira. Corpo-limite: a estética do corpo underground no Acionismo Vienense e a ampliação da linguagem artística
14:30	Natália Lima Figueiroa. “É só fechar a boca”: Uso e desuso da cerclagem dentária para o tratamento da obesidade mórbida.
15:00	Christine Nicole Zonzon. Corpo, experiência e tradição.
15:30	Daniela Maria Amoroso. Trajeto de um corpo: reflexões sobre o conceito de transculturação.
16:30	Marieze Torres. Corpo, emoções e cognição: um dilema sociológico de difícil solução.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
Ricardo Antunes, PARA ONDE VAI O MUNDO DO TRABALHO?	

16 de junho – Quinta-feira
AUDITÓRIO DO CRH

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Alberto Cupani. Racionalidade científica: Da confiança ao questionamento.
12:30	Intervalo
14:00	Ivan Domingues. O relativismo cultural e o historicismo radical: dois desafios para as ciências humanas e a filosofia.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chalhoub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

AUDITÓRIO 01

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Mesa Povos Indígenas do Nordeste Maria Rosário Gonçalves de Carvalho. A etnologia dos povos indígenas no Nordeste. Edwin Reesink. Memórias do PINEB: os Kaimbé.
12:30	Intervalo
14:00	Mesa O Mundo do Trabalho e o Serviço Social Angela Santana do Amaral Claudia Mazzei Nogueira
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria. Sidney Chaloub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

AUDITÓRIO 02

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Mesa Trabalho e Meio Ambiente. Liana Neves Salles Nascimento. Participação sociopolítica na Política de Meio Ambiente da Bahia: o caso do licenciamento das Termoeletricas em Sapeaçu. Cícero Muniz. Trabalho e meio ambiente: reflexões exploratórias sobre a relação homem-natureza. Tânia Maria de Almeida Franco. Trabalho e meio ambiente nas sociedades contemporâneas.
12:30	Intervalo
14:00	Mesa Observatório de riscos e vulnerabilidades socioambientais da Baía de Todos os Santos. Carlos Caroso, Cintia Müller, Fábio Pedro Bandeira, Fátima Tavares e Ordep Serra.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria. Sidney Chaloub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 01

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Atualidades da prática arqueológica no Brasil.
10:00	Intervalo
10:30	Juliana Campos Maltez. Violência sexual contra crianças e adolescentes: um estudo de casos publicados na imprensa escrita em três capitais nordestinas.
11:00	Anderson Fontes Passos Guimarães. O sexo implícito: a invisibilidade lésbica na mídia e na academia.
11:30	Claudia de Faria Barbosa. Ainda interrogações sobre a célebre afirmativa “A Mulher pode!”: entre o discurso e a práxis cotidiana.
12:00	Natalia Silveira de Carvalho. O gênero como doença: o discurso jurídico de patologização da transexualidade,
12:30	Intervalo
14:00	Rebeca Sobral Freire. Hip Hop Feminista? Gênero e Feminismos no Movimento Hip Hop de Salvador.
14:30	Jean Marcel Oliveira Araujo. O amor nos tempos da seca ou as relações amorosas em O quinze, de Rachel de Queiroz.
15:00	Lina Maria Brandão de Aras. O Mercador de Veneza: Diálogos entre literatura, direito e a história.
16:00	Denise Lemos. Alienação no trabalho docente: o professor no centro da contradição.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chaloub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 02

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Aspectos centrais da operação com técnicas quantitativas.
10:00	Intervalo
10:30	Diogo Silva. O poder dos vínculos: Capital social e estratégias de escolarização em um bairro popular.
11:00	Francismeire Santos Ferreira. Gênero, raça e educação: Possibilidades de diálogos e as interseccionalidades no ensino superior.
11:30	Lucia Alvares Pedreira. O adolescente em conflito com a lei e a aplicação das medidas socioeducativas na Bahia.
12:30	Intervalo
14:00	Ricardo Almeida Mota Ribeiro. Observações acerca do conceito de “causas mentais” em Intention, de G.E.M. Anscombe.
14:30	Valério Cássio Silva de Oliveira Junior. Autoconhecimento em Richard Moran.
15:00	Rodrigo Ornelas França. A idéia de Essência na filosofia e a crítica de Max Stirner.
15:30	Hilton Leal da Cruz. A Dessacralização da linguagem em Max Stirner.
16:00	Marco Aurélio Oliveira da Silva. O papel da essência absolutamente considerada em Tomás de Aquino.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chalhoub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 03

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Eleições e comportamento eleitoral.
10:00	Intervalo
10:30	Fernanda David Vieira. Subjetividade e Percepções de Carreira na Pós-Modernidade.
11:00	Luciano Alvim Fiscina. O termo sustentabilidade e seu campo semântico: estudo de narrativas e discursos contemporâneos sobre relações homem-ambiente e suas implicações históricas.
11:30	Ana Karina Figueira Canguçu. Dinâmica da Identidade em pessoas intersexuais: entre vozes e silêncios.
12:30	Intervalo
14:00	Nei Freitas Nunes-Neto, Ricardo Santos do Carmo & Charbel El Hani. Linguagem Teleológica e Funcional na Ecologia.
15:00	Kelly Carneiro de Oliveira Fontoura. O exótico mundo dos laboratórios e seus desdobramentos: um olhar dos estudos de ciência, tecnologia e sociedade
16:00	Iara Souza. Uso de “modelo animal” na ciência e relações de alteridade e identidade entre humanos e animais.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chaloub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 04

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Patrimônio Cultural como ferramenta pedagógica para Inclusão Social.
10:00	Intervalo
10:30	Adrielle Costa. Da significância ao significado.
11:00	Marlene dos Santos Santos. Ser-no-mundo como constituição fundamental da presença em Ser e Tempo de Martin Heidegger.
11:30	Flávio de Oliveira Silva. A questão da decadência (Verfallen) como tema fundamental em Heidegger.
12:00	Eliane Santana de Mendonça. A verdade em Ser e Tempo.
12:30	Intervalo
14:00	Cleiton Melo Jones. A imigração europeia na Bahia: expectativas e propostas.
14:30	Nancy Rita Sento Sé de Assis. O Desembargo do Passo agora é aqui: a elite jurídica baiana depois do alvará de abril de 1808.
15:00	Elisa de Moura Ribeiro. O constitucionalismo na Bahia: conciliação e conflito (1821-1822).
15:30	Lucas de Faria Junqueira. Recrutamento e controle social na Bahia do Primeiro Reinado.
16:30	Dilton Oliveira de Araújo. Concepções e práticas políticas rebeldes na Bahia do século XIX.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chalhub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 05

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Análise de Políticas Públicas.
10:00	Intervalo
10:30	Ilison Dias dos Santos. A transição para a educação superior em escolas públicas de ensino médio do estado da Bahia: obstáculos e possibilidades.
11:00	Marília Dantas Costa Carneiro. Vivências de estudantes de origem popular na universidade pública.
11:30	Narla Denise Rodrigues Fernandes. Da educação básica a educação superior: Desafios que permeiam essa trajetória.
12:00	Ítalo Mazoni dos Santos Gonçalves. A universidade no contexto do ensino médio público: Concepções e expectativas em duas escolas na cidade de Salvador-Ba.
12:30	Intervalo
14:00	Máira Cerqueira de Oliveira. Terapeuta Ocupacional no Campo Social: Aproximações conceituais e práticas de intervenção nos CSUs.
14:30	Aruana Fontes. Grupos humanos: entitatividade e valência.
15:00	João Gabriel Nunes Modesto. Grupos humanos, entitatividade e teorias implícitas.
15:30	Sonia Bahia. Comunidades: Redutos de identidades culturais, narrativas e práticas afirmativas.
16:30	Mônica Lima. Formação de Psicólogos em Residência Multiprofissional: implicação subjetiva transdisciplinar no cuidado em saúde mental.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chalhoub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 06

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Estudos Feministas e de Gênero na contemporaneidade.
10:00	Intervalo
10:30	Saulo Matias Dourado. Lógica, o pilar para o ensino de filosofia no 2º grau.
11:00	Kleyson Assis. Universalismo e relativismo: um problema filosófico para o ensino de ciências.
11:30	Leonardo Rangel dos Reis. Os Atos Curriculares e suas Implicações na Formação do Professor de Sociologia.
12:00	Abraão Felix da Penha. Articulando história e filosofia da ciência no ensino de química com a pedagogia histórico-crítica e a teoria histórico-cultural.
12:30	Intervalo
14:00	Gedeão Mendonça de Moura. Conceito de trabalho e de essência humana em Marx.
14:30	Ana Rita Tabosa. Autonomia, liberdade e melancolia: o processo histórico segundo Marx, Bakunin e Benjamin.
15:00	Viviane Bonfim Fernandes. A mercadoria como ponto de partida no processo de exposição em O Capital de Marx.
15:30	Francisco de Assis Silva. O Fetichismo do Capital em Karl Marx.
16:00	Adriana Tabosa. A riqueza como um instrumento de ação: a análise aristotélica acerca da economia.
16:30	Ronaldo Crispim Sena Barros. O jovem Marx e a transubstanciação da política.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chalhoub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 07

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Wittgenstein: epistemologia terapêutica ou epistemologia do uso?
10:00	Intervalo
10:30	Luciane Silva de Almeida. Nadando contra a Maré: A Juventude Batista Baiana e a formação da Igreja Batista de Nazareth (1964-1975).
11:00	Gisele Oliveira de Lima. Sacerdote e Militante: Religião e Política na Trajetória de Paulo Tonucci (1965-1994).
11:30	Iraneidson Santos Costa. “Eu ouvi os clamores do meu povo”: Igreja, política e profecia dos bispos nordestinos (1948-1990).
12:30	Intervalo
14:00	Catia Braga Moreira de Pinho. A Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais na Bahia e o historiador Francisco Borges de Barros
14:30	Irene Soares Santino. O ensino de História nos Museus de Salvador.
15:00	Lais Garcia, Adailda Alves Santos & Edenice Leal Ornellas Andrade. Relatos de pesquisa: memórias de uma lalorixá: Mãe Nilzete de Iemanjá do Terreiro de Oxumarê,
15:30	Renata Cardoso. O perfil do Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894- 1895).
16:00	Alidea Santos Aflitos. As imagens da cidade de Salvador Novicentista em textos literários e iconográficos: uma proposta de memória.
16:30	Edjane Cristina Rodrigues da Silva. A museologia baiana conquista o espaço nacional. Mas e como fica a Bahia?
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chalhoub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 08

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Métodos e Técnicas de Investigação com Crianças.
10:00	Intervalo
10:30	Eduardo Novaes. Os olhos de Goethe.
11:00	Murilo Garcia de Matos Amaral. A teoria pictórica e a bipolaridade da proposição.
11:30	Thiago Andrade Ferreira Dória. Sobre a impossibilidade de proposições elementares negativas.
12:00	Manoel Pereira Júnior. Noção de Mundo no Tractatus.
12:30	Intervalo
14:00	Cintia Sobral Coelho. Experiências Estéticas após a Pop Art.
14:30	Saulo Daniel Campos. Sobre a coerência do Pirronismo.
15:00	Bruna Frascolla Bloise. Sobre os Diálogos de Hume.
15:30	Cainan Freitas. Governo e sociedade em David Hume.
16:00	Carlos Inácio Coelho Neto. Necessidade e contingência em Hume.
16:30	Carlos Lima. Estilo e eloquência em David Hume.
17:00	Gustavo Melo. A tese da abstração em George Berkeley e David Hume
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chalhoub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 09

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Violência de Gênero e Políticas de Enfrentamento.
10:00	Intervalo
10:30	Mateus de Mattos Souza. Autoconhecimento em Gilbert Ryle.
11:00	Tiago Alfredo da Silva Ferreira. Comportamentalismo Radical e Epistemologia: possibilidades de diálogo.
11:30	Sidarta Rodrigues. Searle e Rorty: Um debate sobre o realismo.
12:00	Marisa Muguruza. Realismo e causalidade mental em Searle.
12:30	Intervalo
14:00	Daniel Cerqueira Baiardi. Pragmatismo, natureza e verdade.
14:30	Tiago Medeiros. Pragmatismo e Política: Aspectos Românticos de Rorty e Unger.
15:00	Marcelo da Silva Alves Pires. A noção e o lugar da Verdade para o Pragmatismo de William James.
15:30	Felipe Rocha Lima Santos. Externismo, Passado e Preservação de Conteúdo.
16:00	Ana Margarete B. de Freitas. Mente e natureza: o caráter distintivo da ação humana.
16:30	Fabrcio Pires Fortes. Representação, semelhança e notação musical.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chalhoub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 10

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: Conhecimento, abstração e retorno ao fantasma em Tomás de Aquino.
10:00	Intervalo
10:30	Leonardo Bernardes. Correspondência entre fatos e conceitos.
11:00	André Nascimento. Filosofia e crítica da linguagem em Wittgenstein.
11:30	Cláudia Bacelar Batista. A fissura ontológica e o princípio de responsabilidade de Hans Jonas.
12:30	Intervalo
14:00	Simone Requião. Resignificação: Um encontro com o fazer teatral dentro sistema prisional
14:30	Leticia Chaves Monteiro. Do outro lado da grade: o que vivenciam os agentes penitenciários?
15:00	Bruno Araujo Oliveira. Presos na Fé: Uma etnografia sobre o trabalho de evangelização dentro da Penitenciária Lemos Brito de Salvador
15:30	Natasha Maria Wangen Krahn. Preparar para a liberdade: limites e possibilidades no ambiente prisional
16:00	Maria das Graças Fernandes Dias. As motivações do agente penitenciário: fatores que norteiam as (boas) práticas no Presídio de Salvador.
16:30	Milton Júlio de Carvalho Filho. Centro Antigo enraizamento e desenraizamento do crime no local.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chalhoub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 11

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: A construção do objeto em Antropologia.
10:00	Intervalo
10:30	Mesa Direito a Moradia e à Cidade em Salvador.
	Exposições de Rosely Afonso, Elisabete Santos, Suely Ribeiro, Elba Veiga, Cezar Miranda & Valnêda Cássia.
12:30	Intervalo
14:00	Edmundo Fonseca Machado Junior. Vila de Abrantes: História, Mito de fundação e a memória da festa do Divino Espírito Santo.
14:30	Lorena Volpini. Como se diverte a Lapinha?
15:00	Breno Carvalho. Uso social das coisas em marina soteropolitana.
15:30	Fabiana Paixão Viana. Mudanças e permanências nos padrões alimentares da Ezequiel Pondé do Calabar, Salvador-Ba.
16:00	Ana Argentina Castro Sales. As lavadeiras do rio Acaraú entre memórias e cotidiano, Sobral-CE.
16:30	Adriana Pimentel. Cosme de Farias: lugar de vicissitudes e possibilidades.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chaloub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 13

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00	Minicurso: O uso de novas tecnologias para aquisição de fontes históricas.
10:00	Intervalo
10:30	Hildon Carade. A Faculdade de Filosofia e sua identidade perdida: uma leitura sócio-anropológica da obra do professor Ruy Simões.
11:00	Antônio Eduardo Alves de Oliveira. O movimento estudantil nos 70 anos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA: uma manifestação política da criatividade e da radicalidade da juventude.
11:30	Claudio Pereira. “Requiescat in pace”: drama social e conflito numa instituição acadêmica.
12:30	Intervalo
14:00	Bruno Vilas Boas Bispo. Ocupação da CONDER: Um dia na dinâmica dos movimentos sociais.
14:30	Priscilla de Cássia Souza Caires da Silva. Migração partidária, eleições e blocos parlamentares: a influência das eleições nos arranjos políticos da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia (2005-2007).
15:00	Carla Galvão Pereira. Estratégia política e comportamento eleitoral: um estudo sobre ACM Neto nas eleições de 2008 e 2010.
15:30	Francisco Carlos Baqueiro Vidal. Estado e políticas públicas no período regressivo do capitalismo.
16:00	Thiago Chagas Silva Santos. As estratégias da reprodução do capital e as articulações entre estado e mercado.
16:30	Jorge Almeida. Cultura Política e Hegemonia.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chalhoub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 14

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Mesa A dialética da relação cinema-história: o mundo da barbárie. Altair Reis de Jesus. A barbárie e sua representação no cinema contemporâneo. Ana Elisabeth Faro. As representações da violência policial no filme Tropa de Elite: missão dada é missão cumprida. Paulo Roberto Alves Teles. Películas, hooligans & skinheads.
12:30	Intervalo
14:00	Mesa Escravidão e invenção da liberdade (Parte 2). Lisa E. Castillo. História oral e história escrita do candomblé na Bahia. Elciene Azevedo. A militância abolicionista de Luiz Gama. Wlamyra Albuquerque. História e historiografia do pós-abolição. Cecília Velasco. Sombras da escravidão sobre o movimento operário carioca.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria. Sidney Chalhoub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 15

HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	George Antonio Vilas Boas Santiago. Uma análise sobre a relação de trabalho dos produtores residenciais de fogos de artifício na área urbana de Santo Antonio de Jesus - Ba com os “barões da pólvora” e suas repercussões sociais.
11:00	Elvira Santos Pereira. Flexibilização do contrato individual de emprego: um confronto com os princípios do direito do trabalho.
11:30	Virgilio Sena Nery. Construindo novas formas de lutar: A alternativa do MR-8 ao fim da luta armada (1970-1971).
12:00	José Agnaldo Barreto de Almeida. Estado e participação popular nos conselhos de políticas públicas: Construção de consensos e desconstrução político-ideológica da organização popular.
12:30	Intervalo
14:00	Jomar Lima. História, Memória e Patrimônio: as Lapidés Tumulares da Igreja da Ordem 3ª do Carmo de Cachoeira-Bahia.
14:30	Renata Freitas Machado. Museu Comunitário do Beiru: Reconstrução e resgate de uma memória coletiva.
15:00	Thiara Cerqueira Matos. O intercâmbio entre museus brasileiros e africanos nas correspondências de Pierre Verger (1961-1984)
15:30	Urpi Montoya Uriarte. Centro de Havana: reflexões sobre lugares, memória e patrimônio.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chalhub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

16 de junho – Quinta-feira

SALA 16

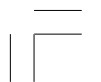
HORÁRIO	ATIVIDADES
10:30	Marietta Bárbara Barreto Bomfim. Diversidade da participação feminina no Fórum Permanente de Entidades do Bairro da Paz.
11:00	Selma Andrade. Mulheres Chefes de Família na comunidade de Ilha de Maré.
11:30	Cremilde Alves. Representação social da circuncisão feminina na Guiné-Bissau.
12:00	Eloísa Solange Magalhães Bastos, Denize de Almeida Ribeiro, Sílvia Santos Augusto, Liliane de Jesus Bittencourt, Neide Maria dos Santos, Andréa Jesus Santos Vieira, Leila Lima Mello e Francisco Santana. O Padrão de Beleza Socialmente Construído na Gênese de Transtornos do Comportamento Alimentar em Mulheres Negras de Salvador/Bahia.
12:30	Intervalo
14:00	Isabela Fadul. Contrato por tempo determinado e flexibilização da legislação trabalhista.
15:00	Anete Ivo. Pobreza, trabalho e sociabilidades contemporâneas.
16:00	Inaiá Maria Moreira de Carvalho. Algumas considerações sobre o trabalho precoce no Brasil.
17:30	Intervalo
18:30	Conferência plenária no Salão Nobre da Reitoria.
	Sidney Chalhoub, A FORÇA DA ESCRAVIDÃO: ILEGALIDADE E COSTUME NO BRASIL OITOCENTISTA.

Quinta-feira

Sexta-feira, 17 de junho

HORÁRIO	ATIVIDADES
8:00 às 10:00 horas –	Minicursos, em conformidade com a programação de salas dos dias anteriores, no Pavilhão de Aulas em São Lázaro.
10:00 às 10:30 horas – Intervalo	
10:30 horas – Encerramento do Encontro, no Salão Nobre da Reitoria:	
– Intervenção cultural	
– Conferência de Francisco de Oliveira , POLÍTICA E ECONOMIA SOB A HEGEMONIA ÀS AVESSAS.	

Sexta-feira



EMENTAS DOS MINI-CURSOS



Atualidades da prática arqueológica no Brasil. Docentes: Carlos Etchevarne (coordenador), Albérico Queiroz, Carlos Xavier, Gilson Rambelli e Marina Cavicchioli. O minicurso tem por objetivo apresentar aos estudantes da UFBA os diversos campos de atuação da Arqueologia no Brasil, especialmente no Nordeste, assim como os suportes teóricos e metodológicos que sustentam a prática arqueológica e, sobretudo, o discurso do arqueólogo. Para isso serão convidados professores pesquisadores do Nordeste Brasileiro que atuam em linhas de pesquisas diferentes, de forma a que se possa ter um panorama geral sobre a atualidade desta ciência no país.

Aspectos centrais da operação com técnicas quantitativas. Docentes: Clovis Roberto Zimmermann e Luiz Cláudio Lourenço. Este minicurso visa a expor um panorama geral dos aspectos que envolvem as técnicas quantitativas de pesquisa nas Ciências Sociais. Para alcançar esta finalidade serão trabalhados: 1) os aspectos referentes ao surgimento e relevância da pesquisa quantitativa; 2) as maneiras de obtenção de uma amostra e formulação de um questionário e 3) a leitura e interpretação de dados e índices da estatística descritiva e inferencial.

Eleições e comportamento eleitoral. Docente: Maria Saete Souza de Amorim. O curso propõe abordar o papel das eleições nas democracias representativas e os componentes do sistema eleitoral brasileiro, bem como as recentes propostas de reforma política. Tratará também das principais teorias que explicam o comportamento eleitoral, entre elas a perspectiva sociológica, a psicossociológica e a teoria da escolha racional.

Patrimônio Cultural como ferramenta pedagógica para Inclusão Social. Docentes: Heloísa Helena Costa (coordenadora), Jane Palma, Paula Andrade Coutinho e Irene Santino. A idéia do curso é promover uma reflexão sobre o uso social do patrimônio cultural, fortalecendo o conhecimento sobre o conceito ampliado de patrimônio; sobre a Convenção Relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972, feita pela equipe da UNESCO; sobre as relações entre as leis de tombamento no Brasil e a educação patrimonial de caráter inclusivo, a fim de estimular os participantes a adotarem ações afirmativas de maneira interdisciplinar, tanto para a salvaguarda do patrimônio, quanto para seu uso adequado, em benefício de uma cidadania responsável.

Análise de Políticas Públicas. Docentes: Alvin Oliveira Sanches Filho e Valdemar Ferreira A. Filho. A Ciência Política e a análise de políticas públicas; ferramentas e tipologias para análise de política pública; Perspectivas teóricas sobre Estado e formação de políticas; Transformações do Estado contemporâneo e novos paradigmas de política pública: reestruturação dos sistemas de proteção social; novo gerencialismo público; Os estudos de políticas públicas no Brasil: problemas e debates; federalismo, descentralização, e participação social.

Estudos Feministas e de Gênero na contemporaneidade. Docentes: Márcia dos Santos Macêdo (coordenadora), Alinne L. Bonetti, Iole M. Vanin e Sílvia de Aquino. Introdução aos estudos feministas e o uso da categoria gênero. Epistemologias feministas e a crítica à Ciência. Imbricações teóricas e políticas dos estudos de Gênero e Sexualidade. Gênero e violência. O curso objetiva proporcionar aos/às participantes uma compreensão da importância dos estudos feministas e de gênero para a realização de análises sobre o mundo social contemporâneo que contemplem as complexidades e desafios da atualidade.

Wittgenstein: epistemologia terapêutica ou epistemologia do uso? Docente: Arley Ramos Moreno. A ideia de autonomia do sentido acompanha todo pensamento de Wittgenstein, desde a época do *Tractatus* até o final de sua atividade filosófica. Ao ser inserida na ampla discussão sobre conceitos psicológicos, após o *Tractatus*, envolvendo as relações entre conhecimento e certeza, surgem perspectivas de desdobramento da terapia filosófica em uma epistemologia dos usos da linguagem – projeto, todavia, contrário à própria natureza da terapia filosófica. Tentaremos percorrer, lentamente, alguns passos conceituais selecionados nesse percurso realizado por Wittgenstein.

Métodos e Técnicas de Investigação com Crianças. Docentes: Antonio Marcos Chaves (coordenador), Juliana Prates Santana e Lia da Rocha Lordelo. O curso objetiva apresentar e discutir métodos e técnicas de investigação, tendo crianças como participantes. Apresentará assim: Especificidades da infância. Significados de infância em diferentes épocas e contextos. A criança como participante da pesquisa. Métodos e técnicas para a investigação com crianças: entrevista, complementação de frases, desenhos, teste de evocação livre de palavras, entre outros. Pesquisas com crianças.

Violência de Gênero e Políticas de Enfrentamento. Docentes: Cecília Sardenberg e Márcia Tavares. O curso objetiva: apresentar aos participantes as abordagens teóricas e dados estatísticos da violência contra a mulher; proporcionar aos participantes um resgate histórico dos movimentos e lutas pelo fim da violência contra a mulher; possibilitar aos participantes um maior conhecimento acerca da Lei 11.340 – Lei Maria da Penha; fornecer informações sobre o monitoramento da aplicação da Lei e desafios para acesso à justiça das mulheres em situação de violência.

Conhecimento, abstração e retorno ao fantasma em Tomás de Aquino. Docente: Marco Aurélio Oliveira da Silva. O objetivo do minicurso é abordar a teoria do conhecimento de Tomás de Aquino. Este defende a noção clássica de conhecimento segundo a qual nada há no intelecto que não tenha passado pelos sentidos. Consequentemente, o conceito de abstração exerce um papel fundamental na teoria deste filósofo, uma vez que é o ato pelo qual, a partir de

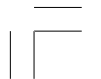
dados sensíveis, obtêm-se conceitos inteligíveis. Desse modo, pretende-se abordar temas centrais para a teoria de Tomás, como a estrutura cognitiva humana, os tipos de abstração e o papel do chamado retorno ao fantasma neste processo.

A construção do objeto em Antropologia. Docentes: Maria Rosário de Carvalho (coordenadora), Evandro Rabello, Suzana Moura Maia e Sarah Siqueira de Miranda. Cada uma das três primeiras sessões do minicurso, a cargo de diferentes expositores, focalizará uma área temática e um contexto empírico distintos. A quarta sessão ficará a cargo da coordenadora do mini-curso, que se encarregará de proceder às conexões e articulações entre as sessões precedentes, tendo em vista o objetivo do curso, isto é, problematizar a relação entre a área temática e o contexto empírico no delineamento do percurso metodológico.

O uso de novas tecnologias para aquisição de fontes históricas. Docentes: Muniz Ferreira (coordenador), Diogo Trindade Alves de Carvalho e Thiago Barboza de Oliveira Coelho. Este curso se propõe a apresentar algumas práticas metodológicas direcionadas para o acesso e a captura de documentos históricos presentes no meio virtual, essenciais na construção da narrativa histórica. A imensa quantidade de dados e a velocidade em que transitam no meio virtual vêm aumentando o interesse do meio acadêmico por essas fontes, considerando-se que grande parte delas era inacessível até o surgimento da internet.



RESUMOS



Abraão Felix da Penha. [Articulando história e filosofia da ciência no ensino de química com a pedagogia histórico-crítica e a teoria histórico-cultural.] O objetivo desse trabalho é mostrar uma articulação entre aspectos históricos e filosóficos no ensino de química com a pedagogia histórico-crítica e a psicologia histórico-cultural. A história e a filosofia da ciência têm sido colocadas como importantes na abordagem de conceitos. A relevância delas é ressaltada por vários pesquisadores que entendem que elas possibilitam ao estudante a compreensão de quando, onde e porque o conhecimento científico foi produzido, percebendo a não neutralidade dessa produção, além de desmistificar o papel do cientista. Os conteúdos químicos fazem parte dessa abordagem podendo ser veiculados nessa perspectiva em todos os níveis de ensino, devendo se associar a uma abordagem de ensino e de aprendizagem. Em relação ao ensino a pedagogia histórico-crítica trata a prática pedagógica como uma dimensão da prática social, propondo cinco passos de como deve ocorrer o ensino: partir da prática social, comum a professor e estudantes, onde o primeiro apresenta uma síntese precária, pois consegue articular conhecimentos e experiências que detém sobre ela, mas não pode conhecer, de início, os níveis de compreensão dos alunos, senão de forma limitada e o segundo apresenta uma síntese, pois não domina tais conhecimentos; detectar questões a serem resolvidas na esfera da prática social, elencando o conhecimento necessário a ser dominado; veicular, através do professor, os instrumentos teóricos e práticos para a apropriação dos estudantes, buscando o equacionamento dos problemas levantados na etapa anterior; fazer a catarse, onde o estudante tendo adquirido os conhecimentos básicos, ainda que parcial, expressa a nova forma de compreensão da prática social; chegar a prática social, onde os estudantes ascendem para o nível sintético e o professor para uma síntese mais orgânica. A teoria histórico-cultural aborda aspectos relacionados ao processo de aprendizagem e de desenvolvimento do ser humano, onde o primeiro é necessário para que ocorra o segundo e isso acontece na interação entre os homens utilizando o conhecimento acumulado historicamente e culturalmente. Um dos conceitos importantes para o ensino e para a aprendizagem é o de zona de desenvolvimento proximal, que é a distância entre o nível de desenvolvimento real, onde uma pessoa consegue resolver os problemas de forma independente e o nível de desenvolvimento potencial, onde ele só consegue com a orientação de uma pessoa mais capaz. O professor deve detectar o nível real dos estudantes e atuar na zona próxima para que ele aprenda e se desenvolva, podendo assim resolver os problemas de forma independente. A relação entre essas três dimensões podem ser usadas no processo de ensino e de aprendizagem, particularmente em química para que possa haver a partir de uma mediação pedagógica do professor uma internalização de conceitos químicos que são formulados ao longo do processo histórico, alicerçadas numa prática social.

Acylene Maria Cabral Ferreira. [Mundanidade e diferença ontológica.] Para tratarmos da questão da mundanidade do mundo a partir da diferença ontológica, dividiremos nosso trabalho em quatro momentos. No primeiro, nos ocuparemos com esclarecimentos terminológicos referente ao conceito de reunião antecipadora, já que este será o conceito central de nossa reflexão sobre a mundanidade e a diferença ontológica. Em um segundo momento, veremos como a diferença ontológica funda a significância do mundo através da estrutura da reunião antecipadora e do caráter de circularidade ontológica. Mostraremos em que sentido o simplesmente dado é insuficiente para constituir, ontologicamente, o mundo e porque a manualidade é o princípio ontológico que fundamenta a mundanidade do mundo. No terceiro momento, trataremos da circularidade ontológica como caráter da mundanidade do mundo, a partir da correlação do ser para (estrutura que determina, ontologicamente, o instrumento enquanto simplesmente dado) e do para que (estrutura que determina, ontologicamente, o instrumento enquanto manualidade), para expor como a reunião do ser para e do para que institui uma totalidade instrumental constituída pelo caráter de referencialidade. No quarto momento, mostraremos em que sentido a reunião antecipadora estrutura a conjuntura que determina, antecipadamente, a mundanidade do mundo. Discutiremos em que sentido a circunvisão é a abertura prévia do compreender referencial, que enquanto estruturado pela reunião antecipadora, realiza remissões de ser para e de reenvios de para que em uma significância de mundo. Para finalizar, apontaremos a importância da concepção da mundanidade do mundo na filosofia heideggeriana e mostraremos porque esta não é uma concepção instrumentalista nem utilitarista do mundo.

Adriana Correia de Jesus. [Cuidado de mulheres grávidas e bebês no âmbito do parentesco em um bairro de baixa renda de Salvador: Um estudo etnográfico.] Segundo diretrizes do Ministério da Saúde, o atendimento a mulheres grávidas e a bebês é um dos aspectos priorizados nas práticas do Programa de Saúde da Família. Apesar disso, freqüentemente não se consegue o sucesso esperado. Diferentes aspectos do cuidado de mulheres grávidas e bebês são temas de numerosos estudos. No entanto, poucos estudos focalizam como as pessoas entendem as “orientações” dos profissionais e os diferentes aspectos presentes na construção das suas práticas de cuidado, por exemplo, o contato com outros parentes e com outros saberes. O presente trabalho trata-se de um estudo etnográfico, no qual a imersão em campo deu-se através de visitas regulares ao Posto de Saúde da Família no Subúrbio Ferroviário, complementado por visitas a uma família usando o Método Bick de Observação de Bebês como referência. A proposta é descrever e analisar como as mães e outros parentes das crianças percebem a proposta dos profissionais de saúde, em aspectos como a rotina

do pré-natal, rotinas da puericultura. Além de identificar os itinerários terapêuticos - contato com profissionais formais e informais de saúde – construídos pelos adultos durante a gravidez e o primeiro ano de vida. E adicionalmente estudar as relações entre os diferentes parentes envolvidos no cuidado de crianças, identificando e analisando os acordos e desacordos existentes entre eles. A análise inicial dos dados – a pesquisa não foi concluída – apresenta alguns resultados preliminares interessantes. Existem ruídos na comunicação entre os próprios profissionais de saúde, ruídos esses que se estendem para a relação usuário/profissional de saúde. Fato que interfere na percepção dos usuários quanto ao serviço de saúde. Destaca-se a constante presença de outros familiares na consulta, principalmente figuras femininas. Tias e avós assumem o papel de mãe nas consultas com os diferentes profissionais de saúde. Outro aspecto de destaque é o valor que as opiniões dos familiares possuem quanto às práticas de cuidado ao bebê, elas são mais aceitas do que às dos profissionais de saúde.

Adriana Pimentel. [Cosme de Farias: lugar de vicissitudes e possibilidades.] Este trabalho é oriundo de uma tese de doutorado realizada entre os anos de 2005 e 2009 que buscou compreender os sentidos e significados de práticas culturais desenvolvidas por jovens em um bairro pobre da cidade de Salvador. A etnografia incluiu um estudo aprofundado do bairro de Cosme de Farias, no intuito de conhecer o contexto de vida dos jovens e seus pontos de vista sobre o local, além de reconstruir trajetórias biográficas para compreender de que modo esses aspectos vinculam-se à criação/invenção de práticas localmente situadas. No estudo, essas práticas operam na interseção entre vicissitudes e possibilidades oriundas das experiências vividas pelos jovens no bairro. A violência, nas suas diferentes formas de expressão, por exemplo, foi e é experimentada por eles tanto nas suas histórias de vida, quanto no cotidiano do bairro. Porém, ela também se manifesta nas práticas que lá desenvolvem. Deste modo, eles atribuem novos sentidos e significados a essas experiências e também criam/inventam outros modos e espaços de viver no bairro.

Adriana Tabosa. [A riqueza como um instrumento de ação: A análise aristotélica acerca da economia.] O sentido de riqueza em Aristóteles designa tanto os objetos determinados que fazem parte da propriedade, como a terra, os escravos ou os móveis; tanto as quantidades de bens, como a abundância de dinheiro; tanto o uso dos bens, isto é, uma ação e sua excelência. A riqueza para o filósofo é um instrumento de ação (práxis), é a qualidade ou virtude associada a esta ação e a quantidade limitada por uma arte diretamente subordinada a uma ciência de ação. A análise da noção aristotélica de riqueza conduz às noções de instrumento e de ação, como percebemos nessa passagem: “um objeto de propriedade (ktêma) é um instrumento (organon) útil à vida, e a

propriedade (ktêsis) é um conjunto de instrumentos” (Pol. I, 4, 1253 b, 30-31). A vida, segundo Aristóteles (Pol. I, 4, 1254 a, 5-8), é uma maneira de agir ou uma forma de ação por oposição ao que ele definiu por produção. A noção aristotélica de riqueza estava diretamente relacionada à auto-suficiência. A riqueza que propiciava a auto-suficiência era a condição necessária à liberdade.

Adrielle Costa. [Da significância ao significado.] Trata-se de mostrar como se realiza a relação entre significância e significado em Ser e Tempo, de Heidegger, uma vez que a significância possui o caráter de abertura de remissões referenciais e enquanto tal é o fundamento pré-temático da significabilidade de mundo. Desse modo, será analisado o movimento da compreensão da significância na circunvisão ocupacional à possibilidade de significação ontológica como possibilidade do enunciado. Para tal, será necessário considerar o copertencimento dos existenciais da mundanidade e da fala, como estruturas constitutivas da presença.

Afranio Mario Simões Filho. [Museologia urbana e arte educação: Pressupostos teóricos e métodos que se complementam.] A cidade é o espaço vivo da memória. Resultado da ação do homem, o patrimônio cultural reflete o caráter histórico da formação do contexto urbano. Expressa valores e tradições culturais que estão impregnadas no espaço, em cada monumento ou lugar por onde se percebe a presença do homem. Além de promover a consciência comunitária a respeito da história local, o conhecimento da cidade serve de grande estímulo pedagógico para promover o aprendizado de diversos segmentos de grupos sociais. A cidade é o espaço privilegiado da diferença, porque é o espaço do outro. Explorar o potencial pedagógico do patrimônio cultural é fundamental para a qualificação das condições de vida das comunidades. Serve para estimular de maneira educacional a participação da população na preservação e boa conservação do ambiente urbano. Os pressupostos teóricos da museologia urbana aliados aos métodos da arte-educação, contribuem de maneira decisiva para o desenvolvimento de programas educativos com diversos setores da sociedade. O caso do projeto educativo desenvolvido com aprendizes da APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional) de valorização do patrimônio cultural da Feira de São Joaquim servirá de referência para o estudo da conjugação de parâmetros da museologia urbana e da arte educação.

Alberto Cupani. [Racionalidade científica: Da confiança ao questionamento.] Tradicionalmente, a ciência constituiu na sociedade ocidental um modelo de atividade racional, tanto em sentido teórico, como a melhor maneira de aumentar nosso conhecimento, quanto em sentido prático, como a melhor maneira de conduzir a ação humana. No entanto, diversos questionamentos da ciência, epistemológicos e sociais, suscitam dúvidas quanto àquela apreciação. Na minha palestra irei me referir à raiz da concepção tradicional da racionalidade científica,

indicarei as principais direções da sua crítica, apontarei novos aspectos da racionalidade da ciência, e mencionarei problemas a serem enfrentados.

Alda Britto da Motta. [Mulheres “entre dois fogos”: o cuidado dos velhos e a reprodução dos jovens.] As grandes transformações que estão ocorrendo, hoje, na estrutura das famílias, expressas inclusive em novos arranjos domésticos, decorrem, basicamente, de mudanças importantes no âmbito das relações de gênero, mas também na de gerações. Mais além das injunções na esfera da estrutura produtiva, o processo de longevidade crescente, que está implicando em novos padrões de relações entre as gerações, tem contribuído para uma extensão ou ampliação do âmbito e duração destas, reconfigurando-as inclusive em torno da existência simultânea de três, quatro ou mais gerações, nada raro em uma só unidade doméstica ou espacialmente próxima. Isto significa, entre outras possibilidades novas, a presença premente de idosos e até dos muito idosos, inclusive centenários, assessorados ou cuidados por pessoas de geração madura, esta referida em sua definição atual como intermediária ou pivô, aquela que também apóia ou cuida dos mais jovens da família, por desemprego ou tenra idade. Enquanto isso – revela minha pesquisa em andamento – vai vivenciando pequenas revoltas, conflitos claros ou disfarçados e renúncias ambíguas; relações difíceis de negociar, porque ao mesmo tempo sinalizam, para a mulher, um reforço a papéis tradicionais de gênero, como o de cuidadoras, mas também de gerações em seu “contrato” fundador, agora duplicado.

Alessandra Buarque de Araujo Silva. [O hiato do direito dentro do direito: Os excluídos do BPC.] O artigo examina o processo de “seletividade estrutural” desde a concepção do direito constitucional básico à Assistência Social, advindo do Benefício de Prestação Continuada (BPC), até a efetividade desse pelo gerenciamento da demanda e pela elegibilidade dos beneficiados. Para tanto, analisa, de um lado, a evolução da legislação definidora dos critérios de elegibilidade e as “negativas” do benefício aos demandantes da assistência social, processo marcado por avanços e retrocessos na aplicação do direito. De outro, considera os efeitos dessa evolução sobre os gastos sociais e sobre as tendências do debate contemporâneo, no âmbito do campo político. Nesse movimento, destaca o papel decisivo da justiça na garantia dos direitos da cidadania.

Alexnaldo Teixeira Rodrigues. [O Valor das Emoções para a Ética: uma discussão a partir das bases epistemológicas feministas.] Este trabalho pretende estabelecer uma discussão preliminar sobre a importância das emoções para a ética, dado que a ênfase das teorias morais, herdeiras da modernidade, está centrada na dimensão do dever, aqui entendido como a forma de atos que temos ou não a obrigação moral de praticar; o que concomitantemente revela o pouco interesse com as questões relacionadas ao caráter e às emoções, ou seja, com a reflexão

sobre a maneira como as pessoas são e podem ser na realidade, sobre a vida e os valores humanos que lhes dão sentido. A exposição aqui apresentada corresponde à pesquisa, em andamento, de caráter qualitativo que estamos realizando no marco do Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM/UFBA – e que tem como um dos objetivos contribuir para o estabelecimento da importância do cuidado e dos afetos na teoria ética. Nota-se que as teorias éticas, em geral, estão demasiadamente voltadas para os dados abstratos esquecendo-se das pessoas concretas e das dimensões afetivas que também as constituem. Isso implica em erros sérios e difusos tanto na ética quanto em outras áreas da filosofia, a exemplo do questionamento que poderíamos empreender, a saber: o que nos leva a pensar que a concentração em um assunto abstrato, distante da percepção ordinária, é atividade mais elevada de uma pessoa e mais próxima do divino? Decerto, a resposta a essa indagação está relacionada ao como a tradição filosófica tratou as emoções e fixou essas elaborações na linguagem, de modo que não só distinguimos a razão da emoção, como também a vemos excludente, assim como a outras dimensões do humano. Interessa-nos, aqui, mostrar a relevância epistemológica que as emoções desempenham na formação do conhecimento avaliador e quais as possíveis implicações para a dimensão da vida prática, a exemplo da educação. Para isso demonstraremos como as emoções proporcionam provas de valor e como são a expressão e a própria essência destes. Por certo, as nossas considerações se pautam na epistemologia e na ética feminista e queremos corroborar o entendimento que aceitar as emoções, ao invés de condená-las e as negligenciar, não significa adoção de uma postura acrítica em relação às mesmas; elas devem ser interpretadas e aprimoradas com vistas a oferecer cartografias para entender e reconstruir o mundo e a nós mesmos (as). Nesse sentido elas oferecem engajamentos ativos onde o agir, o sentir e o avaliar se apresentam como aspectos indissociáveis.

Alidea Santos Aflitos. [As imagens da cidade de Salvador novicentista em textos literários e iconográficos: uma proposta de memória.] Pretendo dialogar com as questões de representação que se estabelecem entre a existência de imagens e textos escritos. Para tanto, será utilizado como objeto questionado, as pinturas de Diógenes Rebouças e os textos literários de Godofredo Filho referidos ao cenário da cidade Salvador, no período do século XIX. Além disso, tentar permear no campo das intencionalidades na composição visual dos desenhos e da influência na construção de uma memória de cidade. Imagem, recurso visual polêmico devido a diversas maneiras existentes de ser construída e interpretada nos atuais tempos modernos. A discussão instala-se no instante que é proposto uma definição de imagem a partir de padrões perspectivos e teóricos estáticos e imutáveis. Processos esses que não se enquadram, por se tratar de uma

multiplicidade de técnicas e de olhares que incidem sobre a mesma. Investigação que ultrapassa os textos redigidos de épocas diversas, enriquecendo com afirmações ou reconstruções de momentos históricos, interagindo com esses documentos já existentes, ou até provocando outros registros. Buscar profundidade nas leituras imagéticas significa a apreensão de informações sobre o tema retratado, a ligação das intenções do artista com os assuntos da época e contexto do produtor. Portanto, o processo de construção de imagens e suas interpretações devem suscitar questionamentos os quais se direcionam para sabermos as procedências do autor, quais seus iniciais propósitos, intencionalidades para produzi-las, contexto do qual faz parte, público-alvo, recortes (espacial-temporais), técnicas. Assim, para Panofsky, caracteriza-se uma análise iconográfica, onde se limita a contar e classificar, a evidenciar fatos, acontecimentos, estabelecendo datas, origens, e às vezes a autenticidade da obra, ou da estória e alegorias. São descrições de uma apresentação de cidade romantizada dita novicentista, na qual não demonstram a presença de conflitos sociais, políticos e culturais existentes na dinâmica local. Desenhos pictóricos elaborados a partir de traços pouco precisos e cores leves, transmitindo ao campo visual do observador a “sensação” de uma homogeneidade social urbanizada, limpa e harmoniosa, além de elegante e civilizada. Percepção desvinculada da face marginal e conflituosa da Cidade (mocambos, problemas sanitaristas, pobreza), que tenta construir uma memória que desconheça os confrontos no interior desse território. As imagens, enfim, estão diretamente relacionadas ao universo das mentalidades e sua importância cultural e histórica reside nas intenções, usos e finalidades que permeiam sua produção e trajetória. Assim identifica-se o papel cultural das imagens diante do seu poder intervencionista nas emoções e composições da realidade social, já que podem ser considerado simulacro da realidade, não a realidade em si, mas traz porções, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas nelas cultivadas, processos históricos talvez ainda não discutidos, não interpretados.

Aline Guimarães Couto & Lia da Rocha Lordelo. [Práticas do psicólogo social-comunitário em Salvador, Bahia.] A Psicologia Social Comunitária tem sido vista como um campo de conhecimento que possibilita o compromisso com classes sociais desfavorecidas, combatendo a prática profissional e científica psicológica historicamente fundada numa suposta neutralidade e distanciamento da realidade com a qual se trabalha. O objetivo deste estudo foi analisar o que tem sido apontado, por alguns autores, como uma reconfiguração na disposição profissional do psicólogo, em particular o que atua no campo social/comunitária. O objetivo desta pesquisa foi caracterizar as práticas profissionais de psicólogos sociais/comunitários residentes na cidade de Salvador, Bahia. O trabalho configurou-se como um estudo de casos múltiplos, do qual fizeram parte oito

psicólogos residentes em Salvador. Uma entrevista semi-estruturada abordou dois eixos principais: características da instituição ou projeto do qual participavam; e características de sua atividade cotidiana e relação com sua formação e trajetória profissional. A análise dos dados aponta para os seguintes aspectos: as instituições e projetos em que se inserem os psicólogos social-comunitários são de natureza variada e não são necessariamente realizados na própria comunidade; o atendimento clínico não é tipo de trabalho realizado com maior frequência; há a predominância de atuação em equipes interdisciplinares; e por último, os participantes avaliam sua própria experiência prática como fundamental para a formação e os conhecimentos que possuem, o que nos remete à discussão sobre a indissociabilidade entre teoria e prática, em especial no campo da Psicologia Social Comunitária.

Altair Reis de Jesus. [A barbárie e sua representação no cinema contemporâneo.] Proponho nesta comunicação discutir a noção de barbárie através das imagens cinematográficas presentes em dois documentários: “Notícias de uma guerra particular” e “Fantasmas de Abu Ghraib”. Ao recorrer às imagens captadas nestas duas películas, pretendemos fazer um aprofundamento do debate sobre o avanço da barbárie na sociedade contemporânea à luz das inúmeras cenas contendo atos de tortura, violência e brutalidade infligidas sobre indivíduos e grupos humanos no período recente da nossa história. Este aspecto é salutar dada a barbárie produzida nas últimas décadas ao redor do planeta em tempos de reestruturação do capital cujo resultado se traduz na destruição de forças-produtivas. Assim sendo, a relevância deste estudo a partir do cinema advém da importância das imagens como fonte de investigação científica (seja por cientistas sociais e/ou historiadores) na apreensão de fragmentos da realidade que se deseja averiguar, por exemplo, os atos de barbárie produzidos na contemporaneidade. Além disso, podemos afirmar a importância do cinema como formador de consciências, assim como ferramenta indispensável no estudo das ideologias, da história e dos processos sociais que emergem das contradições produzidas pela sociedade contemporânea e, portanto, captadas e representadas através do cinema. Logo, é totalmente legítimo neste tipo de pesquisa o uso das imagens como instrumento de análise para apreensão do fenômeno da barbárie produzido no capitalismo em sua fase tardia.

Altino Bonfim de Oliveira Júnior. [Problematizando Metodologias de Ensino-aprendizagem em Ciências Sociais.] A mesa redonda objetiva problematizar as atividades de ensino-aprendizagem na área das ciências sociais a partir de experiências que vêm sendo desenvolvida por professores e bolsistas do PIBID. Com a análise de práticas pedagógicas, objetiva-se sistematizar e socializar propostas que se orientem para promover o ensino crítico e criativo, formador da cidadania e utilizem a pesquisa como instrumento de produção do conhecimento em sala de aula.

Ana Argentina Castro Sales. [As lavadeiras do rio Acaraú entre memórias e cotidiano - Sobral / CE.] O trabalho aqui desenvolvido foi apresentado no Programa de Pós Graduação em Antropologia e é fruto do Programa de Iniciação Científica ao qual fiz parte entre os anos de 2005 e 2008, como bolsista de pesquisa do projeto intitulado: “A cidade narrada: práticas cotidianas e artes de construir a vida no urbano de Sobral”. A cidade de Sobral está localizada na porção norte do estado do Ceará. A pesquisa se desenvolveu em vários bairros e o que ficou sob minha responsabilidade foi o bairro no qual essas mulheres moram e desenvolvem seus ofícios de lavadeiras, o Dom Exedito. As fontes surgiam através de várias histórias narradas e experiências vividas no cotidiano dos moradores. Tal pesquisa resultou na elaboração da monografia que teve como título: “O bairro Dom Exedito em Sobral/CE através de narrativas, práticas e fotografias”. Inserida no Programa de Pós Graduação busco -no projeto- focar o olhar exclusivamente sobre um dos personagens desse bairro: as lavadeiras. O fato de fazerem parte diariamente da paisagem do rio, de ver e ouvir coisas, fatos, conversas, acontecimentos nas duas margens: “esquerda” e “direita”, fez com que despertasse o meu interesse em saber sobre a vida dessas mulheres que, de certa forma, têm o rio como cúmplice em seus percursos e manobras de sobrevivência. O rio Acaraú entra como personagem e cenário por fazer parte do dia-a-dia, de suas memórias e por dar significado e meios de sobrevivência à vida destas pessoas. O que fazem e como vivem no bairro e no cotidiano da cidade? Como elas interferem na dinâmica do espaço em que vivem? Quais são suas lembranças? Como essas lembranças estão sendo costuradas às “visões de mundo” que tem do espaço onde vivem? Qual o significado do rio Acaraú em suas vidas? De que forma a memória pode ativar lembranças de eventos, fatos, lugares e sentimentos que podem contar as várias histórias de uma cidade? Qual o papel da memória nesses tempos onde tudo parece escorrer por entre os dedos como a água nas mãos da lavadeira? É fazendo essas perguntas e a partir de conversas formais e informais que busco registrar as muitas histórias vividas e as “tramas” das lavadeiras que se misturam e se confundem com a história ou as histórias do Rio Acaraú e da cidade de Sobral. As lembranças do passado, da infância, da juventude, do casamento, dos filhos, e da vida, muitas vezes parecem ser a lembrança da própria cidade vivida.

Ana Elisabeth Faro. [As representações da violência policial no filme Tropa de Elite: missão dada é missão cumprida.] Há algum tempo, as ciências sociais, tem focado as representações sociais através de filmes produzidos. O objeto da presente pesquisa é a representação da violência policial no filme Tropa de Elite: missão dada é missão cumprida (José Padilha, 2007), sendo seus conceitos norteadores os relacionados às noções de representação fílmica, violência urbana, violência policial. O filme Tropa de Elite destaca-se por seu ritmo acelerado e também pela forma como trata temas delicados da sociedade brasileira, mesmo

que referenciando especificamente a cidade do Rio de Janeiro, e por uma ótica específica, a dos policiais.

Ana Erika Pires Leão. [Rousseau, Moralidade e Consciência.] Considerar a consciência, um sentimento, logrou ao filósofo genebrino o título de apologista do sentimento, fato que o diferenciou dos demais filósofos de seu tempo. É a esta faculdade inata que Rousseau credita a condução do ser humano, ela é um “guia infalível do bem do mal”. Desta forma, a consciência parece ter, no pensamento rousseauiano, um papel decisivo na constituição da moralidade do homem. Esse fato é claramente identificado a partir do complemento onde Rousseau caracteriza a consciência como juiz infalível do bem e do mal tornando o homem semelhante a Deus e fazendo a excelência da própria natureza humana e a moralidade de suas ações. Moreau ao interpretar a obra Jean-Jacque Rousseau, coloca o julgamento moral como uma “tradução de uma evidência imediata”, ou seja, ela estar no homem antes mesmo que ele possua qualquer noção de autoridade ou de leis conferidas por um grupo social. A consciência, segundo Moreau, carrega em si mesma a noção do bem e do mal, o que fornece ao homem a capacidade de julgar de forma inata, espontânea e universal. Investigar a tais conceitos, será o propósito dessa comunicação visando compreender e discutir a influência da consciência na constituição e no julgar do agir humano.

Ana Karina Figueira Canguçu. [Dinâmica da Identidade em pessoas intersexuais: Entre vozes e silêncios.] Este estudo analisa a construção da identidade em pessoas intersexuais, compreendendo a intersexualidade como condições nas quais as pessoas nascem com anatomias sexuais que não se encaixam na típica definição de masculino ou feminino. O sigilo é uma prática comum entre as famílias e os profissionais de saúde. A identidade do intersexual se constrói na interface com diferentes discursos que ora legitimam ora negam sua existência. Considera-se neste estudo a identidade como constitutiva do self e como construção narrativa. Metodologia: Participaram da pesquisa cinco intersexuais acompanhados pelo Serviço de Genética do HUPES/UFBA. Foram realizadas entrevistas narrativas orientadas por três eixos principais: identidade como processo dialógico, identidade de gênero considerada enquanto circunscrita a saberes e poderes sócio-culturais, corporeidade como elemento primordial para desenvolvimento do senso de si. A análise de narrativa articulou-se à perspectiva teórica do Self Dialógico ao compreender as vozes e os posicionamentos relativo à constituição do self. Resultados: Tanto as vozes dos familiares, amigos, vizinhos, profissionais de saúde como os silêncios possuíram um importante papel na configuração da identidade ao participar como mediadores na construção de significados sobre o corpo. O silenciamento familiar sobre a história destas pessoas foi compreendido como forma de protegê-las

do sofrimento que o “saber” poderia promover. No entanto este silenciamento diante do evento do nascimento e a existência de um corpo dito “ ambíguo” possibilita a construção de significados ambivalentes sobre identidade de gênero. A relação médico paciente apresentou-se ambivalente ora expressando uma articulação entre as dimensões técnica e cuidado ora expressando uma separação entre elas. A identidade configurou-se através da relação real com o outro e do diálogo interno. O processo de construção da identidade envolveu diversas posições do Eu: Eu-como-diferente/singular, Eu-como- igual, Eu –livre, Eu – Ausente/Alienada, Eu como- mulher, Eu -como -homem. Estas posições são dinâmicas e interagem umas com as outras construindo um senso de si que inclui tanto a “mesmidade” quanto as novidades que emergem das relações sociais. Conclusão: A dinâmica do self nos intersexuais é afetada pela ambivalência de sentidos sobre o corpo, sexo e história de vida. A identidade da pessoa intersexual é assim construída no entrelaçamento de vozes e silêncios que dão significados a sua existência. O senso de si é elaborado a partir da negociação de sentidos familiares e médicos sobre o corpo e gênero, mas envolve uma dimensão pessoa que organiza e dá sentido às experiências tornando-as base para a configuração da identidade pessoal.

Ana Margarete B. de Freitas. [Mente e natureza: o caráter distintivo da ação humana.] O naturalismo é uma tese sobre aquilo que existe. Segundo essa visão não há nada além da natureza, nada além do universo físico: todas as coisas são físicas, compostas por partículas de matéria que exibem propriedades físicas e se comportam segundo as leis físicas – leis estritas e deterministas. Uma posição naturalista no estudo da mente afirmaria que os estados e eventos mentais são apenas casos particulares de eventos físicos, endossando uma posição monista no estudo mente, uma vez que alega a existência de uma única substância – a matéria – e nega a possibilidade de haver um outro tipo de substância imaterial que poderia ser identificada à mente. Visto que há apenas o mundo físico, uma visão naturalista radical afirmaria que os conceitos mentais empregados no vocabulário da psicologia popular para descrever, explicar e prever as ações humanas devem ser abandonados, dando lugar a conceitos formulados na linguagem das ciências naturais. A utilização de um vocabulário físico na explicação das ações humanas implica em estabelecer relações de causa e efeito, produzindo generalizações e leis de caráter nomológico tais quais as leis das ciências físicas. O objetivo desse trabalho é mostrar que a ação humana não pode ser estudada e explicada da mesma forma que o comportamento dos sistemas físicos. Há algo nos seres humanos que os distingue dos objetos físicos, o que impede a redução dos conceitos e propriedades mentais a conceitos e propriedades físicas. Segundo Donald Davidson, os eventos mentais estão relacionados causalmente aos eventos físicos, entretanto não podem ser explicados pelas ciências físicas, pois a sua explicação abrange uma relação

com outros eventos e condições mentais. Um evento é mental apenas quando descrito em um vocabulário mentalista, o que implica dizer que as ações humanas são dotadas de intencionalidade, assim para compreender a ação de um indivíduo é necessário interpretá-la dentro do contexto global das suas razões, crenças e motivações, a sua ação deve ser racionalmente justificada à luz dos seus estados intencionais. Essas justificações apoiadas em razões operam em um âmbito conceitual no qual não é possível estabelecer explicações com base em leis. Dessa forma, enquanto os eventos físicos podem ser explicados derivando leis de caráter nomológico, a ação intencional pode ser apenas interpretada de acordo com as crenças dos indivíduos.

Ana Rita Tabosa. [Autonomia, liberdade e melancolia: o processo histórico segundo Marx, Bakunin e Benjamin.] Este texto tem como objetivo analisar, por meio de trechos de obras, escolhidos e citados, as posições defendidas por Karl Marx, Mikhail Bakunin e Walter Benjamin em relação à construção do processo histórico, estabelecendo uma ligação entre essas posições e as noções de autonomia, liberdade e melancolia presentes nas citações de cada um desses autores. Não pretendemos discorrer sobre os eventos históricos correspondentes aos períodos nos quais os textos foram escritos. Os trechos das obras citados foram descontextualizados com o propósito de transportar as idéias desses três autores para a atualidade, demonstrando como essas idéias ainda podem caracterizar o momento histórico atual.

Ana Soraya Vilasboas Bomfim. [Teleoperadores em Salvador: sujeição das emoções, doenças e constrangimentos.] O tema central do qual se pretende tratar é como o capital, mediante o avanço tecnológico das centrais de teleatividades, não pode suprimir o trabalho vivo, portanto, usa a opressão e sujeição da emoção como instrumento de trabalho. Além disso, mostra o processo e organização desse trabalho - entre exigências por metas de produtividade e forte controle emocional - que implica em situações de constrangimentos constantes, situação caracterizada como humilhação, assédio. Compreende-se como assédio, constrangimentos e humilhação os atos e os comportamentos de ofensas, menosprezo, inferiorização e submissão que visam o silêncio e a desvalorização profissional, em que o sentimento de ser ultrajado, o que vulnerabiliza o emocional e a moral dos teleoperadores, tornando, portanto, o ambiente de trabalho agressivo (Barreto, 2003). Desse modo, o constrangimento nas Centrais de Teleatividades pesquisadas foi verificado pelos relatos dos teleoperados sobre o abuso de poder por parte das instâncias hierárquica, bem como dos usuários de forma sistemática e recorrente. A pesquisa de campo foi desenvolvida com os trabalhadores das três maiores Centrais de Teleatividades filiadas ao Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações da Bahia (Sinttel-BA), no período de 2007 a 2009. No total, realizou-se 33 entrevistas individuais

e formou-se um grupo focal. Realizou-se também uma ampla pesquisa documental em organismos públicos e no sindicato dos trabalhadores em teleatendimento/telemarketing. O estudo revelou que a maioria dos trabalhadores nas empresas pesquisadas é do sexo feminino, moradores de bairros periféricos de baixa renda e baixa escolaridade, jovens, que em geral, estão na sua primeira experiência de emprego. A análise dos dados revela que esses trabalhadores realizam suas atividades com emoções contidas, administrando-se também as emoções do cliente usuário, para garantia da fidelização, bem como a obtenção de mais lucro, uma organização do trabalho que se pauta no controle rigoroso do tempo e em um sistema de monitoração e de *vigilância sofisticada*. Observou-se que existe uma humilhação e constrangimento que se localiza no interior da empresa, sobretudo por monitoração hierárquica, e que se desloca para seu exterior, como se constatou, por meio de pressões dos usuários-clientes, confirmando um sofrimento visível, cujos efeitos são deletérios a saúde dos trabalhadores, em especial com relação aos transtornos psíquicos e comportamentais. A constante exposição dos trabalhadores a situações constrangedoras e humilhantes são exemplos incontestáveis de constrangimento e assédio moral no trabalho, devido sua intensidade, sua constância/recorrência e seus efeitos nefastos à saúde. Conclui-se que o labor contemporâneo revela uma força de trabalho flexível de laços frágeis em que à insegurança e o sofrimento no trabalho são legitimados por um estado mínimo de razão social.

Anamaria Morales. [Europeus na Bahia da globalização: a aventura de migrar do norte para o sul global.] Na perspectiva do olhar europeu que nos interessa analisar, o Nordeste brasileiro entrou nas últimas três décadas para o mercado globalizado de imagens, idéias e possibilidades de investimento em projetos de vida, como uma reserva de bens na área tropical do sul global que atrai migrantes autônomos, não apenas tendo em vista vantagens financeiras, mas também pelo capital cultural e simbólico que imaginam poder aqui acumular. O investimento na qualidade de vida é a justificativa daqueles que munidos de um pequeno capital se dispõem a viver entre os dois continentes, mantendo laços afetivos e negócios 'lá e cá'. Incluídos nessa modalidade de migração "pendular" estão os indivíduos calculistas que apresentam um estilo de vida cosmopolita, ocupam espaços naturais selecionados e se prestam com parcimônia a dialogar com o 'diferente cultural'. Deles se distinguem os sujeitos de perfil existencialista que optam pela experiência migratória de 'imersão total', investindo no encontro com o "outro", seu alter-ego local, em uma atitude reflexiva crítica face à sua formação e valores de origem. Sujeitos que se entendem capazes de manejar diferentes códigos culturais, dotados de uma mentalidade pretensamente 'cosmopolita', os migrantes em foco enfrentam o desafio de 'reinventar-se' no novo contexto, diverso e de início não-interpretável. O caráter individualizado

do projeto, uma migração sem comunidade, e a valorização da iniciativa aventureira, mostram-se intimamente vinculados ao imaginário sobre o Brasil como um espaço aberto ao empreendedorismo e à criatividade, que já não encontram mais em seus países de procedência. O objetivo desse estudo é investigar na trajetória dos migrantes europeus pesquisados o papel do imaginário sobre a globalização e da conectividade a ela associada, na constituição de uma mentalidade ‘cosmopolita’ que os habilitaria à desterritorialização, vindo no hemisfério sul e no Nordeste brasileiro amplos espaços livres para serem ocupados. Busca-se também apontar no seu discurso as representações e imaginários sobre o país, assim como sobre a figura de um país e um continente emergentes, em contraste com um imaginado descenso do continente europeu no panorama geral das nações. E ainda observar como é percebida e o lugar que ocupa a mestiçagem das culturas, de modos de vida e de mentalidades que compõem o país, nessas representações. Enfim, por a prova, através da análise dos relatos colhidos em entrevistas sobre a sua vivência migratória, se o “alargamento da lógica” apontado por Laplantine como um efeito incontornável do encontro do europeu com a realidade contraditória e multi-diversificada da América Latina, pode conduzir efetivamente esse migrante a abrir mão do olhar neo-colonizador associado à “neurose narcisística do eu ocidental” (Lao-Montes), abrindo espaço para o diálogo com a alteridade.

Anderson Esliê Leite de Oliveira. [Pichação: arte pública e resistência: Como a criação artística permite a formação de uma identidade de resistência de grupos de jovens de bairros periféricos em Salvador.] “Arte de rua, violenta como ela.” Esta frase faz parte de uma pichação encontrada no bairro de Periperi, subúrbio de Salvador e que, provavelmente, foi apagada, seja pelo tempo, seja pela pintura completa da parede pichada. Independente dos motivos que fizeram com que este rabisco fosse apagado, esta interferência na cidade demonstra, em última instância, a expressão mais visível da invisibilidade humana ou ainda uma forma de estabelecer uma relação de pertencimento com a comunidade, mesmo que por meio da agressão. Tanto a pichação como outras formas de intervenção, como o grafite, o sticker, o lambe-lambe, são técnicas adotadas principalmente por jovens para denotar as mais variadas manifestações: artísticas, de protesto, crítica social, enfim, trazendo a tona os problemas que vão desde o racismo a causas políticas e ambientais. Ao tentar descobrir os motivos que fundaram em Salvador este fenômeno e as principais motivações das pessoas que a praticam, retornamos aos primórdios da expressão gráfica, desde as mensagens nas cavernas até Pompéia, desde o grafite romano até a pichação em nossa época. Em todas estas manifestações há um elemento em comum: a tradução de uma visão de mundo e suas inquietações, comunicando-se com universos de representação onde se podem ler suas mensagens até hoje. É por essas e outras tantas características que este fenômeno se mantém

intrigante e acima de tudo surpreendente e enriquecedor. Tema da monografia, escrita em 2008, denominada Pichação: Subversão pela arte? Motivações e/ou condições que determinam o ingresso de jovens nas instâncias do piche na cidade de Salvador, tinha como objetivo compreender as motivações e condições que determinam o ingresso de jovens nas instâncias do piche na cidade de Salvador. Para o projeto de Mestrado pretendo retomar a discussão sobre a pichação estendendo o campo de análise, ampliando os estudos sobre a “estética” do fenômeno, tomando por referência principal a construção da identidade via a expressão da pichação enquanto arte pública. Logo, pretendo entender a pichação enquanto um elemento comunicativo, fundamental na formação da identidade e socialização desses jovens. O estudo da pichação enquanto obra de arte, uma arte urbana, pública, agressiva, nessa proposta será posta a partir dos referenciais da Sociologia da arte, aplicando-os em dupla perspectiva, quais sejam: a pichação como elemento identitário e a pichação enquanto uma arte pública. Logo, interessa-me estudar a manifestação artística em suas qualidades estéticas, mas aplicando a elas à preocupação de Bastide de vê-las enquanto uma estética sociológica. O que significa entender a produção e a exposição da obra de arte, os seus produtores e os seus receptores. Neste projeto, os três primeiros elementos são parte integrante da formação identitária dos pichadores. A partir deles buscaremos investigar os elementos comunicativos e de socialização que estes grupos mantêm entre si e com outros grupos. Por fim, pretendo situar a pichação no interior das discussões sobre “arte pública”, o que significa esse termo e até que ponto essa discussão pode identificar a pichação como um elemento de intervenção artística na cidade.

Anderson Fontes Passos Guimarães. [O sexo implícito: a invisibilidade lésbica na mídia e na academia.] Este artigo tem como objetivo discutir a histórica invisibilidade conceitual lésbica nos principais veículos midiáticos e acadêmicos, contrapondo-a com a homogeneidade masculina no seio dos estudos e discussões sobre a homossexualidade, especialmente no começo do século XX. Toma-se como parâmetro a teoria queer, a fim de se analisarem noções pontuais, como sexualidade, identidade e gênero, visando a perceber de que forma a mídia e a academia retratam a lesbianidade, bem como a tendência atual de estudos e seus principais desdobramentos.

André Borges, Alvin Sanches Filho & Carlos Rocha. [Conexão estadual, geografia do voto e coalizões eleitorais no federalismo brasileiro.] Este trabalho pretende dar conta de questões ainda pouco estudadas pela ciência política brasileira, relativas à dimensão territorial da política eleitoral nos estados. O objetivo central é identificar a existência ou não de padrões territoriais regulares na distribuição dos votos nas eleições para a Câmara Federal, e determinar em que medida estes padrões se associam ao posicionamento dos partidos com respeito aos

governos nacional e estadual. Argumentamos que a definição dos padrões territoriais de votação de deputados e partidos deve acompanhar a clivagem entre governo e oposição na esfera estadual, uma vez que o governador e seu grupo político têm a possibilidade de se valer dos poderes formais e informais do Executivo estadual para mobilizar o eleitorado governista nos municípios pobres. Por outro lado, o posicionamento da situação e da oposição estadual com respeito ao governo federal também afeta as estratégias de construção de coalizões em decorrência do potencial para a competição vertical entre as coalizões estaduais e nacionais. Esta dinâmica é resultado das características institucionais da democracia brasileira. Em um sistema político caracterizado por executivos fortes, federalismo “robusto” e partidos fracos na arena eleitoral, os chefes do Executivo assumem papel central na construção e reconstrução das coalizões eleitorais, diferentemente de sistemas onde os partidos são mais institucionalizados. Neste trabalho apresentamos evidências em favor deste argumento analisando a geografia do voto dos partidos de oposição e situação em três estados – Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Bahia – entre os anos de 1998 e 2006. Os resultados de pesquisa apresentados neste artigo dão suporte parcial às nossas hipóteses relativas à mudança/continuidade dos padrões territoriais de votação dos partidos nas eleições proporcionais federais nos estados. Em todos os casos, processos de crescimento eleitoral dos partidos, interiorização do voto e mobilização do eleitorado governista nos municípios mais pobres aparecem associados à capacidade das organizações partidárias de obter acesso a cargos e recursos controlados pelos Executivos federal e estadual. Isto sugere certa estabilidade na geografia do voto que, mais uma vez, pode estar relacionada à trajetória histórica dos partidos, sua organização e acesso a redes políticas locais, e capacidade de deputados individuais de cultivar e manter determinadas “constituencies”. Feitas estas ressalvas, os achados deste trabalho parecem apontar para uma direção distinta com respeito às análises das eleições proporcionais que enfatizam a conexão eleitoral de políticas distributivas implementadas pelo Poder Legislativo, estabelecendo uma analogia – bastante problemática, diga-se de passagem – entre o sistema político brasileiro e o norte-americano. A força e a importância do Poder Executivo nas arenas eleitoral e decisória do presidencialismo brasileiro colocam em dúvida esta linha interpretativa, uma vez que a capacidade dos parlamentares de atender às demandas dos seus eleitores irá depender em boa medida de recursos controlados pelo presidente e pelos governadores. Neste sentido, ao desvendar a conexão entre a clivagem situação-oposição nos planos federal e estadual e os padrões de votação dos partidos, este artigo aponta para uma linha interpretativa mais matizada, que leva em conta as especificidades institucionais do nosso presidencialismo.

André Jacobina. [ARENA e MDB em tempos de distensão: os primeiros resultados da frente democrática na Bahia (1976-1979).] Este trabalho faz parte da nossa pesquisa desenvolvida no mestrado e trata, especificamente, de analisar os primeiros resultados eleitorais relevantes, em se tratando de política baiana, das forças de oposição à ditadura militar, ocorridos nas eleições municipais de 1976 e depois nas eleições de 1978, utilizando fundamentalmente informações extraídas de três jornais baianos do período, A Tarde, Jornal da Bahia e a Tribuna da Bahia. Já existiam movimentos e indivíduos que faziam oposição ao regime militar no período anterior ao do nosso estudo, porém a força da Arena, que se valia inclusive de um braço adesista no MDB, manteve essas pessoas e movimentos afastados do poder. Diferentemente das eleições de 1974, que representaram um revés histórico para o MDB baiano, em 1976, o partido obteve maioria na Câmara dos vereadores da capital, além de algumas outras vitórias importantes no interior do Estado. A maior parte dos governos municipais, entretanto, permaneceu nas mãos da Arena, que também ganhou espaço em redutos antes controlados pelo MDB. Os resultados finais na Bahia indicam 1.518.800 votos para a Arena, (75,1%) e 504.604 votos para o MDB, ou seja, 24%. A vitória da Arena no interior pode ser compreendida se acrescentarmos que em 1972 o MDB concorreu em 61 municípios, vencendo em 32. Já em 76, concorrera em 120, vencendo em 32. O MDB manteve 14 municípios, cresceu na capacidade de concorrer em mais municípios e venceu em cidades importantes politicamente como Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista. O MDB cresceu, venceu em boa parte dos municípios mais ricos, mas os arenistas baianos conseguiram manter o controle do interior e ainda tirar municípios do controle dos emedebistas. Um dos elementos novos no cenário baiano foi a participação mais intensa da Ala Jovem do MDB, que havia sido criada em 1967, mas que em 76, colhia seus primeiros resultados eleitorais na Bahia. Em 1978 a vitória da Arena baiana esperada pelos jornais locais se confirmou, o que a manchete do Jornal da Bahia “Eleições na Bahia não apresentam Surpresas”, de 27 de novembro, indicou claramente, mesmo antes dos resultados finais. Na Assembléia Legislativa a Arena ficou com 43 das 56 cadeiras e o MDB com 13. Na Câmara Federal a Arena elegeu 24 deputados federais e o MDB apenas 8. Para o Senado, Antonio Lomanto Junior, da Arena, recebeu 1.145.425 votos, Rômulo Almeida recebeu 516.146 votos e Newton Macedo Campos somente 81.367 votos. Apesar do desempenho do partido de oposição ter sido considerado abaixo do esperado, ele cresceu, aumentando a bancada federal e estadual. O nosso foco consiste em analisar como o momento de conflito das eleições, esse permite visualizar as diversas divisões na Arena e MDB baianos e como essas divisões afetam o processo político. Nesse trabalho priorizamos a análise do crescimento do MDB baiano, suas dificuldades e trunfos no início da formação de uma frente baiana que

defendia a redemocratização e que buscava se unir ao movimento nacional pela democratização, que nos anos 70, ainda estava germinando.

André Luís Mota Itaparica. [Notas sobre a questão da subjetividade em Nietzsche (Comentário de Além do bem e do mal, §54).] Em termos histórico-filosóficos, um dos principais textos de Nietzsche sobre a questão da subjetividade encontra-se na seção 54 de Além do bem e do mal, na qual ele comenta, de forma breve e alusiva, as concepções de subjetividade de Descartes e Kant. Dada a economia da argumentação nietzschiana, característica marcante sobretudo de suas obras publicadas, procuraremos, a partir de outros textos – publicados e póstumos – , desenvolver os argumentos que se encontram condensados na seguinte passagem: “Antes se acreditava na ‘alma’, como na gramática e no sujeito gramatical: dizia-se que ‘eu’ é condição, ‘penso’ é predicado e condicionado – pensar é uma atividade para a qual um sujeito tem de ser pensado como causa. Depois se tentou, com astúcia e tenacidade admiráveis, ver se não se podia escapar dessa rede, – se talvez o contrário não fosse verdade: ‘penso’, condição, ‘eu’, condicionado; ‘eu’ portanto apenas como uma síntese realizada pelo próprio pensamento. Kant, no fundo, quis provar que, a partir do sujeito, o sujeito não poderia ser provado, – o objeto também não: a possibilidade de uma existência aparente do sujeito, portanto da ‘alma’, pôde não lhe ter sido de todo estranha, uma concepção que, como filosofia vedanta, já existiu na Terra com um poder descomunal”. Nosso propósito será mostrar como, a partir da análise desse trecho, podemos chegar às seguintes conclusões: (1) Para Nietzsche, o cogito cartesiano não era uma certeza imediata, por depender de uma série de pressupostos tácitos (identificação do sujeito gramatical com o sujeito lógico e assunção da causalidade do sujeito); (2) Segundo essa leitura, esses pressupostos levaram Descartes a uma concepção substancial do sujeito, que será posteriormente rejeitada por Kant, sendo substituída pela apercepção transcendental (a consciência de uma síntese unificadora); (3) Nietzsche realiza no final dessa passagem uma leitura schopenhaueriana da apercepção transcendental.

Andre Luiz Souza Aguiar. [O assédio moral organizacional e a precarização das relações de trabalho.] O objetivo deste artigo é discutir o assédio moral a partir de modelos de gestão adotados nos contextos de flexibilização e precarização das relações de trabalho. Examinam-se aqui os casos de assédio moral registrados em processos judiciais trabalhistas – litígios individuais e coletivos – , envolvendo uma única empresa produtora de cerveja e refrigerante e diversos vendedores, em várias unidades de vendas em diversos estados brasileiros, cujas denúncias se referem à pressão para o cumprimento obrigatório de metas por meio de atos portadores de agressão psicológica e física. Essa exposição dos trabalhadores a situações vexatórias e humilhantes no ambiente de trabalho

nos conduz aos seguintes questionamentos: o assédio moral é recente nas relações de trabalho do Brasil? Essa violência moral é fruto das relações interpessoais ou resultado da organização do trabalho? O assédio moral é um modelo de gestão por coação para o atingimento de metas de produção. Pretende-se, empiricamente, responder estas questões a partir da análise dos casos apresentados sob o enfoque das teorias que discutem o assédio moral e a precarização das relações de trabalho.

André Nascimento. [Filosofia e crítica da linguagem em Wittgenstein.] A filosofia, garante o *Tractatus*, é crítica da linguagem, porém não no sentido de Mauthner (TLP, 4.0031). Com essa breve recusa assinala Wittgenstein a identidade da obra. Diante disto, porém, como definir a natureza positiva (por assim dizer) do trabalho filosófico? Por um lado, cumpre afastar-se de um Mauthner, a par de toda tradição que nele encontra exemplo e voz. Pois se é preciso reconhecer a vocação crítica da filosofia, será igualmente preciso recusar uma já velha desconfiança, onde pretensões mauthnerianas fariam coincidir a tarefa eminentemente crítica da filosofia com denúncia da precariedade de nosso discurso. Neste cenário onde a linguagem implica deformação, é a associação entre crítica e denúncia que confere identidade à filosofia, sendo precisamente tal identificação aquilo que Wittgenstein pretende recusar. Se a filosofia é crítica da linguagem, resta que ela não corresponde à denúncia de qualquer fracasso. Por outro lado, uma vez que a crítica filosófica não reside em denúncia, não seria possível afirmar que ela consiste no inventário dos traços logicamente essenciais responsáveis, ao menos em princípio, pela capacidade expressiva da linguagem? Recusada a avaliação pessimista, seria possível cultivar a esperança de expressar o sentido, ainda que em linguagem ideal, de maneira determinada? Tal é, sabe-se, a leitura de Russell, que reconhece no *Tractatus* a pretensão de revelar as condições a que devem atender uma “linguagem logicamente perfeita”. Nesta perspectiva, o que importa a Wittgenstein seriam as exigências logicamente necessárias que dirigem a construção de um “simbolismo acurado”, isto é, um em que as sentenças representem algo bem definido. Um acréscimo, porém, torna-se essencial: evidentemente, alerta-nos Russell, seria sempre preciso notar que não falamos aqui de nossa linguagem natural. A fim de explicar a pretensão do *Tractatus* frente à óbvia constatação de que a linguagem natural não oferece qualquer exemplo das entidades lógicas exigidas pela obra, Russell não poderia nada fazer senão distinguir entre uma linguagem ideal e nossa linguagem efetiva. A primeira, garante-nos, funciona na medida em que cumpre tais exigências; a segunda, apenas se aproxima mais ou menos desse ideal, sendo preciso reconhecer que, na prática, “a linguagem é sempre mais ou menos vaga, de modo a nunca ser completamente preciso o que se afirma”. Ora, é bem conhecido o repúdio de Wittgenstein a esta leitura que, doravante, não poderá fazer da crítica um exercício de denúncia nem, em outro registro, fazer dela uma reforma

ou melhoria da lógica de nossa linguagem. Toda linguagem, garante Wittgenstein, está logicamente, assim como está, em perfeita ordem, cabendo à atividade filosófica tão-somente dar conta da limitação entre o significativo e o contra-senso. Em nosso texto, trata-se de tematizar a natureza da filosofia enquanto crítica da linguagem no sentido particular que o Tractatus confere à expressão, isto é, por em tela seu sentido positivo ao tempo em que se considera não ser esta crítica nem reforma nem denúncia da linguagem.

André Pedreira. [Comentários do capítulo XXVIII dos Paralipomena de Schopenhauer.] Nosso artigo pretendeu comentar as teses da concepção de educação intelectual em Schopenhauer, que compreende, portanto, a forma de conhecimento em que as intuições devem necessariamente preceder a formação dos conceitos, para daí mostrar que mediante a primazia das intuições sobre a formação dos conceitos tem-se o correto conhecimento do mundo em seus dois aspectos: físico, que compreende o conhecimento da realidade exterior, e humano, que compreende o conhecimento do que é a natureza humana.

Andréa da Rocha Rodrigues. [A historiografia da década 1930 e as interpretações culturais sobre a formação da nacionalidade brasileira: Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.] Esta comunicação faz parte de uma pesquisa historiográfica desenvolvida a partir de um projeto de pesquisa intitulado História da história do Brasil: um estudo de historiografia brasileira. O referido projeto tem o objetivo de articular propostas de pesquisas historiográficas individuais acerca de temas, regiões, épocas, autores ou obras, utilizando-se recursos teóricos e metodológicos adequados para desenvolver o estudo da historiografia brasileira em múltiplos aspectos, num amplo programa de estudos. Assim, enquanto pesquisadora deste projeto, procuro investigar as concepções de nacionalidade apresentadas nas principais obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, bem como as matrizes teóricas e metodológicas utilizadas por estes autores. Da mesma forma, busco investigar as continuidades e as discontinuidades presentes nas elaborações discursivas destes autores sobre o Brasil.

Andrea Oliveira D’Almeida. [Educação e trabalho no contexto da acumulação flexível: breves considerações.] O texto discute Educação e Trabalho sob o enfoque jurídico, através da análise de dois grandes marcos legais: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96. Debate as relações intrínsecas entre educação, políticas sociais, trabalho e cidadania. Apresenta os reflexos da reestruturação produtiva, no contexto da acumulação flexível, tanto na educação, quanto no trabalho. O artigo visa contribuir para a discussão acadêmica sobre a importância da relação entre a educação e o trabalho para a formação crítica do cidadão-trabalhador, preparado para a vida e para o trabalho e não só para atender às demandas capitalistas neoliberais

emergentes do mercado de trabalho na chamada era da acumulação flexível ou “era da flexibilidade”, inclusive, das relações trabalhistas frágeis e precárias. O Estado deve priorizar políticas públicas que promovam educação, emprego e renda para todos numa perspectiva de resgate da cidadania. E educação deve ser voltada para a cidadania do trabalhador e não para se adaptar à lógica do mercado de trabalho, sob pena de ser destituída da sua função primordial que é preparar cidadãos para a sua emancipação, vislumbrando a transformação social.

Andressa de Freitas Ribeiro. [O corpo e o comportamento.] O presente trabalho consiste em uma reflexão sobre o uso do corpo e o comportamento, relacionados às performances de gênero, dos frequentadores de um espaço de sociabilidade GLS, em Salvador, denominado Beco dos Artistas. Esses dados foram conseguidos através de uma etnografia realizada no período de 2008 a 2010. Para refletir sobre os dados recolhidos em campo, referente ao comportamento dos frequentadores, recorri a três autores principais: Csordas, Butler e Preciado. Através do pensamento desses autores, em consonância com os dados do campo, pude perceber que ser homem e ser mulher é, também, uma atitude corporal, um modo de ser corporal, e mais, que a feminilidade e a masculinidade, presumidamente emanadas do sexo biológico, são construções que se dão através do uso do corpo. Ademais, é o uso do corpo que fornece um efeito de naturalização do sexo/gênero. Nesse sentido, a relação entre corpo, gênero e sexualidade ganha um foco central no presente trabalho.

Anete B. L. Ivo, Ângela Borges, Cristiana de Almeida Bastos, Denise Vitale, Elsa S. Kraychete, Stella Senes, Marina Rute Pacheco & Maria Auxiliadora Alencar. [Dicionário de Desenvolvimento e Questão Social.] O dicionário de *Desenvolvimento e Questão Social* articula uma equipe interinstitucional e multidisciplinar de pesquisadores com o objetivo de desenvolver e organizar de informações e conhecimentos [na forma de verbetes] relativos à interface dos dois pólos da temática, e disponibilizar para a comunidade acadêmica e os formuladores e gestores de políticas e projetos sociais um sistema de classificação de noções e conceitos que desdobram esta temática. A sua transversalidade tem caráter, necessariamente, multidisciplinar. Os verbetes incorporam horizontes teóricos, políticos e sociais diversos na formulação do conhecimento, numa perspectiva de atualização e clarificação teórica de informações relevantes à explicação das fronteiras teóricas e práticas implícitas ao tema central e suas mútuas implicações, na atualidade. O dicionário tem caráter dinâmico, buscando captar os novos e diversos sentidos atribuídos às ações sociais, ao mesmo tempo em que a sua elaboração e discussão permitirão estimular o exercício reflexivo e conceitual sobre questões prioritárias da agenda social contemporânea.

Anete Ivo. [Pobreza, trabalho e sociabilidades contemporâneas.] As noções de desigualdade e pobreza adquiriram centralidade nas Ciências Sociais e nos documentos públicos. No âmbito das práticas elas tendem a naturalizar a desigualdade como matriz da sociabilidade contemporânea influenciando tanto as políticas sociais como os sujeitos individuais e coletivos em suas práticas. Mas a condição de pobreza na sociedade capitalista moderna foi formulada em contraponto à inserção do homem livre no universo do trabalho, e diz respeito às condições de reprodução dos trabalhadores, e às formas de responsabilização coletiva sobre as condições de riscos sociais. Pode-se afirmar, portanto, que a relação contraditória entre pobreza e trabalho representa um “fato social total”, estruturante das sociabilidades e da ordem social, no sentido atribuído por Dominique Méda, ao considerar o trabalho como um fator estruturante da integração dos trabalhadores nas sociedades modernas. Este trabalho analisa algumas estratégias discursivas hegemônicas que naturalizam esses significantes no contexto de vigência da agenda da “luta contra a pobreza”. Elas ganham importância porque interpelam os dispositivos em que os sujeitos individuais e coletivos agenciam as suas práticas e, ao contrário do que anunciam, constituem-se fatores de produção e reprodução da pobreza e das desigualdades.

Ângelo Márcio Macêdo Gonçalves. [Considerações sobre o aprender filosofia.] Filosofia tem um campo de modalidades. Assim como outras formas de conhecimento, a filosofia tem sua especificidade e sua área de atuação. Sua demarcação e delimitação são caracteres importantes para quem investe na formação filosófica. O que pensaremos a seguir se reveste na tessitura de algumas considerações, muito embora carregada de proposições metodológicas, sobre procedimentos – que acreditamos essenciais e imprescindíveis – do labor do fazer filosofia. Entendo essa tarefa como as próprias condições de possibilidade do aprender filosofia, ou talvez, filosofar. Partimos do princípio de que a tarefa demandada no processo do filosofar, ou mesmo, dos meios de se ter acesso a este conhecimento, já estabelece uma tarefa intelectual pressuposta no próprio interior dos textos de filosofia. Que relação existe entre o objeto, o método e o conteúdo em filosofia? Quais as dificuldades do iniciante na filosofia? Quais os obstáculos da leitura filosófica? A interpretação filosófica é passível de uma metodologia direcionada à sua apreensão? E o que dizer do “talento filosófico”?

Antonia da Silva Santos. [Nações e desejos de libertação. Vozes de escravizadas no século XIX.] Em documentos pertencentes ao Arquivo José Wanderley de Araujo Pinho, em Salvador, foram encontrados registros de libertação de escravizados, os quais são apresentados neste trabalho. Os textos informam e confirmam a diversidade de nações de origem africana, as quais são ressaltadas a partir de um levantamento de marcas históricas de desejos de liberdade, sobretudo, de escravizadas no século XIX, o que permitirá, possivelmente, uma transcendência das fronteiras de costumes e de idiosincrasias particulares.

Antônio da Silva Câmara. [Cinema documentário e emancipação social na América Latina.] A presente comunicação tem por objeto filmes documentários que representam as lutas sociais, o modo de vida, a cultura e formas de emancipação na América latina. Tal objeto de estudo impôs-se por dois motivos básicos: o primeiro decorrente da nossa prática de pesquisa, pois ao longo deste período na busca de filmes para dar continuidade à pesquisa nos deparamos com considerável produção referente à América latina, e em segundo, devido ao impacto das lutas sociais na América latina, pois em diversos países, novas formas de luta e práticas cotidianas estão sendo gestadas. Tais lutas remetem em questão o moderno estado-nação, as formas de representação e de luta das classes exploradas contra os grupos dominantes, incorporam às demandas sociais e a necessidade de defesa e preservação do planeta e, ao assim procederem, apresentam alternativas na luta pela superação do quadro de exploração capitalista. Isso é possível observar tanto nas lutas dos indígenas de Chiapas, nas revoltas dos indígenas bolivianos e equatorianos ou nas formas de protesto dos trabalhadores desempregados na Argentina, por ocasião da crise econômica do início da década. Pretendemos ao realizar esta pesquisa partir de duas referências teóricas para a questão da emancipação humana, a primeira, já clássica, elaborada por Lukács, que, em diversas de suas obras, retoma o percurso de Marx em compreender a história vivida até então como uma pré-história da humanidade, reino da necessidade, no qual foi necessária a separação homem/natureza (e, portanto, de emancipação humana do estado natural); esse momento de luta emancipatória contra as forças da natureza seria substituído pela luta interna na sociedade, decorrente das contradições geradas pela apropriação privada dos meios de produção e do resultado do trabalho que configuram a sociedade em classes complementares e antagônicas. A contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção seria para Marx o que impulsionaria a luta de classes. A busca da satisfação das necessidades humanas e a conquista efetiva do ser humano genérico seria consequência de um longo processo de luta de classes. Para Lukács, o esforço de Marx para entender como essas contradições levariam à superação do modo de produção capitalista teria sido insuficiente, por isso, seria necessário avançar na compreensão teórica da formação da consciência de classe como elemento fundamental para a realização de processos revolucionários que conduziram ao fim da sociedade burguesa. As lutas sociais na América latina apresentam estas características postas acima, e por isso, tem sido um renovado objeto de estudo das ciências sociais. Por esse motivo decidimos buscar nas imagens as dimensões das lutas e modo de vidas que se opõem às formas hegemônicas na América Latina, região na qual está em processo um amplo movimento de renovação de práticas sociais, ideologias e propósitos revolucionários. Alguns vídeos analisados ao longo de 2010 focando

as lutas sociais em Chiapas serão utilizados como referência para a discussão, notadamente os vídeos e filmes: Entrevista a Sub-Comandante Marcos (produção do EZLN); EZLN em Ação (produção do EZLN); Tomada de Chiapas pelo EZLN (produção do EZLN).

Antônio Eduardo Alves de Oliveira. [O movimento estudantil nos 70 anos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA: uma manifestação política da criatividade e da radicalidade da juventude.] O movimento estudantil apresentou-se como um admirável protagonista no decorrer dos 70 anos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, posicionando-se como agente de contestação e rebeldia, tanto no espaço político, quanto na esfera artística e cultural. Uma das questões mais relevantes da presente época foi o aparecimento da juventude como um elemento de inovação e contestação social. Acontecimentos como manifestações, greves e passeatas, impulsionadas pelos estudantes, significaram a expressão prática de um movimento de massas que trouxe consigo, além de inovações nas modalidades de ação, o aparecimento de valores diferenciados. Desta forma, na sociedade moderna, a juventude assumiria um papel inovador, na medida em que abriu possibilidades através da contestação de uma sociedade em crise, potencializando, assim, a insatisfação social. A escolha do movimento estudantil baiano como tema está relacionada com a necessidade de investigar a atuação dos jovens na política por meio de um movimento que se expressa pela prática social coletiva. Através do estudo e da pesquisa sobre o tema, busca-se compreender a relação entre os valores professados e a ação desse movimento coletivo. Ademais, existe a particularidade do ME, sobretudo nas décadas de 60 e 70, ser um movimento extremamente atuante, com uma notável produção de acontecimentos e de valores renovados. O movimento estudantil baiano teve uma forte presença no cenário cultural e político da Bahia, adquirindo também uma repercussão nacional. O foco desse trabalho é analisar as práticas, os valores, as reivindicações e as interações do movimento estudantil baiano na esteira das mobilizações pela redemocratização, em particular como os estudantes de FFCH transformaram “São Lázaro” em um importante lugar de manifestação política da criatividade e da radicalidade da juventude baiana.

Antonio Luigi Negro. [Tartarugas e gigantes. Aspectos históricos do filme Lula, o Filho do Brasil.] A partir de uma perspectiva histórica, a comunicação problematizará aspectos tanto da história de vida do operário quanto da biografia do sindicalista metalúrgico Lula, ex-presidente do Brasil. Baseado em pesquisa feita para o doutorado de Denise Paraná em História Econômica na USP, o filme Lula, o Filho do Brasil será examinado em alguns aspectos: a relação de Lula com as esquerdas, sua relação com seu mentor no sindicato, o “autêntico” Paulo Vidal, e alguns traços de sua relação com seu pai Aristide e sua mãe Lindu. Numa segunda parte, a comunicação chamará a atenção para a memória

existente sobre a passagem do “gigante” Lula no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, de como isso pode obscurecer a presença de outros sindicalistas, as “tartarugas”.

Arina Vital. [Os poderes estéticos da música em O Nascimento da Tragédia, de Nietzsche.] Em um mergulho no mundo helênico, Friedrich Nietzsche (1844-1900) encontra fôlego para questionar a supervalorização da ciência sobre a arte. A tragédia ática - arte oriunda dos conflitos e reconciliações de dois princípios opostos: o apolíneo e o dionisíaco - é reivindicada pelo filósofo como atividade suprema, reveladora de mistérios profundos. O objetivo deste trabalho é explicitar os argumentos utilizados pelo autor de “O nascimento da tragédia” para defender a origem essencialmente musical da arte trágica e compreender a proposta de um renascimento do espírito trágico grego na Alemanha do século XIX a partir da música, especialmente das composições de Richard Wagner (1813-1883), grande amigo e influenciador das ideias expostas por Nietzsche em sua primeira obra.

Aruana Fontes. [Grupos humanos: Entitatividade e valência.] O conceito de entitatividade se refere à percepção do grupo como uma entidade e não como um conjunto de indivíduos. O presente trabalho relata os resultados de um estudo, conduzido em um ambiente online de coleta de dados (EFS Survey), com o objetivo de avaliar as relações entre a valência (avaliação do grau de positividade e negatividade) e as dimensões entitativas da homogeneidade percebida, agenciamento individual e grupal, duração e organização dos grupos em relação a doze acepções distintas de grupo. Responderam à pesquisa um total de 347 pessoas, composto em sua maioria do sexo feminino (n=234), com forte alocação na faixa etária de 21 a 30 anos (n=160) e maior representatividade do grau de escolaridade no ensino superior (n=323) com relação ao ensino médio (n=34) e fundamental (n=05). Os resultados evidenciam o efeito moderador da valência na avaliação das distintas dimensões entitativas e sugere que os grupos não podem ser percebidos como entes genéricos e que a depender da acepção considerada as relações entre as diversas dimensões entitativas podem assumir valores diferenciados.

Augusto Cesar Costa Cardoso & Leny Alves Bonfim Trad. [Narrativas dos dentistas sobre dimensões simbólicas das práticas e na interação em equipe de saúde para a realização do trabalho no Programa Saúde da Família do município de Salvador, Bahia.] O processo de trabalho dos cirurgiões-dentistas (CD) tem sido historicamente caracterizado pelo predomínio de ações de caráter cuativo-cirúrgicas, sem tradiçãono trabalho em equipe e na esfera pública. Entretanto, observam-se, na última década, mudanças significativas neste modelo de práticas, em um cenário de crise da Odontologia, de natureza liberal e privada no Brasil, assinalando para um novo contexto de inserção cada vez maior dos

CD nos serviços públicos, como profissional assalariado nas várias esferas de governo e em especial no Programa Saúde da Família (PSF). A inserção desta categoria no PSF, a partir de 2000, em diferentes municípios brasileiros nem sempre esteve embasada em planejamento e programação que favorecesse a produção de ações em saúde bucal adequadas às necessidades da população. Conseqüentemente, em muitas equipes do PSF a prática de saúde bucal limita-se à reprodução de técnicas desenvolvidas através da assistência odontológica privada voltada ao controle de danos sem garantir integralidade e universalidade, o que torna um grande desafio o trabalho destes profissionais e das equipes de saúde. Diante da dificuldade em estabelecerem-se modelos de práticas embasadas em planejamento e programação, no cotidiano das instituições de saúde, espera-se na multidisciplinaridade de profissionais que trabalham em equipe, como exemplo no PSF, satisfatória integração e diálogo que favoreçam o desenvolvimento de ações inovadoras de saúde mesmo em cenários de maior precariedade. A valorização dos sujeitos no trabalho em saúde, potencial geradora de espaços coletivos propiciadores de criatividade, educação continuada, agir comunicativo, assim como de participação no planejamento, avaliação e tomada de decisões é comprometida, segundo alguns autores através do controle rígido instituído por gestores, no discurso do trabalho com responsabilidade, com a finalidade maior de reduzir a liberdade dos trabalhadores, obrigando-os a cumprir normas, regras, diretrizes e protocolos. Nestes cenários, o que sobressai é a pretensa dominação das subjetividades, assim como do campo de interesses e dos desejos dos trabalhadores do PSF polarizada com a busca de autonomia e realização no trabalho. Analisamos as narrativas dos CD que trabalham na ESF no município de Salvador-BA acerca das relações intersubjetivas com os demais profissionais, a fim de apreender as concepções de autonomia, poder e hierarquia que permeiam sua integração no trabalho em equipe. As informações foram obtidas e gravadas por intermédio de 4 grupos focais (envolvendo 27 CD), entrevistas individuais em profundidade e observação direta do trabalho junto a oito CD, além de visita às USF. Os resultados apontam a existência de hierarquia, dos privilégios de algumas profissões em detrimento de outras favorecendo conflitos, disputas de poder, além do comprometimento da autonomia e da cooperação entre os trabalhadores da equipe de saúde. Ressaltaram-se pelos CD os sentimentos de desvalorização relacionados aos problemas de infra-estrutura e gestão na ESF do município de Salvador que dificultam o cotidiano de trabalho e a resolutividade das ações. Acredita-se que descortinar tais problemas poderá contribuir para o avanço das relações dentro da ESF com conseqüente melhoria do planejamento e satisfação dos profissionais e usuários do serviço.

Breno Carvalho. [Uso social das coisas em marina soteropolitana.] Fruto de dissertação de mestrado, este artigo objetiva analisar as formas de consumo do equipamento náutico Bahia Marina, situado em Salvador/Bahia, a fim de compreender o uso social que os distintos grupos de consumidores – constituídos por locatários de vagas para embarcação, clientes dos restaurantes e públicos das festas de verão e de música eletrônica – realizam deste espaço. Para tanto, o lazer é visto como atividade mediadora e integrada ao consumo, sendo ambos lazer & consumo – responsáveis e contribuintes para a construção da autoimagem do ator social moderno, o qual compreende a existência de espaços prévios e nítidos para sua ocupação em cada um dos estratos sociais. Contemporaneamente, a manutenção de uma distância social entre os sujeitos é pré-condição para uma diferenciação entre eles e o entendimento entre os mesmos de que instantes de tangência entre seus universos pessoais são passíveis de ocorrência. Evita-se, contudo, a cristalização ou perpetuação destes momentos. Daí, a imprescindibilidade de novos distanciamentos operados pelas práticas de consumo. A Bahia Marina, por sua vez, cumpre duplo papel na reprodução destas distinções: (a) desenvolvendo estratégias mais exclusivas para seus usuários; (b) permitindo que nestes campos mais restritos os atores negociem entre si, troquem informações e tracem formas de delimitação espacial, sem que isso represente um convívio segregado. Validar ou fortalecer uma segregação representaria um exercício contraditório e ineficaz para estes sujeitos, já que os modos de consumo operam como dispositivo formador de identidade, a qual se firma frente à comparação com o outro no estabelecimento de pontos de semelhança e discordância. A autoimagem é assim construída na medida em que os significados acerca das ações de consumo e lazer são elaborados por meio de um jogo dialético entre agente e estrato social ao qual pertence, o que invalida uma submissão ao coletivo, mas, opostamente, um jogo sinérgico no qual estas partes acordam mutuamente sobre a legitimidade e o desacordo sobre uma conduta de consumo, amparada pela ordem simbólica. Logo, é devida sua atenção e interesse por indícios e práticas culturais inovadoras capazes de apresentar-lhe a novidade, a ruptura, antes que esta se firme como comportamento padrão. A Bahia Marina, por sua vez, reposiciona este sujeito frente à sua rede social, permitindo que ambos – coletivo e indivíduo – renegociem suas normas internas e seus campos de socialização, legitimando a autoimagem construída e permitindo que este indivíduo venha a ser mediante o outro.

Bruna Frascolla Bloise. [Sobre os Diálogos de Hume.] Nos Diálogos sobre religião natural, somos apresentados a um debate passado em tempos longínquos através de Pamphilus, então discípulo novo de uma das personagens, ao seu discípulo Hermippus. Se não hesitarmos em seguir sua narrativa, o resultado da discussão é claro: os princípios mais próximos à verdade são os do seu

mesre Cleanthes, e portanto a posição mais sensata acerca do assunto discutido é afirmarmos a existência de Deus, inferindo-a a partir da evidente perfeição do mundo. Entretanto, podemos, também, na ausência de Hume como personagem ou narrador, tentar identificar qual é a sua posição a partir das implicações dos argumentos das personagens – e será isto o que faremos em nosso texto.

Bruno Andrade de Sampaio Neto. [A face irracional da burocratização no romance O Castelo de Kafka.] O projeto propõe investigar a maneira pela qual o escritor Franz Kafka representou o fenômeno da burocratização na sociedade capitalista moderna, tomando como objeto de estudo seu último romance, O Castelo escrito em 1922. Para tanto, buscaremos destacar o ponto de vista expreso pelo autor, que já no início do século passado via nesta burocratização traços marcantes de irracionalismo, diferenciando-se assim, da visão mais usual que entende a burocracia como conseqüência da crescente hegemonia do pensamento científico-racional. A administração burocrático-racional, como aqui a compreendemos, é gerida por normas cristalizadas, que por esta característica, se mostram incapazes de atentar para as circunstâncias não previstas em suas definições prévias. A irracionalidade, portanto, se origina do interior da própria lógica deste sistema administrativo. Entendendo o fenômeno burocrático segundo esta perspectiva, podemos afirmar que, ao analisá-lo, nos encontramos diante do racionalismo e do irracionalismo ao mesmo tempo. Kafka tornou-se conhecido por ter representado de maneira incisiva alguns dos elementos mais característicos da sociedade moderna. O aspecto burocratizado desta realidade foi por ele tão densamente descrito que terminou se tornando uma espécie de sinônimo do seu nome. O adjetivo kafkiano, utilizado nos mais diversos idiomas, não se refere apenas a uma situação absurda qualquer, mas está intimamente ligado à idéia de um aparelho burocrático extremamente complexo, confuso e muitas vezes estúpido, que oprime o homem. O romance O Castelo é justamente o trabalho em que Kafka mais se aprofunda na representação e na análise deste fenômeno. Ao comparar o sistema burocrático representado por Kafka no romance em questão, com aquele que o sociólogo Max Weber analisa minuciosamente em seu trabalho, com absoluta certeza perceberemos entre eles diversas semelhanças, entretanto as diferenças dos dois pontos de vista nos parecem marcantes. Enquanto Weber interpreta a burocracia no seu âmbito normativo e administrativo, Kafka estende o fenômeno para todo o corpo social, e alerta para o perigo de uma sociedade administrada, aproximando a sua perspectiva da análise da Escola de Frankfurt sobre o mundo administrado e, sobretudo da irracionalidade contida nos aparatos burocráticos. Destacando o caráter mecanizado e impessoal do sistema burocrático, Kafka revela a sua dimensão absurda e irracional, em contrapartida à sua racionalidade fenomênica.

Bruno Araujo Oliveira. [Presos na Fé: Uma etnografia sobre o trabalho de evangelização dentro da Penitenciária Lemos Brito de Salvador.] Esta pesquisa tem como objetivo compreender de que forma se dá o trabalho de evangelização dos presos que se encontram no regime fechado, dentro da Penitenciária Lemos Brito, de Salvador-BA. Para tal intuito, tomo como estudo de caso o grup religioso ligado à igreja Assembleia de Deus: “Missionários Voluntários de Cristo”, fundado em 18 de novembro de 1974, por um agente penitenciário, pastor, e ex-filho-de-santo do candomblé. Utilizando-me do método etnográfico da “descrição densa”, proposta por Clifford Geertz, e da noção de “carreira moral” de Erving Goffman, assim como do conceito de “passagem” de Patrícia Birman, em substituição à ideia de “conversão” religiosa, procuro examinar, através do uso de trajetórias de vida dos presos e de suas experiências cotidianas no mundo da prisão, os efeitos e possíveis significados da evangelização dentro de uma instituição penitenciária de segurança máxima, que se diz estatizada e laica.

Bruno da Mata. [Ciência, contingência e necessidade no Tractatus.] Traçar um limite para a expressão dos pensamentos. Este é o objetivo de Wittgenstein ao elaborar o Tractatus. E, Somente quando traçado o limite compreendemos a diferença entre dizer e calar, entre o significativo e o relevante. É diante deste objetivo que questionamos a função dos aforismos sobre a ciência ntural neste texto, ou seja, questionamos como tais aforismos estão em consonância com a tarefa filosófica de elucidar os limites da linguagem significativa; as condições de possibilidade do sentido. No conjunto de aforismos 6.3 -6.3751, Wittgenstein mostra como as proposições da ciência natural, na medida em que contingentes, estão de acordo com a lógica da linguagem, sem, com isso, defender uma filosofia da ciência. Não é, por exemplo, apresentado nenhum traço lógico (necessário) por meio do qual possamos distinguir as proposições da ciência natural de outra proposição de qualquer que seja a linguagem. Contudo, não raramente encontramos o projeto wittgensteiniano sendo encoberto por supostas tentativas de separar a ciência da metafísica. Confunde-se assim o objetivo de elucidar as condições do sentido com a função metodológica de separar campos do saber por meio de um critério, fazendo então coincidir significação e critério de demarcação. Contudo não podemos ignorar a afirmação contida no aforismo 6.53: “o método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia”. Estaríamos, então, diante da postulação de um critério de demarcação aos moldes de um positivismo lógico? A esta pergunta é evidente que nossa resposta é negativa. Parece-nos que estamos diante de um exemplo, um modelo, do que seja a linguagem e de sua contingência e que elucida os limites da linguagem.

Bruno Evangelista da Silva. [A representação da modernidade em Dziga Vertov.] O cinema desde a sua origem constituiu-se em uma máquina da modernidade que captou as mudanças sociais preponderantes para o seu próprio surgimento. Nesse sentido, a produção cinematográfica corresponde esteticamente ao desenvolvimento das forças produtivas e, mais precisamente, aos avanços técnicos, ao uso de máquinas, à busca incessante pela velocidade e ao movimento de novos aparelhos tecnológicos; por outro lado, ela buscava representar as novas concepções de espaço/tempo, decorrentes da aceleração da própria existência humana. No caso particular do presente trabalho enquanto projeto de dissertação em Ciências Sociais, pretende-se investigar as representações da modernidade no cinema documentário de Dziga Vertov. Para tanto, como se trata de um cineasta produto da revolução russa de 1917, a pesquisa torna-se desafiadora na medida em que a representação de imagens da modernidade no seu cinema passa pela aquisição de significados condizentes com a nova ordem instaurada. Com efeito, serão analisados os filmes mais emblemáticos do cineasta soviético no tocante à representação desses símbolos modernos característicos de uma nova época histórica, quais sejam: “A Sexta Parte do Mundo” (1926), “O Homem Com uma Câmera”(1929) e “Entusiasmo” (1931). Conquanto o evidente comprometimento ideológico da corrente estética para com o novo regime, Dziga Vertov e o construtivismo visavam produzir uma estética que preservasse a sua autonomia em relação às regras artísticas vigentes na Rússia, enquanto uma perspectiva ampliada das próprias aspirações modernas de tratamento da arte. O conceito de liberdade era transmutado da modernidade para a própria realização estética no tocante à independência das formas e dimensões artísticas. A inauguração dos princípios da montagem pelo cineasta, por sua vez, modificou a perspectiva de produzir cinema como reprodução (ou reflexo) da realidade social, inaugurando-se a prática e a concepção do cinema como representação social da realidade, na qual o artista possui a liberdade formal de expressar a realidade objetiva na qual está inserido. Por isso, tomar a representação da modernidade no cinema de Dziga Vertov é uma tarefa que carece de cuidados, pois se trata de compreender como os símbolos da modernidade são caracterizados nas suas tomadas de captação a partir de princípios ideológicos materializados em sua metodologia fílmica, responsável pela apropriação fílmica de uma modernidade que se encontra em conformidade ao socialismo soviético.

Bruno Vilas Boas Bispo. [Ocupação da CONDER: Um dia na dinâmica dos movimentos sociais.] O presente trabalho busca compreender as representações sociais no documentário Ocupação da CONDER, dirigido por Carlos Pronzato, analisando um momento de acirramento dos conflitos entre movimentos sociais e o Estado, mais especificamente a ação articulada entre vários movimentos sociais rurais e urbanos para ocupar em 2006, o prédio da CONDER, no intento

de pressionar o governo a atender suas pautas reivindicatórias. Pautas estas que podem ser sintetizadas em acesso à terra e à moradia. Participaram do ato político, chamado pelos organizadores de “Articulação de Movimentos Sociais Rurais e Urbanos”, vários movimentos. A intervenção foi executada, ao mesmo tempo em que ocorriam outros eventos no Estado, como, por exemplo, o bloqueio de importantes estradas. Tendo como base analítica os elementos estéticos presentes no referido documentário, busca-se, a partir da decupagem do filme discutir os elementos da realidade captados pelo documentário, analisando as tensões e fatores determinantes do conflito relatado pela obra. Podem-se observar três características relevantes do documentário analisado: a) valorização autoral de padrões interpessoais de evidência e argumentação que determinam seu compromisso com a objetividade no documentário; b) captação da tomada cinematográfica que recorta e registra a circunstância de mundo no seu transcorrer; e c) construção de uma representação que expressa o conflito social sob a perspectiva política dos movimentos sociais. Entende-se que, apesar de a obra artística ser autônoma, e ter forma independente dos fatos que lhe são externos, construindo, assim, sua própria realidade, ela apresenta, em seu interior o que Adorno chama de conteúdo de verdade, expressando, segundo Hegel, através do seu conteúdo estético elementos da essência e da aparência da realidade concreta. Toma-se como ponto de partida para esse exercício analítico a compreensão de que o cinema documentário, apesar de criar uma versão estetizada da realidade, possui uma inclinação “para uma revelação mais direta de questões pertinentes à realidade objetiva”. A partir do documentário é possível ver claramente o acirramento das tensões entre os movimentos sociais e o Estado, tanto no que tange à negociação da pauta proposta pelos movimentos, quanto em relação à ação policial e à forma como o Estado, a partir de seus representantes no processo, percebiam a própria manifestação. Além disso, pode-se identificar no ato político a existência de diversos grupos políticos, que trazem ao seio do movimento certa heterogeneidade. Ao mesmo tempo torna-se claro o quanto as vozes no movimento apesar de sofrer variações em relação ao conteúdo do discurso, principalmente em relação ao nível de radicalização da ação, carregavam um elemento de unidade em torno da pauta central. Há que se ressaltar que não há na narrativa um desfecho do conflito durante o filme, visto que o documentário se encerra com a solução de um problema prático que tangencia o conflito, mas não com o cerne do conflito. Porém, essa não dissolução do conflito no filme favorece que se tragam à baila diversas possibilidades de análise.

Cainan Freitas. [Governo e sociedade em David Hume.] Governo e sociedade possuem, na filosofia humeana, limites bem estabelecidos; pois é através das carências próprias do primeiro que a natureza humana encontra a necessidade de formulação do segundo. Podemos entender este movimento, que começa na

estrutura familiar, passa pela sociedade primitiva e encontra sua completude no advento dos governos, como uma longa trajetória em que a natureza humana vai superando as necessidades exigidas por cada situação. Na estrutura familiar, as virtudes naturais conseguiam dar conta, e muito bem, do que exigia a convivência entre seus membros. Entretanto, quando ampliamos nossa visão, e buscamos tecer relações entre outros conjuntos de indivíduos, as virtudes naturais não conseguem, apenas por elas mesmas, dar conta desta demanda extra, que diz respeito à grande variedade de caráter entre as pessoas. Para não haver uma extrapolação de uns sobre as posses dos outros, fez-se necessário uma convenção entre os homens, capaz de impor limites às suas próprias ações, com a finalidade de que todos possam gozar mutuamente dos benefícios da vida social. Não podemos entender esta passagem, da organização familiar para uma sociedade primitiva, como um corte abrupto entre elas, e isto já devemos ter bem claro em Hume, a passagem é gradativa. Na medida em que a estrutura familiar começa a crescer, os indivíduos percebem a necessidade do artifício da justiça. Assim, a sociedade vai, aos poucos, se constituindo. Quando a sociedade cresce até tornar-se bastante numerosa, a imaginação, por sua própria natureza de simpatizar com aqueles que lhes são mais próximos, não consegue mais dar conta daquelas relações originadas pelo convívio mútuo de cada círculo social. Neste sentido procuraremos, em nossa comunicação, compreender as bases da sociedade na filosofia de David Hume, levando em conta a ausência do contrato, ou do poder divino, para a estrutura de sua filosofia política.

Caio Felipe Campos Cerqueira. [Movimentos LGBT: existem diálogos?] As políticas identitárias, motor universal de movimentos sociais desde as décadas de 70 e 80 do século passado, transformaram o contexto do movimento social LGBT no Brasil e no mundo em um emaranhado de identidades disputando espaço e poder político. Relativo a esta afirmação tem-se um estado da arte onde a desarticulação produzida por esta forma de se reivindicar e fazer políticas, figura como o grande responsável pela situação de desacordo e fragmentação do movimento que se pensou unificado quando de seu surgimento na década de 1970. Este artigo pretende elucidar algumas inquietações produzidas ao longo de uma pesquisa que visa observar como atores sociais que lutam por uma causa que poderia ser considerada única, a da “liberdade sexual”, se articulam à máquina estatal a partir do que consideram suas especificidades: os marcadores sociais de raça e gênero. Foram escolhidos três grupos situados em Salvador, com distintas atuações – Coletivo Universitário (KIU!), grupo de negros gays (Rede Afro LGBT), e um grupo de ativistas travestis (ATRAS). A partir da observação e análise de documentos oficiais, e de outras fontes de observação destes grupos, bem como da atuação destes frente a eventos relacionados com a temática a que estão inseridos, buscou-se observar as correlações entre os

questão sexual, políticas identitárias, e atuação política, além de questões de sociabilidade LGBT na Bahia.

Caio Fernandes Barbosa. [A Ciência e a Ditadura (1964-1985): o caso da Capes.] Sobre o período de 1964-1985, a comunidade científica brasileira desenvolveu uma dupla memória, ambas reais, se por um lado os militares foram responsáveis pela dinamização da ciência no Brasil, criando instituições de ensino superior, agências de fomento à pesquisa científica, e organizando as pós-graduações; perseguiu e impediu que diversos cientistas desenvolvessem suas carreiras científicas, demonstrando que o conflito e a negociação foram faces diferentes da mesma moeda. Neste estudo propõe-se também a testar idéias amplamente enraizadas no senso comum relativas ao desenvolvimento da ciência e sua relação direta com um ambiente político democrático. Estas idéias também estão presentes em trabalhos acadêmicos de envergadura como é o caso de dois importantes ícones intelectuais do século XX; o filósofo austríaco Karl Popper e o sociólogo estadunidense Robert K. Merton. Confrontaremos essas concepções sobre o não-desenvolvimento da ciência em regimes autoritários com a realidade política científica durante a experiência da Ditadura Militar brasileira (1964 -1985), desde já chamando a atenção para a tese que vai em direção contrária, na qual, seria justamente durante o período do Regime Militar que a ciência brasileira passou por um processo de reorganização e institucionalização que a colocou em outro patamar. Para isso precisamos nos debruçar sobre as instituições responsáveis tanto pela produção quanto pelo fomento da ciência. Neste estudo iremos analisar o caso da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) utilizando fontes orais e documentos oficiais. Para tal escolha, considerei dois critérios: primeiro, a pouca produção de estudos sobre instituições científicas brasileiras correspondentes à segunda metade do século passado, em contraste com períodos mais remotos. Entretanto essa deficiência vem sendo superada, a exemplo da tese de Ana Gordon dedicada à história do IPEN, da dissertação de José Clemente, dedicada às perseguições políticas sofridas pelos físicos brasileiros, e o volume organizado por Shozo Motoyama sobre a História da FAPESP. Mais especificamente sobre a Capes, temos dois livros de caráter memorialístico, de Rogério Cordova e de Marieta de Moraes Ferreira & Regina Luz Moreira; um artigo de Brasilmar Nunes sobre o “Acordo Capes-Cofecub” entre o governo brasileiro e o francês; e um artigo de Fernando Gouvêa & Waleska Pollo Campos Mendonça. O segundo critério está relacionado com as peculiaridades da Capes. Apesar de ser uma estrutura do Estado estratégica no desenvolvimento técnico e científico do país não foi dirigida por militares no período de 1964-1985, mas sim por acadêmicos, na maioria dos casos com relativa autonomia, mesmo observados de perto pelo SNI, o que demonstra que projetos científicos estavam sob constante vigilância, mas que mesmo assim as agências de fomento como a Capes eram

espaços da negociação. Entretanto estas negociações nem sempre se davam de forma amigável. A ação dos militares em desenvolver o país seria inviável sem o apoio técnico e científico, já os cientistas precisavam de mais recursos para pesquisar, ambos vendo na ciência uma oportunidade de diminuir os problemas do Brasil.

Camila de Souza Marques Silva. [Petrobrás e operários petroleiros: o antagonismo e a conciliação de classe. Hegemonia, resistência e consciência de classe dos operários petroleiros.] Esse trabalho tem por meta observar a atividade política da categoria petroleira dos últimos anos e as diferentes conformações que teve desde a origem e conseqüências atentando-se para conceitos teóricos de hegemonia, nova-hegemonia e consciência de classe. Dessa maneira, é possível observar as especificidades da categoria e as semelhanças com o processo superior que é a constituição de classe. Segundo a ótica desenvolvida a classe operária é um ator político complexo que pode ser compreendido a partir da teoria do processo de consciência no qual a acomodação alienada aos ditames da ordem, as organizações e enfrentamentos à classe antagonica e constituição de teoria e organizações autônomas de classe visando a ruptura com o sistema são momentos a que caracterizam. A articulação das teorias da hegemonia de Gramsci e do processo de consciência de lasi se mostra relevante para o entendimento da atuação desse fragmento de classe e seus processos políticos que vão de importantes mobilizações ao amoldamento.

Carine Rodrigues Correia Silva. [Retórica em Nietzsche.] O objetivo deste trabalho é analisar o movimento antecipado pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche de retomada contemporânea da retórica no sentido grego do termo: não um sentido oco-pejorativo, como se via em sua época, mas como ciência da argumentação e principalmente como a essência da linguagem, além de averiguar em que sentido sua filosofia argumenta retoricamente.

Carla Galvão Pereira. [Estratégia política e comportamento eleitoral: um estudo sobre ACM Neto nas eleições de 2008 e 2010.] Este trabalho é parte de um projeto de tese de doutorado cujo objetivo é analisar o comportamento dos eleitores que votaram em ACM Neto (DEM) nas eleições para prefeito de Salvador em 2008 e para deputado federal nas eleições de 2010, investigando em que medida esse comportamento representou lealdade à política do chamado “carlismo”, grupo político que se constituiu, por muitos anos, em elite política estadual na Bahia. A partir de uma pesquisa exploratória, este trabalho tem como desafio articular o comportamento dos eleitores frentes às estratégias políticas das elites. A hipótese de pesquisa sugere que, mesmo com a crescente institucionalização da democracia brasileira, a motivação do voto é fortemente influenciada por estas estratégias.

Carla Gisele Batista. [Movimentos feministas e ações em defesa da legalização do aborto.] Para as mulheres, o aborto sempre foi um meio de controlar suas vidas. No passado, todas as culturas contavam com uma forma de prover aborto às mulheres que, por diversas razões, não desejavam filhos. No entanto, nos últimos séculos, a sociedade tem tratado de limitar cada vez mais a capacidade das mulheres de controlar sua capacidade reprodutiva. Por um lado, as políticas de população têm tentado decidir por elas se devem ter mais ou menos filhos. Por outro lado, a área médica tem buscado profissionalizar a saúde reprodutiva, erodindo com isso o papel das parteiras tradicionais e das mulheres neste mesmo campo. E ainda assim, em vários países, as instituições religiosas têm procurado aplicar regulamentações mais restritivas para as circunstâncias, quando existem, em que o aborto é aceitável. Sabe-se que nos últimos 12 anos vários países modificaram suas leis referentes ao acesso ao aborto. As conquistas oscilam entre a legalização, a exemplo do México D.F. e de Portugal, e a aprovação de alguns permissivos, como foi o caso da Colômbia, apenas para citar países mais próximos culturalmente. Também variaram os sujeitos envolvidos e as estratégias utilizadas. O fato é que “evidências de um número cada vez maior de países estão mostrando que quando o aborto é legal, numa base socioeconômica ampla e a pedido da mulher, e os serviços são seguros e acessíveis, o aborto inseguro desaparece e a mortalidade e morbidade relacionadas ao aborto são reduzidas ao mínimo”. Exemplos concretos foram abordados, por exemplo, em estudos sobre os EUA, África do Sul e Romênia. No entanto, para os movimentos feministas, a questão do aborto não pode ser interpretada apenas como um problema de saúde pública. Se evitar que as mulheres morram é tido como um direito fundamental a ser observado, tal questão é mais freqüentemente lida para estes movimentos como indissociável de um conjunto mais amplo de lutas pela ampliação dos direitos de cidadania. Às mulheres, como cidadãs, precisam ser garantidos direitos outros que não morrer. Questões como a autonomia reprodutiva e liberdade de decisão acerca do próprio corpo estão presentes ao longo dos anos como parte fundamental dos discursos, reivindicações e estratégias neste campo, levando os movimentos feministas a questionarem a própria definição de contrato social vigente no mundo ocidental e cristão, a partir das idéias de democracia e de diversidade. O cenário contemporâneo, todavia, não é de modo algum de consenso ou apaziguamento das lutas. Muito ao contrário, à medida que os movimentos se organizam e transformam, e suas agendas e conquistas se ampliam, o campo de enfrentamento também se sofisticava. Os movimentos feministas no Brasil, surgidos a partir da década de 70, vêm construindo uma pauta de atuação a partir do contexto nacional. A proposta deste trabalho é apresentar uma sistematização das formas como esta atuação vem se desenvolvendo e os principais obstáculos e avanços que se apresentaram até os dias atuais.

Carla Liane Nascimento dos Santos. [Sociabilidades itinerantes dos trabalhadores ambulantes em Salvador-Bahia: um percurso de “desqualificação social”?] Esse trabalho apresenta os resultados da pesquisa realizada na ocasião do doutorado em ciências sociais na Universidade Federal da Bahia. Analisa a passagem de trabalhadores da condição de empregados assalariados para o ingresso na condição de desproteção social do mercado informal do comércio nas ruas do centro de Salvador (Bahia). Indaga até que ponto esse processo de deslocamento representa um percurso de “desqualificação social”, dada à precarização do trabalho e os estigmas tradicionalmente associados ao “trabalho nas ruas”. O estudo se baseia na análise de questionários aplicados sobre a vida e o trabalho dos vendedores ambulantes e tomou como hipótese a dimensão da “desqualificação social” analisada por Serge Paugam para analisar a precarização do trabalho na sociedade francesa. Buscou contrapor as especificidades de tal processo, no Brasil, país com singularidades históricas na constituição e estruturação do mercado de trabalho, marcadas por profundas desigualdades socioeconômicas e culturais e por uma segmentação do mercado de trabalho. Para o exame desta hipótese o estudo articulou-se também a pressupostos da teoria do reconhecimento, dialogando com teses relativas à natureza das desigualdades sociais no Brasil, permitindo avaliar a passagem de elementos de situação de classe desses indivíduos, mas também atributos de “status” sociais que envolvem, no plano simbólico, formas identitárias de pertencimento. Essa abordagem buscou ultrapassar uma dimensão puramente econômica, ou puramente simbólica de tal mudança, para associá-las às formas de representação e de identidade inscritas num contexto de “novas sociabilidades” vivenciadas na precariedade e na informalidade das relações de trabalho na rua. Verificou-se que tais sujeitos compartilham um processo ambíguo de desqualificação social, na forma de uma “autonomia perversa” e de um reconhecimento denegado, no que tange às condições de vida e ao acesso aos direitos e à proteção, pela interiorização de uma identidade incerta e estigmatizada historicamente, mas por outro lado, pela possibilidade concreta de integração, ainda que periférica, que tal condição representa, reiterando formas de resistência e luta desses trabalhadores urbanos na busca do enfrentamento de suas condições de pobreza, na atualidade.

Carlos Caroso. [Observatório de riscos e vulnerabilidades socioambientais da Baía de Todos os Santos.] Nesta comunicação apresentamos as linhas gerais do projeto de pesquisa sobre as condições de vida das populações tradicionais da porção insular e do entorno da Baía de Todos os Santos. Os estudos propostos objetivam elaborar indicadores de riscos e vulnerabilidade às transformações socioeconômicas e ambientais na forma de marcadores designados “**indicadores de riscos socioambientais**”, que poderão subsidiar a formulação de políticas públicas e privadas, pleitos e ações de movimentos sociais, ações relacionadas

à administração da justiça, orientar o zoneamento, licenciamento e monitoramento de impactos socioambientais de intervenções que venham a serem propostas para esta área. Os resultados da pesquisa serão disponibilizados num sítio interativo na internet denominado **“Observatório de riscos e vulnerabilidade socioambiental da BTS”** para acesso público, com o intuito de subsidiar, contribuir e fortalecer as demandas sociais no tocante à valorização da BTS, do patrimônio sócio-cultural, ambiental, e populações situadas em seus limites.

Carlos Inácio Coelho Neto. [Necessidade e contingência em Hume.] Ao separar o conhecimento humano em relações de idéias e questões de fato, Hume realizou um corte epistemológico estabelecendo as fronteiras entre o contingente e o necessário. Estando seu domínio restrito às relações de idéias, a razão vê-se impedida de estabelecer leis universais que possam garantir segurança quanto aos fatos. O projeto epistemológico cartesiano encontrando uma base segura, o cogito, resistente mesmo aos ataques da dúvida hiperbólica, pretende fundir o contingente e o necessário através da constituição de uma experiência amparada por “certezas claras e distintas”, permitindo a aplicação dos princípios da matemática na aquisição de conhecimentos de caráter necessário no campo da contingência. Nesse caso a certeza não se restringiria aos limites da razão pura, pois a experiência, amparada pela razão, pode produzir resultados “claros e distintos”, ou seja, certeza. A teoria do conhecimento humeana mostra a impossibilidade de realizar o projeto cartesiano ao mostrar que todos os objetos da investigação humana estão divididos entre relações de idéias e questões de fato. A consequência desse novo arranjo epistemológico proposto por Hume é a impossibilidade de se constituir a unidade do conhecimento. As proposições pertencentes às relações de idéias segundo Hume “(...) podem ser descobertas pela simples operação do pensamento, sem dependerem do que possa existir em qualquer parte do universo” (Investigações. IV. i. p.53) temos como exemplo as ciências da Álgebra, Aritmética e Geometria. Nelas, é impossível pensar contraditoriamente. Nas questões de fato ocorre o contrário, tanto a confirmação de um fato pela experiência quanto seu oposto possui o mesmo grau de inteligibilidade. Havendo a impossibilidade de unificação da necessidade e da contingência a certeza, portanto, faria parte apenas dos objetos das relações de idéias, estando as questões de fato, por sua vez, impossibilitadas de produzir certeza. Desta forma apenas as ciências exatas demonstrariam suas verdades, enquanto as ciências de caráter experimental ou moral produziriam convicção quanto aos seus conteúdos. Assim, o uso do termo certeza no que tange o conhecimento oriundo das questões de fato estaria desprovido de sentido, devendo ser substituído pela noção de crença. Nossa investigação pretende, portanto, apresentar as razões pelas quais Hume é levado a realizar este corte

epistemológico entre necessidade e contingência a partir da análise das noções de certeza e crença.

Carlos Lima. [Estilo e eloquência em David Hume.] O objetivo deste trabalho consiste em analisar, o papel do estilo e da eloquência na filosofia de David Hume. Ademais, verifica-se que tal mudança de perspectiva ocorreu devido ao insucesso do Tratado da Natureza Humana. Além do mais, esta nova guinada permitiu a Hume rever e reconsiderar, pontos incompreendidos por seus críticos. Ao final, acreditamos que tal postura continua a refletir acerca do seu projeto da ciência do homem.

Carlos Rafael da Silva; Jéssica Torres Costa e Silva. [Censos e dados sobre a educação escolar indígena: uma reflexão sobre os levantamentos estatísticos no estado da Bahia.] A educação escolar indígena está passando por uma reformulação no Brasil. No ano de 2009, o então Presidente Luis Inácio Lula da Silva assinou o Decreto Nº 6.861/09, que institui uma nova forma de gestão das políticas públicas educacionais para os povos indígenas, através da criação dos territórios etnoeducacionais (TEe), que são áreas definidas, em princípio, a partir da organização espacial dos povos indígenas independentemente da divisão político-administrativa do país, nas quais serão executadas as políticas educacionais. Nossa análise incide sobre o território etnoeducacional Yby Yara, que compreende as terras ocupadas pelos povos indígenas no estado da Bahia. Tendo em vista a necessidade de dados, os mais precisos possíveis, sobre a situação e funcionamento das escolas nas aldeias para a implantação desse novo modelo de gestão pública, este artigo tem como objetivo traçar uma avaliação comparativa entre as formas de levantamentos de dados sobre a educação escolar indígena. Para realizar tal avaliação consultamos e analisamos os levantamentos de dados, sejam formais ou informais, sobre a educação escolar indígena no estado da Bahia, como o Censo Escolar da Educação Básica realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os levantamentos de dados realizados pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o diagnóstico parcial realizado pelo Projeto Observatório da Educação Escolar Indígena, e dados fornecidos pelos próprios índios sobre a educação em suas comunidades nas reuniões de implantação do TEe. Alguns desses dados foram utilizados pela comissão gestora do TEe, para a definição de diretrizes para a atuação dos órgãos competentes na promoção de políticas públicas de educação escolar indígena no território. A partir da análise destes dados, desenvolvemos uma reflexão crítica a respeito das informações oficiais disponíveis sobre a educação escolar indígena no estado, apontando a necessidade da revisão dos instrumentos institucionais de levantamento de dados, através de mecanismos de avaliação que sejam porosos à participação dos povos indígenas.

Carlos Zacarias F. de Sena Júnior. [Por uma história política dos partidos e movimentos de esquerda na Bahia no século XX.] A presente comunicação tem a pretensão de ser um manifesto em torno da necessidade de se estudar a história política dos partidos e movimentos de esquerda na Bahia do século XX. Da mesma forma pretende-se apresentar a trajetória de nossa própria pesquisa, em torno dos comunistas brasileiros e baianos nos anos 1930 e 1940, que dialoga com a produção historiográfica da FFCH/UFBA em torno do assunto. Desde a criação dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e de História nas décadas de 1980 e 1990, diversos trabalhos foram defendidos tendo por objeto os partidos e movimentos de esquerda na Bahia. Em que pese o fato de que a Pós-Graduação em História é descendente direta da Pós-Graduação em Ciências Sociais, surpreende que apenas nos últimos dez anos houve uma incorporação considerável de interessados em discutir a história da Bahia contemporânea numa abordagem política. Tendo em vista que os historiadores só muito recentemente passaram a estudar os partidos políticos e movimentos de esquerda numa perspectiva histórica, e considerando que o PPGH/UFBA incorpora cada vez mais investigações sobre a Bahia política contemporânea, busca-se situar as contribuições pioneiras de alguns autores que abriram as portas para a introdução da temática entre os baianos, levantando conceitos e categorias emprestados dos clássicos do pensamento social e político e das fronteiras disciplinares, muito especialmente da Sociologia e da Ciência Política. Em vista disso, reivindica-se a importância de narrativas históricas que tenham por imperativo incorporar as necessárias sínteses que nos permitirão situar o problema tanto no seu contexto e contingência, quanto como potencialidade conceitual para os estudos históricos futuros.

Carlota Ibertis. [Memória e narrativa nos “Estudos sobre a histeria” de Freud.] As interpretações filosóficas da teoria freudiana acentuam, em geral, ou bem a sua dimensão metapsicológica, ou bem a sua dimensão hermenêutica. Entretanto, Freud ao longo da sua obra insiste em desenvolver ambas sem, contudo, articulá-las de forma satisfatória. Sem pretender sanar essa dificuldade teórica, mas buscando estabelecer relações pontuais entre ambas dimensões, o trabalho examina, por uma parte, as características narrativas das apresentações clínicas em Estudos sobre histeria e, por outra, a descrição da organização da memória na terceira seção de “Sobre a psicoterapia da histeria” em termos de modelo metapsicológico incipiente.

Carolina Mendonça. [Deve ser regulamentada a prostituição? Debates sobre a regulamentação do meretrício na Salvador da Primeira República.] Influenciados pelos estudos sanitários do médico francês Parent-Duchâtelet e as posteriores reformas urbanas implementadas por ele em Paris na primeira metade do século XIX, muitos médicos brasileiros irão defender os projetos de urbanização do

referido colega da França. Os anos que cobrem o final do século XIX e início do século XX no Brasil foram marcados por intensos debates por parte das elites letradas (sobretudo médicos, juristas e jornalistas) do país acerca da necessidade de instaurar-se aqui uma nação civilizada, nos moldes de Paris. Este anseio baseava-se nas novas teorias higienistas de que era preciso alargar as ruas estreitas, arejar os antigos sobrados mal ventilados, levar esgotamento sanitário aos principais bairros, conter o avanço das doenças venéreas e endemias que assolavam a população e, dessa forma, civilizar a nova nação que estava se formando, deixando para trás o passado colonial e escravista. Este debate também incluía as prostitutas, ou melhor, o que deveria ser feito com elas. Se por um lado havia partidários da regulamentação da prostituição, que consistiria na matrícula das mulheres “públicas” na polícia, instituição da polícia dos costumes, exame médico semanal das prostitutas e internação compulsória para tratamento de doenças e tornaria possível controlar a atuação destas mulheres e, sobretudo, a ocorrência das doenças venéreas que assolavam a população, das quais as prostitutas eram consideradas as principais difusoras; por outro lado, muitos médicos e juristas foram contra esta regulamentação, por entenderem que o Código Penal de 1890 já supria as necessidades legais ao estabelecer os “crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”. Para controlar o meretrício, bastaria que as autoridades policiais aplicassem efetivamente a legislação. Apesar de haver acordo sobre a suposta impossibilidade de acabar com a prostituição e de igualmente entenderem a prostituição como um problema, a divergência destes homens sobre a regulamentação da prostituição nos indica que tal debate não envolvia apenas uma questão moral, mas também preocupações sanitárias e até mesmo a defesa dos direitos individuais (acima dos do Estado) das prostitutas. Desta forma, pretendemos nesta comunicação tratar esta questão a partir da tese de conclusão do curso na então Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia, escrita em 1899 por A. Ferreira Guimarães “Deve ser regulamentada a prostituição?” e do artigo escrito pelo médico José Rodrigues da Costa Dória na Revista da Faculdade Livre de Direito da Bahia em 1917 “Regulamentação do meretrício”, em interface com outras fontes médicas, jurídicas, jornalísticas e com apoio da bibliografia sobre o tema.

Carolina Santana. [O cuidado na família: significados e motivações das trocas intergeracionais.] O estudo aborda os impactos da dinâmica do cuidado na família na percepção de idosos e cuidadores no contexto familiar. Através da identificação e análise dos sentidos e motivações das trocas intergeracionais na percepção de mulheres e homens, idosas/os e cuidadoras/es, residentes em Salvador e Região Metropolitana, práticas e discursos relativos aos cuidados são examinados, no intuito de identificar e compreender os impactos da dinâmica

do cuidado nesses arranjos familiares e suas repercussões na constituição, transformação e conservação das relações de gênero e entre gerações. A metodologia qualitativa foi utilizada para obtenção, tratamento e análise dos dados coletados, considerando ser esta escolha coerente com a natureza do objeto investigado, já que lida com construções do real. A abordagem etnográfica foi utilizada e, partindo do princípio de que nem todas as regras que norteiam os comportamentos humanos estão explícitas, o trabalho de pesquisa consistiu no exame minucioso de diferentes aspectos da vida do grupo social estudado. Assim sendo, os métodos utilizados foram o trabalho de campo intensivo, através da observação direta, ao longo de cinco meses, e a realização de entrevistas individuais, gravadas e transcritas, baseadas em roteiro construído a partir dos objetivos definidos no estudo. Analisando os sentidos atribuídos ao cuidado nos casos investigados, identifiquei diferentes formas de cuidado que variam em termos de relação – consigo e com o outro –, caracterizadas por modalidades e intensidades variáveis, onde os suportes afetivo e material estão imbricados. O futuro incerto, a ausência de uma rede de apoio dentro da família, que permita a partilha de responsabilidades e atribuições, além da sobrecarga sobre as mulheres são os impactos mais determinantes da dinâmica do cuidado nos arranjos familiares investigados. As gerações mais jovens terão esse desafio pela frente, especialmente no contexto atual em que se observa o progressivo afastamento do Estado dessas atribuições, remetidas cada vez mais intensamente aos laços familiares e relações afetivas. Os idosos passam assim a serem tratados como um “problema de família”, que deve ser resolvido por ela.

Catarina Cerqueira. [Tradição e Espetáculo nas Quadrilhas Juninas de Salvador.] Descaracterizadas ou ressignificadas? Cada vez mais profissionalizadas, nos últimos vinte anos, as quadrilhas juninas ganharam novos ritmos, novos passos e novos símbolos. Dentro de uma conjuntura na qual as festas juninas incorporaram elementos da indústria cultural, as quadrilhas juninas também se tornaram espetacularizadas, ainda que o discurso da tradição e do tradicional permaneça vivo entre os quadrilheiros. A proposta do presente trabalho é analisar as modificações e ressignificações das quadrilhas juninas no contexto urbano dos festejos juninos em Salvador, a partir das imagens e das representações criadas pelos brincantes das quadrilhas.

Catia Braga Moreira de Pinho. [A Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais na Bahia e o historiador Francisco Borges de Barros.] A pesquisa sobre Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais na Bahia tem como objetivo averiguar as práticas realizadas para a preservação de bens históricos e artísticos do Estado, desde seu ano de criação, em 1927, até sua extinção, quando surgiu Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, com uma extensão regional que abrangia Bahia e Sergipe. A partir do levantamento de

documentos publicados pelo Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), instituição a qual a Inspetoria ficou vinculada, há notícias de que esta realizou a classificação de monumentos de caráter histórico: indicando possíveis pontos de memória, como marcos históricos, e/ou a criação de alguns deles; propôs a salvaguarda de elementos arquitetônicos de pequeno porte que se encontrasse “bloqueando” o crescimento da cidade. Destaca-se, neste período, um contexto de criação de identidade nacional, onde a Bahia passava por dificuldades com a exportação ilegal de objetos coloniais e a manutenção dessa arquitetura. A valorização do passado em questão, restituiria ao estado sua história, dando-lhe uma identidade e justificando a preservação dos monumentos pela Inspetoria, na cidade de Salvador e na Região do Recôncavo Baiano, sendo assim, apoiada pela política estadual e nacional.

Cecília Anne Mc Callum. [Recriando o Iluminismo na Amazônia: Um golpe mortal para a pessoa cumulativa e o multinaturalismo Huni Kuin (Kaxinawá)?] Na década de 1980, iniciou-se um projeto destinado a treinar agentes de saúde indígena no Acre, capacitando-os a exercer saber biomédico ao retornar a suas áreas de origem. Durante o primeiro curso destinado ao treinamento desses agentes, no Rio Branco, os jovens receberam instrução em anatomia através da dissecação de órgãos animais e de um cadáver humano. O artigo discute essa estratégia pedagógica como uma tentativa, por parte dos médicos encarregados do programa de treinamento, de recriar em alguma medida o Iluminismo Europeu entre povos, vistos como presos num mundo pré-moderno e, assim, sujeitos a superstições e crenças irracionais. O artigo trata das implicações das atividades desenvolvidas no curso a partir da perspectiva de teorias indígenas sobre o corpo e personalidade, onde a pessoa é vista como cumulativa (os corpos integram o saber e as capacidades para ação e pensamento materialmente), à luz de uma etnografia da participação de Huni Kuin (Kaxinawá) no curso.

Cecília Sardenberg. [Caminhos de ida e volta do local ao global: os feminismos brasileiros nos espaços da ONU.] Este trabalho apresenta resultados preliminares sobre um estudo, ainda em desenvolvimento, sobre as estratégias de articulação - do local ao global - dos feminismos brasileiros e suas conquistas, limitações e desafios, particularmente no que diz respeito aos espaços criados pela Organização das Nações Unidas – ONU, e suas repercussões no País. Nesse sentido, propõe uma abordagem que inclui, não apenas a influência dos feminismos brasileiros e participação das militantes nas conferências internacionais, mas também nas comissões e comitês específicos da ONU, quais sejam, Comissão da Condição da Mulher (CSW) e no Comitê CEDAW (Convention for the Elimination of All Discrimination Against Women), bem como os “caminhos de volta” do “global” ao “local”. Neste estudo, trabalho com uma perspectiva crítica da internacionalização do feminismo e do chamado

“feminismo global”, argumentando que esse feminismo não se traduz necessariamente como uma “global sisterhood”, mas sim como uma comunidade que se forja na medida em que feministas de diferentes países se engajam na discussão de questões, pertinentes à equidade de gênero, que atravessam fronteiras nacionais e passam a cooperar, cada vez mais, em ações que procuram dar respostas a essas questões. Não se trata, porém, de uma comunidade monolítica; trata-se de uma comunidade caracterizada por múltiplas redes discursivas que se sobrepõem, e, assim, de um processo de negociações internacionais, que têm repercussão nos feminismos nacionais, locais, e na vida cotidiana das mulheres.

Celso Antonio Favero. [Trabalho e transferências públicas de renda na agricultura familiar do semi-árido do Nordeste.] Neste trabalho estudam-se os deslocamentos produzidos na organização do trabalho na agricultura familiar do semi-árido nordestino, tendo como objeto as famílias e, nelas, as relações de gênero e geração. Argumenta-se: que o semi-árido vive um processo de reestruturação nas relações entre as economias mercantil, pública e gratuita e nas relações sociais de reciprocidade e formais; que a economia pública assume importância crescente na produção da renda dessas famílias; que essas mudanças repercutem nas estruturas de posições/disposições e nas ações dos seus membros. Para apreender essa continuidade/descontínua foca-se na tensão entre os regimes de economia e as dinâmicas de apropriação, uso e representação desses sistemas. O resultado sugere a necessidade de recolocar o conceito de trabalho na complexidade histórico-social e de criar aparatos metodológicos que apanhem essa realidade.

Christine Nicole Zonzon. [Corpo, experiência e tradição.] Nesse texto, desenvolvemos uma reflexão sobre as práticas corporais da capoeira dentro de uma perspectiva que explora – e questiona – as dimensões e a abrangência daquilo que podemos chamar de corpo. Esse questionamento ecoa as próprias concepções dos capoeiristas que atribuem à sua prática e a seus corpos significados múltiplos, tais como corpo/arma; corpo/espírito; corpo/saber; corpo/raça; corpo/brincadeira e mais especialmente: corpo como lugar de memória e de tradição. Igualmente relevante é notar que a capoeira tem assumido o lugar de prática emblemática da cultura brasileira ou afro-descendente no decorrer das últimas décadas, o que traz à tona outros desdobramentos (e atores) do corpo. A capoeira encontra-se assim vinculada a ideologias, identidades e políticas (públicas, por exemplo) o que evidencia a relevância alcançada por uma simples brincadeira do corpo. A abordagem toma como desafio apreender a experiência corporal em suas dimensões físicas, culturais e políticas, isto é, considerar o entrelaçamento dos fazeres corporais e rituais com as narrativas identitárias que associam essa prática à história de resistência da diáspora africana no

Brasil. Assim, voltemos nosso olhar para o corpo mesmo, isto é, para as técnicas de jogo por vezes chamadas de “golpes de ataque e defesa”, a dança (ginga) do capoeirista e a sua gestualidade (teatral, religiosa), como também o conjunto da movimentação do jogo e da roda, isto é, do ritual da capoeira. Nota-se que esses fazeres complexos requerem o desenvolvimento de habilidades corporais e perceptivas específicas que são adquiridas ao longo de um processo de aprendizagem. Alguns desses desempenhos constituem a chave da eficiência e do prestígio – ao exemplo da dita “malícia” que consiste na arte de iludir o adversário e é tida como critério supremo de excelência, ao passo que remete implícita ou explicitamente às relações de desigualdade que marcaram a gênese da capoeira. Torna-se relevante então investigar a especificidade dos fazeres corporais perpetuados em nome dessa herança ou tradição, buscando nos modos de atenção, na acuidade perceptiva e na motricidade extra-ordinária do capoeirista os elementos que configuram uma experiência singular. A análise busca alternativas aos esquemas clássicos que definem o corpo como resultado do contexto ou o reduzem a uma representação do social. A démarche analítica inspira-se da fenomenologia de Merleau-Ponty, notadamente com o conceito de “compreensão do mundo pelo corpo”: os fazeres do corpo são apreendidos como constitutivos de uma experiência do mundo, do espaço e do outro, que é sempre simultaneamente biológica e cultural, individual e coletiva. Ou ainda, seguindo os passos do antropólogo Ingold, pode-se conceber que é na relação dinâmica corpo/ambiente que “se fazem” tanto as pessoas como os ditos contextos das práticas. São de fato os corpos que formam a roda, assim como é na roda que se formam os (corpos dos) capoeiristas. Esse tipo de engajamento de mão dupla, que o estudo da capoeira pretende evidenciar, pode trazer outro entendimento da relação corpo/contexto social ou história, pondo em jogo o lugar sempre ambíguo do corpo, ao mesmo tempo sujeito e objeto de seus fazeres.

Cícero Muniz. [Trabalho e meio ambiente: reflexões exploratórias sobre a relação homem-natureza.] Partindo das contribuições que apontam nesse caminho de relação entre homem e natureza, abordar-se-á a relação entre trabalho e meio ambiente, partindo do pressuposto de que é o trabalho o elo que unifica o homem com a natureza. Para tanto, em primeiro lugar, se fará uma contextualização da questão, seguida de uma caracterização de como a Sociologia tem tratado a natureza. Em segundo lugar, discutir-se-á o que é trabalho, e qual seu papel nessa relação. Por fim, cotejar-se-á trabalho e meio ambiente em conjunto, de modo a apontarem-se os principais pontos de conexão entre homem e natureza.

Cintia Beatriz Muller. [Povos Tradicionais e a apropriação do espaço urbano: é possível um quilombo na cidade?] A legislação brasileira conceitua Povos

Tradicionais e estabelece uma política diferenciada para tais coletividades através da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais. Dentre os Povos Tradicionais indígenas e quilombolas possuem, por determinação constitucional, direitos que garantem a segurança na posse de seus territórios. Desde a década de 9, Estudos Antropológicos são peças chave no âmbito do procedimento de titulação de comunidades quilombolas no campo e na cidade, são tais estudos que apontam, principalmente, as representações especiais e de pertencimento ao grupo e seus marcos territoriais. Este estudo propõe a discussão acerca das possibilidades de identificação, delimitação e regularização de territórios quilombolas em centros urbanos, apontando impasses e perspectivas.

Cintia Sobral Coelho. [Experiências Estéticas após a Pop Art.] O projeto a ser apresentado pretende discutir acerca da dificuldade de se definir a experiência estética a partir do momento em que objetos do cotidiano americano passaram a ser usados como objetos artísticos nas galerias de arte norte-americanas nas décadas de 60 e 70, analisando a partir do ponto de vista de Arthur Danto e George Dickie, filósofos contemporâneos que assinalaram um novo rumo para a experiência e teoria da arte americana. Para tanto, se faz o uso das obras *Transfigurações do Lugar Comum*, de Arthur Danto e *Introdução à Estética*, de George Dickie, onde o último faz uma contraposição das idéias defendidas por ambos no começo dos anos 60, início da Pop Art. Faz-se necessário, assim: esclarecer a questão tanto da transfiguração dos objetos como os movimentos artísticos que utilizaram tal característica no período, essencialmente a Pop Art, devido ao fato desta ser o marco do início da arte contemporânea, que teve a peculiaridade das obras não possuírem uma aparência determinada, de não ser a aparência externa delas que faz com que sejam consideradas obras de arte; discutir a delimitação das definições na arte e demonstrar a importância do conteúdo e da interpretação para tais definições nas obras de arte; e a partir de então, examinar a capacidade de uma obra proporcionar experiências originais, através da percepção da qualidade de seus trabalhos.

Clara Lourido. [Como são feitos os humanos. Etnografia de gravidezes de risco em Salvador, BA.] Debates públicos – legais, religiosos – sobre o surgimento de novas vidas humanas discutem a questão em termos de princípios abstratos que classificam o mundo de maneiras inequívocas e têm como objetivo produzir enunciados que devem servir de norma para coletivos sociais. A pesquisa em curso evita deduzir a noção de pessoa humana a partir de sistemas de pensamento. Propõe produzir uma reflexão arraigada empiricamente sobre a noção de pessoa e apreender como o surgimento da vida, a autonomia do feto, a relacionalidade, são vividas na experiência das mulheres gestantes, seus parceiros e suas famílias, dos profissionais e trabalhadores de saúde e de outros

agentes dos mundos legais e religiosos que intervêm diretamente no processo de gestação, parto, puerpério e cuidados neonatológicos. Isto, a partir de uma etnografia que acontece principalmente em uma maternidade de Salvador que atende gravidezes de risco, instituição que reúne em um só local muitas –ainda que não todas– das fases do processo que em gravidezes ditas normais acontecem em diferentes espaços da cidade: acompanhamento clínico e laboratorial do “pré-natal”, internações de emergência, parto e outras intervenções cirúrgicas, UTI para a gestante e o neonato, atendimento pós-parto à mãe e o recém nascido, acompanhando o caminho crítico das pacientes desde o ambulatório, salas de espera, procedimentos diagnósticos e terapêuticos. Diferentes espaços onde também se criam expectativas, lida-se com crises, tecem-se justificativas para os eventos acontecidos: onde, parafraseando Annemarie Mol, uma nova vida humana se “performa” de diferentes modos. Em diversas sociedades não-ocidentais, concebe-se a pessoa humana como resultado de um processo em que intervêm agências múltiplas: as pessoas “são feitas” –por relações entre outros–. Supõe-se que no ocidente, as pessoas “nascem”. O fazer dos outros aparece evidente nas gravidezes de risco, nas quais se certos procedimentos na forem efetuados, se certas atitudes não forem respeitadas, corre-se o risco de se “perder” a gravidez, ou prejudicar a saúde e até a vida da gestante. A preocupação pelo “ser”-humano faz com que os debates públicos sobre o surgimento da vida humana acabem focalizando sua atenção num instante (fecundação, implantação do embrião, nascimento, por exemplo), sublinha Janet Carsten. A perspectiva proposta nesta pesquisa, não no ser, mas no fazer, parte de um posicionamento teórico que permite acompanhar o processo tal como se desenrola no tempo: o encadeamento de agências que terão (ou não terão) como resultado uma nova vida humana. Ademais, esta perspectiva evita prejudicar acerca dos conteúdos das idéias ou representações, seja as “populares”, seja as “científicas” sobre o surgimento de uma nova vida humana, e abre o caminho para registrar in loco a atribuição, por parte dos atores, de agência a entidades humanas e não humanas (por exemplo, sobre-naturais, tecnológicas, medicamentosas, etc.) e perceber em que medida esses agentes intervêm, produzindo, de fato, efeitos no processo e no resultado.

Clara Prada. [Política de saúde na Colômbia: agenda e formulação nos anos 90.] A política que definiu o atual Sistema Geral de Seguridade Social formulada em 1993 determinou uma mudança estrutural no sistema de Saúde na Colômbia. O processo de formulação dessa política se deu num momento de conjuntura nacional representado pela situação de violência por um lado e mobilização de amplos setores da sociedade civil, por outro e tem como importante fato a formulação da Constituição de 1991 e reforma toda a concepção do Estado Colombiano. Nesse período também se inicia a implementação das principais medidas neoliberais como ajuste fiscal,

privatizações e flexibilização laboral. Este estudo visa descrever e analisar a agenda e formulação dessa política de saúde desde uma perspectiva qualitativa tomando como modelo o ciclo da política para identificar atores governamentais e não governamentais e os processos de definição do problema, propostas de alternativas e clima político que viabilizaram sua aprovação. Foram utilizadas fontes secundárias como documentos, projetos de lei, informes e comunicações em jornais e pesquisas sobre o tema. Buscando caracterizar o conjunto de atividades teóricas e práticas, no meio da qual uma proposta inicial ou alternativa de política, evoluiu, se transformou e se constituiu em marco normativo do modelo de seguridade social para a sociedade colombiana. O estudo buscará também descrever o processo de legitimação dessa política enquanto processo hegemônico e como se relacionaram os grupos dominantes e não dominantes nos diferentes momentos. Este estudo buscará descrever e analisar o processo de formulação desta política social e as dinâmicas próprias que se apresentaram na elaboração de políticas no Estado colombiano na tentativa de produzir conhecimento sobre a análise de políticas públicas de saúde na América Latina, possivelmente contribuir para esclarecer como se produz legitimidade social nas arenas políticas de democracias representativas.

Cláudia Bacelar Batista. [A Fissura Ontológica e Princípio de Responsabilidade de Hans Jonas.] De impacto a longo prazo e, por vezes, irreversível, a tecnologia moderna não deixou de se converter em uma ameaça em termos ecológicos e antropológicos. Para Hans Jonas, essa ameaça desloca a noção de responsabilidade para o centro da ética. Desse ponto de vista, a sua teoria da responsabilidade evidencia-se como um retorno ontológico às questões entre ser e dever, causa e finalidade, ciência e valor. O objetivo desse trabalho é mostrar em que medida o imperativo categórico do seu princípio de responsabilidade: “Aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” deve ser tomado como o novo cânone de adequação entre o Ser e o dever-ser.

Claudia de Faria Barbosa. [Ainda interrogações sobre a célebre afirmativa “A Mulher pode!”: entre o discurso e a práxis cotidiana.] O fato de maior participação feminina nos quadros políticos – dentro do processo contemporâneo – indica uma efetiva cidadania, espaços conquistados e bandeiras desfraldadas? Se, na esfera federal “a mulher pode!” no poder local isso poderia ser real desde 1927. Entretanto, heranças históricas negligenciaram a visibilidade das mulheres e o percurso da civilização demonstrou estereótipos em relação às categorias que se relacionam como gênero, classe, geração, raça/etnia e papéis sociais. O objetivo desse estudo foi refletir sobre a participação da mulher na política. Para essa temática foram estudadas categorias presentes a partir dos trabalhos da UNIFEM, Phillips, Blay, Saffiotti, Perrot, Costa, na tentativa de compreender

questões relacionadas aos papéis de gênero, além das reflexões de Arendt, Chauí, Pateman e Alves, que embasaram aspectos entrelaçados na política, participação e cidadania. Em uma perspectiva interdisciplinar, questiona-se: as mulheres “podem”? E ao exercerem esse “poder” contribuem com mais rigor na luta contra a miséria, a pobreza, a corrupção, a falta de liberdade, justiça e dignidade? Considerando esses aspectos e no intuito de responder à questão proposta foi analisada a participação das mulheres em cargo de representatividade na política municipal, especificamente de prefeita, no Estado da Bahia, Brasil. O método utilizado consiste em verificar quem são essas mulheres, como se inseriram nesse contexto, quais são suas trajetórias, bandeiras desfraldadas, vitórias conquistadas, além do enfrentamento dos desafios em relação à questão de gênero. Seus depoimentos ajudam a elucidar e compreender esforços no cotidiano e as principais bandeiras. O estudo permite evidenciar que a maior participação feminina nos quadros burocráticos e políticos, dentro do processo contemporâneo, não só indicam uma efetiva cidadania e espaços conquistados, como comprometimento, empenho e responsabilização pelos problemas da humanidade na construção de um mundo melhor e mais igualitário. Este estudo investiga aspectos das vivências das mulheres no poder executivo local no Estado da Bahia, além de buscar no cotidiano aspectos entrelaçados que norteiam suas condutas, embora ainda existem entraves que perpassam o modo de atuação delas no espaço público, por outro lado, indicam que o quadro atual é favorável a uma maior tomada de consciência para lutar pelos direitos dos cidadãos/ãs sem preconceitos e estereótipos.

Cláudia Santana dos Santos Moura. [Relações raciais no contexto do lazer de shopping.] Como indicam estudos realizados sobre o assunto, os temas raça e racismo, principalmente, costumam gerar muito desconforto entre os brasileiros, sobretudo devido à circulação da idéia de democracia racial, que foi construída como um dos pilares característicos da nacionalidade brasileira. Assim, a pesquisa de mestrado que estou desenvolvendo pretende analisar como o aspecto racial se manifesta no contexto do lazer de shopping e de que maneira interfere nas relações interpessoais e na configuração espacial. Investigo como o fenótipo dos indivíduos os classifica, influencia esse tipo de socialidade e como distintos grupos urbanos se apropriam, significam e se apropriam do shopping center. Um grande contribuição dessa pesquisa já se encontra na delimitação do objeto, pois, embora há muito tempo a categoria raça tenha sido largamente pesquisada no Brasil em diversos âmbitos, apresentando inúmeras controvérsias, sobretudo quanto à existência de racismo e as formas de enfrentamento, ainda são escassas as pesquisas que investigam etnograficamente o componente racial, e suas conexões, num ambiente de consumo e de lazer urbanos.

Cláudio Furtado. [Usos e abusos da mestiçagem em Cabo Verde.] A sociedade cabo-verdiana é comumente analisada como sendo crioula e mestiça desde a sua origem. Encontrada despovoada pelos portugueses na segunda metade do século XV, cerca de quatro décadas antes da chegada de Álvares Cabral ao Brasil foram diversos grupos étnicos da costa ocidental da África e alguns portugueses e genoveses que teriam concorrido para a sua constituição. Esta multiplicidade étnica, que subentende um etnoídeo linguístico e cultural, que terá concorrido para a conformação de uma sociedade culturalmente híbrida, para nos apropriarmos de Nestor García Canclini, é transformada tanto no discurso do senso quanto em muitas pesquisas em ciências sociais como definidor de um ethos particular e específico que caracterizaria a cabo-verdianas. A nossa comunidade busca, pois, procurar explicitar as condições sociais e culturais em que o discurso da mestiçagem se constrói e suas implicações na construção de uma visão de mundo social e culturalmente situada e de um modelo de explicação teórica heurísticamente débil.

Claudio Pereira. [“Requiescat in pace”: drama social e conflito numa instituição acadêmica.] O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia foi fundado, em 1959, pelo intelectual português Agostinho da Silva. Ao longo de cinquenta anos se tornou um dos locus mais importantes na nossa vida universitária, sobretudo pelo que pôde oferecer em termos de idéias, e debates, sobre o mundo afro-brasileiro. O CEAO, por isto mesmo, ajudou a construir a cultura baiana atual (nos seus estudos sobre o negro ou a religiosidade afro-brasileira), bem como nossa realidade social (nos debates sobre o racismo ou as políticas sociais de cotas). Esta comunicação tem a pretensão de instigar, a partir do referencial analítico fornecido por Victor Turner, um debate sobre os motivos estruturais e anti-estruturais – o campo acadêmico externo e suas relações de posições e forças; as relações de poder internas e os embates simbólicos entre os próprios intelectuais vinculados ao CEAO – que permitiram a derrocada de tão importante instituição universitária brasileira.

Claudio Roberto dos Santos de Almeida. [Alguns aspectos epistemológicos dos pensamentos de Karl Marx e Émile Durkheim.] Karl Marx e Émile Durkheim, ao lado de Max Weber, são pensadores reconhecidos como indispensáveis na constituição daquilo que veio a ser classificado como uma teoria social. Em seus pensamentos é possível identificar tanto uma série de preocupações herdadas das filosofias clássica e moderna como temáticas inauguradas no próprio processo de constituição da sociologia enquanto área específica de investigação da realidade. No rol dos ensaios produzidos por estes autores, podemos encontrar análises que foram consolidadas como grandes marcos da constituição da sociologia enquanto ciência, tais como o problema da mudança ou estabilização da sociedade e discussões relativas ao método adequado de

investigação da realidade social. Com estas investigações realizadas com notável erudição e criatividade teórica, estes autores se universalizaram enquanto clássicos das ciências sociais, seu legado é até o presente momento de grande influência para a elaboração de questões e busca de respostas teóricas no âmbito das humanidades. Este trabalho foi elaborado com a intenção de salientar algumas dimensões epistemológicas do pensamento de Durkheim e Marx no que diz respeito a posições teóricas que lhes são contemporâneas. É desnecessário afirmar que a riqueza e a complexidade da obra desses pensadores resiste a análises superficiais; porém, dada a impossibilidade extensiva de um trabalho mais detalhado, atentarei para três pontos centrais, quais sejam: a relação dos pensamentos destes autores com as correntes do racionalismo e do empirismo clássicos; a maneira como os autores abordam em suas teorias o devir e a causalidade, e, por fim, farei uma discussão sobre as relações entre totalidade e objetividade na dimensão sistêmica do pensamento destes autores.

Cleiton Melo Jones . [A imigração europeia na Bahia: expectativas e propostas.]

A presente comunicação pretende expor alguns resultados das leituras bibliográficas e da pesquisa de fontes procedentes do projeto “Vem aí a imigração”: Expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1886-1930), selecionado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Analisarei aqui a atuação das elites políticas baianas em prol da promoção da imigração uropeia, entre os últimos anos do regime imperial e os primeiros da República. Enfocando os discursos formulados no Governo baiano, assim como em dois outros importantes espaços de participação dos grupos dominante: a Associação Comercial da Bahia, espaço que conjugava os grupos produtores, onde reivindicações em favor da lavoura foram constantes e questões como a do trabalho e da imigração igualmente compuseram suas propostas, empenhados que estavam seus membros também em vislumbrar uma saída para o fim do trabalho escravo, antes de 1888; a Sociedade Baiana de Imigração, fundada em 24 de fevereiro de 1886, cujo objetivo principal era evitar a desarticulação do trabalho nas fazendas através do emprego de trabalhadores livres imigrantes. Assim, analisarei as propostas políticas formuladas na Bahia que buscavam na promoção da imigração europeia a solução para a superação do trabalho escravo e implementação do trabalho livre. Estas proposições dizem respeito à utilização de imigrantes como solução aos supostos problemas de falta de mão de obra nas lavouras que pensavam aqueles estrangeiros enquanto agentes de desenvolvimento econômico, necessários para alavancar a produção agrícola e destacar a Bahia no cenário nacional. O sentido aqui é o de compor um panorama das formulações a favor da imigração, a partir daquelas instituições, tendo em vista as experiências de efetivação daquelas propostas.

Cremlide Alves. [Representação social da circuncisão feminina na Guiné-Bissau.] O projeto de pesquisa procura abordar a temática da circuncisão feminina no intuito de buscar uma melhor compreensão de fenômeno étnico, em sua articulação com a problemática das representações sociais. Esses elementos nesse projeto estão baseados na tradição, com enfoque multicultural cujas regras repassadas pelo processo de socialização são consideradas sagradas. As complicações que advêm dessa prática, como problemas e complicações durante o parto, o exercício da sexualidade, a violação dos direitos humanos, serão considerados.

Cristian Barreto de Miranda. [A Rainha do Sisal: Um espaço tecido pelas relações de poder.] O interesse do trabalho proposto é discutir a configuração espacial da cidade de Conceição do Coité durante a década de 1970 centrada na economia do sisal, cujo processo ultrapassa as questões de localização geográfica e político-administrativo sendo um espaço configurado por diversos discursos e linguagens, principalmente, daqueles que possuíam um arcabouço social e político nessa região como meio de atender seus interesses utilizaram de múltiplos meios para garantirem a perpetuação do seu poder e de sua influência nesse território mediando dessa maneira às relações de poder entre os diversos sujeitos presentes na cultura do sisal. A região é entendida nesse trabalho, como produto de ações e práticas sociais que tentam realizar um processo de homogeneização dos diversos elementos existentes em um determinado território utilizando múltiplos sistemas de poder. Através de agentes que lutam para impor seus diversos interesses em um espaço móvel que permanece ou muda, como sugere Durval Albuquerque, que destaca a região como um produto de uma batalha, permeada por intensas lutas, uma segmentação surgida no espaço dos litigantes sendo atravessada por diferentes relações de poder. Durante as décadas de 1970, Conceição do Coité, tornou-se um importante pólo econômico dessa monocultura para o território baiano destacando-se como principal centro comercial e exportador do sisal na Região Sisaleira, situada no nordeste da Bahia, período em que se constituiu a imagem de progresso e desenvolvimento gerado por esse ouro verde, o que levou muitos produtores a fixarem suas atenções nessa lavoura transformando antigas atividades existentes no campo em áreas voltadas apenas para produção do agave sisalana e incorporando/divulgando um discurso regulador das relações de trabalho e sociais, como também, do espaço geográfico que refletiu as mudanças introduzidas nessa região. Os discursos pronunciados por instituições, autoridades políticas, empresários, comerciantes e trabalhadores evidenciados em diversos jornais (principais fontes que elucidaram essa análise) de circulação estadual e local, chegando também, a proporções nacionais, demonstram que a apropriação das condições climáticas e sociais existentes por esses sujeitos foram essenciais

para fortalecer e conduzir o funcionamento do sistema de poder e a falta de incentivo na promoção de mudanças nessa região seja das questões de melhoramento da principal cultura e desenvolvimento de alternativas, como também, das questões de políticas públicas.

Cristiane Gottschalk. [Ensino e Conhecimento: Reflexões a partir do segundo Wittgenstein.] Meu objetivo nesta apresentação é revisitar os modelos filosóficos de ensino examinados por Israel Scheffler, em um artigo de 1965, de uma perspectiva que contemple as idéias do segundo Wittgenstein sobre o papel da linguagem na constituição dos sentidos. Neste artigo, Scheffler resgata as vantagens de cada um dos modelos e aponta suas dificuldades, para em seguida, propor um modelo filosófico de ensino que considera mais satisfatório. Embora Scheffler tenha incorporado boa parte da crítica que a virada linguística faz à metafísica destes modelos, minha hipótese é a de que ao fazer a análise dos modelos de ensino empirista (Locke), idealista (Agostinho) e racional (Kant), ele não leva em consideração o papel distintivo das proposições gramaticais (no sentido de Wittgenstein) em relação às demais proposições, para compreender como é possível o crescimento do conhecimento *no indivíduo*. Uma vez que o conjunto destas proposições seja visto como constituindo a nossa visão de mundo (*Weltbild*), e que *aprendemos* a seguir estas regras, argumento que a maior parte das dificuldades encontradas nestes modelos simplesmente desaparecem.

Cristiane Reis Lobo. [Reação Indígena à Conquista Os Kariri-Sapuyá da porção sul do Recôncavo Baiano (1755 - 1898).] Os denominados Índios da Pedra Branca, da Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth da Pedra Branca, viviam, na porção sul do Recôncavo Baiano, até o final do século XIX. Sob tal denominação, havia dois grupos indígenas, ou seja, os Camuru, posteriormente denominados Kariri, e os Sapuyá, ambos pertencentes à família linguística Kariri e, respectivamente, às línguas Kamuru e Sapuyá. Os primeiros teriam, originalmente, vivido na aldeia da Pedra Branca, e a eles se imputa uma trajetória caracterizada por estreito relacionamento com a instituição militar, durante o governo colonial, na condição de soldados utilizados na captura de escravos foragidos e na repressão a quilombos. Já os segundos, cuja reputação era de índios refratários à Igreja e aos poderes seculares, viviam no povoado Caranguejo, um quarto de hora mais ao sul. O objetivo é produzir uma etnografia histórica da sua trajetória de sublevações e motins, estabelecendo como horizonte histórico estratégico o período 1755- 1898.

Dalila Carla dos Santos. [O cinema brasileiro contemporâneo e o pensamento político feminista na pós-modernidade.] O presente artigo visa a aliar o pensamento pós-modernista do feminismo, baseado no pós-estruturalismo, e o discurso presentes nos filmes Guerra de Canudos (1997) e Tieta do Agreste

(1997). Demonstrando como a quebra do sujeito universal está presente nas películas produzidas nesta época no Brasil, rompendo com o estereótipo da mulher nordestina e trazendo à tona um leque de personagens femininas que conferem uma pluralidade de identidades. Entre as teorias do feminismo, o pós-estruturalismo é uma linha de pensamento utilizada por diversas estudiosas. Também confere alguns embates dentro do pensamento e do movimento. Muitas feministas acreditam que o “abandono” do sujeito, pregado por este corpo teórico, é um retrocesso, já que há pouco tempo as mulheres foram incluídas dentro desta definição. O que as defensoras pós-modernas afirmam é que não se trata da renúncia do sujeito, mas da quebra do mesmo, uma resignificação, deixando este de ser universal e tornando-se plural, múltiplo. Segundo Joan Scott, o pós-estruturalismo serve de base para “analisar as construções de significado e as relações de poder” nas sociedades por diversas vias, institucionais e ideológicas. Estas servem de bases para a manutenção da sociedade machista e utilizam da linguagem e do discurso para a sua disseminação e perpetuação. Importante ferramenta de linguagem e discurso, o cinema é um grande elaborador de representações e significados: recortando a realidade e colando-a na tela, produzindo normas e padrões sociais de comportamento e pensamento. Sua linguagem é composta de elementos visuais e orais, criando uma atmosfera que envolve o espectador e o transporta para aquele espaço. A representação é um dos elementos-chave na constituição de uma película. O cinema brasileiro tem modificado sua visão e representação das personagens femininas ao longo dos anos. Vale destacar a quebra de universalismo da abordagem da figura feminina em algumas películas que abordam temáticas nordestinas, como Guerra de Canudos (1996) e Tieta do Agreste (1997). Não se trabalha mais com a perspectiva de unidade quando se apresentam as personagens femininas, elas são múltiplas e diversas em suas identidades. Percebemos, portanto, a construção da representação das mulheres nordestinas articulada ao pensamento pós-estruturalista, enfatizando que cada sujeito dispõe de uma diversidade de identidades. De acordo com Silvana Aparecida Mariano “a desconstrução do sujeito é ao mesmo tempo uma crítica ao sujeito masculino universal e uma crítica ao sujeito mulher”.

Daniel Cerqueira Baiardi. [Pragmatismo, natureza e verdade.] Esta comunicação tem por pretensão demonstrar a destacada participação de William James (1842-1910) no que compreendemos como o programa de pesquisa em epistemologia evolutiva. Entendemos que o conteúdo teórico deste programa, até as últimas décadas do século XIX, consistiu principalmente das contribuições de Charles Darwin (1809-1882) e Herbert Spencer (1820-1903). Alguns autores consideram que a aproximação jamesiana é essencialmente darwinista. Entretanto, as semelhanças com o sistema de Spencer são diversas e significativas.

Empreendemos uma reconstrução racional do projeto epistemológico de James, destacando sua visão particular do conhecimento humano, o empirismo radical, sua teoria do significado, assim como sua controvertida concepção pragmática de verdade. Neste processo, aspirou-se por explicitar a importância da filosofia sintética de Herbert Spencer no empreendimento jamesiano, sobrepujando até mesmo a conhecida influência de Darwin. Foi a partir da crítica do “Principles of Psychology” (1855) de Spencer que James constrói publicamente sua concepção de mente, na qual o fato central é o interesse. James sugere uma omissão de Spencer em realizar uma verdadeira análise teleológica dos interesses no indivíduo. A teleologia do indivíduo, o finalismo presente no seu comportamento, segundo ele, não permite que a mente se entregue ao caos de uma exposição a todos os elementos da experiência. No entender de James, uma ação mental correta ou inteligente consiste no estabelecimento, correspondente às relações externas, das tais relações internas e reações que favorecerão a sobrevivência daquele que pensa, ou, ao menos, seu bem-estar físico. Esta nova definição é mais precisa, mas, ao mesmo tempo, carregada de teleologia, explicitamente postula uma distinção entre simples ações mentais e aquelas ações mentais as quais Spencer denomina como corretas. Estabelecendo como fins do indivíduo a prosperidade física e a sobrevivência, os quais, no entender de James, são os interesses subjetivos do animal. Em James, o pensamento correto é o que leva a sobrevivência, entretanto, só é possível decidir por qual no futuro ou mediante especulações ou previsões probabilísticas. James apresenta uma relevante consideração no que toca ao fato de estes interesses subjetivos serem os verdadeiros elementos a priori na cognição. Pondo em questão se os prazeres e as dores têm algo que ver com a correspondência, assevera que, para um grande número de elementos no ambiente deve haver correlativos internos de um tipo neutro, ou intermediário, como um sentimento de recompensa. A correspondência, dessa forma, já estaria estabelecida a priori na mente do organismo. Atentamos especialmente à Teoria Pragmática da Verdade, por se ter convertido numa das mais importantes concepções de verdade no cenário filosófico contemporâneo, com aplicações em diversos campos do conhecimento, desde a Lógica e as matemáticas até as ciências humanas, da mesma forma, utilizada com semelhante sucesso nas ciências da natureza. Uma das principais críticas apresentadas às abordagens evolucionistas à epistemologia consiste em acusá-las de fornecer somente aproximações descritivas dos processos cognitivos. Contudo, entendemos a noção pragmática de verdade jamesiana enquanto uma aproximação prescritiva, ou ainda, normativa, ao estudo dos processos cognitivos realizada pelo programa evolucionista em questão.

Daniel Rebouças. [Afinal, progredir é seu destino. Modernização urbana nas crônicas de Lulu Parola (1912-1916).] Este artigo busca analisar as crônicas de Lulu Parola produzidas durante o processo de urbanização empreendido pelo primeiro governo de J. J. Seabra, entre 1912-1916. Sensível às mudanças e debatendo com outros intelectuais sobre os impactos dessas mudanças no cotidiano de parte da população da cidade, Aloísio de Carvalho, através do seu principal pseudônimo, buscou apontar e polemizar as principais questões presentes naqueles anos movimentados no início da República na Bahia. Com base na principal série produzida pelo cronista no Jornal de Notícias, “Cantando e Rindo”, busca-se também indicar, em linhas gerais, as possibilidades e limites da utilização desse tipo de fonte literária para uma história social da literatura na Bahia Republicana.

Daniela Maria Amoroso. [Trajeto de um corpo: reflexões sobre o conceito de transculturação.] Um corredor de luz azul na diagonal direita e tinha-se feito água em meu corpo, dancei lemanjá. A próxima marcação da coreografia era a transição para o miudinho do samba de roda e não fiquei feliz com a superficialidade do meu próprio jeito de dançar. Engasguei. Decidi respirar e caminhar. Fui a Cachoeira/BA, cidade histórica do samba de roda baiano. Identificação e estranhamento. Esse artigo trata de um trajeto de corpo que ao sair de Campinas/SP e chegar ao Recôncavo Baiano se coloca num contexto de trânsito e de reconfigurações estéticas. Proponho aqui uma discussão baseada nos conceitos de transculturação e de tradução na dança enquanto possibilidade de contribuir para as reflexões sobre o corpo e suas configurações estéticas.

Danielle Viana Lugo Pereira. [Inserção do assistente social no campo dos direitos humanos: Processo e identidade.] A presente comunicação tem como objetivo apresentar parte dos resultados da pesquisa intitulada: “Direitos Humanos: uma contribuição à formação profissional do Assistente Social”, realizada no decorrer do ano de 2002, atrelada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba/UFPB. No campo metodológico optamos pela pesquisa qualitativa em que foram entrevistados sete assistentes sociais, vinculados ao II Curso de Especialização em Direitos Humanos da UFPB. O instrumento utilizado para coleta dos dados foi o roteiro de entrevista semi-estruturada, dando ênfase à fala dos Assistentes Sociais. A questão central do estudo refere-se à relação entre os direitos humanos e a formação profissional do Assistente Social. Teve como um dos principais escopos conhecer e analisar o significado dos Direitos Humanos para os Assistentes Sociais e a inserção desses profissionais no campo de atuação relativo aos Direitos Humanos.

Danilo Hoth Cerqueira. [A Filosofia da Psicologia de Wittgenstein.] Qual seria a acepção wittgensteiniana de uma “filosofia da psicologia”? Nossa hipótese é de que tal acepção é algo bem distinto do estudo empírico dos fenômenos

psicológicos sob as instruções do método experimental produzidos à época pelos psicólogos, na medida em que os compêndios de psicologia oferecem, sobretudo, explicações funcionais dos referidos fenômenos, natural para uma disciplina que pretende adquirir o estatuto de saber científico. Nesse sentido a psicologia não pode abdicar do tratamento matemático-estatístico de variáveis estudadas em situação experimental, a semelhança, aliás, da metodologia de outras ciências sociais e naturais. Esta é estrutura metodológica mais geral da psicologia, a qual convém notar desde já, tende a “secundarizar” a experiência ou a vivência subjetiva em favor da explicação causal referida. Sublinhe-se ainda que tal explicação supõe, sempre, um observador externo e manipulador das variáveis escolhidas, ou então da perspectiva da terceira pessoa. Porém, parece que Wittgenstein parecia preferir ao discutir temas afetos à psicologia, metodologicamente, a descrição à explicação causal, conforme podemos constatar na citação a seguir, em que o filósofo faz uma distanciação da própria psicologia relativamente às ciências físicas: Um paralelo enganador: a psicologia trata dos processos da esfera do psíquico como a física trata dos processos da esfera do físico. “Ver, ouvir, pensar, sentir, querer, não são no mesmo sentido objetos da psicologia como o movimento dos corpos e os fenômenos elétricos etc. são objetos da física. Isto você percebe pelo fato de que o físico vê, ouve esses fenômenos, reflete sobre eles e os transmite a nós, enquanto que o psicólogo observa as manifestações (o comportamento) do sujeito”. Aquilo de que a consideração filosófica da psicologia parte é, então, a expressão ou exteriorização do sujeito, cujo estatuto devemos afastar do que é próprio do fenômeno físico. Este é, por assim dizer, completa exterioridade, existe sem um ponto de vista próprio. No universo da expressão humana encontra-se um elemento de interioridade que Wittgenstein parece querer sublinhar e manter intocável, ficando evidente um movimento pendular entre o comportamentalismo e o mentalismo, sem, portanto, haver opção ou preferência declarada do filósofo por nenhuma das duas posições. Seguramente, uma importante fonte de inspiração para Wittgenstein pensar a filosofia da psicologia foram as idéias de Köhler, que ele leu em 1947, e que atribuíam as dificuldades da psicologia referindo-se ao fato de ser uma “ciência jovem” que ainda precisaria seguir os passos da física na substituição da observação qualitativa pela mediação quantitativa. Postulamos que para Wittgenstein as dificuldades da psicologia assemelhavam-se, naquele momento, às mesmas enfrentadas pela teoria dos conjuntos e não às de uma física insipiente. Ou seja, não se deviam a ausência de instrumentos apropriados, a uma carência de conceitos quantitativos ou a uma deficiência em técnicas matemáticas, mas antes a confusão conceitual. Isto porque sua idéia básica, também já antecipada no *Tractatus*, é a de que os métodos experimentais da ciência passam ao largo dos problemas filosóficos e que esses podem impedir o avanço genuíno da psicologia.

Danilo Uzêda. [Democracia e Desenvolvimento Territorial: um estudo da política pública de desenvolvimento territorial na Bahia.] Buscamos nesse texto desenvolver alguns apontamentos de uma pesquisa acadêmica em curso, visando analisar como se dá a política pública de desenvolvimento territorial na Bahia. A partir da localidade, a estratégia de desenvolvimento territorial aponta como fundamentação central o processo de transformação gradual da estrutura política e social de populações iteiras, em que pese não alterar substancialmente sua estrutura social racionalizando espaço-tempo-natureza com o modo de vida de suas populações, na perspectiva de associar as políticas públicas a uma identidade/comunidade territorial. Esse processo de desenvolvimento tem como princípio político o alargamento do cânone democrático, transitando entre a democracia representativa e a participativa. Entendemos que o enfoque Territorial tem ampliado a esfera democrático-participativa, numa nova significação do conceito de políticas públicas e de desenvolvimento regional, bem como numa repactuação do jogo democrático com a sociedade civil e movimentos sociais organizados. Buscamos analisar teoricamente o conceito de democracia participativa e a dinâmica territorial como unidade de planejamento e elaboração de políticas públicas, e a participação da sociedade civil organizada. O desenvolvimento territorial sob esse olhar, diz respeito a um modo de equacionar capital-trabalho-natureza, garantindo a sobrevivência de populações. Em nosso olhar inicial a proposta de democracia participativa e dinâmica territorial, vacila entre uma proposta concreta garantidora da qualidade de vida das pessoas ou localizar-se como uma forma de assegurar a qualidade de vida da sociedade, portanto com uma proposta societária de transformação. Essa não definição, ainda que entendida como um limite teórico, percebemos como estratégia concreta de participação na formulação de políticas públicas ou uma “fazer” experimental na Bahia. Ainda assim buscaremos entender por que essa ampliação da esfera democrática faz subsumir outras formas de luta e organização, silenciado grupos e classes sociais, tornadas reféns da técnica-tempo impostas pelo grande capital. Nossa questão central busca interrogar por que a política pública de desenvolvimento territorial tem contribuído para a ampliação do cânone democrático participativo. Essa questão tenta articular três conceitos fundamentais para o entendimento da política pública de desenvolvimento territorial: a concepção de território, de democracia e de participação. Uma definição de território não é algo dado, mas em constante construção. Entendemos o território como espaço de conflito, de luta por poder e, sobretudo, uma guerra de lugares, onde cada classe ou grupo observa e guerreia a partir de sua lógica e possibilidade de entendimento. É no território que se dá a disputa política por hegemonia, daí a necessidade de se entender as instituições e governos; é no território que acontecem as decisões sobre o uso e manejo dos recursos naturais, daí a necessidade de discutir o passivo ambiental;

no território as pessoas lutam por sobrevivência, daí a necessidade de entender as relações sociais entre grupos étnicos, relações sociais de gênero, de geração, e sobretudo, de classe. Por fim, no território, esse lugar de contradições, se dão as profundas relações dos homens e mulheres com sua própria história: daí a necessidade latente de entender historicamente como e por quê as relações institucionais, jurídicas, políticas, sociais, dão-se desta e não daquela maneira, nessa e não naquela temporalidade.

Dário R. Sales Jr. [Ciranda dos Orixás: Socialização religiosa e vida cotidiana de crianças do candomblé.] Dentre as diversas fontes escritas relevantes disponíveis atualmente sobre as religiões de matriz afro-brasileira, não há ou simplesmente desconhece-se, qualquer uma que tenha abordado as formas de engajamento e aprendizado das crianças socializadas no candomblé e suas relações inter e intra-comunitárias. Neste trabalho, pretendo estabelecer um diálogo entre a literatura sociológica concernente aos estudos de socialização e os estudos clássicos de cunho etnográfico acerca do candomblé. O objetivo geral deste estudo será analisar o processo de socialização no candomblé e as possíveis tensões que as crianças socializadas nesta religião podem experimentar nas suas vidas cotidianas. Os objetivos específicos podem ser assim elencados: analisar em que consiste esta “socialização no candomblé”, bem como o que significa para as crianças a ocupação de cargos na hierarquia sacerdotal; entender como a criança articula o universo infantil com as responsabilidades do universo religioso; compreender o papel dos “outros significativos” no processo de socialização. O papel da família e dos círculos de amizade; compreender as relações que as crianças estabelecem com os Orixás, caboclos e demais entidades; e, por fim, identificar possíveis tensões vividas pela criança no encontro entre identidades.

David Barbuda Guimarães de M. Ferreira. [Os Capuchinos e o projeto de civilização dos índios na Bahia: Discurso hegemônico, interesses, expectativas, apoios e recursos.] A política de incentivo a missionamentos na província da Bahia data de meados da década de 30 do século XIX, quando em 20 de março de 1835 fora autorizada pela Assembléia Legislativa Provincial à vinda de missionários para atuar nos sertões mais distantes, locais em que se “escondiam” as nações “mais bárbaras e ferozes, e que eram considerados como prioritários para esse trabalho de conversão. O governo da Bahia diante das dificuldades em assistir as áreas mais afastadas da capital e com poucos recursos para ampliar seus investimentos sobre esses espaços elaborou um projeto de financiamento de missionários com o intuito de ampliar o controle do Estado e ao mesmo tempo incluir essas regiões nos centros produtores e consumidores da província. Nesse contexto, a catequese era percebida como essencial para solucionar os diversos conflitos entre índios e colonos nos sertões,

tendo o missionário o dever de atuar como mediador, domesticando os índios e reunindo-os em aldeias para servirem como “trabalhadores úteis”. Inicialmente os missionários enviados poderiam ser filiados a diversas ordens religiosas e sua contratação dependeria somente do interesse expresso por este em fundar uma missão. A criação de aldeamentos deveria ser estimulada podendo o missionário se responsabilizar por quantos conseguir fundar. Contudo, somente em 1838 foram nomeados os primeiros missionários a partir da resolução nº 81 de 21 de julho do mesmo ano, na qual o governo delegava a 15 noviços da Ordem Beneditina a obrigação de se dedicarem à catequese dos índios. O trabalho dos beneditinos à frente do projeto catequese não rendeu muitos frutos e poucos são os registros de missionários que se empregaram em missões. Apesar do acordo selado entre a ordem e o governo da Bahia, diversos foram os problemas que atestaram seu fracasso, dentre esses, as dificuldades impostas pelo trabalho de missionação, como a distância, a comunicação e a precariedade de recursos, levando, assim, muitos dos noviços a desistir de imediato do trabalho. O processo de substituição dos missionários beneditinos ocorreu pouco tempo depois, por volta de 1839. A partir da década de 1840 o governo da Bahia passou a considerar que a questão da catequese e a “civilização” dos indígenas era urgente principalmente na região sul – Ilhéus, Porto Seguro e Caravelas –, uma vez que lá estavam as matas inexploradas, os espaços a serem ocupados, e as terras que interessavam. Esse contexto marca a aproximação dos capuchinhos com o governo da Bahia, firmando-os como principais responsáveis pelas missões catequéticas no decorrer do século XIX. A relação estabelecida entre a Ordem e o governo provincial previa a vinda de missionários, em especial os italianos, que atuariam essencialmente como agentes oficiais.

Delma Barros Filho. [Investigação acerca dos efeitos da ausência do processo de escolarização sobre o desenvolvimento cognitivo de adultos.] No campo de estudos sobre o desenvolvimento cognitivo de adultos, os autores que se dedicam a investigar o funcionamento cognitivo de pessoas em diferentes contextos tem concordado quanto à ideia de que o processo de escolarização promove o treinamento sistemático em operações teóricas, aspecto que envolve a aquisição de ferramentas culturais que subsidiam a organização do pensamento. O tema tem sido pesquisado através da comparação da cognição de iletrados com o de pessoas formalmente escolarizadas. O interesse tem sido investigar possíveis consequências cognitivas do uso da linguagem escrita e compreender as inter-relações entre as linguagens oral e escrita. Os estudos considerados apontam que a aquisição da escrita é avaliada, por um lado, como promovendo efeitos homogêneos, por outro, como sendo caracterizado pelas práticas sociais de uso da escrita, não devendo ser tomada por efeitos gerais. Este trabalho interessa-se por compreender a maneira como adultos iletrados pertencentes a sociedades letradas operam cognitivamente. Trata-se de estudo sobre as relações entre o

pensamento não escolarizado e o escolarizado tomando como base os desenvolvimentos teóricos de Vigotski, especificamente o tópico da formação de conceitos (cotidianos ou científicos). No pensamento orientado por conceito cotidiano, palavras codificam informações com base nos atributos perceptuais dos referentes. No pensamento orientado por conceito científico a estrutura do significado de palavra é abstrata, não dependendo do reflexo imediato da realidade. Para Vigotski o objetivo principal da escolarização seria a ascensão do pensamento empírico para o teórico. Este estudo propõe levar em conta uma rota alternativa de desenvolvimento, configurada para aqueles que não foram escolarizados, permanecendo iletrados. O conceito de oralidade letrada, considerado neste estudo, aponta para o fato de que em sociedades letradas a ascensão ao pensamento teórico pode acontecer fora da escola, através das demandas sociais do trabalho. Foram examinadas as respostas de dois grupos de participantes (iletrados: adultos que nunca frequentaram a escola ou o fizeram por poucos anos, permanecendo, portanto, analfabetos ou semi-analfabetos; e letrados: estudantes universitários ou pessoas com nível superior concluído) a testes sobre formação de conceitos com vistas a identificar a estrutura dominante do significado de palavra. A consideração da estrutura do significado de palavra leva em conta a maneira como o participante organizou as respostas aos testes: os critérios subjacentes a essa organização e a forma de ligação das palavras, no conjunto formulado. Esta análise permite classificar a estrutura do seu pensamento como orientada por conceito cotidiano ou científico. Como resultado geral, da análise comparativa entre o padrão de respostas encontrado para os dois grupos de participantes destacam-se: a) o predomínio da utilização de conceitos cotidianos entre iletrados; b) o predomínio do uso de conceitos científicos entre letrados. O fato de os participantes dos dois subgrupos terem formulado os dois tipos de conceitos, permite discutir questões relacionadas com o desenvolvimento da oralidade letrada no subgrupo dos participantes iletrados.

Denise Coutinho, Naomar de Almeida Filho, André Santana de Mattos & Pedro Andrade das Virgens. [Ensino da psicanálise na universidade: Revisão da literatura sobre o assunto no Brasil.] Este artigo apresenta uma revisão de literatura sobre ensino da psicanálise na universidade brasileira, com o objetivo de avaliar pertinência e atualidade da proposta de Freud apresentada em 1919 sobre o tema. Foi também objetivo do estudo identificar possíveis incidências da questão nos campos da Psicologia, Medicina Educação. Foram realizadas consultas ao Banco de Tees da CAPES, utilizando as palavras-chave: “ensino psicanálise universidade” e “ensino da psicanálise no Brasil”. Como subsídio para a análise, replicamos a mesma busca em artigos produzidos no Brasil nos últimos dez anos nas bases de dados SciELO, Lilacs e Bireme. A análise das teses e dissertações foi feita com base em resumos e referências bibliográficas, tendo

side destacados: 1) Região do país e Universidade onde o estudo foi realizado; 2) Estratégia metodológica; 3) Abrangência da pesquisa; 4) Principais referências bibliográficas; 5) Conclusões do estudo. Os resultados preliminares apontam para atualidade e relevância da proposta freudiana sobre ensino da psicanálise na universidade, tanto como parte da formação geral em diversos campos quanto como propedêutica para a formação profissional em Saúde e Educação.

Denise Lemos. [Alienação no trabalho docente: o professor no centro da contradição.] O objetivo geral do estudo é analisar o processo de trabalho docente no âmbito da Universidade Federal da Bahia Brasil, no contexto das transformações operadas à luz das políticas neoliberais do estado, buscando identificar se existe a configuração de um processo de alienação do trabalho docente, a despeito de ser um trabalho, cujo objetivo é emancipar o ser humano. Caracteriza o processo de flexibilização e precarização do trabalho, a partir da implantação progressiva dessas políticas no ensino superior, que atingem de forma significativa o papel da Universidade de produtora do conhecimento. O estudo demonstra que o professor da UFBA se encontra no centro da contradição da crise universitária no momento em que se percebe com plena autonomia e não percebe os mecanismos crescentes de controle institucional, configurando a alienação no trabalho docente (palavras chave: trabalho docente, alienação, autonomia, flexibilização e precarização do trabalho).

Denise Magalhães. [A referência a si da presença como ser-no-mundo em Heidegger.] A filosofia heideggeriana caracteriza-se fundamentalmente pela dessubstancialização do ser. Não podemos dizer do ser que ele seja: o ser não é, ele se dá em um jogo de velamento e desvelamento a cada vez de modo finito. É nessa perspectiva que em *Ser e Tempo*, Heidegger vai imprimir uma nova maneira de pensar o ser do homem, que ele denomina como presença (*Dasein*), para expressar seu caráter de abertura, decompreensão de ser. Enquanto abertura a presença é estruturada ontologicamente por momentos estruturais que se dão de modo inseparável, denominados existenciais e em sua constituição se dá como ser-no-mundo, isto é, como ente que em seu ser constitui e é constituído pela mundanidade de mundo. Como ser-no-mundo a presença se dá como um ente determinado em seu ser pela ek-sistência. Existir enquanto ek-sistência significa que o ser da presença é ex-cêntrico, não se constitui a partir de um centro substancial, de um fundamento, uma essência prévia, mas como um sendo, aberto na abertura do ser desvelando-se enquanto existência. Como único ente que compreende ser, a presença relaciona-se com o seu ser como o que é “a cada vez meu”, ou seja, o ser da presença se dá como uma mesmidade, um si-mesmo. Mas então perguntamos: Partindo da noção de presença como ser-no-mundo, qual o caráter de seu si-mesmo? Tendo em vista que o ser da presença é ex-cêntrico, como a presença pode referir-se a si, se o seu si não se

caracteriza como algo no modo do sempre presente, não existe como um ponto fixo, uma base para onde ela poderia se reportar? Qual o nexó entre o “a cada vez meu” do ser da presença e a finitude do seu si-mesmo?

Denise Pereira Silva. [O Teatro Vila Velha e a cultura popular nos anos 1960.] Na presente comunicação, pretendo discutir a afinidade política e estética da Sociedade Teatro dos Novos com o cenário cultural brasileiro dos anos 1950 e 1960, com os grupos de teatro engajados, a exemplo do Teatro Arena, Teatro Oficina e o Centro Popular de Cultura (CPC). Mesmo antes da construção do Teatro Vila Velha – que teve bastante impacto na vida cultural da cidade de Salvador, que só possuía o Teatro Santo Antônio da Escola de Teatro – a Sociedade Teatro dos Novos já apresentava uma estreita relação com os debates em torno da cultura nacional-popular e engajamento. Ao descrever os encenadores, dramaturgos ou atores da época como Ariano Suassuna, Oduvaldo Vianna Filho, Dias Gomes, Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri, Décio de Almeida Prado confirma a idéia de que esse período é marcado por uma grande sensibilidade para a abordagem no teatro e nas artes em geral de questões nacionais. Esses artistas, que em sua maioria pertenciam a uma classe média intelectualizada, utilizavam elementos da cultura popular para construir suas obras. Era a partir dos elementos da cultura popular que esses artistas tentavam criar uma identidade considerada “brasileira”. O que revela terem esses criadores um foco nos problemas sociais do país da época. Com isso, os artistas estabelecem uma conexão ideológica dos partidos de esquerda da época, que consideravam viável uma revolução social, por exemplo. De uma maneira geral, os personagens das peças eram originados das camadas sociais mais baixas e os textos retratavam sua vida cotidiana. As fontes até agora pesquisadas indicam que a Sociedade Teatro dos Novos nasceu, em 1959, influenciada por esses debates em termos de cultura popular, identidade nacional e popularização da cultura. Em 1959, grande parte dos alunos da primeira turma concluinte da Escola de Teatro se desvincula da instituição e acaba não participando da formatura. Foram eles: Othon Bastos, Sonia Robatto, Carlos Petrovich, Carmem Bittencourt, Echio Reis, Teresa Sá, Maria Francisca, posteriormente, juntam-se ainda ao grupo Nevolanda Amorim, Marta Overbeck, Mario Gusmão, Mário Gadelha e Wilson Mello. Segundo Raimundo de Matos Leão, ainda não se tem certeza se foram os próprios alunos junto com o professor João Augusto que decidiram abandonar a instituição por não concordar com a metodologia e a forma de dirigir de Martim Gonçalves, que para eles seria autoritária, ou se foi o próprio diretor que os expulsou da Escola. Sonia Robatto, uma das alunas na época, relata que realmente eles tiveram um desentendimento com Martim Gonçalves e decidiram abandonar a Escola para fundar uma companhia profissional de teatro. Percebe-se através das peças dirigidas por João Augusto tanto com a Sociedade Teatro dos Novos quanto, posteriormente, com o Teatro

Livre da Bahia que havia um alinhamento com os debates que aconteciam nacionalmente em termos de cultura nacional-popular. Para a inauguração do Teatro Vila Velha, em 1964, escolheu-se Eles Não Usam Black-Tie, peça de Gianfrancesco Guarnieri que incluiu no seu texto personagens que retratavam a sua visão do povo brasileiro.

Diego Moraes Guimaraes. [Entre sexualidade e verdade: uma abordagem crítica em Michel Foucault.] Esta comunicação a respeito de a História da Sexualidade I, A Vontade de Saber, de Michel Foucault visa analisar a importância dos conceitos de sexualidade e verdade; uma vez que estes se encontram subjugados à noção de saber-poder desenvolvida e explicitada de maneira exemplar na Vontade de Saber. E assim, obtermos condições para melhor se entender, a partir da obra, qual o lugar do sexo na sociedade, enquanto conceito e discurso ao longo da nossa história, para então, refletirmos no que se resultou. Procura-se também despertar o interesse, sobretudo filosófico, de pensar e compreender o que se incita sob o discurso acerca do sexo. Por que falar, pensar e até mesmo se manifestar no que diz respeito ao sexo? Esta e outras questões servirão de norte para dar andamento, por mais modesto que seja, rumo a problemática foucaultiana; que vontade de saber é esta que permeia a sexualidade humana?

Diego Palmeira da Silva. [Peter Singer e sua proposta de igualdade entre nós animais.] A utilização de animais pelo ser humano acontece desde seu surgimento na natureza. A alimentação e uso da pele dos animais, como vestimentas, parecem ser as primeiras formas desse uso. Essas práticas eram justificadas nesse período pela escassez de outros recursos e pela falta de tecnologias para a produção de outros meios de sobrevivência. Porém, a atual criação de animais em escala industrial, os métodos utilizados nessa criação e no abate, a forma como os animais são tratados e a abundância de outros meios tornou essas práticas foco de várias discussões sobre sua legitimidade. A utilização abusiva dos animais em experimentos científicos e em situações didáticas, também vem fomentando discussões ético-científicas entre pesquisadores de diversas áreas envolvidas e filósofos morais. Essas discussões são essenciais para a determinação de limites para utilização de animais para diversas atividades e finalidades humanas. Muitas questões estão envolvidas para o estabelecimento de elementos norteadores na tomada de decisões dos humanos em relação a todos os seres vivos, incluindo os próprios humanos. O objetivo deste estudo é analisar a proposta de igualdade de Peter Singer e suas implicações na utilização de animais. O uso de animais pela maioria dos humanos é caracterizado pelo especismo. Este é um conceito segundo o qual é justificável dar menor importância aos interesses de indivíduos simplesmente com base no fato de serem membros de outras espécies. Essa discriminação se concretiza quando

utilizamos animais de forma que não seria igualmente justificada se fossemos utilizar seres humanos. Peter Singer propõe um critério que elimina o especismo e promove a igualdade entre os animais terráqueos. A igualdade proposta por Singer é derivada de uma busca de igualdade requerida entre todos os humanos. E ao buscar um princípio válido para orientar as relações humanas, ele redefine a essência do critério da igualdade dentro da nossa própria espécie e o estende, de forma sólida e coerente, àqueles que não pertencem à nossa espécie: os animais não-humanos. Analisando as diferenças existentes entre os humanos, a igualdade só é possível utilizando como critério a igual consideração de interesses semelhantes. Com isso, para termos essa igualdade, temos que considerar que a grande maioria dos outros animais também são iguais a nós, pois eles também tem interesses que devem ser levados em consideração, e a grande maioria deles compartilham conosco, no mínimo, o mais básico dos interesses: o de não sofrer. E é com base na senciência que Singer estabelece o princípio ético que deve orientar as decisões e ações de sujeitos morais. Segundo o princípio de Singer, validar o uso de animais não-humanos para qualquer fim, é validar também o uso de seres humanos. Este princípio é um princípio mínimo de igualdade, e não um princípio igualitário perfeito e consumado.

Dilton Oliveira de Araújo. [Concepções e práticas políticas rebeldes na Bahia do século XIX.] O objetivo desta comunicação é detectar e analisar, em um nível de abordagem ainda preliminar, as mudanças de concepções e de práticas dos grupos sociais e políticos baianos que se envolveram com as movimentações rebeldes nas primeiras décadas do Império. A sua baliza cronológica inicial é o momento de derrota da Sabinada, uma espécie de apogeu desse tipo de prática radicalizada, após a qual inexistiram novas rebeliões, acirrando-se o combate ao pensamento radical e às tentativas de se reeditar movimentos rebeldes como a própria Sabinada. Incorpora, dessa forma, o objetivo de verificar e analisar as mudanças que ocorrem na compreensão de lideranças, mas também da base social da rebeldia, quanto à proposição e sustentação de saídas rebeldes ou revolucionárias para as crises políticas, como formas de solucionar as divergências políticas no interior da sociedade baiana do século XIX.

Diogo Carvalho. [Sacralização do espaço e o culto à personalidade de Stalin, durante o realismo socialista.] Este trabalho visa a problematizar os impactos do uso do realismo socialista para construção do culto a personalidade de Stálin através do cinema. Serão abordadas as conseqüências da utilização do aporte teórico, oriundo do realismo socialista e da revolução cultural soviética, na indústria e na estética fílmica. Também será objeto deste trabalho a análise da “sacralização do espaço”, realizada pelo cinema soviético deste período, pois a cinematografia desta época contém elementos simbólicos nucleares da narrativa do realismo socialista, elaborada ao longo dos anos 1930's.

Portanto, esta relação espaço-sujeito, baseada na reconstrução espacial, a partir de uma iconografia marxista-leninista foi um dos pilares da justificativa de criação do herói positivo, considerado elemento-chave para uma compreensão mais aprofundada da cultura soviética.

Diogo Silva. [O poder dos vínculos: Capital social e estratégias de escolarização em um bairro popular.] Esse trabalho foi resultado de uma pesquisa para dissertação de mestrado, no IPPUR/UFRJ, e se encontra em uma zona de confluência entre a sociologia urbana e da educação. Pois investiga os mecanismos que mediam a influência da origem social e contexto urbano, nas trajetórias educativas dos atores sociais. Dessa forma indaga acerca dos resultados escolares em uma comunidade marcada por processos de exclusão e segmentação espacial. Centrando no papel desempenhado pelas redes sociais nos resultados das avaliações nacionais de uma escola pública de um bairro popular na cidade do Rio de Janeiro que, apesar das dificuldades e tendências estruturais, vem logrando resultados bem acima da média. Um desempenho considerado “inesperado” por servir a uma população que acumula considerável número de vulnerabilidades sociais. Após o exame de um conjunto de contribuições bibliográficas indispensáveis para a compreensão das relações entre território – capital social – oportunidades educacionais. Partiu-se de uma contextualização quantitativa para definir o perfil social, caracterizar a área urbana e demarcar a singularidade do objeto de pesquisa, com dados secundários provenientes de pesquisas quantitativas (microdados do Censo e Prova Brasil, GERES e Tipologia Sócio-espacial do Observatório das Metrópoles). De forma a ser possível definir que o público da escola habita nos seus arredores, constituído basicamente de favelas, e marcado por pobreza e falta de infra-estrutura urbana, bem como destacar o objeto de pesquisa dentre as escolas da região, em indícios de vínculos famílias—escola e investimentos familiares. Tal contextualização serviu de base para a pesquisa qualitativa, realizada por meio de observação direta, questionários e entrevistas, com famílias e educadores. Ao final, evidenciaram-se a importância e características dos vínculos, redes sociais e estratégias acionadas nesse caso, bem como algumas formas e contextos de possibilidade que envolvem esses processos, o que contribui para o entendimento dos mecanismos da influência dos fatores sociais na trajetória educativa dos jovens.

Edilece Souza Couto. [Colégio Antônio Vieira (1911-2011): Retorno dos jesuitas, a pedagogia inaciana e a reestruturação Companhia de Jesus no Brasil.] O centenário de uma instituição é um momento propício para festejar e também avaliar a sua trajetória. Em 2011, o Colégio Antônio Vieira, fundado pelos jesuítas em Salvador, completa cem anos. Juntamente com o Salesiano e o Colégio dos Maristas, os padres educadores preparavam jovens para o ensino

universitário. Porém, a fundação do colégio dos jesuítas na capital extrapolou o objetivo de educar dentro dos princípios da pedagogia inaciana. Na verdade, marcou o retorno dos jesuítas ao Brasil em um momento traumático, após a expulsão de Portugal com a Proclamação da República (1910). Os republicanos proibiram o ensino religioso nas escolas públicas e expulsaram as ordens regulares. Os jesuítas, expropriados das suas terras, casas e coleções científicas, foram obrigados a fechar os colégios de Campolide e S. Fiel e fugir para a Espanha. O Pe. Luiz Gonzaga Cabral, provincial dos jesuítas portugueses, solicitou do governo brasileiro a autorização para instalar os religiosos no Brasil. Esse retorno foi controverso, com manifestações de repulsa e críticas à evangelização jesuítica e da adesão de parte dos políticos brasileiros aos ideais republicanos. Porém, existiam membros do governo e do clero defensores de que as afinidades lingüísticas e culturais seriam favoráveis ao apostolado, especialmente o educacional, dos padres portugueses. Os jesuítas foram acolhidos em Salvador por dom Jerônimo Tomé de Souza, arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, que almejava a melhoria do ensino primário na arquidiocese. Para os padres, o Colégio serviria para manter a coesão do grupo e reorganizar a Província portuguesa dispersa. Nessa comunicação, pretendo discutir alguns pontos da trajetória do Colégio Antônio Vieira, como a educação dos internos e de jovens e adultos no supletivo, vinculando essas atividades à reorganização da Companhia de Jesus no Brasil.

Edinaldo Antonio Oliveira Souza. [Mulheres Operárias na Justiça do Trabalho: a luta pelo direito de proteção à maternidade em Comarcas do Recôncavo Baiano.] Já previsto no Regulamento Nacional da Saúde Pública, aprovado em 1923, o direito de proteção à maternidade foi instituído nas Constituições de 1934 e de 1937 e regulamentado no terceiro capítulo da CLT, que é dedicado à proteção do trabalho da mulher. Foi concebido na perspectiva do projeto corporativista e dos ideais paternalista e tutelar que informavam a política trabalhista do Estado Novo, especialmente em relação às mulheres operárias, ao mesmo tempo em que buscava atender a demandas emanadas da crescente participação feminina no conjunto do operariado brasileiro. A partir da análise de quatro processos trabalhistas movimentados nas Comarcas de Cachoeira e de Nazaré, no Recôncavo baiano, no período compreendido entre 1943 e 1949, este artigo pretende avaliar, no plano da experiência vivida e no domínio da lei, as implicações desse instrumento jurídico na dinâmica das relações de trabalho, da cultura e da cidadania da mulher operária.

Edineide de Jesus Santos. [O caráter paradoxal da presença de Lutero no pensamento de Ludwig Feuerbach.] O pensamento de Ludwig Feuerbach contribui significativamente para compreensão e interpretação do fenômeno da religião na contemporaneidade. Em sua principal obra, Essência do cristianismo,

publicada em (1841), ele apresenta uma análise crítico-religiosa acerca do caráter antropomórfico da divindade, ao demonstrar que a essência da religião identifica-se com a essência humana. Estabelecendo assim, uma redução da teologia à antropologia. Em que Deus nada mais é que uma projeção da consciência humana objetivada. A paradoxal presença de Lutero na obra feuerbachiana demonstra a ousadia e a radicalidade da crítica ao cristianismo estabelecida por Feuerbach. Para ele, nenhuma doutrina religiosa parece mostrar-se tão contrária as teses fundamentais expostas na obra, Essência do Cristianismo, que a doutrina luterana. Sob essa perspectiva, nosso filósofo escreve um importante texto intitulado, A essência da fé segundo Lutero. Uma contribuição à essência do cristianismo, publicado em 1844, com o intuito de apresentar o caráter antropológico da teologia de Lutero. É justamente essa aparente verdade existente na teologia luterana, que Feuerbach pretende desvelar. Lutero sustenta em sua doutrina uma aparente negação do homem perante Deus. Uma vez que, Deus representa todo bem, isto é, a justiça, a verdade, a eternidade, em contrapartida, no homem encontramos apenas desgraça, morte e perversidade. De modo que, Deus e homem são essencialmente contrários. Sob esse aspecto, se deseja a presença de Deus é necessário renunciar a essência humana. A interpretação de Lutero feita por Feuerbach demonstra que a doutrina desse reformador apresenta-se completamente voltada para Deus e terminantemente contrária ao homem. Em que Deus é tudo e o homem nada. Todavia, isso ocorre apenas no início da sua doutrina, mas não em seus desdobramentos. Pois, para Feuerbach, Lutero nega o homem porque possui um Deus demasiadamente humano. Dessa maneira, Feuerbach desvela a essência oculta da teologia luterana, ou seja, o seu ateísmo antropológico.

Edjane Cristina Rodrigues da Silva. [A museologia baiana conquista o espaço nacional. Mas e como fica a Bahia?] A formação do primeiro curso de museologia no Brasil remonta à criação do Museu Histórico Nacional, sendo efetivamente implantado no ano de 1932. Apenas em 1969 foi criado o segundo curso na Universidade Federal da Bahia. A regulamentação profissional acontece em 1985, considerado um avanço para os profissionais deste segmento. Sabemos que o panorama museológico brasileiro se transformou nos últimos vinte anos e o processo de consolidação e expansão da área museológica acontece, sobretudo, estimulado pela Política Nacional de Museus, no governo do presidente Lula, em 2010, culminando na criação do IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. Se em 2002 tínhamos apenas dois cursos implantados, no ano de 2010 treze cursos estavam em plena atividade, constituindo realidades museológicas locais e regionais bastante específicas. Não houve apenas a expansão dos cursos de graduação em museologia, mas também ampliou-se a abertura de concursos para provimento de vagas para técnicos museólogos em

todo o país. A necessidade de preenchimento dessas vagas e o pouco espaço destinado a esses profissionais, na Bahia, têm levado um número considerável de museólogos baianos a sair do Estado, em busca por uma oportunidade de trabalho e realização profissional. Só para dar alguns exemplos, temos profissionais baianos atuando como técnicos e docentes em Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, São Paulo, Goiás, dentre outros. A UFBA abriu concurso recentemente, após longos anos, para o provimento de apenas duas vagas de museólogos e o Memorial da Câmara abriu para uma vaga sendo que, neste caso, historiadores também puderam concorrer. Considerando a quantidade extraordinária de museus e instituições culturais existentes em Salvador e no interior do Estado, pretendemos, em nosso artigo, levantar alguns questionamentos que julgamos relevantes ao se pensar no atual espaço da museologia baiana: porque não há campo para os profissionais baianos atuarem em instituições locais? Que tipo de museologia a Bahia pretende desenvolver a partir de agora e o que fazer diante dessa nossa realidade museológica que não absorve a mão de obra formada no próprio Estado?

Edmundo Fonseca Machado Junior. [Vila de Abrantes: História, Mito de fundação e a memória da festa do Divino Espírito Santo.] Este artigo constitui-se como recorte de uma abordagem de cunho antropológico mais amplo, que vem a compreender como os abrantinos reconstróem e reconstituem por meio da memória e da prática dessa festa, seu passado com os artefatos disponíveis do presente. Dessa forma, o conteúdo a ser analisado nesse texto, diz respeito aos principais fundamentos e marcadores da origem sociocultural e cosmológica de Vila de Abrantes/Ba. Para tanto, foi de suma importância o trabalho etnográfico vivenciado no contexto festivo ao Divino em Abrantes, no período de Pentecostes de 2010 este, que possibilitou a evocação dos lugares e dos quadros sociais em que as memórias dos abrantinos estão zelosamente guardadas.

Eduardo Novaes. [Os olhos de Goethe.] Para Goethe, a natureza está sempre avivando as cores. Com o seu disco cromático, o fenômeno original assaltaria seu lugar quando circunscrito em um espaço entre luzes e sombras, como se intermediário entre mundo e o sentido doado ao olho. O modelo de cor seria como uma duplicação do olhar e do campo visual, eles mesmos impressos nos olhos, sendo, portanto, um contrassenso falar de cores para um cego. Por outro lado, para Wittgenstein, no que concerne à gramática das cores, o círculo é, na verdade, um quadrado. De modo análogo, em Wittgenstein, as cores não somente se oporiam no círculo. Para que a afirmação simbólica de certas interdições seja explícita – as que ganham melhor lugar na forma de um octaedro –, as cores simples devem se complementar. Ainda para Wittgenstein, sobre cores não se aprende com um simples olhar, caso em que, por singular confusão,

nossas palavras se dirigissem de forma direta à cor que vemos na natureza. De tal modo, reconhecer o que Goethe acreditara ser a síntese real de todo o sistema de cores como elemento que sombreia toda as outras, no que sinalizaria um fenômeno primordial, uma harmonia cromática sendo vista pelos olhos em ambiência circular, será, para Wittgenstein, restringir toda uma multiplicidade no terreno do uso da linguagem ao modo de emprego ornado na paleta ou não reconhecer certas interdições. Assim sendo, mostrar determinadas interdições será, antes de tudo, demarcar um espaço lógico fincado em proposições gramaticais que sublima do uso ordinário, sem que com isso se reduza a linguagem na função estrita do círculo na atribuição de um contínuo finito ou que uma doutrina da harmonia cromática se desenhe a partir da congruência dos olhos com a imanência doada ao cinza. Ver uma cor se mostra, assim, ficção gramatical.

Edwin Reesink. [Memórias do PINEB: os Kaimbé.] O tempo pioneiro do PINEB consistia de um Projeto de Pesquisa sobre Povos Indígenas na Bahia. A meta geral incluía cobrir etnograficamente o estado da Bahia com um conjunto de pesquisas sobre os povos indígenas conhecidos na época. Uma destas pesquisas se realizou em 1976-1977 entre os Kaimbé de Massacará. Esta comunicação descreve alguns aspectos da minha participação neste esforço conjunto cientificamente liderado pelo Prof. Pedro Agostinho.

Elaine Cristina Mesquita. [Relações perigosas: Representações do cotidiano amoroso das mulheres das camadas populares de Belém (1890-1892).] O presente trabalho tem como objetivo contribuir para o entendimento das representações das relações amorosas de mulheres das camadas populares de Belém, e como as mesmas foram reprimidas, combatidas, e criminalizadas no final do século XIX, dentro da efervescência dos discursos políticos republicanos de modernização, dos paradigmáticos avanços científicos e dos discursos moralizantes. Investigamos as mulheres das camadas populares e as tensões amorosas ocorridas em Belém de fins de século, respectivamente nos primeiros anos da constituição da República (1890-1892), a partir das notas publicadas em três periódicos que circularam na cidade, O Correio Paraense, A República, e o jornal Diário de Notícias. O comportamento feminino foi diversas vezes alvo dos discursos higienizadores do fim do século XIX, e as mulheres consideradas peças fundamentais para compor esta imensa rede de debates sobre higiene e criminalidade, tendo na maioria das vezes como pano de fundo a prostituição e o caráter da natureza feminina, e ainda “as imposições da nova ordem” que “tinham o respaldo da ciência, o paradigma do momento e da medicina social” que asseguravam como características femininas por razões biológicas: “a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade e a vocação maternal.” E em contraposição “o

homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios.” Entre as questões impulsionadas pelo crescimento econômico da cidade de Belém, pela emergente República e pelos discursos morais, cientificistas e higienizadores importados da Europa no século XIX, as mulheres destacaram-se no cenário por sua mobilidade, suas relações sociais e por seus conflitos muitas vezes caracterizados pela sociedade oitocentista como criminosos e desviantes do bom comportamento almejado pela emergente burguesia belenense. Neste contexto, o comportamento feminino, e as representações sociais dadas a ele podem ser entendidos como de fundamental importância para a compreensão da sociedade oitocentista paraense, e para as relações de gênero que se estabeleceram.

Elane Correia. [Saberes dos povos da floresta, alternativa à hegemonia da monocultura científica.] Saberes dos povos da floresta, alternativa à hegemonia da monocultura científica. Durante a pesquisa, constatei que, de fato, não há limites definitivos entre os saberes científicos e os considerados não-científicos, mas sim relações de reciprocidade e de complementaridade entre eles. E que essas relações podem vir a representar um terceiro saber, uma terceira via capaz de reunir a ciência e a não-ciência. Sendo assim, não estou abrindo mão da ciência como instrumento de análise, mas apresentando esses saberes como uma alternativa à desconstrução da hegemonia científica clássica, buscando uma retotalização entre os saberes, respeitando suas inteirezas. Pensando na possibilidade efetiva de fazer ciência sob a ótica da racionalidade aberta, busco demonstrar que os saberes pertinentes aos povos da floresta, constituem numa via de inteligibilidade da essência da vida. Esses saberes intermediados entre “o homem do teorema” (teoria) e o “homem da experiência” (natureza), representa uma teia de conhecimentos que mina a monocultura científica clássica enquanto único instrumento de conhecimento da vida. O presente trabalho propõe, assim, fazer uma caminhada em busca da história do “oráculo que se confunde com os rumores da história”. Através dos textos de pertencimentos históricos e míticos dos povos da floresta amazônica, com especial destaque aos povos nativos do estado do Acre e ao povo Munduruku do Pará. Esses grupos humanos tratam de “muitas galáxias de coerência, muitos sóis: algumas já extintas, outras quase ignoradas, maltratadas ou mal amadas”. Ainda mais, propõe que as centelhas do saberes aqui apresentados sejam tão incandescentes quanto perturbadores, no sentido que possam vivificar o terreno humano onde são geradas as referências do nosso pensar, os rumos do nosso querer e a renovação do nosso sentir ou dos nossos cotidianos modos de fazer, no sentido de por sob questão a hegemonia histórica do conhecimento científico que tem como berço a sociedade moderna. Através das metáforas, construídas milenarmente, a realidade assume os seus valores, afirma Gaston Bachelard. Nesse sentido, uma das formas de pensar a vida, a mitológica, adquire uma força que anuncia uma possibilidade

de conhecimento dos domínios da vida, referenciada por uma lógica somente pertinente àqueles mantenedores da intimidade de uma escuta sensível e singular aos seres humanos da floresta. Os fiandeiros da floresta são resistente à dilaceração de sua cultura, estando sempre prontos para recomeçarem os seus vôos, como o pássaro fênix, pois, como afirma Vergani, “a criatividade é uma atitude (...) um espaço/tempo por onde se transcende a caducidade efêmera de um fim e onde se renova sobressalto de um saber primeiro”. Subvertendo o poder do capital, faz da sua arte de saber fazer o seu conhecimento um “estado de graça” que não se constitui numa confusa fantasia onírica, mas numa forma de elaborar o seu saber. O conhecimento, assim, se traduz por uma “experiência da consciência”, permitida pela repetição e comprovação criativa e bricolada dos fatos, capaz de possibilitar a espiral da vida fluir, ao mesmo tempo em que se torna o “sujeito do verbo maravilhar-se”.

Eliane Pinheiro & Patricia Lemos Mota. [Das hostilidades cotidianas às invasões dos terreiros de candomblé: um retrato da intolerância religiosa na Bahia.] As invasões e os acautelamentos sofridos pelos terreiros de candomblé, no estado da Bahia, motivadas, sobretudo, pelo acirramento da intolerância religiosa e pela especulação imobiliária deram os pressupostos iniciais para o presente projeto de pesquisa, cujo objetivo precípua é o estudo do aumento da violência religiosa na Bahia e o desenho de uma política pública orientada para deter esta ameaça à paz social e à democracia. Pesquisa realizada no ano de 2003 pela socióloga Maria Cristina Péchiné, em escolas municipais soteropolitanas, comprovou a hostilidade impingida por colegas e professores às crianças que evidenciavam sua crença religiosa nos Orixás. Entre 2006 e 2007, o antropólogo Ordep Serra coordenou o projeto de pesquisa intitulado Candomblé, Saúde e Solidariedade e verificou que agentes comunitários de saúde e de zoonoses da rede municipal convertidos a crenças neopentecostais negavam-se a entrar em terreiros ou prestar auxílio ao povo-de-santo. A situação tem-se agravado e a demonização dos cultos de matriz africana aumenta a vulnerabilidade de seus adeptos e a tolerância a toda sorte de agressão ou escárnio público cometida contra eles. Dos insultos pessoais às criminosas invasões aos candomblés baianos tudo é deveras preocupante. Os terreiros têm sido invadidos por fanáticos religiosos que tentam impedir as oferendas atirando sal e enxofre nos santuários, batendo com bíblias nos sacerdotes, dirigindo-lhes insultos ou apedrejando os abaçás. O agravamento do grau da criminalidade das invasões e a ação de narcotraficantes resultou, nos anos de 2009 e 2010, em três homicídios e na demolição completa de um abaçá. Recentemente, o terreiro Seja Undê, na cidade de Cachoeira, teve destruídas árvores sagradas, edificações, santuários, um vasto trecho de mata que há mais de um século era cenário de seus ritos e viu aterrada uma lagoa também sagrada para seus adeptos. Aqui, o crime deve-se à especulação imobiliária que visa a construir um condomínio

de luxo em uma área tombada como patrimônio nacional pelo IPHAN. A tortura de uma mãe de santo por policiais militares – que além de crime contra os direitos humanos invadiram área fora de sua jurisdição –, é o mais novo ato de toda esta barbárie criminosa. O Projeto Lorogun, composto por professores e alunos da Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, da Universidade Salvador, dirigentes da Associação pela preservação da Cultura Afro-Ameríndia, lideranças do candomblé, pesquisadores ligados a instituições governamentais e não governamentais, jornalistas, comunicadores e especialistas em documentação visual têm documentado os casos de agressão contra o povo de santo, de invasão e acautelamento dos abaçás na Bahia, está preparando um filme documentário sobre o assunto, tem incorporado ações de apoio às comunidades atingidas e tomado medidas de combate à intolerância religiosa. O Ministério Público Federal e o Governador do Estado da Bahia também já foram procurados pela equipe com o objetivo de alertá-los para a gravidade do problema. Convém recordar que as campanhas contra grupos étnico-religiosos discriminados são pilares de todos os fascismos e resultam sempre em grave ameaça à cidadania, à liberdade de expressão e à dignidade humana.

Eliane Santana de Mendonça. [A verdade em Ser e Tempo.] Nosso trabalho tem como objetivo evidenciar a análise de Martin Heidegger sobre a questão da verdade em sua obra “Ser e Tempo”, mais especificamente no parágrafo 44. Com sua crítica à tradição filosófica, o filósofo pretende recolocar a questão da verdade ligada a temporalidade e não numa espécie de horizonte de necessidade lógica ou de formas puras ou de idealidade. Não existem verdades eternas. A verdade está ligada ao “Dasein”, portanto ela só existe enquanto há “Dasein”. A questão da verdade em “Ser e Tempo” é abordada em suas condições existenciais de possibilidade. Heidegger tenta se afastar da ideia de verdade como propriedade das proposições verdadeiras ou falsas, e, também da ideia de verdade como qualidade de um sujeito transcendental. Assim, ela é levantada não mais como uma questão de teoria nova de verdade, ela é colocada num nível fundante. Ou seja, a verdade de uma proposição ou enunciado é derivada de uma verdade que é anterior, de uma verdade fundante, que é denominada por Heidegger de verdade originária. Por essa razão é que o filósofo afirma que a verdade é o lugar da proposição e não o contrário.

Elisa de Moura Ribeiro. [O constitucionalismo na Bahia: conciliação e conflito (1821-1822).] O trabalho que se apresenta tem por objetivo pensar a conjuntura inaugurada pelo Movimento Constitucionalista na Bahia, que irrompeu na Cidade do Salvador em 10 de fevereiro de 1821, em adesão ao movimento que assumira o governo em Portugal no ano anterior instituindo a autoridade das cortes de Lisboa, no Império luso-brasileiro. Na Bahia, depõe-se o governador da capitania, o Conde da Ponte, em proveito de uma junta governativa civil-

militar que, pela heterogeneidade de sua composição, traduz a ampla aliança promovida na Capitania sob o viés do constitucionalismo. As expectativas dos “homens-bons” baianos eram de que a constitucionalização do Império luso-brasileiro viesse a promover a renegociação dos pactos políticos outrora estabelecidos, já que parte deles avaliava negativamente a situação pós-1808, de proeminência da corte do Rio de Janeiro em detrimento dos demais centros políticos importantes, incluindo Lisboa e Cidade da Bahia. Medidas como a Abertura dos Portos, em 1808, e os tratados alfandegários de 1810 – que privilegiavam as casas comerciais inglesas – contrariavam grande parte dos comerciantes atuantes na praça da capital baiana, em geral portugueses que, no passado colonial recente, possuíam a primazia nos portos do Brasil. Ao passo que o novo governo da Junta atendia a demandas pregressas de parte dos grupos baianos, dentre elas o aumento nos soldos e a liberdade de imprensa, a aliança vista no Dez de Fevereiro se esvaía no decorrer do mesmo ano de 1821. Ficaria patente que os diversos grupos ou “partidos”, sob a alcunha de constitucionalistas, possuíam objetivos diferentes a cumprir. A partir desta circunstância, e mais a crescente aceitação do príncipe-regente D. Pedro enquanto autoridade política legítima nas províncias do Brasil, parte dos grupos baianos levaria à frente a causa da ruptura política com Portugal. Uma conjuntura que assumiria suas primeiras feições a 25 de junho de 1822, quando da formação do governo autônomo de Cachoeira.

Elisa Rodrigues Silva. [Literatura infantil afro-brasileira.] Este texto é parte da pesquisa de mestrado que iniciei ano passado: *Literatura infanto-juvenil: outras práticas*. Tal pesquisa tem a proposta de investigar a representação da história, da cultura e do povo afro-descendentes na obra de Heloisa Pires Lima e Joel Rufino dos Santos. Essa preocupação nasceu do fato de a literatura infantil, enquanto produto sócio-cultural elaborado por um adulto, veicular muitas vezes concepções hegemônicas sobre as minorias, de modo a não contemplar sua diversidade. Em contraposição a essas tendências, algumas obras contemporâneas voltadas para crianças e adolescentes têm apresentado seu conteúdo de modo mais diverso e valorativo. É primordialmente por estas obras que me interesso. Por isso, a referência a “outras práticas” no título deste texto, porque as obras aqui pesquisadas estabelecem uma tessitura distinta das tradicionais obras infantis no que se refere à cultura afro-brasileira. Tendo em vista a extensão dessa pesquisa e o caráter breve dessa comunicação, selecionei apenas uma obra para análise: *O espelho dourado*, de Heloisa Pires Lima.

Elisabete Aparecida Pinto, Maria Elizabeth Borges, Danielle Pereira, Soila Ribeiro, Ana Fraguas, Samara Floquet, Gislane Garcia, Cláudia Isabelle Silva, Jucilane Santos, Lais de Jesus, Milla Bagano, Rheven Silva. [Transversalidade e Equidade de Gênero e Raça na Política pública de Assistência Social: análise do orçamento

e vontade política no município de Salvador, entre 2000-2008.] Esta é uma pesquisa em andamento, envolvendo professoras, alunas e profissionais do Serviço Social, com recursos do PIBIC, em parceria com a Coordenadoria dos assuntos da população negra/CONE, da PMSP, com o objetivo de avaliar o processo de formulação, implementação e impacto da política pública de assistência social, a partir do orçamento para o município de Salvador, nas gestões 2000 a 2008, sobre as desigualdades e exclusões sociais, na perspectiva de gênero e raça. A pesquisa pretende analisar comparativamente a intenção (o orçamento) e as ações (o realizado) das políticas públicas de assistência social voltadas para a meta de reduzir as desigualdades sociais relativas a gênero e raça/etnia na Cidade de Salvador, bem como analisar a relação dos programas desenvolvidos localmente com a política nacional de assistência social. A pesquisa tem como proposição metodológica avaliar a eficácia, eficiência e efetividade das políticas públicas, seguindo um *démarche* qualitativo e se utilizando de dados secundários quantitativos, para compreender a implementação e a estrutura de funcionamento dos órgãos de gestão, financiamento e controle social na Política de Assistência Social, analisando os processos políticos que contextualizaram a implantação desta política desde a criação da LOAS. Além da análise documental, serão entrevistados os atores representativos dessa história. Ao situar e comparar os marcos regulatórios nas instâncias federal e local, localizar-se-á os programas orçamentários, como expressão da vontade política dos governantes, demonstrando em que proporção as necessidades dos diferentes grupos da população estão sendo contempladas pelos governos e em que medida os programas/projetos/ações propostos são compatíveis e dão conta de atender os compromissos assumidos de melhoria de qualidade de vida da população e de justiça social. O Grupo está articulado ao grupo de pesquisa sobre avaliação de inovação e aprendizagem nas políticas públicas vinculado ao CIAGS/ADM, fazendo interface entre as avaliações propostas, tomando a política de assistência social como objeto de estudo, como referência da novidade da transladação do campo privado para o público e as responsabilidades dos entes federados e as referências de sistema de informação, planejamento e financiamento que possam assegurar serviços orientados por indicadores de vulnerabilidades sociais. O foco da pesquisa é a análise das instâncias de gestão e de controle social partindo de uma matriz que orienta a visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias sociais, de gênero e de raça, avaliada no orçamento e na realização de programas institucionais, que devem refletir prioridades sociais e econômicas; ou seja, orçamento e realizações como concretização monetária do compromisso político dos governantes com programas e políticas de desenvolvimento. Os resultados permitirão conhecer e sistematizar informações sobre a política de assistência social no estado e município, ampliando o debate teórico e profissional.

Elisia Santos. [Do Caboclo ao Espírito Santo.] O presente estudo pretende compreender a experiência religiosa feminina no contexto da Igreja Evangélica Neopentecostal “Poder e Chama”, e na Casa de Candomblé de Mãe Cris, atentando para as implicações desta experiência na construção de identidades não só no campo religioso, mas em diversas esferas da vida social. Mediante este estudo pretende-se evidenciar o papel da religião na dinâmica familiar, de parentesco e vizinhança e abarcar a questão de gênero na estruturação das experiências religiosas desenroladas no candomblé e neopentecostalismo.

Eloísa Solange Magalhães Bastos, Denize de Almeida Ribeiro, Sílvia Santos Augusto, Liliane de Jesus Bittencourt, Neide Maria dos Santos, Andréa Jesus Santos Vieira, Leila Lima Mello e Francisco Santana. [O Padrão de Beleza Socialmente Construído na Gênese de Transtornos do Comportamento Alimentar em Mulheres Negras de Salvador / Bahia.] Trabalho desenvolvido por um dos grupos de pesquisa do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Saúde Mental - NISAM/UFBA, sob a coordenação da Dra. Mônica Nunes . O projeto financiado pelo CNPq e aprovado pelo comitê de ética do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA. Teve como objetivo geral a análise dos fatores que influenciam na construção da imagem corporal e no desenvolvimento dos transtornos alimentares em mulheres negras de Salvador/Bahia. E como objetivos específicos, identificar a influência dos ideais de beleza na construção da imagem corporal das mulheres negras de Salvador/Bahia, analisar a percepção da imagem corporal das estudantes de Salvador/Bahia em função do seu pertencimento étnico/racial e social, conhecer a relação entre a imagem corporal dessas mulheres e o desenvolvimento dos transtornos alimentares e identificar e compreender os fatores protetores ou fragilizadores para o desenvolvimento dos transtornos alimentares entre essas mulheres. A pesquisa iniciou-se pela investigação da prevalência de transtornos alimentares na cidade de Salvador. A falta de um centro específico para tratamento, assim como a necessidade de análise tendo a dimensão étnico/racial como variável chave foi preponderante na escolha de jovens sem diagnóstico estabelecido da doença. A opção por estudantes de ensino médio e universitárias se baseou nos estudos epidemiológicos, que evidenciam a precocidade cada vez maior dos transtornos alimentares e a prevalência em cursos e profissões específicas. Foi utilizado, um instrumento de investigação composto de quatro questionários autoaplicáveis, em jovens entre 15 a 30 anos, estudantes do ensino médio e dos cursos de nutrição, psicologia, medicina, enfermagem e educação física, de instituições de ensino públicas e privadas. Assim, tentou-se garantir a diversidade étnico/racial e social, bem como a existência de jovens com indicação diagnóstica para os transtornos. A seleção das instituições ocorreu de forma aleatória, utilizando como critérios as escolas de ensino médio, situadas no centro da cidade, e todas as instituições de ensino superior que possuíssem os cursos eleitos para

o estudo. Foram escolhidas aleatoriamente 20 instituições de ensino e nestas, duas turmas, no mínimo. O cálculo da amostra foi realizado a partir dos resultados do estudo piloto nos cursos de nutrição de duas instituições, uma pública e outra privada. O instrumento de investigação foi avaliado pelo grupo de pesquisa, antes de ser utilizado no piloto, e foi ajustado após aplicação no mesmo. O primeiro questionário coletou informações sobre identificação destas jovens, dados sociais, satisfação corporal, vivência do racismo e percepção de existência de rede de apoio social e familiar; o segundo foi um questionário validado para indicação diagnóstica de transtornos do comportamento alimentar (Teste de Atitudes Alimentares - EAT26); o terceiro (Questionário de imagem Corporal - BSQ), visou caracterizar a imagem corporal destas mulheres; e o último questionário (Questionário Beck de Depressão - BDI), avaliar possíveis graus de depressão presentes nas mesmas. A Classificação da raça/cor ocorreu por autodeclaração, conforme critério do IBGE, a coleta de dados se deu com todas as estudantes que atenderam aos critérios estabelecidos para a pesquisa, independente da percepção fenotípica dos pesquisadores em relação ao pertencimento racial das mesmas.

Elvira Santos Pereira. [Flexibilização do contrato individual de emprego: um confronto com os princípios do direito do trabalho.] As transformações econômicas e sociais que ocorreram no Brasil a partir de fins dos anos 1980, causaram profundas mudanças no mundo do trabalho, com alterações no modo de produção e no sistema de relações de trabalho. Neste contexto, também é possível identificar mudanças significantes no padrão de regulamentação pública das relações trabalhistas, especialmente no que se refere à regulação do contrato individual de emprego. Este artigo tem como objetivo identificar estas mudanças e analisar em que medida tais iniciativas, no intuito de romper com a rigidez da legislação trabalhista, acabam por questionar os princípios primordiais do Direito do Trabalho, lançando a negociação das condições de trabalho de volta à lógica do livre mercado.

Erica Vieira de Almeida. [O programa bolsa-família e o enfrentamento da pobreza: Uma análise a partir da sua implementação no município de Campos/RJ.] Em tempo de ajuste fiscal e de esgotamento do movimento de expansão e universalização dos direitos sociais nos países centrais e periféricos, faz-se necessário problematizar o significado atual da Assistência Social, como Política de Seguridade Social destinada às famílias de trabalhadores mais empobrecidos e, portanto, como resposta do Estado brasileiro a alguma das atuais expressões da questão social. Considerado pelo Governo Lula como o seu principal programa social, o Programa Bolsa Família (PBF) tem sido apresentado também por especialistas de Institutos de pesquisa e analistas econômicos como uma ação estratégica no aumento da renda dos trabalhadores mais empobrecidos e, por

consequente, como um importante mecanismo de distribuição de renda entre os trabalhadores. Não há dúvida sobre a melhoria da renda dos trabalhadores, em especial, daqueles mais empobrecidos. Estudos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2003, 2007 e 2009) apresentam que houve melhoria nas condições de alimentação e de acesso aos equipamentos coletivos, além de crescimento nos índices de crianças e adolescentes na escola e aumento da escolaridade. Não podemos desconsiderar também a magnitude do Programa que, em 2010, atingiu mais de 12 milhões de famílias, reduzindo o percentual de pessoas que estavam abaixo da linha de pobreza. Disseminados em quase todos os países da América Latina e Caribe, os programas de transferência de renda condicionados ganharam relevância nos governos “progressistas”, na entrada do século XXI na região. Destacam-se, entretanto, os baixos investimentos governamentais (menos de 1% dos PIBs nacionais), além de uma ausência ou insuficiência de articulação institucional com vistas à garantia dos direitos sociais fundamentais, uma dívida histórica da região. No caso do Brasil, se não há dúvida de que o Programa Bolsa Família possibilitou uma melhor distribuição da renda do trabalho e o acesso de segmentos significativos da população em situação de pobreza ao consumo e ao crédito, as pesquisas indicam, também, que o PBF não tem conseguido promover o acesso dos assistidos às políticas públicas fundamentais como habitação, educação e saúde, nem tampouco, ao emprego, requisitos fundamentais à superação da pobreza e indispensáveis à cidadania. Além disso, a manutenção dos mecanismos de focalização, expressos nos critérios de renda vem impedindo que uma grande parcela de trabalhadores empobrecidos tenha acesso aos programas e benefícios socioassistenciais, reproduzindo o caráter ainda restritivo e excludente da Seguridade Social brasileira. Justificada pela sua capacidade de atingir com maior eficácia o público alvo, isto é, os mais pobres, a focalização vem avançando na política social, afastando-a dos seus compromissos com a universalização dos direitos. Conceber a Assistência como uma política capaz de enfrentar as sequelas da “questão social”, sob os limites do ajuste fiscal, implica atribuir-lhe um significado que ela não pode realizar sozinha. É nesta perspectiva que o PBF será problematizado – o de pensar a erradicação da pobreza extrema a partir apenas da transferência da renda, negligenciando o papel central que a universalização das políticas públicas tem neste processo, sobretudo o da política de geração de trabalho e de valorização da remuneração da força de trabalho.

Érico Mineiro. [Práxis metodológicas clássicas sob perspectiva: um olhar panorâmico sobre Durkheim, Weber e Marx.] O desenvolvimento dos estudos em ciências sociais tornou clássicas três formas alternativas de se fazer pesquisa: seriam as baseadas em Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Alerta-se, no entanto, que tal fato originou polêmica. Feyerabend, questionando sobre qual

seria o método certo para determinados estudos, sustentou ser “quimérica e perniciososa” a atitude de se construir conhecimento científico observando-se exclusivamente regras que seriam pretensamente “fixas e universais”. Tratando especificamente dos teóricos citados, Émile Durkheim foi o teórico responsável pela sistematização da sociologia em seus primeiros estágios, quando essa ainda era concebida como ramo do conhecimento pertencente às ciências naturais. Nesse contexto, havia um desafio a ser superado: a sistematização de um método de investigação científica, levando-se em conta a circularidade em que caíra August Comte, quando este se punha a observar os fatos – buscar uma teoria que auxiliasse na observação dos fatos, tendo que enfrentar a verdade de que essa mesma teoria devesse resultar da perscrutação desses fatos. Max Weber partia de pressupostos peculiares em outros aspectos. Pensava, por exemplo, não existir sociedade para além dos indivíduos, sendo a mesma fruto da ação de atores historicamente interessados. A atividade humana, assim, explicava as sociedades e suas diversas formas ímpares de existir. O pensador alemão possuía o entendimento de que a realidade se mostrava como infinita, impossível, portanto, de ser apreendida em sua ampla riqueza de detalhes. Imbuído de um entendimento histórico da sociedade, a qual deveria ser estudada por métodos outros que não os das ciências naturais, via na sociologia a chance de compreender a ação social por meio de uma sociologia que chamava de compreensiva. Karl Marx, por sua vez, fundava sua pesquisa no que seria a ontologia do ser social – origem do ser social. A partir de um entendimento histórico da realidade, via nos atos para se conseguir as condições de sobrevivência a gênese da sociedade humana (materialismo histórico). No capitalismo é necessário que o trabalhador, que tem como seu apenas a força de trabalho – todo o restante fora apropriado pela classe chamada burguesia, venda sua única mercadoria a fim de obter os víveres e outros itens de sobrevivência. Desses três métodos, o dialético não passou incólume pelo Brasil. Pesquisadores das mais variadas universidades o utilizaram de modo a dar uma explicação marxista a fenômenos brasileiros. Gorender ousou estudar a realidade histórica brasileira segundo a categoria modos de produção. Baiardi também fez pesquisa utilizando este método. Seu texto abordou a lavoura cacaueteira baiana, mais precisamente no município de Ilhéus, no que busca ali os elementos para uma análise marxista. A justificativa de seu estudo é, segundo o próprio pesquisador, a falta de conhecimento do público acerca da subordinação do trabalho ao capital no tocante à cultura agrícola de que trata. O presente artigo, assim, faz circunstanciada discussão acerca das teorias e abordagens metodológicas que se tornaram clássicas nas ciências da sociedade, abordando, ao final, casos concretos nos quais foi utilizada uma delas como guia de estudo e desvelamento de uma determinada realidade, a brasileira.

Evandro Rabello. [A imigração alemã em Petrópolis: tradições e atualidades.] O fenômeno da imigração alemã para o estado do Rio de Janeiro encontra em Petrópolis seu mais significativo exemplo, dentre tantos outros conhecidos na primeira metade do século XIX em todo o território nacional. Sua concepção como projeto imperial marca definitivamente seu processo constitutivo como colônia alemã. A rápida urbanização e crescimento demográfico, além da proximidade com a capital da corte, contribuíram decisivamente para uma organização comunitária – e por que não dizer, étnica, peculiar. A convivência de uma tradição colonial alemã e a vocação turística da cidade, projetam significações distintas por parte de sua população atual. O ser/estar vinculado à germanidade e a dinâmica das relações entre grupos interessados nesta tradição serão objeto deste trabalho, que apresenta algumas das questões abordadas na pesquisa de doutorado a qual se dedica o autor. Uma breve reflexão sobre a tensão existente entre tradição/história e as recentes possibilidades de manifestações da germanidade será o foco principal da presente proposta de comunicação.

Fabiana Paixão Viana. [Mudanças e permanências nos padrões alimentares da Ezequiel Pondé do Calabar, Salvador-Ba.] Quando iniciei a minha pesquisa sobre a alimentação em famílias de classes trabalhadoras urbanas, em Salvador, Bahia, eu tinha alguns pressupostos, ainda mantidos; entre eles, rejeitava a perspectiva materialista da antropologia da alimentação, assumindo que, quando nós comíamos, não apenas absorvíamos nutrientes, mas também consumíamos significados e símbolos. Sem exagero, o homem come com a boca, assim como com a mente. Parodiando Lévi-Strauss, nós pensamos para comer. Outra formulação que eu considerava importante era a sociologia da distinção social de Pierre Bourdieu, que atribui às classes populares o “gosto da necessidade” e à burguesia o “gosto do luxo ou da liberdade”. Em outras palavras, Bourdieu enfatiza a dimensão competitiva do gosto, procurando demonstrar as formas que as práticas de consumo são usadas para criar as distinções entre as classes sociais e a legitimidade da vida dos grupos dominantes. Admito que são evidentes as diferenças qualitativas e quantitativas nos padrões alimentares das classes sociais, porém, eles não são estáticos, imutáveis, assim como se diferenciam conforme as sociedades e, mudam no decorrer do tempo - esse é meu objeto de investigação nessa pesquisa. A partir destes pressupostos, eu comecei a realização do meu trabalho de campo em uma área ocupada pelas classes trabalhadoras urbanas, localizada na fronteira entre a rua Ezequiel Pondé (residida pela classe média soteropolitana) e o Calabar (bairro popular e populoso de Salvador). Minha unidade de observação é relevante por compartilhar tanto uma cultura marcada pela oposição material e simbólica em relação à classe média do Jardim Apipema, em especial da rua Ezequiel Pondé - que estigmatiza estes habitantes -, quanto pela proximidade espacial e relações sociais e de

parentesco com o Calabar, bairro vizinho, porém rejeitado por esses moradores por apresentar diversos problemas sociais não compartilhados com a localidade analisada, como o tráfico de entorpecentes e o alto índice de violência. Daí eu denominar essa localidade liminar de Ezequiel Pondé do Calabar. Essa rua é constituída por, aproximadamente, 40 casas; entretanto, minha pesquisa foi efetuada com 18 grupos domésticos abarcando casos desde um único indivíduo, até famílias elementares e extensas, incluindo aquelas chefiadas por mulheres. Foram entrevistadas as mulheres responsáveis pela preparação da comida, em geral mães e avós. Nas representações e práticas sobre a alimentação nas famílias da Ezequiel Pondé do Calabar, encontrei, consoante o estágio e as características dos grupos domésticos, não apenas as marcas distintivas das classes trabalhadoras urbanas, mas também uma pluralidade de hábitos alimentares, que pretendo, aqui, analisá-los.

Fabiano Brito dos Santos. [Anatel: regulamentação desregulada?] O presente resumo consubstancia-se em um recorte de minha tese de doutorado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. A proposta é relacionar elementos contextuais, tais como o neoliberalismo, a reestruturação do Estado brasileiro por intermédio da mudança do marco regulatório, além das privatizações dos setores de infra-estrutura, mais particularmente, as telecomunicações, e, por fim, a ação regulatória da Anatel nos governos FHC e Lula.

Fabiano Cunha dos Santos. Considerações sobre políticas proibicionistas dos usos de substâncias psicoativas.] Apesar do uso de substâncias psicoativas ser milenar, a proibição do uso das mesmas pertence à cultura moderna. A política de proibição considera que o uso das substâncias psicoativas provoca instabilidade psicológica e conseqüentemente instabilidade social. O objetivo deste artigo é argumentar que o problema das drogas não está em seu simples uso, mas justamente nesta política de proibição que gera um círculo vicioso de violência e preconceitos contra a cultura que permeia os usos destas substâncias. Este modelo de política oficial de drogas se limita à dimensão das propriedades farmacológicas e da comunidade médica que supostamente detêm o conhecimento “verdadeiro” sobre as reações físicas e sociais sofridas pelo ser humano. Aqui se propõe analisar o viés epistemológico bio-psico-social que estuda os usos destas substâncias tidas como ilícitas sobre um contexto cultural e explica os usos recreativos, religiosos e médicos das mesmas. Esse ponto de vista realça o princípio ético da autonomia do indivíduo sobre o seu próprio corpo. As políticas proibicionistas de “repressão” ou “demonização” do uso de “drogas” se mostraram historicamente ineficazes. O que se pretende então seria pensar em novas políticas para o controle e regulamentação do uso de “drogas”, ou seja, uma classificação destas substâncias, instaurando formas de controle

próprias para lidar com os abusos sociais e individuais. O proibicionismo estabelece um novo crime e um novo mercado. Antes de banir as drogas visadas, acabam por inventar o narcotráfico. A criminalidade apossa-se e utiliza-se das “drogas”, através do tráfico, como fonte fundamental para o seu crescimento. O Estado não está autorizado a penetrar no âmbito da vida privada não podendo impor qualquer espécie de pena, nem sanções administrativas, nem tratamento médico obrigatório, nem qualquer outra restrição à liberdade do indivíduo. Além disso, a criminalização impede um controle de qualidade das substâncias entregues ao consumo e impõe obstáculos a seu uso medicinal facilitando mais ainda a contaminação de doenças fatais como a AIDS e a hepatite. Acredita-se aqui que a legalização e regulamentação do uso de psicoativos não deixa de ser uma forma de controle social e contribui e muito para o combate a criminalidade e da violência urbana. Quanto mais se proíbe, mais cresce o consumo do proibido. Não é a droga em si, mas são os usos da droga que importam e que tem significado. Através da cultura do uso pode-se tentar perceber como se estabelecem vínculos entre o consumo de “drogas” e os modos de vidas e visões de mundo. A única verdade que se tem sobre isso e que as políticas proibicionistas têm que perceber é que em todas as sociedades existe alteração do estado de consciência.

Fabio Macêdo Velame. [Arquitetura indígena pataxós: A construção da imagem do Jardim do Éden em Porto Seguro, Bahia.] Este ensaio visa a realizar uma análise sobre o processo de mercantilização dos índios, em suas transformações em mercadorias e ferramentas publicitárias para alimentar o desenvolvimento da indústria cultural, e da indústria turística, o Turismo Étnico. O Turismo Étnico vem paulatinamente agenciando nas últimas décadas na Bahia grupos étnicos diversos, outrora perseguidos pelo Estado, num processo de agenciamento-folclorização-espetacularização de suas manifestações culturais. O Turismo Étnico torna-se uma potente ferramenta da indústria cultural para a edificação de uma diferença das cidades na competitividade global. Para tanto serão trabalhados os agenciamentos dos índios da etnia Pataxó e suas arquiteturas na construção da imagem publicitária do “Jardim do Éden”, a cidade de Porto Seguro no Extremo Sul da Bahia.

Fábio Nieto Lopez & Denise Coutinho. [Reflexões Epistêmicas em Psicologia do Desenvolvimento no Brasil.] Tendo como base o ano de 2008, estudos apontam que a Psicologia do Desenvolvimento no Brasil conta com 26 linhas de pesquisa, representando, pouco mais de 10% de todas as 246 linhas computadas. Desta forma, essa subárea caracteriza-se, em quantidade, como a terceira maior linha de pesquisa em psicologia no país. Ao se considerar conjuntamente Psicologia Social, Psicologia Clínica, Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia da Saúde, o grupo passa a representar dois terços de todas as linhas de pesquisa na área.

Entretanto, parece haver uma lacuna sobre os aspectos epistemológicos, ou seja, uma reflexão sobre a produção do conhecimento e de suas bases lógicas. Com o objetivo de analisar a produção epistêmica de produções acadêmicas nessa subárea da psicologia, o presente trabalho pretende responder à seguinte pergunta: Que tipos de reflexões epistêmicas encontram-se em artigos científicos produzidos na área da Psicologia do Desenvolvimento no Brasil nos últimos cinco anos? O método é a revisão de literatura, com busca nos bancos virtuais Scielo, Bireme e Lilacs, tendo como descritor: epistemologia (e correlatos).

Fábio Pedro Bandeira. [Observatório de riscos e vulnerabilidades socioambientais da Baía de Todos os Santos.] Estudos recentes sobre a percepção das comunidades de pescadores artesanais, entre outros, indicam que a Baía de Todos-os-Santos (BTS) encontra-se impactada pela ação de fatores e processos, tais com: a especulação imobiliária, expansão urbana, turismo, atividades industriais, sobretudo a indústria petroquímica, dentre outros. Esses impactos interferem na percepção das comunidades em relação aos riscos ambientais na BTS. Essa percepção, portanto, é produto de diferentes fatores culturais, sociais, econômicos e institucionais, tais como: proximidade de fontes poluentes; b) frequência de desastres ambientais, c) interferência das ameaças nas atividades de pesca, de maneira direta (quando atingem as áreas de pesca ou os recursos pesqueiros) ou indiretamente (quando atingem os petrechos de pesca e a saúde dos pescadores); e) distinção entre gêneros (homens e mulheres apresentam percepções similares sobre os riscos ambientais, mas há diferenças relacionadas ao seu papel social); f) fatores institucionais (frequência e tipo de atuação dos órgãos públicos nas comunidades). Mudanças na percepção de riscos ambientais, necessárias para a redução do medo, da insegurança em relação ao futuro, na capacidade de produzir alimentos e de gerar renda para sustentar a família bem como de manter a saúde individual e da família, só serão possíveis através de ações interinstitucionais articuladas (Estado, empresas e sociedade civil) que ao mesmo tempo: (1) promovam a capacidade dessas comunidades se reproduzirem sociocultural e economicamente e; (2) melhorem efetivamente a qualidade ambiental de seus territórios. Na perspectiva das próprias comunidades, a questão da gestão ambiental pública, referente à atuação dos órgãos estatais e federais, depende de uma mudança significativa na intensidade de atuação das instituições na região bem como na qualidade dessa atuação.

Fábio Pedro Bandeira. [Observatório de riscos e vulnerabilidades socioambientais da Baía de Todos os Santos.] Estudos realizados sobre a percepção das comunidades de pescadores artesanais, entre outros, indicam que a Baía de Todos-os-Santos encontra-se impactada pela ação de fatores e processos tais com: a especulação imobiliária, expansão urbana, turismo, atividades industriais, sobretudo a indústria petroquímica, dentre outros, onde as ações

estrategicamente pensadas pelo mercado, aparecem como “não” intencionais, ou na maior parte das vezes como “possibilidades” de melhoria das condições de vida destas populações (geradoras de emprego, renda e qualidade de vida). Esses impactos interferem na percepção das comunidades em relação aos riscos ambientais na baía, essa percepção, portanto, é produto de diferentes fatores culturais, sociais, econômicos e institucionais, tais como: proximidade de fontes poluentes; b) frequência de desastres ambientais, c) interferência das ameaças nas atividades de pesca, de maneira direta (quando atingem as áreas de pesca ou os recursos pesqueiros) ou indiretamente (quando atingem os petrechos de pesca e a saúde dos pescadores); e) distinção entre gêneros (homens e mulheres apresentam percepções similares sobre os riscos ambientais, mas há diferenças relacionadas ao seu papel social); f) fatores institucionais (frequência e tipo de atuação dos órgãos públicos nas comunidades). Mudanças na percepção de riscos ambientais, necessárias para a redução do medo, da insegurança em relação ao futuro, na capacidade de produzir alimentos, de gerar renda para sustentar a família bem como de manter a saúde individual e da família só serão possíveis através de ações interinstitucionais articuladas (Estado-empresas e sociedade civil), que ao mesmo tempo: promovam a capacidade dessas comunidades se reproduzirem social e economicamente bem como melhorem efetivamente a qualidade ambiental de seus territórios. É por isso, que a gestão ambiental pública, referente à atuação dos órgãos estatais e federais, depende na perspectiva das próprias comunidades, de uma mudança significativa na intensidade da atuação das instituições na região bem como na qualidade dessa atuação. Um Observatório de Riscos e Vulnerabilidades Socioambientais na BTS analisaria e aprofundaria essas questões e subsidiaria políticas públicas mais adequadas para tratar desse problemas.

Fabrcio Pires Fortes. [Representação, semelhança e notação musical.] É possível atribuir à notação musical um caráter representativo em relação à música enquanto fato acústico? No caso de uma resposta afirmativa, de que maneira se dá essa representação? Em caso negativo, que relação existe entre essas duas esferas da música? No intuito de responder a essas questões, o presente trabalho parte do exame da concepção tradicional de representação, a qual se caracteriza por adotar a noção de semelhança como critério de ocorrência. Os resultados desse exame são, em seguida, aplicados ao caso da notação musical, em comparação a outros sistemas representacionais, como as linguagens, as fórmulas, os diagramas e as imagens. Com isso, intenta-se apresentar elementos introdutórios a uma compreensão geral do tema da representação visual na música.

Fátima Tavares. [Observatório de riscos e vulnerabilidades socioambientais da Baía de Todos os Santos.] Do ponto de vista das pesquisas sobre a Baía de

Todos os Santos (BTS), observa-se marcada assimetria entre a importância histórica das regiões do seu entorno para a formação da identidade baiana e a escassez de trabalhos que enfoquem a sua diversidade. Nesse sentido, o trabalho busca reverter esse quadro identificando a diversidade religiosa na BTS através do mapeamento da bibliografia existente.

Felipe Rocha Lima Santos. [Externismo, Passado e Preservação de Conteúdo.] A memória é um elemento central para a composição do ser humano, principalmente como um ser racional, e por isso, reflexões sobre a memória são tão antigas na filosofia quanto a própria filosofia. Na filosofia recente, a memória aparece nas reflexões sobre a identidade pessoal, justificação epistêmica e a ética da memória, entre outras reflexões. Este trabalho pretende apresentar a resposta de Tyler Burge ao “Argumento da Memória” proposto por Boghossian ao questionar as implicações da tese externista. A resposta de Burge em “Memory and Self-Knowledge” explica a memória como uma faculdade humana que tem como papel preservar o conteúdo dos pensamentos durante o tempo. A tese de Burge sobre a memória é classificada como um “externismo passadista” (pastist externalism). Será apresentada neste trabalho a diferença entre esse externismo de Burge e outras respostas dadas ao argumento da memória que podem ser classificadas como “externismo presentista” (presentist externalism). O externismo semântico (doravante, apenas “externismo” ou “anti-individualismo”), é a tese que diz que o conteúdo dos nossos pensamentos é, pelo menos em parte, determinado pelo entorno físico ou social em que nos encontramos. Esta tese se opõe à tese internista que defende que, por termos acesso direto, imediato e privilegiado aos nossos pensamentos, não é possível duvidar do conteúdo dos pensamentos, pois o conhecimento dos nossos pensamentos é infalível. Sobre essas verdades indubitáveis e auto-evidentes, Descartes diz que “[...] não podemos duvidar delas a não ser que pensemos nelas; e não podemos pensar nelas sem, ao mesmo tempo, acreditar que sejam verdadeiras, isto é, nunca podemos duvidar delas”. O externismo surgiu como uma tese filosófica que questiona a validade do internismo com argumentos que tem sido amplamente aceitos nos últimos anos, de modo que as últimas discussões filosóficas sobre essa teoria não tem sido sobre sua validade, mas sim, sobre as suas principais implicações. Uma das primeiras implicações, apresentada por Boghossian no artigo “Content and Self-Knowledge” é a de que se o externismo é correto, então nós não podemos dizer que sabemos o que pensamos quando pensamos em algo. Este é o problema da incompatibilidade entre o Anti-Individualismo e o Autoconhecimento. Outra implicação também apresentada por Boghossian foi apresentada com o “Argumento da Memória”, que diz que, se o externismo é verdadeiro e não é possível saber o que penso agora, então também não é possível saber o que pensei no passado. Burge, para defender sua tese compatibilista, explica que a memória tem como papel fundamental preservar

o conteúdo dos nossos pensamentos, de acordo com o conteúdo fixado no passado. Essa tese é classificada por Bernercker como “externalismo passadista”, pois o conteúdo da memória é fixado de acordo com o conteúdo do pensamento no passado. Outras respostas, como a de Ludlow, afirmam que um externalista deve defender que o conteúdo da memória é fixado no momento em que o pensamento é lembrado, defendendo assim um “externismo presentista”. Neste trabalho, estas teses serão apresentadas com mais detalhe, assim como a importância do estudo sobre a memória para a filosofia contemporânea.

Ferdinando Santos de Melo. [A regulamentação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: As inter-relações entre as modalidades do Projovem e os novos olhares sobre a juventude brasileira.] Este artigo focaliza sua análise no processo de reformulação ocorrido no Projovem original, por meio do Decreto nº 6629/2008, que regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens no Brasil (Projovem), constituído pelo Projovem Urbano, Projovem Adolescente, Projovem Campo e Projovem Trabalhador, bem como pela análise dos principais documentos normativos e pedagógicos que orientam os eixos do Programa . Esse amplo Programa tem por finalidade executar ações integradas que propiciam aos jovens brasileiros à reintegração ao processo educacional, qualificação profissional em nível de formação inicial e desenvolvimento humano. Para tanto, busca complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária; cria condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional; implementa ações para elevar a escolaridade dos jovens do campo e da cidade, visando à conclusão do ensino fundamental, integrado à qualificação social e profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias; e se propõe a preparar o jovem para o mundo do trabalho, em ocupações com vínculo empregatício ou em outras atividades produtivas geradoras de renda. A metodologia empregada na intervenção junto aos jovens prevê a abordagem de temas que perpassam os eixos estruturantes, denominados temas transversais, priorizando conteúdos necessários para compreensão da realidade e para a participação social. Utiliza a arte, a cultura, o esporte e o lazer, visando a sensibilizar os jovens para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social, bem como possibilitar o acesso aos direitos e a saúde, e ainda, o estímulo a práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo dos jovens no espaço público. Em função do exposto, este estudo apresenta reflexões sobre a política social pública de assistência social, na perspectiva de direito e no contexto do neoliberalismo, objetivando situar a conjuntura histórica de elaboração, implementação e execução dos programas sociais de um modo geral, e para a juventude em particular. Traz alguns tensionamentos sobre os critérios de condicionalidade para acesso, a matricialidade sócio-familiar, a intersectorialidade e a crítica à

ausência de uma gestão integrada que favoreça o encaminhamento dos jovens aos itinerários formativos propostos pelos quatro modalidades do Projovem, bem como às raras e residuais ações de articulação sócio-pedagógicas entre elas. Procura ainda discutir o atual quadro em que se encontra a juventude brasileira, com segmentos impactados por situação de vulnerabilidade social, e os diferentes problemas sociais enfrentados pelos jovens, num cenário de grandes desigualdades sociais que caracteriza o Brasil na contemporaneidade.

Fernanda David Vieira. [Subjetividade e percepções de carreira na pós-modernidade.] Durante a maior parte da vida das pessoas, elas vivenciam o mundo do trabalho de alguma forma, desde a infância, nas brincadeiras e elucubrações a respeito do que cada um pretende ser quando crescer, até o período das escolhas profissionais reais e da rotina laboral. Ao longo de uma vida, muitas são as horas passadas no trabalho e, portanto, grande é sua importância para a subjetividade humana. Devido a sua relevância, pesquisas que envolvem trabalho e carreira têm se tornado um campo fértil nas ciências humanas. Dentro da própria Psicologia, existem sub-áreas dedicadas ao estudo do trabalho, organizações, desenvolvimento de carreira e orientação vocacional. Concordando com Codo, uma ciência que se interessa por tudo o que é do humano, não pode desconsiderar um fenômeno tão importante na formação da psique do sujeito. Ao analisar os estudos na área de carreira e trabalho, nota-se duas vertentes importantes. Aqueles que focam a atenção em características, habilidades e valores do indivíduo na escolha, percepção, vínculo, trajetória e manutenção da carreira, e estudos a respeito da pós-modernidade/contemporaneidade e seus efeitos sobre a carreira e vida das pessoas (melhor explorado na fundamentação teórica). No meio dessas vertentes, a Psicologia organizacional direciona seu foco na relação entre aspectos do indivíduo e contextos organizacionais e ambientais na formação de conceitos como motivação, satisfação, valores, afetos, dentre outros. A articulação entre carreira e pós-modernidade é instigante por ser um fenômeno cotidiano na vida de qualquer pessoa e por impor um ritmo diferente aos trabalhadores. Segundo Sennet, estamos todos a deriva e não há mais controle possível sobre a carreira e sua trajetória. Por outro lado, existe o pensamento a respeito do perfil do homem do século XXI e as ferramentas que ele deve abranger para garantir o sucesso profissional. Nessa óptica, a empregabilidade dependeria do locus interno de controle de cada um, que, segundo O'Brien, seria a expectativa do indivíduo sobre a medida em que os seus reforçamentos se encontram sob controle interno (esforço pessoal, competência, etc.). A partir desse panorama, tornam-se importantes pesquisas que busquem uma vinculação entre a vivência pós-moderna do indivíduo como marionete do sistema e a perspectiva do controle da própria empregabilidade, a partir da investigação do quanto realmente o contexto atual teria ou não impacto no comportamento de carreira, a partir dos

discursos das pessoas que percebem e sofrem esta interferência e outras que não a identificam. Em síntese, é proposta inovadora pesquisar possíveis interferências da contemporaneidade para o delineamento da carreira do indivíduo, partindo da percepção dos sujeitos dessa suposta interferência e do quanto se sentem no controle ou não da própria carreira.

Fernando de M. Lima. [A questão indígena: o que diz a Constituição Federal.] O ameríndio é um dos componentes de formação do povo brasileiro. Segundo Giddens, “para eles o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contém e perpetua a experiência de gerações”. A mais de 510 anos que, os povos indígenas convivem com o descaso, o preconceito, a violação de seus direitos, as chacinas, as discriminações étnicas, culturais e a ausência de políticas públicas por parte dos governos. Os problemas são inúmeros: na educação, saúde, demarcações territoriais, transportes, moradia, alimentação, saneamento básico e outros. Quanto ao crescimento, a população indígena do Brasil mais que duplicou entre 1991 e 2000. Passou de 294 mil para 734 mil, o que representa 0,4% dos brasileiros segundo o IBGE. Vários fatores contribuíram para este aumento, a Constituição Federal de 1988 muito ajudou para o crescimento da população indígena, com suas leis. O Capítulo VIII do Artigo 231, diz o seguinte: São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras. Na Bahia podemos refletir sobre as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Estado para os 14 povos indígenas. Pretendo durante apresentação, trazer reflexões a respeito da importância da Constituição Federal para a vida dos povos indígenas da Bahia.

Fernando Medeiros. [Em Bebedouro ...(?) ou nos trilhos de outras histórias.] Investigamos o contexto no qual se fez o golpe civil-militar em Alagoas, buscando responder a um discurso que busca homogeneizar sua recepção no estado, afirmando um pretense apoio da população ao golpe, a partir de uma experiência e de um relato particulares, ao qual escapa a percepção de que ele é fruto da construção de uma versão, mediada pela ação sempre seletiva da memória, que impõe um filtro que resulta de uma teia onde estão presentes, entre outras dimensões, a origem social do sujeito e de seu grupo de convívio, de sua trajetória de vida, de suas opções ou orientações políticas e ideológicas, etc. Nesse contexto se impõe o apagamento/esquecimento de outras experiências ou de outras versões, entre as quais a dos trabalhadores. Daí que esse relato, essa versão, se transforma, se transfigura, a partir de uma leitura particular daqueles eventos, na história em si, história da qual nos estariam oferecendo uma pequena dose. Tentamos mapear outras experiências e versões marginalizadas, mediadas por outras fontes, em textos jornalísticos, depoimentos e documentos apreendidos pelos órgãos de investigação e segurança, colocando-as nos trilhos sobre os

quais trafegaram múltiplas histórias, de múltiplos sujeitos e gestadas no cotidiano do trabalho e no processo de organização e resistência dos trabalhadores na grande Maceió no início dos anos 1960.

Flávio de Oliveira Silva. [A questão da decadência (Verfallen) como tema fundamental em Heidegger.] Nosso propósito é colocar em questão o tema da decadência (Verfallen), amplamente discutida no período dos primeiros inscritos de Heidegger, sobretudo em sua principal obra *Sein und Zeit* de 1927; caracterizar o sentido e a força desse conceito em cada fase de seu pensamento; mostrar que na abordagem a essa temática o filósofo em questão busca superar o estado de decadência como acontecimento característico da filosofia e; deste modo, explicitar a decadência como expressão fundamental da metafísica. A partir dessas considerações, argumentar sobre a nossa suspeita de que na própria concepção de decadência (Verfallen), o filósofo deixa transparecer a impossibilidade de se promover a superação da decadência, razão pela qual vamos considerar pertinente que o pensamento de Heidegger não promoveu a superação da metafísica, conforme ele havia almejado, tendo em vista fundamentalmente a natureza peculiar da *Verfallen* a ser considerada.

Flávio Santos do Nascimento. [Escravidão e irmandade: Estudo de caso.] As irmandades, de modo geral, podem ser definidas como associações religiosas organizadas por leigos que prestavam vários serviços, desde aqueles de caráter religioso (como a construção de igrejas e presença na hora da morte) até os de caráter pecuniário, como o empréstimo de dinheiro e a prestação de socorro aos irmãos nas vicissitudes da vida. Nas terras brasílicas, o início da presença destas instituições remete aos tempos de colônia. Estudar essas instituições é uma tentativa de compreensão da própria sociedade em que estas instituições estavam inseridas, à medida que estas eram perpassadas por fatores sociais diversos, como o econômico, o religioso, o racial, o étnico, o de gênero, entre outros. Neste trabalho, é a Irmandade de Nossa senhora do Rosário da vila do Lagarto, da província de Sergipe Del Rey, que está na baila. Desvendar o cotidiano e os tipos de vivências experimentadas por esses irmãos é um desafio. Buscou-se nomear os personagens, dar-lhes um perfil geral. Através do método indiciário, proposto por Ginzburg, as fontes utilizadas (um livro de receitas e despesas da irmandade e uma carta de alforria, além de um livro de classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação) foram perquiridas e contrapostas, com o objetivo de, através estudo do caso do escravo João Marçal, destacar e analisar as relações possíveis entre os confrades de uma Irmandade de invocação negra. As fontes estão dispostas entre os anos de 1874 e 1888. O trabalho põe em relevo como o emaranhado de relações e vivências de uma irmandade negra podem ter sido possibilidades utilizadas por cativos para o alcance de seus interesses.

Francesca Maria Nicoletta Bassi Arcand. [O corpo para além do simbolismo? Tabus e sensibilidades entre o Povo-de-Santo.] Na literatura sobre o Candomblé, as quizilas são associadas à noção clássica de 'tabu' e a um comportamento codificado e abertamente prescritivo (não fazer, não comer). Dificilmente encontra-se uma preocupação com a dimensão da singularidade e com os aspectos mais contextuais e contingentes destas regras rituais expressas negativamente. Embora as quizilas possam ser amarradas a certos esquemas míticos e a uma simbolização prévia, a maioria delas é associada às questões de ojerizas, antipatias, alergias, de intolerância alimentar, isto é, doenças, sensações e emoções negativas que vão se manifestando ao longo do percurso religioso do filho-de-santo. A partir de uma pluralidade de referimentos simbólicos somatizados, vai assim se constituindo a identidade do iniciado, mais próxima da imagem deleuziana de rizoma do que de uma ideologia da unidade do sujeito. A eficácia simbólica das quizilas seria mais tributária de um conjunto de agenciamentos (filhos-de-santo, orixás, elementos do mundo) capazes de fazer experimentar, em contextos especiais de ação e segundo esquemas de orientação, um simbolismo mobilizado ad hoc, que, longe da idéia de um código, permitiria a objetivação, isto é, a auto-revelação e, portanto, uma naturalização dos agenciamentos implicados. A sensibilidade corporal desempenha um papel importante no Candomblé, permitindo pensar em formas de 'atenção somatizada', a ponto de uma etnografia cada vez mais debruçada sobre o "corpo que sente" parecer impor-se ao pesquisador. Nesta comunicação, abordarei a questão da sensibilidade enquanto porta de acesso à compreensão das trajetórias dos adeptos, que, descobrindo a própria singularidade através do corpo, avaliam a própria dimensão religiosa, promovendo ou preservando, ao mesmo tempo, o próprio bem-estar.

Francineide Palmeira. [Escritoras afro-latinas: Brasil e Colômbia.] O texto *Escritoras afro-latinas: Brasil e Colômbia* objetiva apresentar e discutir algumas reflexões do projeto de tese intitulado *Vozes Afro-Femininas na América Latina*. Este projeto de tese visa analisar representações de afrodescendência nas produções de escritoras afro-latinas por meio da coletânea afro-brasileira bilíngüe *Finally us : contemporary black Brazilian women writers* (1995), organizadas por Miriam Alves e Carolyn Durham, e da antologia afro-colombiana *iNegras Somos! : antologia de 21 mujeres poetas afrocolombianas* (2008), organizada por Guiomar Escobar e Alfredo Zamorano, buscando analisar possíveis semelhanças e diferenças entre as produções dessas escritoras. Além disso, pretende-se averiguar se nessas obras há representações de mulheres negras e os modos como essas representações femininas são construídas.

Francisco Carlos Baqueiro Vidal. [Estado e políticas públicas no período regressivo do capitalismo.] As noções de demanda social e da própria esfera de atuação

estatal sofrem alterações ao longo do tempo, alargando-se ou estreitando-se conforme variações nos contextos olíticos, sociais e econômicos. Nas sociedades capitalistas, marcadas por antagonismos entre as classes, a conquista do Estado torna-se crucial, para nele fundar políticas que atendam a interesses específicos. Nas primeiras décadas do século XX, após intensas lutas políticas, procedeu-se a uma incorporação crescente de parcelas significativas das sociedades nacionais do capitalismo avançado aos valores da produção social, mediante instituição, com progressiva universalização, de direitos sociais e políticas públicas, ambos com algum poder minimizador sobre a concentração de poder, renda e riqueza que caracteriza as formações capitalistas, culminando na experiência histórica do Welfare State, notadamente durante os chamados anos gloriosos do capitalismo, já na segunda metade do século passado. Décadas mais tarde, porém, o contexto apresenta-se radicalmente diferenciado, em virtude da emergência do neoliberalismo, cuja hegemonia cuida de combater e desconstruir valores e políticas públicas concernentes à promoção de uma maior igualdade material, tanto entre os indivíduos quanto entre as classes. Vale dizer, trata-se de apagar da memória coletiva significativos direitos, árdua e historicamente conquistados, sobretudo pelos estratos sociais assalariados e desprivilegiados, de modo geral. Nesse sentido, à medida que avança o pensamento neoliberal sobre as sociedades, nelas deitando raízes, as perspectivas atuais de uma coordenação social mais virtuosa tornam-se sombrias.

Francisco de Assis Silva. [O Fetichismo do Capital em Karl Marx.] O que é o fetichismo do capital para Marx? As características que definem essa expressão encontram-se sobejamente na obra magna de Marx, O Capital, entretanto, não estão reunidas num capítulo específico, encontram-se de forma esparsa ao longo da obra. O questionamento acerca do caráter fetichista do capital se inicia na seguinte pergunta de Marx: “E a economia moderna que, sobranceira, sorri desdenhosa para aquelas ilusões, não manifesta evidente fetichismo quando trata do capital?” A partir daí é possível perscrutar os fundamentos desse fetichismo. No nosso estudo nos concentramos em duas características que definem o fetichismo do capital, a primeira delas refere-se à entrega da vontade e da consciência do capitalista ao capital, tornando-se o capitalista, segundo Marx, a personificação do capital. Nesse sentido Marx descreve o capitalista como a encarnação do capital, como aquele que representa uma figura processual autônoma, que é definida pela valorização do valor, pela auto-expansão ilimitada. A segunda peculiaridade do fetichismo do capital, vinculada diretamente à primeira, refere-se ao apoderamento da ciência e da técnica por parte do capital. Ainda que a ciência moderna não seja plenamente subalternizada ao capital, o seu desenvolvimento tem sido realizado sob a égide deste e a técnica a esta ciência vinculada é utilizada para revolucionar os meios produtivos de forma a atender o desígnio do capital de valorização valor.

A despeito disso, os avanços da ciência e da técnica na sociedade burguesa ocorrem encobrendo aqueles que de fato o executam: os trabalhadores. E aqui se encontra a segunda característica do fetichismo do capital: os avanços técnico-científicos não ocorrem por conta do capital, como assim aparecem, mas são os trabalhadores, obnubilados no processo produtivo, que o fazem. Essas duas características norteiam o presente trabalho, que é analisar a atualidade do pensamento de Marx a partir do conceito de fetichismo do capital.

Francisco Emanuel Matos Brito. [A implementação das formas alternativas de turismo: Suas potencialidades e problemas na Chapada Diamantina.] O presente artigo analisa o desenvolvimento da atividade turística na Chapada Diamantina, especialmente a partir dos anos 90, período no qual ocorre a fase planejada da ação governamental com a implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR-NE. Assim, o Governo do Estado, através do PRODETUR, promove um novo recorte territorial ao dividir a Bahia em sete zonas de expansão e desenvolvimento do turismo, buscando – conforme, já tentado anteriormente – interiorizar os investimentos governamentais e privados para estas áreas de potencialidade turística e, também, viabilizar a urbanização destas localidades. Pode-se afirmar que diferentemente das seis áreas de desenvolvimento turístico situadas no litoral, a Chapada Diamantina localiza-se no centro do território baiano e é caracterizada como uma região que, em razão dos predicados naturais que apresenta, está vocacionada para o desenvolvimento do turismo ecológico, sem, no entanto, deixar de contemplar outras formas de turismo, a exemplo do turismo histórico, cultural, rural e étnico afro. Vale dizer que estes tipos de turismo mencionados acima, compõem as formas alternativas de turismo que resultam das críticas efetuadas, com mais vigor, nos anos 80, aos impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais provocados pelo turismo de massa, que ecoam sobre o campo turístico formuladas pelas entidades representativas das populações hóspedes, organizações religiosas e pelos estudiosos desta atividade. Diante das pressões verificadas em escala internacional, a ‘indústria turística’ aproveita as críticas para realizar a reciclagem interna que vai desde a tomada de medidas visando adaptar seus empreendimentos de forma a reduzir os impactos sociais, culturais e ambientais até a segmentação do mercado com a oferta de novos produtos turísticos para um tipo de consumidor (o turista), que tendo se tornado exigente, reage ao empacotamento e à padronização, passando a demandar produtos mais especializados, dentre eles o ecoturismo e o turismo rural. Neste processo a Chapada Diamantina, também tem passado por mudanças importantes traduzidas nas ressignificações de seus atrativos, que até a década de 60, não detinham valor algum. Décadas depois, experimentaram significativa valorização passando a constituir o elenco de amenidades, responsáveis pela fixação de residência de pessoas provenientes dos centros urbanos em busca de uma vida

mais saudável e pela reconversão econômica de muitos municípios desta região à atividade turística, enquanto elemento importante do movimento de expansão do capital na área, inclusive com a introdução no campo de atividades características do que vem sendo denominado de “novo rural”. Tal contexto tem propiciado a implementação do ecoturismo, sobretudo a partir dos anos 90 e mais recentemente do turismo rural baseado na agricultura familiar, conforme praticado nos projetos de assentamento da Reforma Agrária, bem como a identificação de comunidades que integram o circuito quilombola da Chapada Diamantina. Diante deste quadro, abordo ainda no presente estudo os impactos ocasionados pelo turismo na Chapada Diamantina e também como a perspectiva de articulação entre estes segmentos turísticos pode contribuir para a geração de renda, especialmente, para a população desta região.

Francisco José Araujo. [A política vista pela cultura: Oliveira Viana.] O trabalho aborda a perspectiva teórico-metodológica adotada por Oliveira Viana na análise e interpretação da vida política brasileira. Tem-se como objetivo destacar a fecundidade da perspectiva metodológica do autor para o trato das questões políticas brasileiras contemporâneas, bem como seu pioneirismo na abordagem do fenômeno político a partir de elementos culturais, revelando dessa forma sua sintonia com as grandes correntes teóricas do seu tempo e, ao mesmo tempo, sua profunda percepção das especificidades da realidade brasileira. Para tanto, toma-se como referência central a obra *As Instituições Políticas Brasileiras*.

Francisneire Santos Ferreira. [Gênero, raça e educação: Possibilidades de diálogos e as interseccionalidades no ensino superior.] Gênero e raça, enquanto categorias analíticas, têm sido foco de vários estudos norteados pelos mais diversos recortes dentro destes a educação. Entretanto, devemos considerar que, sob a ótica da pesquisa educacional, no que tange ao ensino superior, ainda existem poucos trabalhos que busquem a compreensão destas de forma interseccional e que não reduzam ou promovam uma reflexão da categoria gênero associada a estudos sobre mulheres ou que considerem os gêneros produzidos em um contexto de racialização. Nesta comunicação, pretendo apresentar algumas reflexões preliminares acerca do projeto de pesquisa: *A Abordagem em Gênero e Raça na formulação das Políticas Públicas no Ensino Superior (Um Estudo sobre a experiência do Programa Conexões de Saberes/MEC/SECAD/UFBA)*. Entre os objetivos do estudo, destacam-se: (1) Investigar em que medida a inserção nesse programa influencia na trajetória acadêmica e permanência na Universidade das/os bolsistas contempladas/os; (2) Verificar como operam os construtos sócio-identitários de gênero e raça para as/os participantes do Programa; (3) Entender de que forma as experiências de vida trazidas pelas/os bolsistas dialogam com a formação oferecida pelo Programa de Conexões de Saberes; (4) Analisar o perfil de gênero, classe, raça e faixa etária das/os

bolsistas ingressas/os no programa. Neste sentido, convergem com os objetivos deste trabalho três dimensões de pesquisa: 1- (documental) consulta e análise de relatórios do programa, termos de referência, projetos, questionários utilizados na seleção, publicações, sites especializados sobre o programa, legislações; 2- (qualitativa) entrevistas com os sujeitos contemplados pelo programa; 3- (quantitativa) relativos a educação e coletados a partir de relatórios e fontes de pesquisa oficiais como INEP, IBGE, PNAD, PNDU e outros órgãos privados e públicos. No presente trabalho, a discussão estará mais centrada na análise dos dados estatísticos e documentais, os quais já foram compilados. A análise sobre a pesquisa qualitativa será parcial, pois a pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento.

Franklin Plessmann de Carvalho. [Fundos de Pasto e o reconhecimento de sua territorialidade.] Na Bahia, pelo menos três identidades coletivas são precursoras de novos padrões de relações políticas no campo: povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades de fundos de pasto. Acentuadamente após 1970, suas formas de mobilização incorporam fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e autodefinição coletiva. Uma das principais reivindicações dos agentes sociais pertencentes às comunidades de fundo de pasto refere-se ao reconhecimento das denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”. Trata-se de terras ameaçadas pela expansão de diversos interesses econômicos, que objetivam apropriar-se dos recursos naturais nelas localizados. Através do estudo comparativo entre duas situações distintas, uma na região de Oliveira dos Brejinhos e outra na região de Senhor do Bonfim, procuro compreender os desafios presentes para o reconhecimento das territorialidades específicas de cada grupo.

Frederico Lisboa Romão. [Pré-sal, royalties e fundo soberano: Desafios e controle social.] O objetivo do presente estudo é analisar a repercussão social da aplicação dos royalties e da utilização do Fundo Social em meio às reservas do pré-sal. Pesquisa de caráter qualitativo, utiliza como unidade de análise no tocante aos royalties do petróleo, os municípios produtores dos Estados da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe. Desde sempre grandes somas de recursos envolvem o mundo do petróleo. Com o advento do pré-sal esses valores tendem a crescer magistralmente justificando todo o esforço acadêmico e social no sentido de garantir aplicação socialmente justa dessa riqueza. Recentemente o Brasil foi guindado à sétima economia do mundo. Mas, diferentemente dos países pertencentes ao GT7, o Brasil continua guardando dentro de si uma brutal desigualdade social que infelizmente ainda torna atual a expressão “país rico com povo pobre”. Entre os anos de 2000 a 2010, foi distribuída em royalties a quantia de R\$ 66.039.724.970,00. No tocante especificamente aos municípios foram repassados R\$ 22.425.899,05. Ao se

analisarem as receitas dos royalties nos municípios produtores, observa-se um fabuloso crescimento. Entretanto, os números são denunciadores. Os altos valores recebidos de royalties pelos municípios produtores não tem rebatimento na vida social das suas populações. Observa-se desencontro entre receita e investimento. A legislação pertinente aos royalties sofre alteração ao longo dos anos. Fez crescer a distribuição para os municípios produtores ou inseridos mais diretamente no circuito do petróleo. Os royalties podem ser usados para praticamente tudo, já a fiscalização sobre essa receita é ao contrário bastante exígua. Estudos denotam a importância da regulação dos recursos a disposição dos municípios. Diferentemente o que se observa em relação aos royalties é movimento inverso com acréscimo da dispersão, reduzido controle e fiscalização. Em relação aos Fundos Soberanos e Fundos Sociais são apresentados elementos caracterizadores dos mesmos no tocante a objetivos, órgãos de controle e fontes de recursos. Conclui pela compreensão de que o petróleo e todos os recursos provenientes do mesmo precisam ser entendidos como patrimônio da União com preciso controle social na forma institucional e popular. Deve-se entender que o Fundo Social: ou é Socialmente Justo ou não é Soberano. Essa hipótese deve balizar toda a gestão e aplicação do fundo social. A transparência na gestão e aplicação de recursos do FS deve ser absoluta. Suas aplicações precisam objetivar claramente o combate a desigualdade social brasileira de forma diária e continuada.

Frederik Moreira dos Santos. [Um olhar sobre o milagre da adequação da linguagem matemática à formulação das leis físicas.] O singular sucesso do papel da matemática aplicada ao mundo das ciências naturais tem sido fonte de inspiração para centenas de artigos em revistas especializadas no campo filosófico. Quase todos os principais filósofos que se voltaram aos fundamentos das ciências naturais no séc. XX se preocuparam com o tema, e a partir desta reflexão, muitas questões podem emergir. No entanto, por diversas razões, não é comum que cientistas e matemáticos se interessem por este tema. Apresentaremos aqui um momento na história em que um importante cientista se voltou a esta reflexão. E as questões que emergiram desta reflexão em particular serão discutidas nesta comunicação. Tais questões serão balizadas pelas reflexões contidas no artigo do físico húngaro-americano Eugene P. Wigner, *The Unreasonable Effectiveness of Mathematics in the Natural Sciences*, de 1960. Wigner, inicialmente, parte de situações ordinárias extraídas do trabalho do cientista, e logo em seguida lança a seguinte questão: Por que o sucesso exercido pelo papel da matemática na física é algo tão assombroso? Esta apresentação pretende focalizar sua atenção sobre esta questão. Uma questão secundária presente no texto de 1960 e que pretendemos discutir é: Por que as teorias Físicas possuem um status tão particular entre as ciências? Com efeito, apesar de esta questão ser secundária no artigo, ela nos ajudará a elucidar o

problema formulado por Wigner. A perspectiva wigneriana para solucionar ou abordar o problema oscila entre um teor cético e um teor pragmático. Nosso objetivo é expor os resultados de um trabalho exegético feito no artigo supracitado e explicitar os contornos que Wigner dá ao problema e algumas de suas limitações ao fazê-lo.

Fredson Oliveira Carneiro. [A litigiosidade social e a judicialização dos conflitos.]

O presente trabalho objetiva esboçar os elementos centrais que caracterizam o atual estágio de litigiosidade social e sua conseqüente judicialização nos marcos da atual democracia braileira. Por seu caráter eminentemente interdisciplinar, a forma de saber aqui delineada é configurada como um conhecimento de fronteira, já que está nos limites do debate de diferentes disciplinas como o Direito e as Ciências Sociais. O problema a ser enfrentado relaciona-se com a situação, cada vez mais alarmante, da sobrecarga do poder judiciário em dar conta dos conflitos da sociedade por um lado e do aumento dos conflitos sociais e dos níveis de criminalidade por outro. A hipótese a ser debatida é a que afirma que os problemas internos à organização judiciária é que são os entraves para a resolução dos conflitos e conseqüentemente para a pacificação social, delegando um caráter ontológico ao direito que o configuraria meramente como uma estrutura de imposição da ordem. A esta proposição levantamos alguns questionamentos, tais quais: 1. O que é o direito? 2. Pode-se falar em direitos? 3. Quais os limites entre o direito e o poder judiciário? 4. Como o poder judiciário transforma os conflitos sociais em litígios judiciais? 5. Quais são os limites da atuação do judiciário? 6. Que demandas conflituais da sociedade sequer chegam ao judiciário? 7. O fortalecimento do aparato jurídico representa o afastamento das funções sociais do Estado? As possíveis respostas a esses questionamentos nos conduzirão a uma redefinição das dicotomias ordem/desordem, legal/ilegal, conflito/consenso. Tais dicotomias são as variáveis que denunciarão indicadores sui generis de uma dada organização social. Os possíveis indicadores a serem apontados localizam-se entre os fundamentos que definem um comportamento legal – que *stricto sensu* é a conduta social conforme as leis vigentes – e os comportamentos ilegais – por sua vez, aqueles comportamentos não desejáveis na ordem jurídico-política instituída. Para proceder a esse estudo, a análise das ações dos movimentos sociais, os chamados sujeitos coletivos de direito, é imprescindível, e suas relações com o Estado serão o fio condutor para a explicitação das inquietações aqui indicadas.

Gedeão Mendonça de Moura. [Conceito de trabalho e de essência humana em Marx.] Para Marx, o homem é o resultado de sua auto-atividade, isto é, o homem por meio do processo de trabalho produz a si mesmo. Nessa medida, o homem não é um ser acabado, mas um projeto em consrução, por isso ele sofre um paulatino processo de transformação por meio de sua própria atividade

sensível material que se afirma em seu intercâmbio necessário com a natureza. É possível encontrar esta concepção logo no início do item primeiro do quinto capítulo e seção terceira de O Capital, onde Marx afirma que o homem ao transformar a natureza por meio do processo de trabalho acaba por assim transformar a sua própria natureza. O conceito de processo de trabalho é ali exposto inicialmente em toda a sua generalidade, em sua forma mais abstrata, ou seja, o conceito de processo de trabalho definido apenas em sua perspectiva de criador de valor de uso. O processo de trabalho entendido desta perspectiva é condição necessária de existência do próprio homem, portanto independe de qualquer formação social determinada. A partir da leitura do capítulo da obra acima citada e do texto “O conceito de essência humana em Marx” do filósofo Adolfo Sánchez Vázquez, o objetivo deste artigo é procurar mostrar, partindo do conceito de trabalho, que o homem, segundo a filosofia marxiana, não tem uma essência determinada, transcendental, propriamente metafísica.

Genildo Ferreira da Silva. [Pragmatismo Religioso em Helvetius e Rousseau.] No século XVII, marcado pelo conflito entre fé e razão, encontram-se tentativas de se construir uma religião racional, a exemplo dos esforços de Leibniz, Newton e Locke. Trata-se de um esforço para combater ou reencontrar o essencial do cristianismo sob as escórias da história e perversões do mundo cristão. A verdadeira religião foi traída, da mesma maneira como foi a natureza do homem. Por isso, o empenho de reconquista da religião natural, que se encontra em Rousseau e em outros filósofos. Apesar das duras críticas à religião cristã, Helvétius e Rousseau parecem ambos querer defender a função política do elemento religioso e uma justificativa aceitável para a base religiosa do Estado, uma religião na perspectiva do cidadão. A vida religiosa responde à necessidade da organização política porque internaliza valores, porque suscita sentimentos imprescindíveis à motivação individual e geral de assimilar os preceitos da lei e da razão do Estado. A concepção desses dois autores sobre o papel da crença religiosa na sociedade é central para toda a teoria política do Esclarecimento. A religião é necessária para unir a sociedade no respeito aos valores e às leis sem os quais qualquer comunidade tende a desagregar-se. O que Rousseau e Helvétius deixam entender é que a religião dentro dos parâmetros colocados por eles é um código moral, como uma tentativa de reconciliar a liberdade do cidadão e o poder do Estado. Esta comunicação tem como pretensão destacar as principais idéias defendidas pelos dois autores sobre o assunto, através de uma apreciação crítica do texto de Helvétius confrontado com o de Rousseau. Ou seja, vamos investigar a concepção de religião civil que se encontra no Contrato social (capítulo da Religião civil) e estabelecer uma análise comparativa com o tratado De l'Homme de Helvétius, seção I, cap. 13, 14 e 15, atentando para o que é comum aos dois, mesmo se toma uma significação divergente na obra de cada um.

George Antonio Vilas Boas Santiago [Uma análise sobre a relação de trabalho dos produtores residenciais de fogos de artifício na área urbana de Santo Antonio de Jesus (BA) com os “barões da pólvora” e suas repercussões sociais.] O estudo da presente pesquisa surge da constatação empírica de como a relação de trabalho mostra-se dinâmica para que o capital possa se reproduzir na superação de momentos de crise. A produção de fogos na região de Santo Antônio de Jesus – BA é uma atividade econômica presente há décadas, a sua exploração evidencia condições de trabalho que negligenciam normas de segurança como a NR17 e submetem o trabalhador a condições precárias de labor. A síntese desses fatores culminou no dia 11 de dezembro de 1998 na explosão de uma fábrica de fogos que vitimou 64 pessoas, na sua maioria mulheres e crianças. Desde então, a fiscalização das fábricas provocou um movimento migratório peculiar. Ao submeter as fábricas às normas de segurança e garantir aos trabalhadores os seus direitos trabalhistas, os “barões da pólvora”, donos das fábricas, ficaram insatisfeitos com a elevação dos custos e redução do lucro. E, então, passaram a contratar (aliciar) pessoas para que executassem o trabalho de produção dos fogos de artifício nas suas residências. Uma flagrante tentativa de recuperar as margens de lucro, burlar as leis trabalhistas e transferência de risco da atividade ao empregado. A partir desse cenário, a pesquisa visa a analisar como o Direito do Trabalho aborda essas relações de trabalho que são executadas em âmbito domiciliar, e se lhe é atribuída o status de relação de emprego. Para tanto, é preciso compreender como a doutrina e a jurisprudência abordam os cinco elementos fático-jurídicos (trabalho por pessoa física, pessoalidade, onerosidade, não-eventualidade e subordinação), concentrando o estudo nesse último, que se mostra o de maior importância para conclusão do resultado, não descuidando, também, em analisar quais danos físicos sofrem os indivíduos e como a coletividade a sua volta é exposta a uma situação de perigo provocada por essa atividade de risco no domicílio.

Geovana Monteiro. [Corpo e percepção em Matéria e Memória.] Nesta comunicação pretendemos abordar o modo como o filósofo Henri Bergson investiga o papel do corpo e da memória no processo perceptivo a partir da interpretação dos dois primeiros capítulos de Matéria e memória (1907). O corpo próprio seria, nesta perspectiva, um centro de ação a partir do qual a consciência formularia as noções de interioridade e exterioridade, colocando-se, ao que parece, equivocadamente em uma perspectiva externa à constituição da totalidade material. Neste sentido, tentaremos mostrar, com Bergson, que o clássico problema da idealidade ou realidade do mundo poderia não passar de um pseudo-problema. Sendo assim, o filósofo trará ao centro de sua reflexão a necessidade de uma educação dos sentidos, a fim de que a consciência possa, doravante, inserir-se numa percepção absoluta.

Gilberta Santos Soares. [O feminismo revisitado: a crítica a heterossexualidade obrigatória.] O artigo resgata as contribuições de teorias lésbicas para a construção das epistemologias feministas. Monique Wittig, Gayle Rubin e Adrienne Rich foram teóricas importantes na década de 80, discutindo a heterossexualidade obrigatória e a lesbianidade. Audre Lorde assinalou a articulação entre a lesbianidade e a negritude. Recentemente no Brasil, despontam estudos sobre a lesbianidade no contexto das teorias feministas, das relações de gênero e da teoria Queer, apontando para a construção de um novo cenário no campo da produção de conhecimento. A articulação entre construção teórica e prática conferem a lesbianidade o caráter político ao representar uma atitude e uma postura epistemológica ante o sistema heterossexual de organização social. A teoria lésbica feminista critica os estudos de gênero por renunciarem a sexualidade como uma dimensão importante da análise da estrutura da ordem social contemporânea e marcante para a discussão de gênero. Monique Wittig afirmou que “a lésbica não é uma mulher” para chamar a atenção sobre o rompimento com o modelo pré-determinado de feminilidade atribuído às mulheres. Para ela, a lésbica não é uma mulher, pois escapa à programação inicial, ao não se inserir nos parâmetros que regem as relações heterossexuais e não se submeter à hierarquização heterossexista. A heteronormatividade baseia-se na naturalidade da heterossexualidade, criando expectativas, demandas, simbologias, normas e obrigações sociais, enfim, um sistema de reforço desta na base da reprodução social. Adotar a noção de heteronormatividade implica na desconstrução das oposições binárias, que se alicerça na lógica conceitual baseada na estrutura dualista e cartesiana, construída em pares de opostos, e na idéia de que existem apenas dois gêneros opostos.

Gisele Oliveira de Lima. [Sacerdote e militante: Religião e política na trajetória de Paulo Tonucci (1965-1994).] Paulo Tonucci foi um padre italiano que chegou no Brasil no final de 1965 e foi desempenhar o seu trabalho sacerdotal num bairro periférico da cidade de Salvador, chamado Fazenda Grande do Retiro. Nos primeiros anos de sacerdócio no Brasil, Pe. Paulo começou a se relacionar com o Centro de Ação Social – CEAS, coordenado pelos jesuítas, que mantinha relações estreitas com organizações de esquerda que faziam oposição e resistiam ao regime militar. Destaca-se também a forte influência sacerdotal e política do abade do Mosteiro de São Bento de Salvador, Dom Timóteo Amoroso Anastácio. A supressão da democracia e dos direitos políticos e civis aumentaram os conflitos internos já existentes na Igreja, o que se faz fortemente presente no desenvolver do sacerdócio que Pe. Paulo, a exemplo da criação de grupos religiosos e políticos – Grupo Moisés, Grupo de Evangelização da Periferia, Comissão de Justiça e Paz de Salvador, que passaram a atuar na periferia de Salvador, junto às associações civis e políticas. A atuação política e religiosa de Paulo Tonucci não se transcorre apenas na organização de grupos religiosos e

políticos, o seu trabalho sacerdotal na paróquia foi marcado por visitas constantes aos moradores do bairro, criação e confecção de revistas em quadinhos retratando de assuntos religiosos, paroquiais e políticos e no auxílio às construções da associação de moradores e Escola Pública para ministrar cursos profissionalizantes. O objetivo deste trabalho é analisar o papel desempenhado pelo sacerdote na relação entre os setores populares e as organizações de esquerda e de que forma isso incidiu no processo organizativo das associações de moradores e grupos religiosos, assim como a biografia pode auxiliar no processo de análise das relações sociais no âmbito micro.

Giselle Cristina dos Anjos Santos. [Mulheres Negras em Cuba (1959-2009).] A revolução cubana de 1959 representa um grande marco da história latino-americana. O Estado socialista definiu o alcance da igualdade entre mulheres e homens como uma das prioridades do recém constituído governo. No entanto, existiam hierarquias sociais entre o grupo de mulheres, antes da revolução as mulheres negras representavam um grupo social que vivenciava a experiência interseccional das desigualdades de gênero, classe e raça. A partir da história oral, buscamos superar os silêncios sobre a condição social da mulher em Cuba e em especial da mulher afro-cubana.

Glauber Barreto Luna. [Sepultura: Heavy Metal e a contestação.] Este trabalho visa a compreender qual a relação do Heavy Metal (subgênero do rock n' roll) com a música popular. Tomam-se por referência teórica as formulações desenvolvidas por Theodor W. Adorno a respeito da Nova Música. Segundo este autor, no livro a Filosofia da Nova Música, uma nova música erudita estaria em desenvolvimento no início do século XX, este novo gênero seria o único capaz de desvincular-se dos contornos decorativos presentes nas composições anteriores e com isso, perderia a sua característica de ser aprazível. Para Adorno, os compositores Schoenberg e Stravinski ocupariam posição principal nesta nova música. Para ele só este tipo de música que causaria desconforto teria potencial crítico no capitalismo avançado, contrariando a apropriação ideológica da arte contemporaneamente. Parece-nos que o Heavy Metal, a exemplo da música erudita atonal, também enfrenta o dilema de ser ou não domesticado pela cultura oficial e retoma a dissonância tão admirada por Adorno como elemento crítico e perturbador. Nossa pesquisa pretende tomar estes pressupostos de modo provisório e analisá-lo à luz do conteúdo musical da Banda Sepultura.

Graziella Menezes. [Assédio moral no trabalho: O lucro pelo terror psicológico.] O presente trabalho tem por escopo elucidar as causas históricas do assédio moral no trabalho e conseqüentemente utiliza, como pano de fundo, as transformações no modelo sócio-econômico da sociedade mundial, resvalando, por sua vez na realidade brasileira. Especifica-se o conceito desta violência sobre os obreiros e identifica seus efeitos devastadores na psiquê dos mesmos.

Ademais, ressalta-se para o fato de que esta violência não é mera coincidência, ao revés, é detalhadamente planejada por uma gestão empresarial, a qual se utiliza de métodos psicológicos, a fim de retirar do trabalhador, à exaustão e sem interrupções, o máximo de sua força de trabalho. Em que pese o assédio moral no trabalho ser tão velho quanto o “tripalium”, as táticas utilizadas são cada vez mais sutis e avassaladoras. A metodologia utilizada, para o atual estudo, foi a revisão bibliográfica.

Greciane Neres do Nascimento. [Estudo das pinturas rupestres com pigmentos amarelos no sítio Lagoa da Velha, em Morro do Chapéu, BA.] Neste trabalho, apresentaremos os resultados alcançados relativos ao estudo das pinturas rupestres com pigmento amarelo no Sítio arqueológico Lagoa da Velha, numa área formada por afloramentos areníticos na base da Serra Isabel Dias, localizado no município de Morro do Chapéu no estado da Bahia. O referido trabalho é resultado da pesquisa realizada em 2010 e 2011 para o trabalho de conclusão de curso do bacharelado em antropologia da Universidade Federal da Bahia. As pinturas rupestres representadas em amarelo possuem características que sugerem elementos indicadores de uma possível intencionalidade e preferência. Buscou-se compreender a combinação do amarelo com outras cores, as sobreposições e retoques, as pinturas que foram representadas tanto em amarelo quanto em vermelho (cor com maior predominância nos sítios de pintura rupestre), a forma e locais escolhidos para pintar, etc. Para isso, foram usadas fotografias como técnica de coleta e objeto de análise das pinturas rupestres a serem analisadas.

Guilherme Fernandes Ramos da Silva. [A articulação da vontade com a personalidade moral e o imperativo categórico na Fundamentação da Metafísica dos Costumes de I. Kant.] A Fundamentação da Metafísica dos Costumes, obra publicada pela primeira vez em 1785, não somente or ser a primeira obra na qual Kant expôs, de maneira sistemática, os conceitos basilares da sua filosofia prática, mas também ter inaugurado uma perspectiva filosófica singular acerca da compreensão da moral e da moralidade, consiste em um dos escritos capitais de todo o conjunto da Filosofia Crítica kantiana no qual, determinado a fundamentar uma proposta ética de caráter universalista, Kant realiza uma investigação que visa descobrir e fixar o princípio racional que funciona como cânone de avaliação da moralidade. Logo no início de sua obra, nosso filósofo parece indicar que a transição do conhecimento moral da razão vulgar para o conhecimento filosófico não pode prescindir de uma análise do conceito de vontade, sugerindo-nos que esta possui posição de destaque na sua ética. Nesta direção, considerando argumentos que objetivam tanto confirmar esta suposição, quanto demonstrar que esta poderia representar um artifício da exposição kantiana, nosso breve artigo pretenderá discutir a função e a relevância da

vontade tal como estas se nos apresentam na Fundamentação da Metafísica dos Costumes e suas articulações com o conceito de personalidade moral e com a formulação do imperativo da moralidade.

Gustavo Melo. [A tese da abstração em George Berkeley e David Hume.] Diante da declarada adoção e dos elogios tecidos no parágrafo que abre a seção Sobre as Ideias Abstratas – Tratado da Natureza Humana 1.1.7, natural seria encerrar os comentários sobre a predicação do termos gerais em David Hume, a partir da tese apresentada na introdução dos Princípios do Conhecimento Humano – §6-15, de George Berkeley. O que pode ser confirmado devido à aplicação por ambos os autores do mesmo princípio. Como sabemos, Berkeley e Hume negaram que para existir um termo geral, uma ideia deveria abstrair todas as qualidades particulares. O que implica, em primeiro lugar, na impossibilidade de criar uma ideia indiferente aos limites impostos pela percepção; e, segundo, na incapacidade de reconhecer um elemento interno responsável por revelar uma relação de identidade toda vez que uma ideia for comparada com uma percepção particular. Doravante, se a predicação de um termo geral ainda é possível, isso não ocorre no campo da percepção ou das ideias; mas, ao associar ideias, cujas qualidades continuam sendo particulares, a palavras, as quais são capazes de fazer referência a várias ideias, desde que uma semelhança seja atribuída a elas. E se, além da solução nominalista, ainda há um elemento constante, nesse caso, ele, por certo, é a causa que levou à formulação de uma tese sobre os termos gerais. Constância, aliás, que não está restrita a Hume e Berkeley, mas se estende a toda corrente empirista, uma vez ponderada as consequências da aplicação do princípio empirista e de um vocabulário permeado por termos da percepção, no qual se destacam conceitos como impressão, ideia e representação. Todavia, se, a definição de Hume para um termo geral corresponde àquela tese defendida por Berkeley, o mesmo não pode ser dito sobre os efeitos de sua aplicação no Livro I do Tratado. Distinção cujo reflexo pode ser sentido pela ausência do imaterialismo e de uma teoria da linguagem, efeitos que foram as principais consequências das ideias abstratas, de acordo com os comentadores, na obra de Berkeley. Portanto, se, como declarou o próprio Hume, a tese apresentada no Tratado apóia-se na tese formulada por Berkeley, sobre os termos gerais, como é possível haver consequências tão distintas, quando analisamos os efeitos desta tese nas obras de ambos os autores. Cumpre investigar, portanto, se os conceitos que sustentam a tese humeana da abstração sofreram algum influxo, se, de fato, os efeitos da aplicação desta tese são deveras distintos e quais foram as suas consequências ao Tratado da Natureza Humana.

Helen Catalina Ubinger. [Os Tupinambá da Serra do Padeiro: canais espirituais na luta pela terra.] O povo indígena Tupinambá de Olivença, Sul da Bahia, tem constantemente se envolvido em conflitos com as elites desde 1920, quando

estes começaram a expulsar os Tupinambá do seu território. Em 2008 a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) iniciou o processo de demarcação do território indígena efetivado pelo reconhecimento da etnia e do território como pertencente ao povo Tupinambá. Até hoje, a demarcação ainda não foi completada, o que causou intensos conflitos entre os Tupinambá e os “supostos” proprietários (fazendeiros) da terra. A comunidade da Serra do Padeiro faz parte das vinte e duas comunidades Tupinambá da região e se tornou conhecida pela sua religiosidade e estratégias políticas diferenciadas das outras comunidades do referido território, com relação à luta pela terra. A sua forma particular de resistência caracteriza-se por freqüentes Retomadas, que se constituem na “re-apropriação” do território pelos índios. Considerando essas características, pretendemos analisar aqui como as relações sociais e religiosas da comunidade da Serra do Padeiro transitam dentro do território. O principal foco da pesquisa discorre sobre as mulheres indígenas Tupinambá da Serra do Padeiro que desempenham um papel significativo nas práticas religiosas, papel este que é repleto de simbologia e memória ancestral. A sua religiosidade caracteriza-se pela incorporação de Encantados (entidades que orientam a comunidade no cotidiano e na luta pela terra). Observamos que são as mulheres que têm um maior desempenho nas práticas religiosas, atuando como os principais veículos dos encantados. Argumentaremos, portanto, que as relações de gênero na comunidade não se configuram em dominação, mas em complementaridade, mostrando, por exemplo, que a mulher transita em todos os âmbitos, tendo uma relação central com o território e os Encantados, pelo que servem como canal para apresentação do que autorizam e ditam os encantados, quanto à atuação do coletivo, tanto na vida, quanto na luta pelo território. Elas participam tanto nas práticas religiosas quanto políticas, nos espaços domésticos quanto públicos, trabalham na roça e ao mesmo tempo, muitas são mães. Por conseguinte, será relevante entender o que constitui o desenvolvimento de um espaço religioso, conseqüentemente, um território sagrado, eis que a Serra do Padeiro é vista como “a morada dos encantados”.

Henrique Campos de Oliveira. [As políticas de transporte frente à formação da elite grapiúna na República Velha.] Neste trabalho, nos propomos a estudar a relação entre elites e instituições frente as principais políticas de transporte da região Grapiúna no período corespondente à República Velha. Segundo Falcón e Garcez, entende-se que as elites dessa região não possuíam poder político proporcional a sua importância econômica nas esferas estadual e federal. Mas, ao mesmo tempo, foram construídos, dentre outras provisões públicas, o porto do Pontal em 1926 e a ferrovia, em 1911. Nesse período se iniciava, também, um processo de racionalização institucional nos órgãos nacionais de planejamento do transporte em contraste aos pactos oligárquicos vigentes até então. Então, as teses sobre a inexpressividade política das elites locais face as

da capital não caberiam para entender a formulação de políticas de transporte da Bahia? Os pactos oligárquicos ainda vigoravam em contraste com a racionalidade e a modernização do órgão federal de transporte em relação à construção do porto do Pontal? Para responder essas perguntas e atender ao objetivo levantado, com base em pesquisa bibliográfica, desenvolvemos o trabalho em quatro partes: Na primeira, buscamos explicitar, em uma breve introdução, categorias analíticas sobre a relação entre elites e instituições. No tópico seguinte, desenvolvemos - com base em pesquisa bibliográfica extensiva nas bibliotecas da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual de Santa Cruz - a articulação entre as categorias sucintamente discutidas na parte anterior com a literatura sobre a formação das elites na região grapiúna no início do século XX em detrimento as suas condições de integração física existentes. No terceiro tópico, concentramos-nos na articulação das reflexões realizadas sobre a formação das elites da região e sua integração física com as políticas de infraestrutura de transportes implantadas. Nesse ponto, tenta-se entender como se deu a relação entre o desenho institucional do órgão governamental competente a respeito de obras públicas de transporte e a elites regionais e estaduais. Por fim, observamos que o conceito de modernização-conservadora é adequado para explicar a relação entre elites e instituições nas políticas de transporte para a região grapiúna na república velha. Esse conceito permitiu compreender a co-existência da supressão política realizadas pelas elites da capital frente às elites locais com os avanços em torno da institucionalização dos órgãos de planejamento de transporte federais. A consolidação da construção do porto de Ilhéus pouco ameaçou a construção do porto de Salvador e a construção da ferrovia ficou limitada a poucos quilômetros. Os interesses das elites oligárquicas tradicionais da capital e os interesses das casas comerciais exportadoras foram mantidos e defendidos. Ao passo que a elite da região cacauieira caminhava para uma consolidação com maior atenuação de disputas internas e maior estreitamento junto ao capital financeiro e comercial exportador, seja até mesmo por mais dependência (no caso de agricultores puros) ou pela transformação (agricultores que acumulavam papéis como o de comerciante e financiador). Não obstante, os ensejos de solidificação das instituições modernizantes foram mantidos como se notou em respeito à inspetoria de portos e rios navegáveis em busca da centralização administrativa.

Hildon Carade. [A Faculdade de Filosofia e sua identidade perdida: uma leitura sócio-antropológica da obra do professor Ruy Simões.] Há 21 anos vinha a público o opúsculo “A Faculdade de Filosofia e sua identidade perdida”. Nele, seu autor, o ex-professor do Departamento de Filosofia, Ruy Simões, ex-diretor da unidade referenciada pela obra (gestão 1980-1984), percorreu os labirintos de sua memória, contrastando o passado com o presente, para revelar a imagem de uma instituição que desconhecía em qual espelho havia perdido a sua face.

Entretanto, a leitura desta obra, mais que demonstrar as vicissitudes vivenciadas pela unidade universitária, revela os fantasmas e assombrações que atormentavam o seu autor. O presente trabalho pretende ensejar uma reflexão sócio-antropológica sobre o citado livro. Para tanto, me afañarei, por um lado, das contribuições do sociólogo Erving Goffman, no que diz respeito a seus estudos sobre as instituições e organizações sociais. Por outro, farei menções sobre o contexto histórico que nos permite compreender os escritos do professor Ruy Simões. Explico. Com a reforma universitária de 1968, implantada pela ditadura militar, as instituições públicas de ensino superior entram em um processo, por assim dizer, de massificação, no tocante ao recrutamento do corpo estudantil. No concernente à classe professoral, a extinção do regime de cátedras significou, grosso modo, uma quebra do regime hierárquico no seio do corpo docente. Assim, a perda da “identidade da Faculdade de Filosofia” é, em verdade, uma leitura acerca das transformações vivenciadas pela universidade brasileira, leitura esta elaborada por um indivíduo oriundo das classes mais favorecidas da cidade de Salvador. Assim, veremos que, aos olhos de Ruy Simões, os recintos universitários só poderiam ser ocupados por pessoas instruídas e devidamente preparadas. Apontando o dedo para as feridas da Faculdade, o supracitado autor pontificava que as instituições deveriam estar acima das individualidades e dos egocentrismos. Logo, pode-se dizer, nos termos de Goffman, que ele estava trabalhando com a categoria do ser prescrito, ou seja, do indivíduo que apresenta (ou deveria apresentar) um comportamento saudável para uma determinada organização. Porém, este ser prescrito, na ótica do autor, nos remete aos tempos idos, mais precisamente, aos anos de 1940, quando a Faculdade de Filosofia surgia no horizonte baiano enquanto uma filha pródiga da elite comercial do estado.

Hilton Leal da Cruz. [A Dessacralização da linguagem em Max Stirner.] Um estudo do pensamento de Max Stirner não estaria completo sem uma consideração dos aspectos, explícitos e implícitos, de suas concepções acerca da linguagem e da comunicação. A crítica dos conceitos como palavras tornadas sagradas, bem como a explícita adesão ao nominalismo como postura epistemológica presente na sua Resposta aos Críticos, são temas cruciais para a compreensão da proposta do autor. Essa comunicação assume esse ponto de vista como hipótese de trabalho e o conjuga a abordagem da filosofia stirneriana como uma proposta de dessacralização da cultura a partir da sua relação com o pensamento de Friedrich Hegel. A dessacralização promovida por Stirner procura, entre outras coisas, favorecer o fim da “veneração” por certas palavras ou ideais. Segundo o filósofo, quando tomamos a ambos como se fossem auto-subsistentes e possuíssem um sentido em si mesmos os tornamos “sagrados”, o que implicaria uma perda do poder que de outra forma teríamos sobre os dois. Concomitantemente, com o fim do caráter sagrado das

palavras, Stirner espera promover o empoderamento dos indivíduos concretos, que até então têm sido obrigados a “dobrar os joelhos” diante do altar dos pensamentos, dos conceitos, das essências.

Hugo Prudente da Silva Pedreira. [Patrimonialização do Religioso: Tombamento de Terreiros de Candomblé em Salvador.] Este estudo, realizado entre o segundo semestre de 2007 e o ano 2010, foi financiado pelo CNPq no âmbito do Projeto “Construções Identitárias, Patrimonialização do Religioso e Redes Internacionais. Abordagem Comparativa Sul do Benim/Bahia-Brasil”. A pesquisa se concentrou na análise dos processos de tombamento de terreiros de candomblé baianos, constantes no arquivo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em Salvador, dos quais cinco foram bem sucedidos em seu pleito pelo reconhecimento como patrimônio nacional. Procura-se compreender aqui os pontos de convergência e de divergência entre o processo de renovação do patrimônio proposto no âmbito da política preservacionista brasileira desde os anos setenta, e o movimento de politização das estratégias de permanência de algumas casas de culto afro-baianas, que passaram a pautar suas demandas em termos de direitos culturais, ao tempo em que operam uma apropriação reflexiva do conceito de cultura. Esta interlocução com o Estado tem como marco inicial o movimento em favor do tombamento do Terreiro da Casa Branca, entre 1980 e 1984, que promoveu uma revisão da política preservacionista, e fundamenta, ainda hoje, a política do IPHAN frente aos terreiros. A parceria entre a Associação São Jorge do Engenho Velho, representante daquele grupo de culto, e a Fundação Nacional Pró Memória, ligada ao Ministério da Cultura, foi fundamental para o desfecho favorável à Casa Branca. Na última década, experimentou-se um significativo crescimento do interesse do povo de santo por este tipo de reconhecimento, demandando do órgão oficial do patrimônio a constante revisão de seus critérios.

Iane Dias Cunha. [Os tributos da fé: arrecadação e administração dos dízimos eclesiásticos na Bahia seiscentista.] Dízimos eclesiásticos são a décima parte dos frutos e rendas obtidas licitamente, que se paga à Igreja em reconhecimento ao domínio divino e ao trabalho dos ministros na salvação das almas. Assim como os eclesiásticos sustentam os fiéis no plano espiritual da doutrina e dos sacramentos, assim é a razão para que os fiéis sustentem aos ministros com o tributo de seus frutos, propriedades e produção, seja ela determinada pelo trabalho humano, ou não. Durante os primeiros séculos do cristianismo, a Igreja e seus clérigos eram mantidos por doações voluntárias dos fiéis. A exiguidade das ofertas dificultava o provimento das paróquias, levando a Santa Sé a decretar a obrigatoriedade do pagamento do dízimo com a ameaça de excomunhão para aqueles que se negassem a quitar o imposto eclesiástico. A existência de um tributo implicava a necessidade de um sistema de cobrança. No caso do dízimo

das terras descobertas na expansão marítima portuguesa, esta responsabilidade era atribuída a Coroa, através da interpretação das bulas papais que estabeleceram o Padroado Régio. A administração destes benefícios deveria suprir os gastos com construção e preservação de igrejas, pagamento das côngruas, ou seja, o sustento de toda estrutura de missionação no ultramar. Arrecadar e administrar os dízimos significava controlar, de alguma maneira, uma das principais fontes de renda do clero regular e definir as fronteiras da geografia eclesiástica nas possessões ultramarinas. O estudo dos dízimos fornece elementos para a compreensão das relações entre Igreja e Estado. Permite analisar como essas duas instituições partilhavam, e por vezes disputavam, recursos humanos e materiais. Esta comunicação versará sobre o processo de fundação de igrejas geridas pelo padroado régio no século XVII, em especial o caso da edificação da Igreja da Sé.

Iara Maria de Almeida Souza. [Uso de “modelo animal” na ciência e relações de alteridade e identidade entre humanos e animais.] O campo de estudos sobre as complexas relações simbólicas e materiais entre humanos e outras espécies animais é uma área em expansão nas ciências sociais, constituída em estreita conexão com estudos sobre ciência e meio ambiente. Usualmente o animal aparece em tais estudos como um “outro” que desempenha um papel importante na construção da identidade humana. O objeto deste trabalho é realizar um mapeamento desta literatura enfocando os estudos sobre uso do “modelo animal” em ciência – algo que emerge no mundo ocidental moderno – explorando de que modo a alteridade é conformada nessa experiência, em que o animal figura ora como um representante abstrato de certos processos biológicos, ora como nosso duplo – aquele que sofre e morre em lugar dos humanos – e ora como nosso outro, justamente aquele a quem é possível infligir um tratamento que jamais poderia ser imposto a humanos.

Ilca Santos de Menezes. [O conceito de opinião pública em Jürgen Habermas.] Segundo Jürgen Habermas, originariamente, “opinião” tem sentido de mero palpite e de reputação, ou seja, aquilo que se coloca na opinião dos outros. São significados que estão em antítese à racionalidade argumentativa e crítica que a opinião pública pretende. Opinião pública é um termo que tem versão final no séc. XVIII, possui traços do Iluminismo, seja no sentido da exposição pública das razões ou no sentido do indivíduo pensar por conta própria. O processo discursivo e argumentativo constitui-se e encontra expressão no âmbito da esfera pública. A publicidade garante à opinião pública o seu poder de influência e mantém os cidadãos informados sobre os fatos. A opinião pública é fonte legítima das leis e liberdades garantidas constitucionalmente aos cidadãos, assim como das leis às quais o Estado de Direito está vinculado. A opinião pública é, portanto, a base normativa dos procedimentos políticos em países democráticos.

Mas há controvérsias em relação aos interesses que a opinião pública representa, ela pode estar poluída por interesses particulares, que não visam o bem comum, sua finalidade autêntica.

Ilison Dias dos Santos. [A transição para a educação superior em escolas públicas de ensino médio do estado da Bahia: obstáculos e possibilidades.] Pesquisas contemporâneas afirmam que nas escolas públicas há poucos debates acerca da continuidade dos estudos e da vida universitária de seus alunos, sendo grande a desinformação e o distanciamento de estudantes do ensino médio público sobre a educação superior. Acrescentem-se a isso dificuldades de ordem sócio-econômica e o fato de suas famílias não terem experiência de escolaridade prolongada. Tudo isso somado ao despreparo produzido por grande parte das escolas públicas, geram uma auto-exclusão desses estudantes no que diz respeito ao prosseguimento de seus estudos no nível superior. Quando, eventualmente, alguns conseguem vencer essas barreiras e chegar à Universidade graças às políticas de ações afirmativas e de permanência, entram nesse novo mundo experimentando grande estranhamento. A pesquisa aqui relatada foi desenvolvida em escolas públicas da região Metropolitana de Salvador e do Recôncavo da Bahia visando identificar as dificuldades que se interpunham para a continuidade dos estudos desses alunos, especialmente no que tange o investimento de gestores e professores no futuro educacional desses jovens. O estudo de caráter quantitativo e qualitativo utilizou as técnicas características da etnografia (diário de campo, observação participante) e um questionário sócio-demográfico para delinear o perfil dos alunos das escolas pesquisadas. Foi identificado que os estudantes de escolas públicas não têm informações básicas relativas à universidade, descrédito de professores e gestores na capacidade dos alunos em obter sucesso na educação superior e um posicionamento em geral, contrário à reserva de vagas para os alunos de escolas públicas, tanto entre professores quanto entre os próprios alunos. Esses dados confirmam o distanciamento da instituição escolar em relação à universidade no que diz respeito ao futuro educacional da juventude que frequenta escolas públicas em nosso estado.

Inaiá Maria Moreira de Carvalho. [Algumas considerações sobre o trabalho precoce no Brasil.] Esta comunicação apresenta algumas considerações sobre o trabalho precoce – aquele executado por crianças e adolescentes – no Brasil contemporâneo. Abordando aspectos como a frequência desse trabalho, as características e condições de inserção dos pequenos trabalhadores e os programas que vem sendo implementados para o combate a esse tipo de ocupação, o texto procura ressaltar a complexidade dos seus determinantes, assim como a multiplicidade de mudanças e medidas necessárias para a sua erradicação.

Iracema Brandão Guimarães. [Periferias e Territórios Localizados no Contexto Urbano.] A presente proposta busca apreender de que modo as transformações ocorridas no mercado de trabalho acarretam e reproduzem seus efeitos de modo mais amplo. Para isso, destacam-se as linhas de reflexão que permitem identificar, até que ponto as relações entre o emprego e a moradia, ou o trabalho e a família, se articulam sob novas formas, na tentativa de desvendar quais os processos que se encontram aí encerrados. Estes são focalizadas nos contextos de moradia dos bairros populares, nos quais a população se encontra submetida a processos de precarização e deterioração de suas condições de vida, ao tempo em que é desafiada a reinventar continuamente os modos de mobilização de recursos para a sobrevivência, e ocasionalmente, inserirem suas demandas em novas formas de mobilização e organização popular – configurando um nível de estruturação do capital social. No plano metodológico, o trabalho articula um conjunto de informações originadas no Plano Diretor Urbano, Salvador, além de informações qualitativas, para identificar os bairros residenciais – ou territórios – dos trabalhadores informais e precários, considerados como a periferia da cidade.

Iracema Souza de Jesus. [De “sacizeiro a sacerdote”: um estudo sobre o tratamento para dependentes químicos no centro de recuperação neopentecostal.] O consumo de drogas por jovens tem sido motivo de preocupação para os neopentecostais que têm oferecido uma alternativa de tratamento através dos centros de recuperação. Objetivo com este estudo analisar a percepção que os dependentes químicos em internação e os pastores responsáveis pelo centro têm do tratamento. Para tanto desenvolve observação/participação nos cultos que são realizados no centro nos dias de visita e entrevistas semi-estruturadas com os atores. Com isso, percebo que a questão central do tratamento é a proposta de um “renascimento”, onde o indivíduo é convidado a através da aceitação de Jesus reconstruir sua trajetória e abandonar a vida passada marcada pelo vício para uma nova vida, evangélica.

Iraneidson Santos Costa. [“Eu ouvi os clamores do meu povo”: Igreja, política e profecia dos bispos nordestinos (1948-1990).] Em outubro de 1973, três arcebispos e uma dezena de bispos das principais cidades nordestinas publicaram “Eu ouvi os clamores do meu povo”, documento que trazia uma contundente crítica ao alardeado “milagre econômico brasileiro” e é considerado como a declaração mais radical publicada por um grupo de bispos católicos em qualquer parte do mundo. Nesta Comunicação pretendemos refletir acerca da trajetória dos chamados “bispos proféticos” nordestinos na segunda metade do século XX, mais precisamente de 1948 a 1990. Para isso, analisaremos (1) a formação, (2) a conversão, (3) a pregação, (4) a perseguição e (5) a atuação destes bispos. Quanto à periodização escolhida, elegemos como ponto de partida da

análise o Movimento de Natal, como ficou conhecido o conjunto de atividades sociais e religiosas desenvolvidas pela Diocese de Natal (RN) desde 1948. Mesmo reconhecendo a existência anterior de algumas iniciativas eclesiais isoladas no campo social, foi somente a partir daí que um grupo pioneiro de sacerdotes iniciou uma série de ações sistemáticas de combate à miséria e ao subdesenvolvimento na região. Os desdobramentos desta percepção seriam cruciais para os rumos da ação social da Igreja Católica no Nordeste, com a fundação, já em 1949, do Serviço de Assistência Rural (SAR), logo secundado por organizações congêneres nos estados vizinhos (a exemplo do SORPE, de Pernambuco, e do SORAL, de Alagoas), a realização das Semanas Rurais, a implantação da primeira experiência brasileira de escolas radiofônicas para a educação de base (futuro Movimento de Educação de Base/MEB), o estímulo da Igreja à sindicalização rural (então inexpressiva) e a própria tomada de consciência da necessidade de articulação dos bispos da região para uma efetiva coordenação daquele conjunto de ações. Como se não bastasse, no início da década de 1960, diante do crônico problema da carência de sacerdotes para o trabalho de evangelização, Dom Eugênio Sales, então administrador apostólico da Arquidiocese de Natal, patrocinou a experiência pastoral de Nízia Floresta (nas cercanias da capital potiguar), por meio da qual religiosos(as) e leigos(as) constituíram comunidades de oração, de culto e de vida nos meios populares, naquilo que é tido como um dos embriões das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Por outro lado, o ano de 1989 trouxe a coroação do desmonte do novo modelo eclesial vivenciado pela Igreja nordestina ao longo destas quatro décadas, com o fechamento a um só tempo do Instituto de Teologia do Recife (ITER, fundado em 1968) e do Seminário Regional do Nordeste II (SERENE II, de 1965), sob a alegação de que ambos não ofereciam “as condições mínimas para a formação sacerdotal”, nem atendiam os pré-requisitos de uma “formação intelectual adequada aos futuros sacerdotes”. Nada surpreendente, em função das nomeações de Dom José Cardoso Sobrinho para a Arquidiocese de Olinda e Recife em 1985, em substituição a Dom Helder Câmara, e de Dom Lucas Moreira Neves para a de Salvador, em 1987, em lugar do recentemente falecido Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, numa clara orientação de Roma em favor de bispos conservadores para as mais importantes sedes arquiépiscopais da região.

Irene Soares Santino. [O ensino de História nos Museus de Salvador.] A Museologia é uma disciplina essencialmente interpretativa, vinculada ao estudo, compreensão e comunicação do universo simbólico e sócio-cultural, isto é, o patrimônio cultural das sociedades, no tempo e no espaço. Considerando as suas especificidades como campo do conhecimento, percebe-se o surgimento constante de questões históricas, sociais, econômicas e políticas, cuja discussão e análise deveriam configurar um marco permanente de preocupação no universo

acadêmico. Nesse sentido, pode-se perguntar: qual é o papel dos museus nos espaços contemporâneos e frente às questões históricas que são colocadas face à face com uma cidade em desenvolvimento? Qual pode ser a contribuição dos museus no implemento do aprendizado da história da cidade de Salvador e da história da Bahia, relacionando essa história com as condições atuais de vida das populações? Como o patrimônio cultural pode participar do processo de construção de “cidades saudáveis” e de ambientes de “cultura de paz”? Pode o patrimônio cultural ser usado como pedagogia para o ensino da história em ambientes de museus? Essas questões ainda não foram suficientemente respondidas, mas os estudos que estamos desenvolvendo sobre museus de história de cidades podem trazer à luz uma nova maneira e estratégias inovadoras que estimulem o ensino da História, potencializando as formas de apreensão desse conhecimento entre o público jovem. O fundamento teórico dessas indagações está na percepção que Carlos Fuentes desenvolve sobre o romance na história, assim como em Mikhail Bakhtin com o elogio do dialogismo, em Pierre Nora e a complexa relação entre História e Memória, em Pierre Bourdieu e o capital cultural. Todos esses estudiosos têm contribuído para uma melhor compreensão do papel das instituições culturais, a exemplo dos museus, no desenvolvimento social, demonstrando cada qual à sua maneira, a importância do conhecimento histórico na formação de indivíduos mais conscientes e de uma cidadania responsável.

Isabela Fadul. [Contrato por tempo determinado e flexibilização da legislação trabalhista.] No final dos anos 1990, foi introduzido no ordenamento jurídico trabalhista brasileiro uma nova modalidade de contrato individual de emprego por tempo determinado. Previsto na lei n. 9601/98 como instrumento de combate ao desemprego, este novo tipo contratual flexibilizou a negociação do tempo de duração dos contratos, pondo em xeque o “princípio da continuidade da relação de emprego”, um dos pilares do ordenamento jurídico trabalhista. Este artigo tem como objetivo refletir sobre o contexto social, político e econômico em que esta lei foi criada, procurando identificar os motivos que levaram à sua promulgação, bem como aqueles que garantem a vigência da norma até o presente momento.

Israel Alexandria Costa. [Pitié e Tolérance na Filosofia de Jean-Jacques Rousseau.] No início do Livro I do Emílio ou Da Educação (1762), Rousseau fixa o postulado de suas considerações sobre o tema da educação: “nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação”. De um ponto de vista formal, verifica-se haver aí uma semelhança com o método argumentativo esboçado no Contrato Social, em que o autor começa por determinar o caractere, ou conjunto de caracteres, que, uma vez apresentado

como originalmente constitutivo do homem, define um aspecto fundamental da condição humana a ser examinada no respectivo trabalho dissertativo. Contudo, sob a perspectiva material, a diferença entre essas duas obras é gritante. Na célebre epígrafe introdutória do Contrato — o homem nasceu livre e por toda parte se encontra a ferros — o objeto maior da investigação é o caractere da liberdade originária do homem em face da sua escravidão; na epígrafe introdutória do Emílio interessam os caracteres da fraqueza, da carência e da estupidez humana em face da sua educação, os quais parecem aludir ao princípio da piedade natural. Se é possível sustentar que em ambas genealogias se concede um estatuto ontológico aos elementos presentes no nascimento do homem, será possível sustentar que o autor teria dado tanta importância ao tema da liberdade quanto ao da piedade, que advém da fraqueza, da carência e da estupidez, todos eles caracteres originários, constitutivos e tão fundamentais a ponto do esquecimento destes pelo homem determinar o esquecimento do homem em relação a si mesmo. Sem olvidar que o Emílio é, como aponta Michel Launay, uma obra voltada para o tema da liberdade e frequentemente preocupada em proteger o indivíduo contra os ataques que a sociedade lança à intrepidez de uma natureza selvagem, pretende-se que seja também uma obra profundamente voltada para a igualdade, para aqueles temas de “segunda ordem”, onde a ideia de educação aparece coligada ao não-esquecimento da condição fundamental da miséria que, na origem, iguala todos os homens entre si. Situar esse não-esquecimento enquanto componente de uma concepção filosófica de tolerância que se constitui em valor almejado pelo esforço político-pedagógico de Rousseau é o objetivo deste artigo.

Ítalo Mazoni dos Santos Gonçalves. [A universidade no contexto do ensino médio público: Concepções e expectativas em duas escolas na cidade de Salvador-Ba.] O acesso ao Ensino Superior público nos últimos anos tem se expandido através da criação de novas vagas, diversificação dos meios de ingresso e implantação de políticas de ação afirmativa. Contudo questiona-se até que ponto a universidade pública e sua ampliação atingem a rede pública de Ensino Médio? O presente trabalho teve por objetivo investigar as concepções e expectativas existentes sobre Universidade em alunos e professores do Ensino Médio no contexto de duas escolas públicas da cidade de Salvador (BA) entre os anos de 2009 e 2010. Assim, buscou-se analisar os conteúdos que permeiam os discursos correntes nas escolas estudadas a respeito do Ensino Superior. Para tanto se optou por uma abordagem qualitativa referencializada na Etnometodologia e pela coleta de dados através de observação participante (ao longo de dois semestres), pela elaboração de diário de campo, análise de relatórios de atividades de extensão/estágio supervisionado em Psicologia Escolar e de entrevistas semi-estruturadas com alunos das escolas investigadas. Como

resultado constatou-se que a universidade pública aparece nos discursos e práticas do universo escolar estudado como uma meta distante ou inatingível, sendo tomada como prioridade a entrada em faculdades particulares. Observou-se ainda a inexistência de ações institucionais de incentivo à continuidade dos estudos. Além disso, constatou-se que alunos e professores não dispõem de informações suficientes sobre os novos meios de acesso a universidade, políticas de ação afirmativa e programas de permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Jacira da Silva Barbosa. [A deserção da paternidade: A ausência paterna em famílias de mães sozinhas.] Na sociedade contemporânea registra-se um crescimento de famílias monoparentais centralizadas na mulher em virtude, principalmente, da separação ou divórcio. Esta configuração de família possui uma dinâmica singular, o que implica num expressivo reordenamento do sistema familiar e uma sobrecarga para a mulher-mãe, já que ela é a responsável, na grande maioria das vezes, pela continuidade da unidade doméstica, cuidando da prole e da manutenção das necessidades de subsistência, principalmente. Em conseqüência do divórcio, separação dos pais, e/ou pelo fato da mulher ser mãe solteira, as crianças que se desenvolvem em lares matrifocais têm maiores chances de não terem pai ou a chamada função paterna, o que pode trazer prejuízos ao desenvolvimento infantil. Embora haja uma nova “cultura da paternidade” que solicita um pai mais presente em termos de envolvimento direto e responsabilidade pela criação partilhada dos filhos, indo além do papel de provedor, na prática, poucas alterações são constatadas quando se trata de família de progenitor único, centradas na mulher. Destaca-se também o crescimento de pedidos de exames de DNA por parte de mulheres-mães solteiras, o que reforça, igualmente, a constatação da negação da paternidade. Nas famílias matrifocais é freqüente o registro da ausência paterna na vida da prole após a separação conjugal e até mesmo o total abandono da função parental, o que é visível na prática de atendimento a famílias, e que pode produzir efeitos diversos sobre os filhos. O presente artigo pretende investigar a forma como a literatura aborda a ausência da figura paterna nas famílias matrifocais bem como as conseqüências que esta lacuna produz na dinâmica familiar e social. Estudos diversos expõem que famílias sem pai ou sem a função paterna estão em maior risco, o que se constitui em questão muito prevalente em nossa sociedade. É muito freqüente a associação entre falta de pai e transtornos de conduta ou outros problemas nos filhos e na família de forma geral. Mas, por outro lado, os problemas gerados pela ausência do pai podem mobilizar recursos propiciadores de desenvolvimento quando há suficiente apoio familiar e social.

Jackson André da Silva Ferreira. [Estes são da Caza Grogalha: Proprietários e dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, séc. XIX).] O coronel Quintino

Soares da Rocha e sua esposa d. Umbelina Adelaide de Miranda estavam entre os maiores senhores de terra, gado e gente da vila de Nossa Senhora de Morro do Chapéu no século XIX. Em função de alianças matrimoniais eram membros de três das principais famílias da região: Soares da Rocha, Miranda e Souza Lemos (por parte da mãe de d. Umbelina). Apesar de o casal possuir muitas propriedades, a mais importante era a fazenda Gurgalha (Grogalha). Ela representava real e simbolicamente a influência do casal na região. Muitos indivíduos estavam vinculados a ele, principalmente escravos, agregados e arrendatários. Para essas pessoas a Gurgalha também era um ponto de referência e um local de pertencimento. Partindo das ligações entre o casal Soares da Rocha com seus dependentes e usando um diverso conjunto de fontes, objetivo analisar algumas características das relações entre proprietários, agregados e escravos em Morro do Chapéu no século XIX.

Jair Batista da Silva. [Classe, cidadania e reconhecimento no debate contemporâneo.] O debate teórico e político mais atual têm destacado as lutas, os conflitos, os embates, etc., quer seja através de reivindicações por efetiva igualdade no plano político e cultural, quer seja ao considerar as demandas de natureza material. A polêmica tem sido em torno da questão econômica (redistribuição) e reivindicações de natureza identitária (reconhecimento). Serão essas lutas definidas apenas por reconhecimento ou meramente identitárias? Ou ainda: reconhecimento e redistribuição são termos irreduzíveis, logo impossíveis de serem incorporados numa teoria abrangente acerca das lutas sociais? Haveria a possibilidade teórica, e política, de combinar tais lutas com a luta de classe? A partir da exposição crítica das formulações de Taylor, Honneth e Frazer neste debate, procura-se discutir suas implicações teóricas e políticas sobre a noção de cidadania e o conceito de classe social.

Janaina de Oliveira Menezes. [Vigiai e lutai. Atualidades na questão do feminismo: alguns aspectos comunicativos e educacionais.] Entre os objetivos da educação na atualidade destaca-se o de constituir um sujeito que constantemente interaja com o conhecimento reconstruindo-o a partir de suas experiências e necessidades. Validar as experiências adquiridas pelos sujeitos nos espaços sociais diversos e considerar os aspectos sociais, culturais e identitários dos mesmos. Neste intento a educação deve ser considerada em seu aspecto mais abrangente, ampliando o conceito de educação para reconhecer a interferência dos meios de comunicação presentes em nossa sociedade. Por outro lado, a questão de gênero parece estar ainda mais atual, uma vez que crescem as reivindicações por reconhecimentos identitários diferentes dos padrões reconhecidos pela cultura formal. O presente artigo foi construído a partir desta inquietação. Consideramos necessário reanimar o debate sobre a questão do feminismo em consonância com o poder da comunicação de massa enquanto meio educativo amplo.

Entender a questão do feminismo como debate ultrapassado e não mais pertencente a uma relação de animo presente em nossa sociedade é incorrer no risco de perdermos conquistas importantes no plano das representações sociais ou de oportunidade de acesso, por exemplo. De outro modo, atualizar o debate sobre o feminismo é reafirmarmos o compromisso educativo que temos em manter vigente um capítulo necessário no fortalecimento de nossas práticas cotidianas.

Jarbas de Almeida Barbosa. [A terceirização sob as perspectivas acadêmica, jurídica e política: um exercício interdisciplinar.] Não são poucos os temas polêmicos que têm gerado uma ampliada disputa acadêmica e social no Brasil contemporâneo. Quando se trata da relação capital-trabalho, então, poucos mesmos são os temas que comungam de consensos. No entanto, é possível afirmar que a terceirização ganha notoriedade no âmbito do mundo do trabalho por ser uma estratégia empresarial que atinge crescente contingente de trabalhadores, alterando de modo qualitativo as relações e condições laborais. Sua existência remonta o período pré-capitalista (século XVI), no chamado putting-out-system, onde os artesãos rurais realizavam trabalho em seus domicílios para atender os mercadores ingleses e franceses, que disputavam o controle do mercado. Mesmo perdendo lugar para novos modelos de organização industrial, o uso da subcontratação nunca deixou de configurar uma ferramenta de flexibilização da produção. Destaca-se que, durante a II Guerra Mundial, a indústria bélica, diante de uma demanda sobrecarregada, transferia serviços a terceiros para garantir o aumento na produção de armas. Mas, o que, de fato, tem chamado a atenção dos agentes sociais no que diz respeito ao fenômeno da terceirização é seu papel central no processo de restauração do capital sob as premissas da acumulação flexível. É lícito dizer que a terceirização (aliada a outros processos de flexibilização da produção e desregulamentação de direitos sociais) é o mecanismo privilegiado no processo de reestruturação produtiva ocorrido nas três últimas décadas. Na tentativa de traçar panoramicamente as diversas facetas ideológicas e práticas que a terceirização assume, trilha-se um caminho que busca apreendê-la a partir de suas dimensões acadêmica, jurídica e política: o debate acadêmico, onde se faz uma breve incursão na sociologia do trabalho; as controvérsias jurídicas, que perpassa pelo direito do trabalho; e o embate político, que envolve os empresários e os sindicatos. No centro do debate acadêmico, particularmente no interior da sociologia do trabalho, é possível visualizar, pelo menos, três preocupações centrais com relação a esse processo: a que relaciona a terceirização com a precarização do trabalho, a busca por uma definição abrangente e a avaliação de um crescimento desta nas atividades nucleares das empresas. Dentro das discussões travadas no âmbito do direito do trabalho, acentua-se que a ausência de uma legislação brasileira que trate especificamente sobre a terceirização tem provocado intensas

controvérsias jurídicas. Entre as principais polêmicas no campo jurídico encontra-se a definição de atividade-meio e atividade-fim e a responsabilidade subsidiária ou solidária. Por se encontrarem em lados opostos, trabalhadores e empresários percebem a terceirização de maneiras distintas, fazendo com que o embate político travado entre tais atores em torno deste fenômeno ultrapasse os “muros das fábricas”. Assim, se na década de 1990 o embate político sobre a terceirização entre empresários e sindicatos se constituía no confronto interpretativo acerca dos benefícios/prejuízos que a mesma provoca na sociedade do trabalho, nos anos 2000 a arena política desse conflito se desloca para o Congresso Nacional, onde tramitam três Projetos de Lei, que tratam, a partir de perspectivas distintas, sobre a regulamentação da terceirização.

Jean Marcel Oliveira Araujo. [O amor nos tempos da seca ou as relações amorosas em *O quinze*, de Rachel de Queiroz.] O romance *O quinze*, de Rachel de Queiroz, coloca para o leitor a coexistência e o diálogo entre fronteiras que separam dois polos opostos da configuração social: o discurso das velhas gerações, representado por dona Inácia, e o das novas gerações, representado por Conceição. Esta, embora seja portadora de um discurso que causa estranheza à avó, não consegue romper plenamente com o discurso do grupo familiar ao qual pertence, principalmente no que diz respeito à vida sexual. Através da condenação de Dona Inácia à ideia da neta de ser mulher solteira, o narrador estabelece diálogo com narrativas do tio-avô de Rachel de Queiroz, José de Alencar, pelo uso do vocábulo *aleijão*. Independente da classe social, ser uma solteirona na sociedade brasileira, a partir do século XIX, passou a ser uma situação vexatória estigmatizada. A mulher deveria cumprir agora mais do que antes o seu destino social: o casamento. A situação conjugal garantia para a mulher uma situação estável, mesmo que modesta. Todavia, a mudança no status da mulher solteira é um evento que não estava restrito ao Brasil. As primeiras referências sobre o celibato feminino estigmatizado no Ocidente remontam a fins do século XVII, reflexo da crise da indústria doméstica. O novo uso para a palavra *spinster* sugere a causa da decadência do status da mulher solteira. A palavra não tinha o sentido pejorativo em sua origem, pois se referia à louvável atividade das mulheres obreiras e significava *fiandeira*. As mulheres solteiras foram perdendo sua importância econômica no espaço doméstico, visto que havia menos necessidade de sua presença em tarefas como fiar e tecer. Restavam-lhes duas alternativas: tornar-se inúteis dependentes de alguém ou trabalhar fora mediante salários ínfimos em virtude do grande excedente de mão-de-obra feminina. Assim, Rachel de Queiroz, através de um narrador onisciente, situado no início do século XX, procura impor limites no plano do imaginário a um discurso do final do século XVII, contribuindo para a positivação do status da mulher solteira, atribuindo-lhe uma nova função social cuidar de crianças. A mulher se livra de seu destino, mas não de sua função social.

Jessé Santana de Menezes. [As diversas formas de sociabilidade praticadas entre os integrantes da Torcida Os Imbatíveis.] Esse trabalho se configura como uma abordagem das diversas formas de sociabilidade praticadas entre os integrantes da Torcida Uniformizada Os Imbatíveis, Torcida Organizada do E. C. Vitória. Através de observação participante, entrevistas e consultas a redes sociais na internet, a análise centra-se nas formas como seus membros interagem e se socializam em diversos espaços e momentos. Essa pesquisa acompanha o grupo desde os trajetos realizados dos bairros ao estádio e vice-versa, passando pela sociabilidade que se exerce dentro do próprio estádio, nas festas da Torcida Organizada, nas reuniões do grupo, na Sede Social, na Loja da Torcida e, também, na internet que se configura como um espaço de continuidade e extensão das relações já estabelecidas. Observando a existência de diversos subgrupos na Torcida percebe-se que estes se apresentam como grandes geradores de solidariedade entre os integrantes. Por isso, se faz necessário analisar como as relações estabelecidas entre esses torcedores, relações que se iniciam a partir de um subgrupo e se expandem para o grupo maior, são capazes de produzir fortes laços de afeição e solidariedade dentro da Torcida Organizada, bem como rivalidades e conflitos com outros grupos de torcedores.

Jéssica Torres Costa e Silva. [100 anos de indigenismo oficial: breve histórico da trajetória da política indigenista no Brasil.] O presente texto tem como base o primeiro capítulo do meu trabalho de conclusão de curso ainda em andamento, que versa sobre o funcionamento de agências de política indigenista no governo da Bahia. Nesse texto, analiso o processo de reconhecimento público da problemática indígena e a definição de políticas indigenistas no Brasil. Traço um breve histórico das mudanças institucionais observadas nas agências governamentais de promoção de políticas para povos indígenas, desde a criação do órgão indigenista oficial, em 1910 – o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), substituído na década de 60 pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - até os dias atuais. Abordo mudanças legais que atribuíram novas funções ao Estado para com os povos indígenas, as mudanças institucionais ocorridas na década de 90 no contexto de Reforma do Estado, com a tentativa de quebra do monopólio da FUNAI sobre a política indigenista e o repasse de algumas das suas funções a outros órgãos, tanto em âmbito federal quanto estadual e mesmo municipal, a inclusão de novos atores no cenário político, com a adoção de um modelo participativo como um novo paradigma organizacional da política, como se observa na realização de conferências, criação de conselhos, comissões e comitês que prevêm a inclusão de atores da sociedade civil no processo de formulação e execução das políticas, além do recrutamento de lideranças indígenas para funções de governo. Para tanto, recorreu-se à leitura de códigos jurídicos, decretos, portarias e relatórios governamentais, visando a analisar a criação e transformações nas agências governamentais e as funções a estas atribuídas.

Além disso, utilizo também uma literatura que versa sobre a atuação política dos índios e indigenistas, e leitura de cartas, manifestos e relatórios de reuniões do movimento indígena. O texto problematiza a disputa entre órgãos e entidades federais, esferas de governo, Ministério Público, ONGs indigenistas, universidades e organizações indígenas a respeito da condução da política indigenista. A pesquisa aponta que a política indigenista ao ganhar status de política transversal, envolvendo diversos atores na sua formulação e implementação, consegue quebrar o monopólio do órgão indigenista oficial, porém, sem que se estabeleça uma definição clara das responsabilidades dos atores envolvidos, o que pode ser observado na atribuição das mesmas funções à diferentes agências sem um padrão de coordenação e articulação entre elas.

Joaci de Souza Cunha. [J. J. Seabra: legitimação social e declínio político.] Figura ímpar na história baiana, J. J. Seabra não encontra parêntese senão noutro gigante da política brasileira, Ruy Barbosa. Esses homens dividiriam, mais em conflito que em aliança, a liderança da representação baiana no Congresso Nacional durante a maior parte da República Velha. Por várias razões, Ruy teve seu nome perpetuado na memória nacional. Seabra, ao contrário, é cada vez menos conhecido, inclusive no seu próprio Estado. Numa perspectiva crítica, este texto discute o processo de ascensão e declínio de J. J. Seabra na Bahia, focalizando desde sua passagem por dois ministérios à chamada Revolta Sertaneja, em 1919-20. Durante este episódio, coronéis liderados por Horácio de Matos, e seus jagunços, iniciaram uma marcha a Salvador tentando impedir o reconhecimento oficial da segunda eleição de Seabra ao governo estadual. Esta narrativa tem como eixo condutor o movimento de 'aproximação-afastamento' das classes dominantes baianas em relação às medidas adotadas por Seabra (e seu sucessor), bem como suas opções políticas na esfera federal. Nesse enfoque, também as condições de sobrevivência do povo baiano são analiticamente valorizadas. Afinal, constituíram o caldo de cultura para o florescimento da oposição que, mais tarde, substituirá Seabra no comando do estado. A historiografia tem supervalorizado os efeitos deletérios da Guerra Mundial sobre a economia e finanças do Estado, como causas do enfraquecimento político do seabrismo. Assim, o crescimento da oposição é visto, sobretudo, como decorrência desse conflito. Completa essa explicação, a inabilidade do governador Antônio Moniz, sucessor e afilhado político de Seabra, melindrando as relações com os coronéis sertanejos e as facções do partido governista. Sem negar a contribuição desses aspectos, todavia é necessária uma compressão mais ampla do seabrismo a partir do seu programa político-administrativo. Isso requer, além do entendimento de suas bases (alianças políticas, corporativas e financeiras), também um exame das respostas dos grupos e classes sociais locais às suas iniciativas. Nesse sentido, a formação da oposição é entendida a partir das contradições do projeto executado e não

das disputas partidárias em si. São os desacordos e incoerências relativas às opções e prioridades dos governos desse período que, no limite, levam às seguidas rupturas na sua base social e, por conseguinte, à sua deslegitimação política. No extremo, Ruy Barbosa e seus aliados, após transitarem da oposição ao apoio, radicalizarão a resistência ao seabrismo até apostarem na insurreição sertaneja buscando uma intervenção federal que os levassem ao poder.

João Gabriel Nunes Modesto. [Grupos humanos, entitatividade e teorias implícitas.] A percepção dos grupos como entidades autônomas favorece a adoção de teorias implícitas sobre a conduta dos seus membros e da ação do grupo como um todo. O presente estudo se deu mediante a aplicação de um questionário on-line elaborado com a finalidade de avaliar características entitativas e as teorias implícitas adotadas em relação a sete diferentes acepções de grupos: bando, corja, equipe, galera, gangue, tropa e turma. Os resultados evidenciaram a adoção de teorias implícitas distintas para explicar as ações dos membros dos diferentes tipos de grupo, com alguns, como, por exemplo, as tropas, explicados predominantemente pelas pressões situacionais e outros, a exemplo das equipes, explicados predominantemente pelas razões e motivos. Estes resultados apontam a necessidade de considerar criteriosamente as diferenças entre as acepções de grupo, o que, em última instância, exige a superação da antiga concepção generalista e multidimensional que tem sido predominantemente adotada no campo de estudo dos agrupamentos humanos.

João José Reis, Renato da Silveira, Fátima Pires, Lisa E. Castillo, Elciene Azevedo, Wlamyra Albuquerque & Cecília Velasco. [Escravidão e invenção da liberdade.] Panorama da recente historiografia da escravidão, velhos e novos temas, métodos, fontes e abordagens, influências teóricas, discutidos a partir da pesquisa específica de cada um dos professores/palestrantes do curso. Alguns dos temas a serem tratados: tráfico; escravidão urbana; escravidão no sertão baiano; resistência escrava; etnicidade, cultura, religiosidade; biografia; abolicionismo e pós-Abolição. A temática será abordada em duas mesas, com as exposições: Renato da Silveira, “Religião e império luso: o caso das irmandades negras na longa duração”; Fátima Pires, “Escravidão e liberdade no sertão da Bahia: autos criminais e inventários”; João Reis, “O fator étnico na revolta dos malês, 1835”; Lisa E. Castillo, “História oral e história escrita do candomblé na Bahia”; Elciene Azevedo, “A militância abolicionista de Luiz Gama”; Wlamyra Albuquerque, “História e historiografia do pós-abolição”; Cecília Velasco, “Sombras da escravidão sobre o movimento operário carioca”.

Jocélio Teles dos Santos & Luiz Chateaubriand C. dos Santos. [Pai-de-santo doutor: Cor e ensino superior em terreiros baianos.] A presença de indivíduos oriundos das classes médias e também das elites em terreiros baianos já foi apontada na literatura, na ciência e na imprensa há mais de cem anos, e

mesmo que os registros indiquem somente a posição social se tratava de indivíduos brancos. Eram clientes, adeptos ou mesmo pai ou mãe-de-santo. O comentário em terreiros baianos de que há “pai-de-santo doutor” traduz a percepção do povo-de-santo sobre a existência de lideranças com escolaridade de nível superior. Claro está que é um fato das últimas três décadas num universo secularmente observado como de maioria negra e com escolaridade indicando ensino médio incompleto. Neste artigo buscamos traçar o perfil dessas lideranças, tendo como fonte de dados o mapeamento realizado em Salvador no período 2006-2008, trabalhando com variáveis como cor, escolaridade, inserção no mercado de trabalho.

John Gledhill. [Oportunidades de emprego, políticas de segurança, e dignidade social: em contradição?] Todo mundo, inclusive o Banco Mundial em seu “World Development Report” de 2011, já defende como necessária uma integração mais inteligente das políticas econômicas e sociais e as políticas de segurança pública, para responder aos novos desafios do século XXI. Neste trabalho, discuto as diferenças entre uma política de segurança orientada à “seguridade humana” de todos os cidadãos e uma política de segurança pública que responda às necessidades de sustentar a reprodução do modelo neoliberal de desenvolvimento urbano. A análise presta atenção em particular para as questões do “trabalho digno”, formas quotidianas de implementar os modelos de policiamento comunitário e realidades econômicas e políticas que influem no direito à cidade das classes subalternas.

Jomar Lima. [História, Memória e Patrimônio: as Lápides Tumulares da Igreja da Ordem 3ª do Carmo de Cachoeira-Bahia.] O presente trabalho enfoca as lápides tumulares da Igreja da Ordem 3ª do Carmo da Cidade da Cachoeira, no contexto de representações da morte que sempre estiveram presentes desde a expansão colonial portuguesa que perpetuam a tradição europeia medieval de transformar cemitérios em locais de reflexão e catequese, um aparente contraste entre a vida e a morte. Nas lápides tumulares da Igreja da Ordem 3ª do Carmo da Cidade da Cachoeira, encontramos pinturas em estilo rococó, as quais mostram temas iconográficos associados a inscrições em latim – “ITA DESIDERAT ANIMAE MEAM ACHE DEUS”: “Assim deseja a minha alma, ò meu Deus” (Lápide nº 01, lado direito do ossuário – Igreja do Carmo). Por isso, as vinte e nove lápides tumulares do século XVIII da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da cidade de Cachoeira de um autor desconhecido, constituem-se em espécies únicas em todo Brasil. A importância das lápides tumulares é atribuída ao seu valor histórico, patrimonial e, principalmente, por formarem um conjunto cujas imagens ilustram de uma forma barroca características funerárias do homem Cachoeirano do século XVIII.

Jorge Almeida. [Cultura Política e Hegemonia.] O artigo faz uma discussão teórica, buscando tratar da questão da Cultura Política - e da sua relação com a ideologia – a partir do conceito gramsciano de hegemonia. No seu sentido mais amplo, cultura diz respeito ao “modo de vida” de um povo, nação ou grupo social mais restrito ou mais amplo. Ou seja, um conjunto de símbolos significações, mas também de práticas, meios de produção materiais e simbólicos e produtos relacionados a um grupo social concreto. Portanto, cultura não é somente uma visão de mundo, uma ideologia. É também uma prática social em todos os sentidos. Em termos mais amplos, ideologia é uma visão de mundo, um conjunto de valores, opiniões, crenças que representam um leitura social da realidade, uma visão do real. Mesmo sendo identificada num indivíduo, as ideologias são representações sociais, menos ou mais coerentes. E traduzem, até certo ponto, o que é um grupo social e o que pode orientar suas ações e seu comportamento político. Engloba, assim, diversos elementos subjetivos, entre eles o que chamamos opinião e “opinião pública”, no sentido mais racional que este tem. Podemos dizer, também, que a ideologia é o lugar superestrutural da cultura (presente na sociedade civil e no estado), assim como o modo de produção é seu lugar estrutural. Mas esta separação é apenas uma abstração metodológica, para melhor entender o seu complexo concreto. Pois, de fato, elas estão inter-relacionadas dialeticamente. Nesta leitura, Cultura Política diz respeito tanto a uma concepção mais ampla de cultura como de política – qual seja, a de todas as idéias e ações presentes, tanto no estado quanto na sociedade civil, que possam interferir a curto ou longo prazos na disputa de poder. A relação entre a estrutura econômica e as superestruturas da sociedade civil e do estado é o que Gramsci chamou de Bloco Histórico ou articulação hegemônica, sendo a hegemonia uma combinação de direção moral, política, cultural e intelectual com dominação; uma liderança ideológica e cultural protegida com coerção. É uma supremacia exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de classes e entre classes e blocos de classes e frações de classe. A mídia tem, neste sentido, um papel notável neste esforço permanente e cotidiano de convencimento. Mas não é, necessariamente, aquela que centraliza e determina os comportamentos. Sendo assim, os estudos de Cultura Política não devem se restringir aos elementos institucionais da mesma, nem à pesquisa dos elementos hegemônicos, mas também dos resistentes e contra-hegemônicos. Por outro lado, um bom estudo de cultura política para ser mais consistente, não deve ficar fragmentado, ou seja, limitado à descrição e à análise dos dados, sempre limitados, de uma determinada pesquisa empírica, quantitativa ou qualitativa. Precisa ser analisado em conjunto com uma concepção sobre os elementos fundamentais da estrutura e superestrutura da sociedade.

Jorge Augusto de Jesus Silva. [A Formação do Campo da Literatura Afrobrasileira.] A escrita da história, monopolizada e efetuada a partir do centro, culminou por construir uma tradição canônica homogênea e excludente nas letras brasileiras, lançando à margem da historiografia literária nacional todo discurso que não ecoasse o projeto de nação construído pela classe dominante. Considerando esse contexto, busca-se discutir o processo de exclusão do negro dos discursos sobre a formação da Literatura Brasileira, como também, demonstrar a construção de um conjunto de textualidades específico que vem sendo desenvolvido pela literatura afrobrasileira, ou negro-brasileira. Essa produção textual afrobrasileira visa a combater, através do seu discurso contra-hegemônico, a interdição imposta ao negro na literatura nacional, apontando como essa literatura etnicamente marcada caminha para solidificar um Campo, conceito tomado de Bourdieu, nas letras do Brasil, articulando seus personagens, temas, intelectuais, e espaços de debate público, e constituindo-se como espaço importante para as lutas do negro pelo poder e por uma positivação de sua identidade na sociedade brasileira. Busca-se discutir, ainda, a importância da literatura negra para a dissolução dos estereótipos construídos na história e na literatura oficial do Brasil, sobre o afrodescendente, como também, pontuar a re-escrita da história operada pela literatura afrobrasileira. Para desenvolver essa discussão tomamos como paradigma a Formação da Literatura Brasileira, obra de Antônio Candido, representando a tradição hegemônica e excludente da literatura nacional, contrapondo a esta a Introdução a Literatura Negra de Zilá Bernd, e Afrodescendência nos Cadernos Negros e Jornais do MNU, de Florentina Souza, livros decisivos na formação do campo da Literatura afrobrasileira.

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa. [O cientista social e o filme: a dialética entre o cinema e os processos sociais.] A presente comunicação parte do pressuposto de que as produções cinematográficas, enquanto expressões sociais e culturais historicamente localizadas, podem ser objeto de estudos históricos e sociológicos, por permitirem ao investigador social a apreensão e compreensão de mecanismos sociais e formas de organização cultural de uma dada sociedade. Considerando que nas produções fílmicas estão presentes os condicionamentos sociais, é possível recuperar, por meio delas, não apenas os hábitos e costumes, o vocabulário e o vestuário, mas, fundamentalmente a mentalidade e a ideologia, de uma determinada época. O cinema é assim, representação, discurso, lugar de memória, testemunho, além de divertimento e obra de arte. Considerando esses aspectos, defende-se a hipótese de que os filmes são representações da vivência coletiva, das formas de organização social, das estruturas econômicas, da política e até mesmo das angústias, das ansiedades, das paixões e dos medos. Deve-se considerar, também, que os filmes não refletem direta e organizadamente a sociedade, possuindo um alto grau de subjetividade que

deve ser considerada. O cinema nunca é inocente, tendo um conteúdo político, consciente ou inconsciente, escondido ou declarado. Ficar atento para além do aparentemente mais significativo, para o “banal” e fazer uma “contra-análise” da sociedade, como diria Marc Ferro. O cinema reconstrói a realidade a partir de uma linguagem própria, produzida num determinado contexto, cabendo ao pesquisador reeducar o olhar que possibilite a leitura dessas imagens em movimento. Assim, o objetivo é compreender as produções cinematográficas enquanto objetos de estudos sociológicos, para, a partir delas, compreender os mecanismos sociais e ideológicos, e as formas de organização cultural. Nos filmes estão expressos imaginários sociais e as ciências humanas não podem ignorar o papel que o cinema cumpre nas manifestações sócio-culturais.

José Agnaldo Barreto de Almeida. [Estado e participação popular nos conselhos de políticas públicas: construção de consensos e desconstrução político-ideológica da organização popular.] Nos últimos anos se tornou crescente, principalmente nas Ciências Humanas e Sociais, a preocupação com a democracia, principalmente no que diz respeito ao que seja democracia representativa e democracia participativa. Ligadas a isso, outras preocupações também são visíveis como a da participação popular nos mais variados tipos de Conselhos e, embora tais questões sejam exploradas por áreas como a Sociologia, a Assistência Social e a Educação, ainda existem lacunas e necessidades de investigações que possam atualizar e aprimorar criticamente o debate sobre a criação e funcionamento dos colegiados na administração pública, bem como o posicionamento popular diante das transformações geradas pela “onda” neoliberal que chegou ao país no início dos anos de 1990 e provocou, entre outras coisas, uma “reforma” no cenário político, econômico e também no social. Diante do exposto é importante deixar claro que entre outros objetivos, a proposta deste estudo é entender como tem se dado os processos de construção dos Conselhos, em seu formato gerencial, o sentido da participação popular nesses espaços, as concepções de participação, os discursos presentes na sociedade sobre democracia e participação, bem como o reconhecimento das principais mudanças ocorridas na concepção/ação da participação popular antes e depois da Constituição de 1988. Por fim, reconhecer as possibilidades de construção de uma nova página para a história do país, onde os sujeitos sociais se vejam como co-responsáveis por tal construção e conseqüentemente, melhorar suas condições de vida, bem como criarem novas alternativas de vivência da participação, que não seja tutelada pelo Estado ou pelas agências que promovem o avanço do capital, a precarização do trabalho e a coisificação do ser humano. Em se falando da Constituição Federal de 1988, percebe-se que devido à movimentação da Sociedade da época, em seu texto foram incorporadas possibilidades de vivência de uma suposta democracia, através da criação e formalização de espaços de discussão e de tomada de decisões pela sociedade

organizada. O texto constitucional propôs uma atuação de representantes eleitos, conjuntamente com cidadãos e organizações sociais no pensar e repensar de políticas públicas de cunho social, através de mecanismos participativos, o que denota a existência concomitante de elementos representativos com uma “capa” de democracia participativa. No processo supracitado, entende-se que as classes dominantes e representantes dos grupos tradicionais da política brasileira, que participaram da elaboração da Carta Magna, visando manter a hegemonia do seu poder, incorporaram no texto, reivindicações populares, desenvolvendo assim estratégias de revolução passiva. Conforme Gramsci, tais estratégias se constituem numa reação das classes dominantes diante da possibilidade transformadora dos movimentos populares, contudo, a dinâmica que se desenvolveu no início dos anos de 1990 levou as mesmas classes dominantes que se transmutaram, agora para uma roupagem neoliberal, a criarem novas estratégias: de consenso, consentimento e despolitização.

José Clerison Santos Alves. [O conhecimento intuitivo e o conhecimento abstrato em Schopenhauer.] De acordo com Schopenhauer, todos os conceitos recebem seu material do conhecimento intuitivo. Por isso, todo edifício do nosso pensamento estriba no mundo das intuições. O filósofo denomina as intuições de representações primárias e os conceitos de representações secundárias. Para ele, a maior parte do filosofar consiste em explicar palavras com palavras, comparar conceitos com conceitos. Isso corresponde a uma espécie de jogo entre as esferas conceituais com a finalidade de ver qual se encaixa numa e na outra não. Esse jogo entre as esferas conceituais não acrescenta nada de novo ao conhecimento, pois se resume a mostrar o que já está contido no conhecimento existente. Em contrapartida, o ato de intuir nos impulsiona a deixar que as coisas falem por si mesmas, apreendendo as novas relações entre elas, transformando tudo isso em conceitos – isso gera novos conhecimentos. Segundo o autor de O Mundo, quase todos possuem a capacidade de comparar conceitos com conceitos. Mas, comparar conceitos com intuições é algo para poucos. Somente os homens de gênio possuem esse dom.

José Crisóstomo de Souza. [Por onde anda a Filosofia: Pragmatismo e Filosofia Analítica.] Pragmatismo e filosofia analítica, duas expressões do trabalho filosófico de nossos dias, têm sido criticados como pontos de vista estreitos e cientificistas, o segundo como mais rigoroso e próximo das exigências de uma razão restrita, objetiva, e o primeiro como, apesar de tudo, menos fiel a elas, como utilitarista-relativista, subjetivo. De outro lado, ambos não apenas têm características semelhantes no que diz respeito ao modelo de trabalho (dialógico, cooperativo, em progresso), quanto vêm-se hoje, ademais, como, em certa medida, solidários numa virada prático-lingüística – pós-empirista –, que toma como referência as práticas e as formas de vida dos seres humanos, com as quais vêem o pensamento, o conhecimento e a linguagem necessariamente

imbricados. Nessa comunicação, pretendo me valer do diálogo com o Prof. Waldomiro José da Silva Filho e sua posição analítica, para esclarecer mais essas intuições, tratando de advogar o ponto de vista do agente, situado, intersubjetivamente enredado e, portanto, afastado da pretensão do que se tem chamado de 'ponto de vista de Deus' e da tradicional 'filosofia da consciência', o que incluiria também os pontos de vista analíticos anistóricos. Não estarei falando de dentro de nenhum ponto de vista pragmatista dado, de algum autor representativo do pragmatismo ou do neo-pragmatismo, mas de meu próprio ponto de vista pragmatista, no qual, entre outras coisas, em oposição a uma 'linguistificação' exagerada, recuperar o caráter antes de tudo prático sensível da ação humana, o lado 'material' também de nossas interações, isto é, da intersubjetividade, bem como o caráter conflitivo desse contexto, 'forma de vida' ou 'munda da vida', junto da dimensão histórica, temporal, social, em que necessariamente se situam. O que penso fazer, ademais, através de uma certa revalorização da noção de poiesis, que recupera as dimensões não apenas cognitivas e instrumentais de nossas relações e interações com o mundo.

José João Neves Barbosa Vicente. [O confronto com o novo.] Este trabalho é uma proposta de apresentar o processo de compreensão do fenômeno totalitário em Hannah Arendt, a partir da leitura da sua obra *The Origins of Totalitarianism* (1951). Um processo que não pode contar com o apoio da tradição do pensamento ocidental, uma vez que o totalitarismo representa um acontecimento inédito e sem precedentes na história da humanidade que provocou uma verdadeira falência dos conceitos e categorias dessa tradição. Compreender o totalitarismo, portanto, é para Hannah Arendt, estar ciente de não poder contar com o apoio exclusivo de nenhuma corrente de pensamento do presente ou do passado. É ser original e independente. Descobrir um novo modo para o exercício de um pensamento político destituído de "amparos" firmes e inquestionáveis. Este novo método de se lidar com os acontecimentos políticos da modernidade é denominado por Arendt de "pensamento sem corrimãos".

José Pereira de Santana Neto. [Libertandos, senhores, abolicionistas e os embates com as juntas classificadoras: A alforria pelo Fundo de Emancipação na Bahia (1871-1888).] O processo de organização e Funcionamento do Fundo de Emancipação de Escravos, Art. 3º da Lei de 1871, foi bastante tumultuado na Bahia, sobretudo nos finais da década de 1870 e por toda a de 1880. Senhores, libertandos e abolicionistas se fizeram presentes, fosse para referendar ou para protestar contra o processo de classificação realizado pelas juntas de emancipação responsáveis pela seleção dos escravos em toda Província. O Regulamento 5.135 de 13 de novembro de 1872 estabelecia que em cada vila a Junta deveria ser formada pelo promotor, o presidente da câmara e o coletor das rendas. Nesta comunicação pretendo apresentar os embates entre

libertandos, senhores e abolicionistas com as juntas classificadoras, tendo como norte de análises uma documentação variada que inclui petições, ofícios e requerimentos enviados por aqueles indivíduos e pelos membros das juntas dirigidos à Presidência da Província e os despachos dos governantes sobre as diversas queixas que corriqueiramente chegavam ao seu conhecimento de diferentes regiões da Bahia. Trabalho com a hipótese de que foi a intervenção de senhores, libertandos e abolicionistas que contribuiu para que o Fundo de Emancipação saísse de fato do papel, pois das sete quotas endereçadas à Bahia, seis foram distribuídas e aplicadas na última década de existência da escravidão, assim como mais de noventa por cento das libertações ocorreram nesse período, sobre forte fiscalização de senhores, libertandos e dos militantes da liberdade.

José Portugal dos Santos Ramos. [A Dióptrica de Descartes.] O objetivo do texto é apresentar a Dióptrica de Descartes, destacando os principais temas da ciência mecanicista cartesiana. No ano de 1637 foi editada em Leyde, por Jan Maire, uma coleção em língua francesa de quatro obras inéditas - dentre as quais se encontrava A Dióptrica - de um autor anônimo, residente na Holanda desde meados da década de 1620 A Dióptrica, portanto, foi um dos três ensaios científicos que Descartes publicou juntamente com o Discurso do método. Esse ensaio é um tratado de óptica, compreendendo principalmente uma teoria da refração da luz que estabelece, pela primeira vez, a lei do seno, além de conter um estudo sobre novos instrumentos ópticos. A Dióptrica é composta por dez Discursos com a seguinte ordenação: (1) da luz, (2) da refração, (3) do olho, (4) dos sentidos em geral, (5) das imagens formadas no fundo do olho, (6) da visão, (7) dos meios para aperfeiçoar a visão, (8) as formas dos corpos transparentes que refratam a luz, (9) a descrição das lunetas e, por fim, (10) a metodologia para a elaboração de lentes.

José Rubens Monteiro Teixeira. [O consenso da guerra de incentivos e os incentivos da guerra: O Complexo industrial da Ford na Bahia.] O presente texto pretende suscitar reflexões a respeito das relações entre governos e agentes de mercado nos conflitos federativos, especificamente, a denominada guerra de incentivos no Brasil. Aborda o debate entre interesses e atuações de grupos e classes sociais, concomitante, de políticos e dirigentes públicos, sem ignorar as relações político-institucionais, nos estudos concernentes às tensões e aos consensos intergovernamentais. São destacadas as alianças e as disputas, políticas e econômicas, que marcaram a guerra de incentivos, no setor automobilístico, na década de 1990 no Brasil, com a disputa entre os estados da Bahia e do Rio Grande do Sul pela instalação de uma unidade da Ford. Na conjuntura internacional, nos anos 1990, os países “da periferia” passam a apresentar atrativas condições político-econômicas para absorver recursos externos com

vistas à acumulação de capital. A expansão territorial para a denominada periferia, a exemplo da América Latina, é a estratégia para a circulação e reprodução do capital, com a necessária articulação e atuação de acordos governamentais. Nessa perspectiva, a mudança do cenário internacional influenciou a abertura comercial e financeira, e conseqüentemente a guerra de incentivos. No Brasil, os conflitos nas relações intergovernamentais passam a ser mais enfáticos e explícitos. Os embates ficam mais evidenciados pela denominada competição horizontal, que é a disputa entre estados para manter ou atrair investimentos privados. Um “leilão” atrativo em que o estado que oferecer mais isenções fiscais e/ou investimentos públicos vence a disputa contra seu “concorrente”, um outro estado da federação, tendo como “prêmio” o ingresso ou a manutenção de grandes empresas privadas em seus domínios territoriais. A visão de federalismo na condição de um “pacto” entre governos, coordenado pelo governo federal, peculiar, por exemplo, durante a ditadura militar no Brasil, no governo FHC passa a ser questionada e refutada. Nesse governo, ao contrário, é defendida e evidenciada uma competitividade federativa entre os governos subnacionais, bem sob os auspícios do mercado, em que os governos subnacionais precisam oferecer a proposta mais atraente para que as grandes multinacionais escolham seus territórios para receber investimentos produtivos. Um consenso hegemônico, político e ideológico, a respeito de determinada forma de atuação dos governos subnacionais na perspectiva de inserção de seus territórios à economia mundial. A competição entre governos para atrair e manter grandes empresas multinacionais seria o particular do todo consensual e hegemônico. O “pacto” federativo dessa maneira continua a existir na Constituição, mas nas relações intergovernamentais o federalismo brasileiro passa ser marcado pela lógica mercadológica da atuação de governos em propagandear as vantagens competitivas de seus territórios para atração de capital excedente. Nesse sentido, a guerra de incentivos, explicitada no setor automotivo, foi impulsionada por fatores político-institucionais, mas também, foi centralmente impulsionada por fatores ligados às relações de produção, no processo de reprodução e circulação do capital. Compreende assim, mudanças no cenário internacional, nas relações Estado e empresas, e as novas estratégias das multinacionais do setor automotivo de investir em países, como o Brasil, e, a respeito da Ford, a necessidade de recuperação da empresa na América Latina e nos EUA.

Joseania Miranda Freitas. [Ações Afirmativas Museológicas no Museu Afro-Brasileiro da UFBA.] O Museu Afro-Brasileiro, na qualidade de museu universitário, tem desenvolvido na sua trajetória institucional, ações de pesquisa, documentação, conservação, exposição, ação cultural e educativa; dando continuidade à sua missão, este projeto configura-se como uma ação afirmativa museológica, pois busca reconhecer e dar visibilidade a atores e situações sociais

até então esquecidos dos processos museológicos oficiais. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma síntese das principais pesquisas desenvolvidas entre 2002 a 2011. O trabalho envolve a realização de levantamento bibliográfico e iconográfico sobre as principais organizações afro-brasileiras, sobre os processos de construção e afirmação de identidade, abrangendo temas até então não abordados no espaço expositivo do Museu. Os produtos da pesquisa podem ser utilizados como suporte teórico para projetos museológicos.

Juan Erle Cunha de Oliveira. [A argumentação ad hominem em Chaïm Perelman.] A finalidade deste trabalho é entender como a argumentação ad hominem, erigida por Chaïm Perelman, se articula com os conceitos que sustentam a sua Teoria da Argumentação. Ao afirmar, no Tratado da Argumentação (1958), que “toda argumentação é uma argumentação ad hominem”, Perelman reconhece a inserção dos valores dentro das possibilidades da argumentação. Não obstante, há um percurso filosófico do autor que precede o Tratado da Argumentação e que, de alguma maneira, o conduz a esta afirmação. É o caso do ensaio Da Justiça (1945), em que Perelman, inspirado pela lógica de Gottlob Frege, cujo estudo havia empreendido na tese de doutoramento intitulada Étude sur Frege (1938), apresenta uma tentativa de formalizar a noção de Justiça, noção confusa por excelência recoberta de valores particulares sempre que alguém é indagado sobre a sua definição. A afirmação “toda argumentação é uma argumentação ad hominem” é desconcertante, porque condensa o seu pensamento, e ao mesmo tempo se articula com toda arquitetura da sua filosofia: encontramos as primeiras inquietações sobre os valores já na década de 1940, que não dispensou, por sua vez, a inspiração lógica adquirida na década de 1930, como está figurada em Da Justiça (1945), além dos escritos posteriores – Tratado da Argumentação: a Nova Retórica (1958) e Império Retórico (1977), por exemplo. O ad hominem na filosofia de Perelman se apresenta, portanto, como um fio condutor para contemplar toda extensão da sua obra, produzida numa unidade lógica. Sendo assim, o presente trabalho busca fazer uma abordagem sobre o tema do ad hominem em Perelman agregando os conceitos nodais da teoria da argumentação, como as noções de auditório universal e particular, além do convencimento e da persuasão, uma vez que estamos no campo dos valores. Essa perspectiva permite, ainda, estabelecer distinções entre ad hominem e ad humanitatem, além de identificar, por conseguinte, diferentes possibilidades da argumentação, como o caso da argumentação filosófica e a sua filiação ao auditório universal.

Juliana Campos Maltez. [Violência sexual contra crianças e adolescentes: um estudo de casos publicados na imprensa escrita em três capitais nordestinas.] A violência sexual é em si um problema de origens históricas que atinge de forma contundente o segmento infanto-juvenil, expondo crianças e adolescentes

a diversos riscos e danos pessoais, sejam eles morais, físicos ou psicológicos. O objetivo deste estudo é a reconstrução, através das matérias publicadas pela imprensa escrita, de casos concretos que incluem: abuso e exploração sexual, relações incestuosas, prostituição infantil e a formação de redes de pedofilia. A pesquisa trabalha com casos de violência sexual contra crianças e adolescentes veiculados na imprensa escrita de grande circulação em três capitais nordestinas: Salvador, Fortaleza e Natal, entre os anos de 2009 e 2010. Foram identificadas 180 matérias relativas à crimes sexuais contra crianças e adolescentes que ocorreram na Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte. Deste total, verificou-se que 14 casos foram seguidos de morte e 13 resultaram em gravidez indesejada, o que coloca em debate a questão do aborto legal. Em grande parte dos casos publicados, os personagens são provenientes das camadas mais pobres da sociedade. As matérias normalmente não possuem continuidade, sendo reeditadas apenas quando ocorre algo inesperado ou inusitado com algum dos atores envolvidos. Observou-se que a grande maioria das vítimas de crimes sexuais são crianças e adolescentes do sexo feminino, tendo como principais agressores homens, adultos. Daí as questões de gênero e geração serem compreendidas como conceitos fundamentais na análise de tal fenômeno. Nos casos em que aparecem vítimas do sexo masculino, verificou-se também o predomínio de agressores homens. A pesquisa aponta que a maioria dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes ocorrem no espaço doméstico e familiar e configuram-se, em boa parte, como abusos sexuais incestuosos, o que dificulta ainda mais o rompimento do pacto do silêncio que normalmente se estabelece em torno do acontecimento. O silêncio da criança ou adolescente é a maior arma que o agressor possui para garantir a continuidade do abuso sexual e a sua não responsabilização pelo ocorrido. As histórias são bastante parecidas e recorrentes, o que demonstra a dificuldade dos poderes públicos em punir os agressores e assegurar os direitos das vítimas. A violência sexual contra crianças e adolescentes aparece como um problema cultural, social e político, que ocasiona danos não apenas às vítimas, mas aos familiares e à sociedade.

Karin Alejandra Roseblatt. [Cruzando fronteras con Oscar Lewis: Raza y el concepto de “cultura de la pobreza” entre Mexico y Estados Unidos.] En 1959, en un artículo publicado en México, el antropólogo Oscar Lewis usó el término “cultura de la pobreza” por primera vez. La idea de que los pobres tenían una cultura propia provocó un apasionado debate que duró más de una década y se extendió a varios países. ¿Cuán profundas eran las diferencias raciales y de clase que llevaban a la pobreza? ¿Cómo afectaban la posición de un país en la comunidad de naciones? La respuesta de Lewis a estas preguntas partió de su formación como antropólogo en los Estados Unidos, su diálogo extendido con intelectuales mexicanos y su trabajo de campo en México. Con el correr de los años, Lewis y otros reformularían el concepto, respondiendo a controversias

públicas en México y Puerto Rico, discusiones acerca de la “Guerra contra la Pobreza” del Presidente Johnson en Estados Unidos, el informe del Senador Daniel Patrick Moynihan sobre la familia negra y otros acontecimientos como la Revolución Cubana, el movimiento de derechos civiles en Estados Unidos, el proceso de descolonización, la guerra de Vietnam y la segunda ola feminista. Este artículo explora el concepto de la cultura de la pobreza para comprobar las conexiones recíprocas, aunque desiguales, entre México y los Estados Unidos y sus relaciones con las ideas sobre la nación y los debates políticos en cada país. Los norteamericanos que participaron en el debate apelaron a ciertas ideas acerca del cuerpo y la mente y sus relaciones los campos de la cultura, la economía y la historia. De allí destacaron la intransigencia de las diferencias de clase en México y de raza en los Estados Unidos. A la vez, mexicanos y norteamericanos utilizaron ideas sobre “clase” y “raza” para afirmar semejanzas entre los dos países y crear formas de solidaridad que atravesaban fronteras.

Karine Limeira. [Vendedores do sagrado: O cotidiano dos vendedores de produtos destinados à prática religiosa do Candomblé na cidade de Salvador.] O trabalho propõe uma análise do comércio de produtos destinados à prática religiosa do candomblé, partindo da perspectiva dos vendedores destes produtos, estabelecidos nos espaços comerciais da cidade de Salvador, a exemplo de feiras livres e mercados populares. Estes vendedores possuem um papel relevante na manutenção de uma dinâmica pautada em relações sociais, econômicas e religiosas estabelecidas a partir do culto das religiões de matriz africana. Um tipo de comércio que se manteve ao longo dos anos no espaço urbano de Salvador e que vem se alterando paulatinamente a partir de mobilidades e experiências dos sujeitos envolvidos, assim como das incorporações de novas dinâmicas econômicas e sociais a este mercado.

Kelly Carneiro de Oliveira Fontoura. [O exótico mundo dos laboratórios e seus desdobramentos: um olhar dos estudos de ciência, tecnologia e sociedade.] Este trabalho pretende contextualizar o debate teórico-metodológico dos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) que utilizam os laboratórios enquanto lócus de análise. Para tanto, lançará luz sobre alguns conceitos que elucidam estes estudos. Os CTS são estudos destinados a repertoriar mais de perto como funcionam a técnica e a ciência em nossa própria cultura. Segundo Bruno Latour, os etnógrafos de laboratório consideram importante estudar o que é produzido pelos cientistas e engenheiros e não apenas estudar as relações de sociabilidade que existem entre eles. Destarte, estes estudos também procuram demonstrar como o papel das ciências sociais vai além de analisar as pesquisas científicas que fracassaram, ou que simplesmente representam coisas estabilizadas, mas busca investigar a ciência enquanto está sendo fabricada. De acordo com Pablo Kreimer, a ideia de que existe uma relação entre o conhecimento científico e a

ordem social na qual se desenvolveu foi postulada pela primeira vez há aproximadamente oitenta anos por Robert Merton. Ao longo destes anos, a tese se diversificou em três direções: 1) que achava que havia uma relação causal entre o que é uma estrutura sociopolítica do período e o conteúdo das teorias científicas; 2) que invocam as explicações sociais quando as explicações epistemológicas são insuficientes, e 3) que utilizam o método etnográfico para estudar a ciência enquanto ela está sendo feita, no seu cotidiano. Para elucidar estas questões, observar-se-á um estudo de caso realizado num grupo de engenheiros que estão desenvolvendo uma inovação metodológica através de um projeto de pesquisa e extensão. Desta forma, estudar a ciência enquanto ela está sendo feita, no seu dia-a-dia, tornou-se primordial para o desenvolvimento de tal estudo. Entretanto, há uma peculiaridade neste projeto, pois ao ser um projeto de pesquisa e extensão o fluxo entre as arenas epistêmicas e trans-epistêmicas se tornam mais elucidadas. Assim, o lócus de análise não se restringiu ao espaço físico do laboratório, mas no trânsito destes pesquisadores entre as diversas arenas. Portanto, este trabalho objetiva, a partir do arcabouço teórico-metodológico desenvolvido por autores como Bruno Latour, Michel Callon, Karin Knorr Cetina e outros, demonstrar como é possível compreender atividades desenvolvidas por engenheiros, não apenas dentro do laboratório observando a sociabilidade que existe entre eles, mas compreender quais são as redes mobilizadas, as traduções e as associações necessárias para que um de seus projetos seja desenrolado.

Kelly Silva Prado Andrade. [“... Para demonstrar que eram mais homens do que bestas...”: O Ideário indigenista e a construção do discurso de proteção fraternal. Bahia, 1911.] Este trabalho tem como objeto de análise o Relatório de Atividade do Serviço de Proteção ao Índio no estado da Bahia, no ano de 1911, onde o seu autor, o Inspetor Pedro Maria Trompowsky Fontes, descreve detalhadamente os argumentos utilizados por ele em diversas reuniões realizadas no Conselho Municipal da cidade de Rio de Contas, Bahia, com o objetivo central de convencer diversos membros da sociedade civil local da condição de “civilidade” dos indígenas brasileiros, buscando, a partir de diversos argumentos, baseados no ideário histórico e antropológico da época, provar a injustiça do extermínio dessas sociedades. Essas argumentações por ele utilizadas, que vão de citações de Montaigne, passando por Hans Staden e André Thévet, nos mostram as bases argumentativas do discurso de Proteção Fraternal dos indígenas no Brasil, visto pelos olhos de um funcionário do Estado, com funções administrativas e de contato direto com os indígenas, demonstrando como as bases ideológicas da política indigenista eram compreendidas pelos agentes subalternos do Estado.

Kleyson Assis. [Universalismo e relativismo: um problema filosófico para o ensino de ciências.] Qual a relevância da história e da filosofia da ciência para o ensino de ciências? Discutirei duas respostas que têm sido dadas a essa pergunta: por um lado, defende-se que a inserção da história e da filosofia da ciência no currículo de ciências contribui significativamente para o seu ensino, tanto no sentido da qualidade (de uma imagem da ciência tal qual ela é), quanto no da formação de cidadãos mais responsáveis; por outro lado, argumenta-se que tal inserção comprometeria o ensino de ciências por relativizar a imagem que professores e cientistas, uma imagem, em princípio, necessária para uma formação científica de excelência. Tentarei mostrar que esse conflito trás no seu bojo uma velha polêmica de ordem filosófica: relativismo versus universalismo. Um exame rigoroso das duas tendências citadas poderá mostrar quais são suas motivações e conseqüências no ensino de ciências.

Lais Garcia, Adailda Alves Santos & Edenice Leal Ornellas Andrade. [Relatos de pesquisa: memórias de uma lalorixá: Mãe Nilzete de Iemanjá do Terreiro de Oxumarê.] Este trabalho faz parte do Projeto de Ações Afirmativas Museológicas do Museu Afro-Brasileiro, iniciado em 2002. Mãe Nilzete de Iemanjá, falecida há 21 anos nasceu Nilzete Austricliano da Encarnação, dirigiu o Terreiro de Oxumarê (1968 a 1990), localizado na Avenida Vasco da Gama. Atualmente o seu filho biológico, o Babalorixá Silvanilton Encarnação da Mata, conhecido como Pecê de Oxumarê, lidera a instituição. As memórias de Mãe Nilzete de Iemanjá, contadas pelos mais velhos do Terreiro, se constituem na base para a construção das narrativas biográficas, principal argumento deste trabalho de pesquisa, que visa entrelaçar as memórias de uma dirigente do culto afro-brasileiro à história do Terreiro. O trabalho tem ênfase na tomada de depoimentos sobre Mãe Nilzete e na produção de material didático sobre conservação preventiva de acervos. A bolsista Adailda A. dos Santos teve a responsabilidade de conduzir as tomadas de depoimentos, entrevistando os mais velhos do Terreiro, de forma a construir as narrativas biográficas de Mãe Nilzete, que serão disponibilizadas na página web do Terreiro. As bolsistas Edenice Ornellas e Lais Garcia trabalharam com o acervo documental, na secretaria do Terreiro. Utilizando este material teve início o processo de conservação preventiva, através da seleção, classificação e higienização do acervo, composto por documentos escritos, manuscritos e fotográficos. Os trabalhos de tomada de depoimento e de conservação preventiva foram orientados pelo referencial bibliográfico, através de sessões de estudo, nas quais se estimulou a prática da leitura e do estudo sistematizado e da escrita de reflexões, através do registro diário em caderno de campo e posterior escrita de relatórios. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semi-estruturado, com dezoito pessoas do Terreiro, em conversas gravadas em que a bolsista ouvia e registrava as falas dos que conviveram com a lalorixá. Trechos previamente selecionados pelos depoentes serão disponibilizados na internet. A

transcrição completa dos depoimentos se constitui em fontes primárias, sob a guarda da instituição. No registro dos depoimentos foi possível observar diversas expressões de sentimentos de saudade, como a lembrança dos filhos biológicos de Mãe Nilzete e dos seus filhos e filhas de santo, parentes, amigos e adeptos do Candomblé. Foram registradas as falas carregadas de emoção, os risos, os suspiros, as pausas prolongadas, as lágrimas. Através dos relatos sobre a administração de Mãe Nilzete foi possível conhecer um pouco mais sobre o culto religioso. E, ao entrelaçar algumas narrativas foi possível observar as diferentes hierarquias existentes na religião. A realização desse trabalho de pesquisa possibilitou verificar, in loco, como a oralidade continua sendo fundamental para a sobrevivência desses espaços de religiosidade, mesmo na contemporaneidade, com todo acesso à cultura escrita e às novas tecnologias da informação.

Laiz Fraga Dantas [O projeto habermasiano para um Materialismo Histórico renovado.] Neste texto, pretende-se analisar a leitura de Habermas para o Materialismo Histórico proposto por Marx. Habermas considera que a teoria marxiana da história ainda tem preeminência para a filosofia contemporânea, mas, considera que o projeto marxiano, por ser baseado na idéia de trabalho, deixa de lado a comunicação intersubjetiva, que, para o autor, é tão importante para a construção de uma idéia de história quanto o trabalho. Habermas pretende revisar a teoria marxiana recompondo-a de modo que esta possa atingir melhor o objetivo que a própria teoria se propôs de partida. Para tanto Habermas considera necessário substituir o agir instrumental (que fundamenta a idéia de trabalho) por um agir comunicativo, de modo a acrescentar à idéia de história marxiana à dimensão comunicativa que, para o autor, pode ser alcançada mediante a cooperação entre a teoria marxiana e a Teoria do Agir Comunicativo. No texto se pretende analisar, de forma inicial, a crítica de Habermas ao projeto marxiano, bem como investigar a proposta habermasiana de reconstrução do Materialismo Histórico mediante a contribuição da sua Teoria do Agir Comunicativo.

Lana Bleicher. [Quando o assalariamento se dá em um contexto flexível: o trabalho “em percentagem” do dentista.] A transfiguração do trabalho típico em flexível e precarizado tem sido bastante analisada pela Sociologia do Trabalho. Contudo, é necessário compreender as peculiaridades dos trabalhadores oriundos de outra tradição: o trabalho autônomo liberal. Este estudo analisa uma modalidade de trabalho comum entre dentistas: o trabalho em percentagem. A emergência de políticas neoliberalizantes e da reestruturação produtiva intensifica a exploração da força de trabalho, consequência necessária da acumulação flexível. Tal degradação alcança também os trabalhadores altamente qualificados. Instala-se a gestão racional da insegurança, que é sentida sob a forma de incerteza

perante o futuro, solapando a possibilidade resistência. Ocorre uma mobilidade forçada, que não se traduz em ascensão social, mas em desenraizamento. Assim, a precarização social do trabalho consiste em um processo no qual a instabilidade e a insegurança tornam-se institucionalizadas. Este quadro torna possível compreender as transformações por que passa o dentista em seu trabalho. Para tanto, realizamos entrevistas com doze dentistas de diferentes gerações e inserções profissionais em Salvador. Denominamos trabalho por porcentagem aquele em que o dentista trabalha em consultório pertencente a outro, cabendo ao dono a cobrança ao paciente. Ao dentista é repassado cerca de 40% do valor obtido. Sob esta denominação abrigam-se dois modelos de prática: o preâmbulo da prática liberal e o mascaramento da condição assalariada. No primeiro grupo, encontramos dentistas formados nos anos 80 e 90, que tiveram o trabalho em porcentagem como primeira inserção profissional. Foram, em geral, convidados a trabalhar por colegas e conforme angariaram reconhecimento, tornaram-se sócios da clínica. No segundo grupo, localizamos dentistas mais jovens que tomaram conhecimento das oportunidades de trabalho por conhecidos ou anúncios, não havendo posterior transição para a condição de sócio. Uma das dentistas relata: “a gente era uma boa mão-de-obra”. Estes dentistas almejam a remuneração fixa proporcionada pelo assalariamento padrão. A extrema variação de seus rendimentos é percebida como vulnerabilidade. Um entrevistado alega nunca ter usufruído de férias ou décimo terceiro salário: “Pra mim tudo isso é tão bonito, tão distante, não vejo a possibilidade de eu ter isso um dia.” Relata-se alta rotatividade de profissionais nas clínicas, sendo comum a execução de um procedimento que fora planejado por outro. Os dentistas autônomos informam não operar com convênios, ou atender somente os mais vantajosos. Para os assalariados disfarçados esta não é uma escolha: as clínicas já definem os tipos de pagamento. A ideia de precarização como um processo que atinge a todos os trabalhadores, tal como argumentam Thebaud-Mony e Druck, pode ser notada no quadro empírico descrito: os sujeitos vivenciam situações de vulnerabilidade, apesar de serem profissionais qualificados. A intensa rotatividade sugere a mobilidade forçada descrita por Appay. A insegurança objetiva que mina a possibilidade de resistência referida por Bourdieu se traduz na fala do jovem dentista que considera improvável alcançar direitos trabalhistas. Esta pesquisa demonstra que também os trabalhadores com um passado marcado pela profissão liberal podem enfrentar formas precarizadas de assalariamento.

Laura Gomes Nascimento. [Quilombos urbanos e rurais: Relações, continuidades e semelhanças.] Inicialmente discorro sobre o desenvolvimento da noção de quilombo no Brasil. Neste momento, procuro apontar a relação entre os direitos constitucionais e a ressemantização do termo ‘quilombo’. Em seguida falo um pouco sobre a chamada ‘nova etnicidade’, que tem como um dos principais

representantes Frederick Barth, assim como apresento sua definição de grupo étnico. Barth mantém seu foco nas fronteiras étnicas entre os grupos, ele procura mostrar que “os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas”. Com efeito, esta interação produz, ao invés da aculturação, ou a “perda da cultura”, uma maior afirmação dos contrastes das características culturais consideradas e selecionadas pelos atores, membros do grupo étnico, como mais significativas e de maior relevância. Este é um ponto fundamental, como são produzidos, selecionados e acionados esses sinais distintivos. Com efeito, em nosso atual mundo globalizado, como mostram Gupta e Ferguson, o que ocorre é um processo generalizado de produção de diferenças, neste processo a diferença deixa de ser o ponto de partida para a definição da cultura e passa a ser o produto da articulação das culturas num sistema interétnico. A temática do surgimento dos traços contrastivos foi também muito bem abordada por Sahlins, ele relaciona este processo com a “inversão da tradição”. “A inversão da tradição é um processo de autodefinição cultural por oposição complementar aos costumes dos povos com os quais é preciso se haver.” Com efeito, a maioria dos sinais diacríticos presentes nas formas de vida indígena surgiram por oposição aos modos de vida de outras comunidades vizinhas. São características contrastantes que se fortalecem e solidificam por oposição a outras características de outros grupos com o intuito consciente ou não de se distinguirem das demais sociedades. Sahlins fala também da “invenção da tradição”, processo que envolve a tomada de consciência dos grupos de sua “cultura” assim como o uso deste conceito como arma política no contexto das disputas políticas por direitos. Por último é realizada uma breve explanação sobre os quilombos urbanos. Podemos afirmar seguramente que a bibliografia sobre quilombos urbanos é praticamente inexistente, o que impossibilita por enquanto um maior aprofundamento do tema. Neste momento voltamos à atenção à diferenciação (ou aproximação) entre os meios urbanos e rural. Como mostra Sahlins, a antropologia permaneceu por muito tempo ancorada na premissa dualista. Max Gluckman, por exemplo, considerava que para se estudar os meios urbanos e rurais deveriam ser aplicados princípios teóricos diferenciados. Ao contrário de Gluckman, uma corrente significativa de antropólogos começou a pensar de outra forma, segundo esse pensamento, “gente da cidade e gente da tribo estariam situados em um único campo sociocultural”. Com efeito, as fronteiras entre os meios rural e urbanos se apresentam cada vez mais fluidas e a separação desses espaços é entendida como um continuum. Pretendo, por meio da experiência etnográfica, explicitar os pontos comuns as continuidades e semelhanças presentes nas comunidades quilombolas em contextos urbanos e rurais.

Laurenio Leite Sobra. [Tempo e Espaço em Heidegger: marcas de uma trajetória.] O objetivo deste trabalho é apresentar reflexões em andamento sobre o desenvolvimento das noções de tempo e espaço na obra de Martin Heidegger. Ele parte da constatação de que, em sua primeira grande obra, Ser e Tempo (de 1927), havia uma primazia do tempo concretizada por uma subordinação da espacialidade à temporalidade do Dasein (presença, na tradução brasileira); no entanto, em obras posteriores, há cada vez maior equilíbrio entre essas duas noções (tempo e espaço), assumido totalmente por Heidegger na conferência Tempo e Ser (de 1961), em que ele já não admite a subordinação anteriormente tentada. Partindo do princípio que toda a obra de Heidegger se dá em torno da noção de ser como diferença intrínseca dos entes (a própria idéia de diferença ontológica) e que essa noção deve necessariamente anteceder o campo da representação em que um sujeito apreende determinados objetos do conhecimento, aqui se tenta refletir como o tempo e o espaço podem ser pensados na filosofia de Heidegger. Considerando-se que é fundamental evitar essas noções em correlação com a física moderna (seja a física newtoniana, seja a física contemporânea, relativística ou quântica), mas que elas também devem ser evitadas como meras subjetivações, qual o campo de possibilidade desse pensamento? E, para além disso: se tempo e espaço foram pensados em Ser e Tempo a partir da relação do indivíduo humano (o Dasein) com a temporalidade e a espacialidade, como se dá esse pensamento em suas obras posteriores? Como o humano participa ainda dessa saga? Também é fundamental para essa reflexão apresentar a crescente importância da linguagem nas relações com o espaço e o tempo. Sem dúvida, em Ser e Tempo, tempo e espaço já se situavam em campos de significação, mas as obras posteriores ressaltam a noção de linguagem, como intrinsecamente ligada a essas próprias relações. Cabe a essa apresentação também pontuar as questões que envolvem essa passagem. Por fim, cabe reforçar que o objetivo aqui é apresentar as questões iniciais envolvendo essa pesquisa que deverá ganhar contornos mais precisos com a conclusão do doutorado no qual ela está inserida.

Leandro Passos. [permanência do não permanente: o teleoperador e a determinação do seu tempo de permanência em callcenters.] A presente pesquisa é fruto de um estudo monográfico realizado sobre relações de trabalho em callcenters. Os principais paradigmas em torno do tema, provenientes de estudos na área da sociologia do trabalho, caracterizam as atividades desenvolvidas neste ramo de atividade como sendo precárias em decorrência das formas de gestão e organização do trabalho adotadas, sendo uma de suas principais características o pouco tempo de permanência dos teleoperadores empregados nestes postos de trabalho. É neste contexto que se insere o objetivo desta pesquisa: compreender quem determina, e em quais elementos estão amparados, o tempo de permanência dos teleoperadores empregados em callcenters. Para

esclarecimento da questão foi realizado um estudo de caso, no qual teleoperadores e supervisores de um callcenter localizado em Salvador foram entrevistados a partir de uma abordagem qualitativa. O estudo analisa as formas como ocorrem os desligamentos dos teleoperadores, analisando se tal fato decorre do interesse unilateral do empregador, por iniciativa do empregado ou oriunda de uma ação conjunta de ambos, bem como os fatores que influenciam o seu acontecimento. Tais dados empíricos são contrastados com a teoria sociológica em torno da precarização social do trabalho, buscando compreender essas relações de trabalho e consequentemente responder a questão proposta.

Leila Maria Prate Teixeira. [Militantes, mulheres e mães: a importância feminina na consolidação de uma identidade negra e quilombola.] Tomé Nunes é uma comunidade negra rural localizada a margem direita do Rio São Francisco, que se reconheceu quilombola desde o ano de 2004. O presente artigo objetivou analisar as relações sociais existentes entre homens e mulheres que fazem parte do cotidiano desta localidade. A fonte oral é a principal metodologia aplicada a este segmento da pesquisa, visando conhecer as formas de sobrevivência e resistência criada por essas mulheres negras ao longo dos anos, sendo analisadas sob a perspectiva teórica da história social. A partir das entrevistas é possível observar uma cumplicidade entre moradores, de maneira geral, e as mulheres. Este fator vem suscitando significativos benefícios sociais para o grupo citado, sendo inclusive relatados com orgulho pelos habitantes e agentes pastorais ligados ao povoado. É possível também observar este prestígio feminino pela sua marcante participação nas questões políticas, fazendo-se continuamente presentes nas reuniões que pretendem melhorias para a comunidade e, sua regularidade no grupo que preside a Associação de Moradores. No que concerne às questões culturais, estas têm apresentado um papel fundamental, mantendo acesas as práticas antepassadas nesta antiga comunidade. Observa-se que todo o processo de luta pelos direitos na comunidade, vem possibilitando a formação de uma consciência crítica. Levando esses negros a criarem e recriarem, dentro da própria luta, organizações que contribuem no enfrentamento de dificuldades, pois muitos acreditam que a luta ganha novas dimensões diante dos novos desafios do cotidiano.

Leonardo Bernarde. [Correspondência entre fatos e conceitos.] Nas Investigações Filosóficas Wittgenstein afirma uma correspondência entre fatos e conceitos. Por consequência, fantasmas de antigas questões filosóficas parecem ressurgir. Preocupações ontológicas devem retornar à cena, assumindo algum espaço no quadro de interesses filosóficos? A relação entre fatos e conceitos deve novamente ser considerada sob a chave da causalidade, supondo a determinação da estrutura do mundo sobre a estrutura da linguagem? O desafio que nos impomos aqui consiste em responder negativamente às questões postas, a despeito do pendor

com que elas nos encaminham às velhas soluções da tradição. No centro da resposta wittgensteiniana está a compreensão do estatuto lógico imputado à correspondência – e o alcance dessa mudança se deixa ver na categórica afirmação de que para os propósitos filosóficos, uma história natural fictícia poderia ser igualmente mobilizada sem prejuízos ao esclarecimento da lógica da nossa linguagem. As expressões de velhas ideias filosóficas, as palavras que trazem seu peso, nesse contexto, dissimulam um afastamento radical que aponta para a arbitrariedade na determinação do sentido. A título de experimentação, queremos ainda indicar um uso particular para a noção de fato (Tatsache ou Naturtatsache) que, a um só tempo, não parece constrangido pelo condicionamento gramatical das regras e não se encaixa numa aplicação ontológica do termo. Assim, pretendemos construir um quadro de razões que nos habilite a pensar a correspondência entre fatos e conceitos abstraído qualquer conteúdo ontológico, sem que isso, no entanto, nos empurre inexoravelmente a uma dimensão transcendental, de todo afastada do mundo e das práticas humanas.

Leonardo Coutinhode Carvalho Rangel. [Espelho da austeridade: Notas sobre o ascetismo no Portugal da Reforma Católica (1564-1652).] O Agiológio Lusitano, obra monumental produzida por Jorge Cardoso (1606-1669) e cujo primeiro tomo fora publicado em 1652, tinha por objetivo combater a ideia, então corrente, de que Portugal era “uma pátria de poucos santos” por meio do relato de suas vidas e virtudes. Cardoso lamentava dizendo que, em verdade, Portugal era uma “rica mina” de santos, porém estes caíram no esquecimento por conta do descuido dos portugueses em preservar sua memória. Visando sanar este problema, compôs um extenso relato que compreendia desde a época da Lusitânia romana até os seus dias, muito embora inacabado, da trajetória de mártires, santos (canonizados pela Igreja) além daqueles que, por sua virtude, poderiam vir a se tornar santos. Muitos destes relatos apresentam uma forte marca da espiritualidade ascética, por isto o interesse em melhor compreendê-la. É possível ainda, através da leitura do Agiológio Lusitano, identificar padrões que se repetem em diversas das pequenas biografias de “santos”, sugerindo a existência de modelos de virtude, os quais podem ser, inclusive, mensurados e analisados estatisticamente. Para esta pesquisa, ainda em curso, o interesse é compreender a importância do ascetismo, em suas mais variadas manifestações, para a construção dos ideais de santidade no período da Reforma Católica em Portugal.

Leonardo Rangel ds Reis. [Os Atos Curriculares e suas Implicações na Formação do Professor de Sociologia.] A presente pesquisa aborda um tema pouco explorado e que ainda tem despertado pouco interesse da comunidade de cientistas sociais. Nosso intuito é apresentar reflexões sobre os atos de currículo

e suas implicações na formação de professores de sociologia, tendo em vista que o ensino de Sociologia no Brasil passa por um momento de grande avanço em sua legalidade, com a aprovação de sua obrigatoriedade nos três anos do Ensino Médio pela Lei nº 11.684, ART. nº 9394/96, porém, percebe-se que a sua implantação em meio escolar está difusa e conturbada. Além disso, o divórcio existente nas IES (Instituições de Ensino Superiores) brasileiras entre os cursos de licenciatura e os cursos de bacharelado, e a conseqüente valorização deste último, não propicia um ambiente fecundo ao fomento de pesquisas e debates que tenham por tema aspectos referentes ao ensino. Também podemos pensar aqui na precária relação existente entre as universidades brasileiras e as comunidades, o que fragiliza sobremaneira a própria finalidade destas instituições, uma vez que foram concebidas a partir de três fundamentos: o ensino, a pesquisa e a extensão. A partir destas tensões, questiona-se: Como anda a formação do licenciado, futuro professor de sociologia? Sob quais atos curriculares está implicada sua formação? Pensar estas questões é refletir acerca da multiplicidade em que se forma um campo de saberes que não possui neutralidade, pois é necessário atentar para a profusão de prerrogativas que permeiam a definição de um determinado currículo, enxergando e delimitando a existência de um imaneente campo político. Por ora, podemos tentar refletir o momento de transição que vivemos a partir da obrigatoriedade do ensino de sociologia no Ensino Médio e suas implicações na formação de professores de sociologia, além de tentar prospectar futuros cenários, onde a importância do fortalecimento dos canais de diálogo e o debate relativo aos cursos de licenciatura em ciências sociais tornam-se extremamente relevantes.

Leticia Chaves Moteiro. [Do outro lado da grade: o que vivenciam os agentes penitenciários?] Este trabalho tem como objetivo investigar a vivência em instituições de privação de liberdade na Região Metropolitana de Salvador, a partir do exercício da função de Agente de Segurança Penitenciária, buscando ampliar a compreensão acerca dos processos de apreensão e construção de regras e códigos de ação formais e informais que permeiam as relações no contexto de cárcere e o impacto disso na vida desses sujeitos, que adentram as prisões em decorrência de sua profissão. Especificamente, esta pesquisa busca identificar como os agentes penitenciários percebem a sua profissão e à função por eles exercida; como eles definem o crime, o criminoso e a pena de prisão na sociedade contemporânea; como os procedimentos de segurança e controle, formais e informais, estabelecidos nas unidades prisionais são percebidos e vivenciados pelos agentes penitenciários; a sua percepção acerca da função, conseqüências, possibilidades e impossibilidades das atividades de cunho ressocializador; além disso, busca-se identificar sentimentos, conflitos, negociações, privações, desejos, presentes nas relações intra-muros a partir do exercício da profissão de agente penitenciário; e, por fim, identificar impactos

para o indivíduo, resultantes do exercício desta profissão. Os agentes penitenciários são os cidadãos que estão mais intimamente relacionados à população privada de liberdade, em decorrência de sua profissão. A convivência diária e contínua no contexto de prisão, por períodos iguais ou muitas vezes superiores que a maior parte das penas, faz com que os que exercem esta função estejam expostos às mesmas insalubridades, periculosidades, além das consequências físicas, psíquicas e sociais que aqueles que estão em cumprimento de pena. Mesmo os três dias de folga após cada plantão, muitas vezes não são suficientes para “tirar da pele e da cabeça” o que é vivido em cada dia de trabalho. E esta vivência se expande para além dos muros da prisão, presentificando-se nas relações familiares e sociais, seja pelo estresse e tensão que são transportados para dentro de casa, seja através do uso de gírias e expressões próprias da prisão. Adiciona-se a este quadro o estigma da prisão e as associações negativas relacionadas a este contexto, que passam a caracterizar os sujeitos que lá convivem. Apesar disso, exige-se, formal e socialmente, que estes profissionais tenham condições físicas e mentais para exercer sua função, a despeito de não existir políticas públicas voltadas a assistência médica e psicológica específicas para esta categoria. Função esta, em si já conflituosa ou, no mínimo, ambígua: o agente penitenciário é responsável por garantir a segurança da instituição, dos profissionais, das visitas, dos presos, sendo, ao mesmo tempo, corresponsável pela “ressocialização” destes. Algumas estratégias são desenvolvidas, que incluem códigos de ação formais e informais, mas que permanecem ainda pouco conhecidas e percebidas pela sociedade livre.

Liana Neves Salle Nascimento. [Participação sociopolítica na Política de Meio Ambiente da Bahia: o caso do licenciamento das Termoelétricas em Sapeaçu.] Este artigo busca trazer elementos para a análise sobre a participação sociopolítica no licenciamento ambiental. A política de meio ambiente se efetiva por meio de seus órgãos executores, de seus instrumentos, como o licenciamento e a participação sociopolítica institucionalizada. Desse modo, há um espaço público em construção que vai além de um espaço burocrático para atuação de sujeitos diversos no processo decisório de Licenças Ambientais na Bahia, desde as Audiências Públicas e as reuniões dos Conselhos Gestores. O processo envolve técnicos, diretores, representantes da classe empresarial, trabalhista e organizações socioambientais, além de Secretários de Estado, e outros, que se mobilizam para influenciar as decisões da política ambiental. Buscamos verificar os resultados alcançados em termos de possibilidades e limites desta participação sociopolítica, com foco nas organizações não empresariais, nas deliberações desta política. Para tanto utilizamos um estudo de caso, acompanhando o processo de licenciamento de duas Termoelétricas no município de Sapeaçu no período de gestão entre 2008 e 2010. Estes processos de licenciamento foram objeto de críticas de grupos sociais da região e do Ministério

Público. Buscamos verificar qual o grau de influencia e quais os meios por onde conseguiram intervir no processo decisório. O subsídio principal da pesquisa é a análise de pareceres do IMA e recomendações do Ministério Público, entrevistas com agentes envolvidos, como técnicos e integrantes de movimentos sociais regionais, conjuntamente com o acompanhamento de reuniões do CEPRAM observando as deliberações dos representantes de governo, organizações empresariais e não empresarias. A interpretação da literatura que tece questões sobre a temática da participação em políticas públicas auxilia a análise.

Lídia Cardel. [Estudos fundiários e processos de territorialidade no litoral norte baiano: um estudo de caso.] Essa pesquisa se insere num amplo projeto intitulado “Interações bioculturais e desenvolvimento rural sustentável em região de Mata Atlântica: saberes e práticas naturais, mobilidades e dinâmicas territoriais”, fruto de um convênio entre o NUCLEAR (Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais)/UFBA e o Laboratório de Etnologia da Universidade de Strasbourg, criado por meio do Edital CAPES/COFECUB, e tem como objetivo estudar a organização fundiária do litoral norte baiano a partir de dados presentes em documentos e em Censos fundiários e demográficos dos últimos 50 anos. A proposta dessa pesquisa é realizar um amplo levantamento de dados primários, secundários e históricos sobre dois municípios do litoral norte baiano, tais como, registros de compra e vendas de terras, títulos de partilha por herança, transmissão de posse de terras, medições de propriedades rurais, títulos de terras paroquiais, reconhecimento de terras coletivas, dados e registros históricos sobre terras devolutas, inventários, registro de tabeliães, petições, livro de registro de impostos territoriais, contratos de arrendamentos, e outros dados pertinentes. O campo empírico desta pesquisa se volta, inicialmente, para os municípios de Itanagra e Mata de São João, áreas conhecidamente impactadas pelos maciços de reflorestamento de Eucaliptos e pelos grandes projetos turísticos implementados a partir de 1970.

Lília de Souza. [cultura política: anotações sobre o conceito e os casos brasileiro e baiano.] Efetuar um levantamento teórico sobre a noção de cultura política, suas especificidades no Brasil, além de apontar luzes para o estudo deste conceito no atual contexto político baiano, é o que norteia o presente artigo. Dessa forma, empreende-se uma problematização do conceito de cultura política, que tem como obra seminal o estudo *The Civic Culture*, dos americanos Gabriel Almond e Sidney Verba. Cumprida esta etapa, busca-se, por meio da reflexão sobre a produção de autores brasileiros, identificar aspectos da cultura política tradicional no País, com seus traços de patrimonialismo, clientelismo e personalismo, dentre outros, categorias apontadas neste estudo como registro de uma “velha cultura política”. Esse levantamento conceitual, por fim, tem como objetivo constituir o arcabouço teórico para pesquisa sobre as bases e os

limites da construção de uma possível nova cultura política na Bahia após a morte do ex-senador Antônio Carlos Magalhães (1927-2007), mais precisamente depois do enfraquecimento dessa liderança política no Estado e a chegada do PT ao governo estadual – em 2006, com a vitória do governador Jaques Wagner no primeiro turno. Com a devida ressalva de que mudanças, de fato, na cultura política é um registro que só pode ser apreendido, consubstancialmente, a longo prazo, a análise preliminar realizada sinaliza a existência de uma tensão. Ao passo que a gestão petista cria mecanismos no Estado que visam a transparência na gestão dos gastos públicos, observa-se ao mesmo tempo casos de flagrante direcionamento de benefícios e vantagens para aliados políticos, em detrimento de adversários. Ou seja, percebe-se um conflito entre iniciativas que apontam para uma descontinuidade no padrão, do que aqui é tomado como uma “velha cultura política”, e práticas que remetem para a permanência de tais vícios, largamente consagrados no sistema político brasileiro.

Lilian Reichert Coelho. [Apontamentos comparativos sobre o uso de técnicas literárias por historiadores e jornalistas.] Apresenta-se, por meio de estudo comparativo, exame dos procedimentos empregados por historiadores e jornalistas no engendramento de narrativas sobre fatos ocorridos no passado, recente ou remoto. Para tanto, foram selecionadas, aleatoriamente, considerando-se como critérios a ampla divulgação e a notoriedade das assinaturas, obras de dois historiadores e de dois jornalistas. Dos primeiros, foram consideradas as narrativas *A morte é uma festa* (1991) e *O crime do restaurante chinês* (2009), de João José Reis e Boris Fausto, respectivamente. Dos segundos, *Curral da morte* (2010), de Jorge de Oliveira, e *Corações Sujos* (2000), de Fernando Moraes. O objetivo central é avaliar aproximações e distanciamentos nos modos de narração de fatos passados, no que diz respeito aos tratos narrativo e discursivo. Observa-se, sobretudo, como lidam com fontes humanas e documentais, sendo capazes de construir narrativas humanizadas – poder-se-ia dizer até quase romanceadas –, a despeito da busca por efeitos de sentido de verdade, intrínseca aos dois campos. A fim de concretizar a leitura proposta, é inevitável que o estudo enverede pela interseção de matrizes compreensivas plurais, quais sejam: as Teorias do e sobre o Jornalismo, a Teoria Literária e a Historiografia. A hipótese norteadora da reflexão encetada incide sobre a aposta de que historiadores e jornalistas utilizam técnicas similares, residindo a diferença principal na apuração e exposição dos dados e fontes. E, enquanto os historiadores fundamentam as narrativas exclusivamente em documentos, os jornalistas apresentam também documentos, acrescidos de entrevistas com fontes humanas o que, por si só, não garante superioridade nem qualquer garantia de veracidade ao trabalho destes últimos, já que as subjetividades interpretam os acontecimentos por viés idiossincrático. Problematisa-se também

a questão da ficcionalidade, visto que, ao acionar técnicas literárias, tanto historiadores quanto jornalistas, por perseguirem o deleite estético do leitor, podem incorrer em atitudes que margeiem, em extensa ou curta medida, o experimentalismo típico da literatura, causando prejuízos no que tange aos critérios de pertinência de cada campo.

Lina Maria Brandão de Aras. [O Mercador de Veneza: Diálogos entre literatura, direito e a história.] As relações entre a literatura de ficção, a história e o direito tomaram lugar privilegiado na leitura da obra de William Shakespeare, O Mercador de Veneza. Através dos cenários e dos perfis dos personagens é possível discutir a emergência dos Estados nacionais, as relações entre homens e entre homens e mulheres na Veneza do século XVI. Mais uma vez a literatura serviu como mote para abrir novos caminhos na busca para compreensão das sociedades e, especialmente, para o estudo das formas como homens e mulheres organizam suas vidas em sociedade. Por fim, o presente estudo serviu para inserir uma discussão sobre as relações de gênero na obra citada o que proporcionou a elucidação do perfil feminino na obra do clássico escritor inglês.

Lineker oliveira Noberto da Silva. [Polop em cisão na tentativa da revolução brasileira.] Nesta pesquisa investiga-se a história das cisões pela qual passou a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) entre 1961, ano de seu surgimento, há 1971, ano em que se reorganiza com o nome de OCML-PO (Organização de Combate Marxista-Leninista Política Operária). A fundação da POLOP (sigla pela qual a organização tornou-se conhecida) foi o resultado de uma série de debates, e articulações entre quadros políticos e intelectuais, iniciadas no final dos anos 50 e consolidadas no seu I Congresso em 1961 em Jundiaí/SP. O grupo condenava a política de colaboração de classes, na época comandada pelo PCB, PSB e PTB. Criticava as deformações burocráticas dos estados do então campo socialista, mas era solidário a esses países em seus conflitos com o sistema imperialista. Reconhecia o papel da classe operária como força aglutinadora de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo, e por isso, a defesa da construção de um partido representativo da classe operária, em posição aos partidos burgueses e reformistas. Defendia então, uma revolução de caráter socialista no Brasil. Sendo assim, posicionava-se contrária a posição majoritária do PCB sobre a revolução por etapas, pela qual o Brasil deveria passar até uma revolução socialista. A POLOP acreditava que o Brasil já era um país capitalista, e por isso, não precisava de uma etapa democrático-burguesa, na qual apostava o Partido Comunista Brasileiro. Em 1967, é realizado o primeiro Congresso da ORM – Política Operária depois do golpe, congresso onde a POLOP cede às pressões do brutal regime militar instalado no Brasil, e acaba tendo o seu primeiro grande “racha”. Grupos majoritários em Minas Gerais e São Paulo divergiram da posição da direção a

respeito da questão da luta armada, dando origem assim, a novas organizações que atuariam na luta armada explícita. Como o Comando de Libertação Nacional (COLINA), e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Livio Sansone. [Lorenzo, Franklin e Melville no Gantois: a construção transnacional dos estudos afrobrasileiros e a fundação da FFCH da UFBA.] Nos anos 1941-1943 Salvador se torna o lugar onde se confrontam duas percepções antagônicas sobre a emancipação dos negros norte-americanos e o lugar da África nesta luta. Um grande e famoso antropólogo, Melville Herskovits, já famoso para suas pesquisas sobre os africanismos nos Américas e co-autor do importante manifesto sobre a aculturação da American Anthropological Association, entra em choque com um grande e já famoso sociólogo (negro), Franklin Frazier, autor do canônico *The Black Family in the United States*, que pesquisa a junto com o linguista (negro) Lorenzo Dow Turner. A luta é travada na base de entrevistas realizadas por ambos entre o povo de santo do terreiro do Gantois. Este texto, baseado em pesquisa documental nos arquivos que abrigam o material e a correspondência que pertenceu aos três cientistas, pretende iluminar os bastidores daquele denso debate, em parte publicado na *American Sociological Review*, que, por sua vez, ilustra aspectos interessantes de como a antropologia se define como disciplina e os estudos afro-brasileiros como campo, numa tensão entre sociologia e antropologia USA, mas com um papel importante, como mediadores, para uma série de intelectuais brasileiros. A pesquisa mostra outrossim que já naqueles anos estilo e linguagem de sociólogos e antropólogos, mais enxuto o primeiro e notadamente romântico o segundo, estão associados a perspectiva e conclusões radicalmente diferentes sobre o mesmo fenômeno, neste caso as origens da cultura negra no Novo Mundo – a cultura da escravidão ou os africanismos. Neste contexto aparecem interessantes, e por vezes constrangedores detalhes, sobre os primeiros anos de atividades da FFCH e sua relação com pesquisadores e agências financiadoras dos Estados Unidos.

Lorena Volpini. [Como se diverte a Lapinha?] O bairro da Lapinha surge na área mais antiga da região da Liberdade, umas das mais populosas de Salvador. Apesar da proximidade espacial com relação ao centro da cidade, trata-se de uma área hoje assimilada à periferia e associada à marginalidade. O bairro é conhecido pela sua vocação festiva, devido às famosas celebrações da festa de Terno de Reis, às comemorações da Independência e a outros eventos, como a passagem de trios elétricos e blocos em ocasião do Carnaval e de outras festividades. O intuito deste trabalho é descrever a diversão dos moradores deste bairro popular, caracterizado por uma forte idéia de pertencimento e identidade. Objeto desta pesquisa, portanto, são as formas de entretenimento da população do bairro. No contexto de uma cidade como Salvador – onde as diferenças sócio-econômicas e a segregação sócio-espacial são marcantes – a

desigualdade e a divisão de espaços persistem no aproveitamento do lazer. Torna-se portanto interessante adotar uma abordagem que preste atenção as modalidades de apropriação, de fruição do espaço urbano e de circulação na cidade (dentro e fora do bairro) em relação ao lazer. Nesta abordagem o recorte empírico é constituído tanto pelo bairro entendido “como lugar de experiência e de ação, como espaço vivido e sentido, sistema de relações, lugar identitário, relacional e histórico”, quanto por outros espaços, na cidade, nos quais o grupo estudado circula durante os momentos livres do trabalho e das demais obrigações do dia a dia. No estudo de práticas, atividades e formas de entretenimento, escolhidas no tempo livre pelos moradores do bairro, busca-se prestar atenção à percepção do lazer e ao seu papel na vida do grupo observado, analisando questões relativas às preferências e aspirações, aos estilos de consumo e às práticas culturais, para aprofundar seus desdobramentos nas relações que as pessoas estabelecem entre si, no espaço em que elas vivem e circulam. A noção de lazer que pretende-se adotar, apóia-se na aceção destacada por Sue, como disposição psicológica e não como atividade. Tal postura permite incluir na observação tanto as atividades de diversão do fim de semana, convencionalmente consideradas de lazer (como babas, festas, saídas, domingos na praia, passeios, etc.) quanto outras práticas, que encontram espaço no cotidiano, nos momentos em que as pessoas dispõem de um espaço/tempo relativamente auto-determinado, quer dentro das tarefas e obrigações do dia a dia, quer nos momentos mais propriamente livres (escutar o som alto enquanto se fazem as faxinas, as fofocas com a vizinha, a conversa de ônibus, o “trocar idéia” na rua e “tomar uma cervejinha” na fila do barbeiro aos sábados, assistir a TV no serviço, etc.). Através do estudo de tais momentos e práticas, pretende-se refletir sobre os fatores que influenciam, ou condicionam, as modalidades e as escolhas do grupo em relação ao lazer.

Laurenco Leite. [O tempo e a melancolia da alteridade.] A Melancolia, como termo etimológico, advém do grego clássico *melagkolía*, formado por *melas*, que quer dizer negro mais *chole*, que por sua vez quer indicar bile. Seja Hipócrates, seja Aristóteles, ambos definem a melancolia como sendo um tipo de temperamento causado pela bile negra que intoxica a corrente sanguínea e leva o indivíduo a se sentir de mau humor, taciturno, mórbido e, amiúde, com enxaqueca. Contudo, para Aristóteles, em seu suposto Problema XXX, considera que esse estado de espírito é o único verdadeiramente que pode levar o filósofo ao ato de criação. Não por acaso que Prometeu quando fora condenado por Zeus, tivera seu fígado picado pela águia do Olimpo, justamente o órgão responsável pelo humor e que produz a bile. Visto desse modo, se de um lado se escolhe a causa da melancolia na tradição órfica e de outro na herança prometéica, têm-se, igualmente, uma experiência primordial da transcendência que, ao se distanciar dela, o homem sente-se abandonado e posto em um total

vazio de sentido. Ter acesso ao conhecimento gera um quinhão muito elevado a se pagar, ou seja, a condenação divina é viver no Rés-do-chão, como afirmara Aristóteles. O filósofo, portanto, é aquele que vive sem saber por que vive, vive apenas na experiência do esvaziamento.

Lucas Carwile. [A casa caiu? Uma análise do discurso da violência no Se liga Bocão.] O programa Se Liga Bocão, da TV Itapoan, transmite todos os dias notícias sobre episódios de violência urbana da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Composto de quadros com atrações musicais, denúncias, distribuição de prêmios, ações policiais, o programa conta com a participação do público. Moradores pobres da periferia recebem a visita ora do apresentador José Eduardo - 'que leva um pouco de esperança aos moradores' -, ora de policiais-repórteres e repórteres-policiais, que realizam suas operações a frente das câmeras. Por muitas vezes líder de audiência no seu horário, o Se Liga Bocão suscita debates sobre o conteúdo exibido nos seus quadros. Tais debates são motivados principalmente pelas cenas de violência, carro-chefe do programa, que vão ao ar diariamente. O objetivo do presente trabalho é analisar e descrever os discursos sobre a violência urbana produzidos pelo programa. A análise concentrar-se-á nos momentos protagonizados por policiais e 'bandidos' a frente das câmeras, e nos discursos do apresentador que, atuando como porta-voz do povo, expõe certas noções de justiça, de certo e errado. Ressaltar a construção da linguagem e o apelo às classes populares pode fornecer pistas para a compreensão da comunicação com a audiência e das visões de mundo mobilizadas. Acusações de desrespeito à cidadania e aos direitos humanos, envolvendo o Se liga Bocão, geraram denúncias feitas ao Ministério Público Estadual (MPE). Uma das medidas tomadas em resposta a tais denúncias foi o firmamento pelo MPE de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que impôs modificações ao formato do programa. Outros movimentos, como a campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", da comissão de direitos humanos da câmara dos Deputados, em parceria com entidades da sociedade civil, condenam o conteúdo do Se liga Bocão e tentam sensibilizar os seus patrocinadores a não associarem seus produtos ao programa. A partir do contraste de certo discurso oficial sobre cidadania e direitos humanos com o discurso da violência construído pelo programa, pretende-se refletir sobre a questão do controle social e do interesse público na esfera do conteúdo midiático, assim como sobre as relações de força entre os diferentes setores da sociedade e do estado. O contraste entre, de um lado, as ações do MPE e a campanha mencionada, e por outro, a participação dos agentes da polícia – que fornecem o material para a cobertura das matérias do programa – sugere que iniciativas de diferentes setores do Estado e da sociedade estão longe de ser homogêneas. Será a tarefa deste trabalho problematizar estes aspectos após descrever e analisar os principais

argumentos mobilizados pelo Se liga Bocão abrindo espaço para a discussão da mídia na construção da realidade.

Lucas de Faria Junqueira. [Recrutamento e controle social na Bahia do Primeiro Reinado.] A Bahia, ao longo do Primeiro Reinado (1822-1831), sofreu forte pressão do governo imperial para efetuar constantes recrutamentos para preencher as fileiras das Forças Armadas brasileiras em formação. A pesquisa da documentação do APEB evidencia as dificuldades de se conseguir homens para o serviço militar, dadas as péssimas condições de vida dentro das casernas e vasos de guerra. Voluntários, após a Guerra de Independência (1822-1823), eram escassos, exigindo das autoridades provinciais providências para efetuar o recrutamento por todos os meios disponíveis. Até mesmo recrutar noivos em pleno ato do casamento, para desespero dos mesmos. A conjuntura de instabilidade social após a Independência (devida aos mata-marotos, Revolta dos Periquitos, deserções, bandos armados – como os Mucunãs –, falsificação de moedas e episódios de rebelião por parte dos escravos) agravava o quadro de insegurança na província, preocupando a elite senhorial e o governo. Para fazer frente aos desafios de manter a ordem pública, lançou-se mão do recrutamento forçado, e muitas vezes indiscriminado, a “pau e corda”, pelos quatro cantos do território baiano, gerando atritos com a população. Odiado desde sua criação em tempos coloniais, o recrutamento, verdadeiro imposto de sangue, deu margem a toda sorte de abusos e desmandos por parte das autoridades envolvidas. O estudo das ideias e práticas que embasaram o processo recrutador permite a montagem de um vivo quadro das relações sociais e instituições da época. Patronato, patrimonialismo, exclusão social/racial e criminalidade, somados às deficiências estatais em matéria de justiça e segurança pública, são perceptíveis na documentação. Tendo em vista que eram os milicianos e ordenanças de cada região os principais responsáveis por efetuar o recrutamento, percebe-se como estes executavam a tarefa segundo seus interesses, livrando os indivíduos envolvidos em suas teias de compadrio e patronato, ao passo que arrastavam supostos “criminosos”, forasteiros e desafetos em direção aos quartéis. Os homens tidos como “vagabundos” eram os alvos prediletos das autoridades. Faziam parte do contingente de pessoas que ameaçavam a estabilidade social. Por serem errantes, sem moradia fixa, escapavam às teias das relações estabelecidas localmente, algo intolerável para o status quo senhorial. A mobilidade espacial era tida como perigo social. Assim, mesmo que se tratasse de um jornaleiro ou boiadeiro procurando trabalho em uma nova localidade, ou simplesmente passando por ela, o homem que não possuísse um atestado que o protegesse (advindo de um prelado, militar ou pessoa de prestígio) poderia cair na malha do recrutamento. Os abusos, nos quais se incluem o desrespeito às normas que regulavam o expediente e as vinganças, chegavam a tal ponto que aleijados, cegos e surdos eram recrutados

cotidianamente. O perfil dos recrutas pesquisados indica que se tratavam majoritariamente de jovens solteiros, pobres, “vadios” ou criminosos e de cor. Verdadeiro espelho da exclusão social na Bahia da época. Para tirá-los de circulação, em um momento em que policiamento e justiça eram deficientes, o expediente do recrutamento apareceu, aos olhos das autoridades, como meio de controle social, verdadeiro castigo aos elementos considerados como ameaça à ordem estabelecida.

Lucas Silva Moreira. [Corpo-limite: a estética do corpo underground no Acionismo Vienense e a ampliação da linguagem artística.] O tema principal da pesquisa é a performance. Na tentativa de conceber uma arte intermídia, impulsionado por uma necessidade interna de renovação e propondo uma espécie de hibridismo de linguagens, a performance rompe com alguns limites de extrema importância para a compreensão da arte contemporânea, e desdobra-se adquirindo uma linguagem autônoma. Será justamente o deslocamento da noção de arte, no que concerne a forma, ao conteúdo e ao processo de criação, e da representação do real, proposta inicialmente pelas intervenções do Dadá, assim como pelos movimentos que o sucederam (happening, live art, body art), e finalmente pela própria performance, que constituirá o foco desta análise que tem como objetivo principal investigar o uso do corpo como suporte artístico. O corpo é, então, constituído aqui por tal expressão, como matéria dúctil. Lugar onde o mundo passa a ser questionável. Como objeto mediador de um processo de desmistificação e desespiritualização da arte, que segundo tal continuidade de pensamento estaria secularmente aprisionada numa relação binária entre artista/arte, obra/contemplador, processo criativo/resultado final. Propõe-se então um retorno do artista a ele mesmo, instaura-se uma necessidade de fluidez dos limites, enfim, a tentativa de uma abertura completa da arte. Partindo de tais supostos, analisaremos duas performances desenvolvidas por membros do Acionismo Vienense, grupo formado no pós-guerra por Otto Mühl, Rudolph Swarzkogler, Gunter Brus e Hermann Nitsch – final da década de 1960 –, que, impulsionado pela body art, propunha uma retomada do ritual, alicerçado na concepção de corpo simbólico e materialmente contestador, como resposta a uma sociedade em que as estruturas rapidamente se esfacelavam. Encontramos assim o corpo em sua materialidade, a agressão, a mutilação, a transfiguração e a escatologia como elementos básicos das performances desenvolvidas pelos Vienenses. Nossa investigação, apoiada em teóricos da sociologia da arte e nas discussões sobre performance, propõe-se a discutir tanto essa ampliação da linguagem artística, como mais especificamente (tendo como foco o objeto acima citado) a representação, nas intervenções dos Acionistas, de um corpo “absurdo”, a criação de uma estética do bizarro, do ataque ao corpo como meio de questionar as relações sociais. A dessacralização, assim proposta, traz consigo novas características de ruptura: a valorização do processo criativo

em termos radicais, o espectador como construtor da obra; e a mudança principal para compreensão desta expressão: o corpo como sujeito e objeto da arte na tentativa de uma ressignificação dos limites impostos pelos fundamentos da arte clássica e moderna. Este artigo, visa compreender a performance, e sua proposta de total ampliação do conceito de arte (tentativa de conceber o irrepresentável sob o risco de fechar-se hermeticamente) como parte de um processo de crise que não se constitui como reflexo direto, porém como elemento constituinte de uma crise da própria ordem social.

Lucia Alvares Pedreira. [O adolescente em conflito com a lei e a aplicação das medidas socioeducativas na Bahia.] A questão da violência é considerada hoje um dos temas de maior preocupação da sociedade. A violência atinge duramente as crianças e adolescentes. No Brasil ela representa hoje a principal causa de morte de pessoas com idade entre 15 e 44 anos. Ao compararmos as causas de mortalidade de grupos populacionais jovens e não jovens verifica-se que enquanto as mortes por causas naturais entre os não jovens são de 90,1% entre os jovens é de apenas 26,4%. Já em relação as mortes por causas externas tem-se uma inversão, dentre os jovens, 73,6% morrem de causas externas já entre os não jovens esta taxa cai para 9,9%. Dentre as causas externas o homicídio é o que mais acomete os jovens, sendo responsável por 39,7% das mortes enquanto entre os não jovens temos apenas 1,8%. Por outro lado, vivenciamos também o crescimento do número de adolescentes que cometem ato infracional considerado como uma conduta análoga a crime ou contravenção. Cotidianamente vimos nas manchetes dos jornais denúncias de crimes cuja autoria é dada a crianças, adolescentes e jovens. Como legalmente pessoas menores de 18 anos são imputáveis a sociedade muitas vezes tem a sensação de que há uma impunidade, no entanto, vários autores que tratam da justiça juvenil ressaltam que imputabilidade não é sinônimo de impunidade. No caso dos adolescentes que cometem ato infracional, conduta que seja prevista como crime ou contravenção pela legislação penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a aplicação de medidas socioeducativas, inclusive nos casos de atos de maior agravo a aplicação de medidas de privação de liberdade. Nos últimos anos, a população brasileira de jovens e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas aumentou, passando de 12.051 em 2002 para 16.940 em 2009, somente considerando os que cumprem medidas de meio fechado. Esta comunicação tem por objetivo discutir a situação do atendimento socioeducativo ofertado hoje aos adolescentes em conflito com a lei na Bahia, de forma a compreender os desafios que temos no sentido da implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, na perspectiva de construir um sistema de atendimento de qualidade, com ações socioeducativas sustentadas nos princípios dos direitos humanos, em bases éticas e pedagógicas pautadas pelo respeito mútuo e que pautem na crença do

potencial de cada adolescente em refletir sobre o ato cometido e poder construir novas perspectivas de vida que não a do mundo do crime. Estas reflexões são frutos do Projeto de Formação de Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a lei desenvolvido pelo Centro de Recursos Humanos em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República no período de 2009-2011.

Lucia Fernandes Lobato & José Antonio Saja. [A função do improvável: Novos tempos, novas presenças, novos saberes.] Este artigo se propõe apontar uma reconhecida desconstrução de paradigmas da Modernidade, principalmente alguns relativos à ciência e a natureza. A Contemporaneidade inaugura a incerteza, o risco e a complexidade dos fenômenos e desmistifica tanto a pretensão da verdade, como a certeza moderna de um progresso linear sempre ascendente. As evidências não permitem mais admitir um pensamento dualista e hierarquizado sobre os diferentes mundos, suas competências e territorialidades. A exatidão da ciência e seus pressupostos modernos caem por terra nos novos tempos provocando a perplexidade dos pesquisadores que, por não estarem sujeitos ao modelo e ao padrão a ser comprovado, se vêm na contingência de se colocarem como criadores de um mundo a ser reinventado. Vivemos tempos de anomia, onde uma velha ordem agoniza, enquanto uma nova ordem ainda não se configurou. Seus pressupostos são rascunhos, borrões ainda imprecisos. Esse novo momento experimenta um impacto não só na compreensão dos fenômenos, mas também no como lidar com eles e como investigá-los, e ainda principalmente como nomeá-los para que haja uma comunicação inteligível, principalmente no campo da ciência. Não sem motivos as palavras perderam o sentido e os conceitos tornaram-se insuficientes para dar conta dos fenômenos atuais. Nesse sentido este artigo aponta a urgência de uma revolução que crie novas palavras e novos códigos de significação para tornar compreensíveis os diferentes discursos sobre os novos saberes. Alguns autores consultados foram: Milton Santos, Prigogyne, Derrida, Hobsbawm, Luc Ferry, Maffesoli, Duvignaud, entre outros.

Luciana de Castro Nunes Novaes. [No vôo das mulheres-pássaros; formação e transmissão de conhecimentos do culto de Iyami em um Candomblé contemporâneo.] Esse artigo constitui-se como recorte de uma abordagem de cunho histórico antropológico mais amplo, que busca compreender o culto de Iyami no Ilê Axé Torrundê; Paripe/Salvador. Dessa forma, o conteúdo analisado nesse texto, diz respeito aos depoimentos orais de duas personagens centrais, o Babalorixá e a Iya Ajé do terreiro. Assim, objetivo a compreensão dos processos de transmissão de conhecimentos e das dinâmicas sócio-religiosas desenvolvidas na formação do culto às mulheres-pássaros em um candomblé recente.

Luciane Silva de Almeida. [Nadando contra a maré: A Juventude Batista Baiana e a formação da Igreja Batista de Nazareth (1964-1975).] Na Bahia das décadas de 1960 e 1970 um setor dos jovens batistas, organizados em torno da Juventude Batista Baiana assumiu um importante papel em defesa do protestantismo progressista entre os evangélicos baianos, sendo também os batistas que mais se aproximaram do ecumenismo na Bahia. A JBB era uma organização que tinha como principal objetivo, aglutinar jovens das Uniões de Mocidade da Denominação Batista do estado. Apesar de aglutinar representantes do pensamento progressista batista durante os anos finais da década de 1960 até os anos 1970, a história da JBB, não seguiu sempre esse pensamento. Até 1965, sua composição havia sido sempre conservadora, sendo este ano, um marco na história da JBB por conta da ocorrência de uma grande mobilização em prol da mudança da diretoria do grupo. A partir daí, a juventude batista baiana passou a ter um papel mais contestador, tanto nas questões internas à denominação, quanto na problematização de temas político-sociais do país. Nesse sentido posicionou-se a favor da participação do crente na política, deixando evidente sua busca por espaço. Num contexto repressivo onde qualquer aproximação com idéias de esquerda ou de “revolução social” era identificada como subversiva, parte dos jovens da JBB foram excluídos de suas Denominações sob a justificativa de serem comunistas. Ambos os grupos fundaram novas igrejas batistas iguais em sua origem, mas de trajetórias e orientação profundamente diferentes, sendo uma delas a Igreja Batista de Nazaré, que passou a ser considerada um reduto ecumênico para os protestantes progressistas baianos.

Luciano Alvim Fiscina. [O termo sustentabilidade e seu campo semântico: Estudo de narrativas e discursos contemporâneos sobre relações homem-ambiente e suas implicações históricas.] Este trabalho é uma prévia da pesquisa de doutorado que busca investigar como se apresentam os significados que constituem o campo semântico da sustentabilidade. De acordo com os pressupostos orientadores da pesquisa, existe uma vacuidade conceitual de modo que seu sentido estruturante encontra-se numa busca intelectual e teleológica de solução das contradições estruturais identificadas entre uma “necessidade conservacionista”, embutida na ordem civilizatória, e a crise socioambiental que impõe um dinamismo modificador da natureza e da sociedade. A hipótese da pesquisa considera a sustentabilidade como a busca de um princípio regulador, constituindo inovação tecnológica, interpretação tecnocientífica do mundo, conservação simbólica pluricultural do mundo e mudança dos panoramas experienciados. Desse modo, o objetivo da pesquisa visa investigar as leituras e os raciocínios subjacentes ao campo semântico da sustentabilidade, referentes à relação homem-ambiente/ natureza-sociedade. A análise é estrutural e busca os invariantes lógicos (de forma) e semânticos (de conteúdo) que acompanham

a veiculação da palavra “sustentabilidade”. A referência da análise se baseia em três pressupostos, pré-lógico, antropológico e geopolítico, orientadores de atributos qualificativos e descritores de relações homem-ambiente que subjazem níveis explicativos de apreensão e norteiam fundamentos lógicos e atribuições semânticas para o termo sustentabilidade.

Luciene Assunção. [A transversalidade de gênero em Organização Não Governamental.] A busca pela equidade de gênero constitui um dos pilares da sociedade contemporânea, resultado de pressões históricas dos movimentos feministas, de mulheres e dos estudos acadêmicos feministas. Essas abordagens tornaram visíveis questões específicas das mulheres, como a violência doméstica, maior índice de desemprego, feminilização da pobreza, feminilização da AIDS, mulheres chefes de família etc. denunciando, uns mais outros menos, a diferença entre homens e mulheres em todo o mundo. Evidentemente que essa desigualdade acarreta em injustiças sociais que desemboca em menor direitos à cidadania entre as mulheres, principalmente as de classe popular e negras. Diante desses exemplos a mobilização dos movimentos sociais, através de conferências e fóruns sobre as mulheres, passaram a exercer fortes pressões sobre o Estado e organismos internacionais, para que inserissem em suas políticas sociais, ações que possibilitassem uma maior equidade de gênero. Porém, foi na IV Conferência Mundial de Mulheres (Beijing, 1995), intitulada “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, que essa demanda teve maior impacto, inclusive com a criação da Plataforma de Ação de Pequim, documento que sintetiza todos os motivos e as propostas de promoção da equidade de gênero e maior justiça social para as mulheres. Nesse documento o conceito de gênero foi considerado de grande relevância e avanço ao lado de empoderamento e transversalidade. Isso porque passa a abordar a questão da mulher não mais dentro de uma perspectiva biologia essencialista. “As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade”. (Relatório de Pequim, 1995, p. 149). A partir de então o Estado, a sociedade civil, através das ONGs, vem buscando paulatinamente desenvolver programas que insiram as relações de gênero de forma transversal e empoderamento. Porém, esses programas ainda têm pouca compreensão do que sejam as de relações de gênero em termos transversais, e isso leva muitas vezes a uso de forma inadequada ou mesmo o não uso nos seus trabalhos pedagógicos. No âmbito das Organizações Não Governamentais, para inserir gênero em seus trabalhos de forma transversal e no projeto político pedagógico, é necessário entre outros aspectos, ampliem a sua visão quanto ao que seria inserir gênero dentro de uma perspectiva feminista para equidade. A partir dessa realidade, esse comunicado visa analisar uma ONG, como estudo de caso, da cidade de Salvador/Ba que trabalha com rapazes e moças na sua maioria negros/as residentes em bairros de classe popular,

tentando entender como essa instituição percebe a categoria gênero e como essa compreensão pode interferir ou não para uma maior equidade de gênero e empoderamento das jovens. Vale ressaltar que a instituição analisada desenvolve trabalhos nas linguagens de computação gráfica, fotografia, design gráfico, vídeo e inserção dos/as jovens no mercado de trabalho e que os equipamentos utilizados são de última geração. Além desses aspectos, o corpo técnico de educadores e educadoras, é formado na sua maioria por pessoas oriundas de classe média e brancas.

Luciene Lages Silva. [O estatuto do leão na República Platônica.] A escolha do tema para essa comunicação é resultado parcial de uma investigação acerca do estatuto que certos animais ocuparam na literatura grega e, de modo específico, o lugar do leão. No que diz respeito aos filósofos antigos, priorizamos para essa exposição a República de Platão, em que se marca a apropriação da imagem desse animal como metáfora em dois momentos significativos: a teoria da transmigração das almas (mito de Er, livro X, 620b e ss.), e o modelo imagético da *psyché* modelada por Sócrates (livro IX, 588b e ss), em que o leão está relacionado ao *thymós* e aparece como o intermediário entre a razão, *nóos*, e o desejo, *epithýmia*.

Luis Augusto Lopes. [Qualificação profissional e reestruturação produtiva.] Qualificação profissional é algo anterior ao modo capitalista de produção. Em tempos medievais os artesãos treinavam seus aprendizes em um ofício dentro do próprio ambiente de trabalho. Entretanto, a mudança no modo de produção resultará em alterações nesta relação. A educação e a qualificação profissional estão relacionadas, em parte, a pressões para a abolição do trabalho infantil, com a instituição de uma educação elementar e a preparação para o trabalho na grande indústria capitalista. No mundo pós-guerra, Georges Friedmann e Pierre Naville analisam a qualificação profissional na França e seus estudos dão origem a duas concepções que orientarão as pesquisas sobre qualificação daí em diante: a concepção essencialista, associada à formação para o posto de trabalho, e a relativista associada ao valor social que a formação adquire. Nos Estados Unidos das décadas de 50 e 60 surge a teoria que dará suporte a boa parte da ação pública e privada no âmbito educacional: a Teoria do Capital Humano, que tem como suporte a teoria econômica clássica. Por este prisma a educação é um investimento produtivo, sujeito às dinâmicas de mercado que torna obsoletos os mais diversos produtos, inclusive a formação. A partir da década de 60 ela embasa estudos sobre Economia da Educação e pauta a ação do Banco Mundial nos países pobres. Nos anos 90, com a hegemonia neoliberal e a visão pragmática de educação capitaneada pelo Banco Mundial, novos termos começam a despontar no horizonte da qualificação: as competências e as habilidades. O termo competência é originário das ciências

da cognição e da lingüística e foi apropriado pelo discurso empresarial na França e depois passou a ser utilizado na área acadêmica. O uso do termo é adequado ao novo momento de flexibilização da produção que requer flexibilidade funcional, com uma nova mentalidade em relação ao trabalho que passa pela apropriação de termos tecnológicos, mas também pela naturalização da fragmentação, intensificação e precarização do trabalho. A qualificação profissional passa a ser vista como aquisição de competências e habilidades que garantiria a permanência no emprego, numa expressão conhecida como empregabilidade. Por estes motivos faz-se necessário o resgate da concepção relativista de Friedmann. A qualificação profissional torna-se uma mercadoria consumida ao longo de cadeias produtivas em estratégias de contratação e subcontratação, coerente com a forte tendência de terceirização de atividades que marcam o momento atual. Ela será necessária para determinados pontos da cadeia, mas não para outros, e isto pode mudar a qualquer momento fazendo com que os trabalhadores circulem por diversas etapas do processo produtivo, muito provavelmente entre as várias empresas subcontratadas, se lograrem êxito em se inserirem. É neste ponto que se insere a importância da adaptabilidade e a necessidade de formação continuada para o desenvolvimento de novas competências e habilidades, que são uma corrida de obstáculos móveis que os trabalhadores devem transpor para escapar da exclusão profissional e social.

Luis Marcelo Rusmando. [Multiplicidade de Atributos e Monismo em Espinosa.] Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre Deus e seus atributos, a partir da investigação do Breve tratado e da Ética, de Baruch de Espinosa. O espinosismo define Deus como uma substância que consiste de infinitos atributos, e atributo como aquilo que constitui a essência da substância. É possível afirmar, portanto, que a essência da substância divina se constitui de uma infinidade de atributos. Os atributos, desta maneira, são infinitos e sumamente perfeitos em gênero, o que significa que eles são ilimitados, ou seja, que não estão compreendidos em outra coisa pela qual existem e são concebidos. Cabe indagar, então, de que maneira Deus se relaciona com seus atributos, uma vez que estes, dada sua infinitude, ao tempo em que mantêm autonomia entre si (existindo e sendo concebidos um sem a contribuição do outro), não podem existir em Deus como seus efeitos. É preciso explicar em que medida os atributos podem ser ditos atribuições de um único ser ou constituintes de sua essência, quando, sendo infinitos e sumamente perfeitos em gênero, deveriam compreender seres particulares. A partir da investigação do Breve tratado, objetiva-se explicar que a dificuldade de se compreender a relação entre Deus e seus atributos decorre de considerar estes como coisas numericamente distintas, e aquele, como o conjunto de todas elas existindo simultaneamente. A partir da investigação da Ética, por sua vez, objetiva-se explicar essa relação, na medida em que se considera a igualdade ontológica de cada um dos atributos e Deus, verificando

que a distinção real dos atributos não implica numa distinção numérica entre eles.

Luísa Gonçalves Saad. [O discurso da Medicina na proibição da maconha: Preocupações acerca da composição racial na formação de uma República exemplar.] A presente comunicação busca estimular a discussão acerca dos motivos que levaram à proibição da maconha no Brasil em 1932. Para isso, é necessário que se compreenda um emaranhado de forças que, juntas, fizeram com que a planta entrasse para a lista de substâncias proscritas pela Lei. Usada como fibra há mais de 10 mil anos e como medicamento há pelo menos 2.700 anos, a maconha tem sua origem confundida com os primórdios da civilização. Assim, torna-se mais que necessário compreender o contexto em que a planta teve seu caráter legal modificado. Entre fins do século XIX e início do século XX, o saber médico vivenciou um processo de consolidação enquanto ciência legitimada e os médicos passaram a apoiar o controle do Estado sobre substâncias de uso medicinal e sobre os demais profissionais que exerciam atividades terapêuticas. Nesse mesmo contexto, o movimento de proibição das drogas ganha força de forma relativamente rápida e se enraíza principalmente nas sociedades ocidentais. Em paralelo a essas transformações, o uso do conceito raça se intensifica nas literaturas histórica e antropológica e dá origem ao discurso racial e à ideia da existência de heranças e desigualdades genéticas entre os diferentes grupos humanos. Seguindo modelos deterministas, a antropologia criminal surge para definir a criminalidade como um fenômeno físico e hereditário. O fim do século XIX apresentava um Brasil enfraquecido, recém-saído da escravidão e carente de um novo projeto político, onde as teorias raciais representavam uma boa solução para os obstáculos rumo a uma nação moderna. Em tempos de crescimento das cidades, alto índice de doenças, desordem e prostituição, a medicina chegava com uma vocação política própria. A elite nacional, preocupada com as condições sanitárias da população e, principalmente, com a composição racial da nacionalidade, incorpora a eugenia – sinônimo de evolução, progresso, civilização – aos projetos políticos e científicos, vendo na mesma uma solução para melhorar os aspectos físico e moral da “raça nacional”. Assim, essa pesquisa busca analisar o discurso médico durante a Primeira República e sua influência na criminalização da maconha e na repressão a seu consumo, investigando o papel das teorias raciais na estigmatização de seus usuários, na sua grande maioria negros e mestiços. Eis um tema que envolve economia, política, religião, cultura, tradição e, sobretudo, polêmica.

Luiz Antonio Mattos Figueiras. [Marx e Keynes: estado e crises do capitalismo.] O presente ensaio discute a possibilidade de se integrar analiticamente as visões de Marx e Keynes, no que concerne especificamente ao estudo e à compreensão

das crises do capitalismo e do papel do Estado nesses momentos, tendo por referência o caso específico da atual crise geral do capitalismo. Mais particularmente, o objetivo é o de defender, a partir de uma perspectiva teórica marxista, a possibilidade de subsumir alguns aspectos da formulação de Keynes na leitura marxiana acerca do funcionamento do capitalismo, permitindo, com isso, uma análise com menor nível de abstração – ao explicitar e incorporar a ação do sujeito econômico dominante de todo o processo, qual seja, o capitalista. O ponto de partida (a hipótese) desse esforço é a constatação e defesa de que as concepções de Marx e Keynes sobre o funcionamento do capitalismo não podem ser integradas teoricamente; uma vez que os conceitos construídos por esses autores, apesar de se referirem ao mesmo objeto empírico de estudo, derivam, do ponto de vista metodológico, de representações do capitalismo bem diferentes, que conformam dois objetos teóricos de investigação essencialmente distintos. No entanto, apesar do reconhecimento da impossibilidade de integração teórica dessas duas visões do capitalismo, há alguns aspectos fundamentais que conformam ambas e que delimitam uma zona epistemológica comum – que as distinguem da ortodoxia econômica neoclássico-liberal hegemônica. Entre eles se destacam o caráter anárquico e instável do capitalismo, a recusa da Lei de Say, a não-neutralidade da moeda e a indissociabilidade entre Estado e mercado. Mesmo assim, contudo, evidenciou-se a necessidade de se ir além das determinações mais gerais das crises, propostas por esses dois autores – como condição para explicar as especificidades da crise atual e o curso real de seu desenvolvimento. Para tanto, incorporou-se os elementos históricos mais relevantes que estruturaram, nas últimas décadas, o atual padrão de acumulação capitalista atualmente vigente. E, por fim, evidenciou-se que a presente crise é de natureza estrutural porque, embora assuma a forma de uma crise de demanda efetiva, na sua essência ela é uma crise do atual padrão de acumulação.

Luiz Paulo Jesus de Oliveira. [Jovens e os sentidos do trabalho: o que dizem os jovens trabalhadores da cidade de Salvador.] Esta comunicação objetiva discutir os sentidos do trabalho na vida dos jovens. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho pós-crise do fordismo e do Estado de Bem Estar Social redefiniram as formas de sociabilidade, de condições e estilos de vida, bem a relação dos homens com o trabalho. Neste sentido, as experiências de trabalho juvenil e seus dilemas de inserção no mercado de trabalho, oferecem elementos para repensar a centralidade do trabalho no universo da sociabilidade humana na sociedade contemporânea. Para tanto, analisaremos as trajetórias e experiências de 21 jovens, de bairros periféricos, no mercado de trabalho da cidade de Salvador, dando ênfase nas motivações para procura de trabalho, os sentidos atribuídos ao trabalho, e as perspectivas futuras em relação o mercado de

trabalho. Por fim, ressalta-se que este trabalho se apóia em resultados preliminares do projeto de pesquisa de doutorado (PPGCS/UFBA) sobre “Juventude e Precariedade do trabalho: um estudo de caso das trajetórias e formas de inserção dos jovens egressos do Consórcio Social da Juventude no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador (2004-2007)”.

Maíra Cerqueira de Oliveira. [Terapeuta ocupacional no campo social: Aproximações conceituais e práticas de intervenção nos CSUs.] O presente trabalho objetiva apresentar as contribuições trazidas pelo trabalho do terapeuta ocupacional no campo social em Centros Sociais Urbanos – CSUs, nascida de Salvador, demonstrando a relevância de sua atuação como um profissional que, ao agregar conhecimento à intervenção sob populações em situações de vulnerabilidades ou em processo de desfiliação social, favorece o exercício de ações pró-ativas e contextualizadas no eixo comunidade / território / economia solidária / direitos humanos. Partindo das definições adotadas no PNAS- Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, observa-se que as ações desenvolvidas pela terapia ocupacional social nos CSUs correspondem àquelas definidas como de proteção social básica, direcionadas ao desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e de proteção social especial de média complexidade, relativa à atenção de pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social que se encontram com seus direitos violados e que tenham dificuldade de auto-organização e de participação social. Este profissional pode através de sua práxis auxiliar sujeitos e seus grupos sociais a pensar estratégias, descobrir potencialidades, estimular capacidades latentes e construir possibilidades de pensar no aspecto econômico, por exemplo, formas de produzir e gerar renda por meio de produtos que possam ser escoados na comunidade local, agregando valor simbólico aos produtos e seus produtores, mostrando que, os sujeitos reconstruem sua identidade e vínculos sociais intermediados pelo seu fazer. Nossa formação acadêmica tem como premissa a compreensão do fazer humano cotidiano, em diversos contextos, para que atinja o mais pleno desenvolvimento possível. Isto significa considerá-lo como um ato singular, que envolve questões simbólicas e reais que influenciam em todo processo coletivo. Este trabalho pioneiro no estado da Bahia vem consolidando um conjunto de práxis norteadoras da intervenção no campo social, fazendo repensar nossa formação acadêmica.

Manoel Pereira Júnior. [Noção de Mundo no Tractatus.] Neste artigo, pretendemos analisar a noção de mundo no Tractatus e suas consequências para a chamada teoria pictórica. O mundo, na referida obra, é um termo técnico e difere em muito do uso comum do termo. O mundo, no Tractatus, envolve fatos existentes e fatos inexistentes, pois, trata-se das possibilidades no espaço lógico. Sendo

assim, os fatos existentes seriam tudo que se poderia dizer e descrever pela ciência natural e os fatos inexistentes seriam as combinações possíveis dos simples, isto é, dos objetos. Entender esse par, fato existente e fato inexistente, é central para entendermos o que é o mundo, no Tractatus, e como é possível figurarmos fatos. Por fim, nosso objetivo, aqui, é entender de que mundo e de quais fatos a linguagem pode dar conta, ou seja, descrever, figurar.

Manoel Santos Mota. [Relações de Gênero na Cultura Midiática Contemporânea: uma abordagem do cinema, novelas e músicas.] Este estudo provoca e fomenta a reflexão acerca dos variados discursos de gênero em foco na sociedade contemporânea, que estão presentes e são difundidos, com especial poder de alcance, pelos meios midiáticos. É bastante sabido que as lutas das mulheres no Brasil por abertura de espaço nas Relações Sociais de Poder datam de mais de um século, e que essas ações exigiram sua participação direta e indireta nos combates: sendo que a primeira deu-se através do fato de pegarem em armas, envolvendo-se diretamente nas lutas, e a segunda, por sua vez, deu-se por meio de sua imersão e pelo combate femiino contínuo dos referenciais falocêntricos e patriarcais da Cultura, Mentalidade, e da Expressão política e social historicamente respaldados na sociedade brasileira, visando seu debate e sua des-construção. Nesta perspectiva, depois de todo o caminho trilhado pelos diferentes grupos femininos em torno de sua “emancipação”, depois de todas as lutas e esforços empreendidos, como substrato deste período de disputa lenta e gradual de espaço nas Relações de Poder, houve uma imbricada reconstrução e difusão de distintas Representações de Gênero, que se encontram sendo veiculadas em diferentes manifestações da Cultura Contemporânea, tais como nas músicas, produções cinematográficas, televisuais e propagandas, que urgem ser estudadas e debatidas. Portanto, com base nestes pressupostos, este trabalho objetiva que um olhar seja debruçado sobre estes espaços de produção de discursos e que se tencione uma investigação sobre o momento contemporâneo de produção das Identidades de Gênero.

Marcelo da Silva Alves Pires. [A noção e o lugar da verdade para o pragmatismo de William James.] As preocupações céticas são reconhecidamente uma motivação histórica ao interesse pela epistemologia. A alegação cética é, de maneira simples, que nenhuma de nossas crenças, teorias, ou qualquer proposição de verdade, está mais objetivamente justificada como provavelmente mais verdadeira do que sua negação. Assim, uma das primeiras tarefas da epistemologia é conduzir um debate quanto a possibilidade de nossas crenças poderem ser justificadas, e, em caso afirmativo, de que maneira. Na tarefa de compreender se e de que maneira nossas crenças podem ser justificadas, a epistemologia se depara com importantes questões, como: o que é a verdade? O que significa para algo ser verdadeiro? Quais critérios deveriam distinguir o

que é verdadeiro do que é falso? Ao longo da história da filosofia e da ciência diversas posturas filosóficas buscaram oferecer caminhos ou respostas a estas perguntas, defendendo a legitimidade ou não da busca pela verdade enquanto empreendimento científico, e, em caso positivo, que lugar a busca pela verdade teria dentro do projeto epistemológico e de que forma deveríamos julgar a verdade ou falsidade de uma proposição, idéia ou teoria. O pragmatismo, na auto-atribuída missão de oferecer critérios para dirimir embates metafísicos, filosóficos ou científicos, oferece uma tentativa de responder a estas questões, apresentando um tipo particular de postura epistemológica, de critérios de assunção de verdade e, podemos dizer, até de valo da verdade. Este estudo pretende, através da leitura crítica da obra de James, de seus comentadores e críticos, compreender criticamente a posição do pragmatismo a respeito da verdade. Deste esforço de compreensão teórica alguns pontos merecem destaque: para o pragmatismo, a verdade não é apenas uma questão de coerência entre um conjunto de crenças, muito menos se limita à correspondência com uma realidade objetiva; mas do que isso, o pragmatismo se preocupa com a diferença que uma crença produz por ser verdadeira; a realidade de que se ocupa o fazer científico não é mais absoluta, mas dependente dos sujeitos; o pragmatismo é antes de tudo uma atitude de afastar-se das abstrações e das pretensões ao absoluto, para procurar pelos frutos das teorias; James rejeita a busca pelo conhecimento certo e indubitável, imune à incerteza, e rejeita a idéia intelectualista de que a crença verdadeira seria uma espécie de cópia a ser desvelada da realidade; esta realidade está ainda sendo feita, e assim continuará no futuro, sendo a verdade sempre incompleta; por fim, estaria latente no pragmatismo de James uma tese sobre valores, onde corresponder a uma realidade supostamente independente da mente não seria particularmente valioso para nossas crenças; ao contrário, seríamos bem sucedidos em nossas crenças enquanto estas maximizassem nossa capacidade de explicar, prever e manipular globalmente e em longo prazo nosso mundo.

Marcelo de Sant'Anna Alves Primo. [Considerações acerca da História em Pierre Bayle e Karl Marx.] O presente trabalho consiste em fazer algumas aproximações sobre a importância da história nas filosofias de Pierre Bayle e Karl Marx. No tocante ao primeiro, em seus *Pensées diverses sur la comète* - mais precisamente no parágrafo §5 - o autor francês tece uma dura crítica aos historiadores entendendo que estes ainda não conseguiram se libertar das teias da opinião e da superstição, logo estando muito longe de elaborarem propriamente uma história crítica, seja de determinados eventos, seja da própria filosofia. À esteira de tal concepção acerca do papel a ser desempenhado por um historiador, n'O capital segue nas entrelinhas a sugestão de Bayle, uma vez que o estudo mais a fundo da história, abordando-a em seu aspecto dialético, é de fundamental importância em relação a questões econômicas, sociais, políticas e filosóficas.

Marcelo Pereira Lima. [O gênero da medievalística: É possível alterar o mainstream da História Institucional contemporânea?] Os Estudos de Gênero tem influenciado a Medievalística contemporânea. Sem dúvida, eles colocaram as diretrizes de gênero no centro da problemática do sujeito, no debate sobre a fabricação dos regimes de verdade e, o que mais nos interessa aqui, nas questões da construção de normas, instituições políticas e regulamentações sociais. Assim, a (auto)crítica feminista tem atuado no sentido de demonstrar o androcentrismo nas teorias vigentes sobre a política e o Estado, mas também agem na desorganização de consensos a partir da problematização das instituições sociais e das políticas consideradas neutras quanto à dimensão do gênero. No entanto, em se tratando especialmente da História do Direito Medieval nos reinos de Castela e Leão do século XIII, por exemplo, a interseção entre Estudos de Gênero e História Institucional é uma lacuna a ser debatida e preenchida. Nesse sentido, partindo do pressuposto de que as instituições elaboram uma cultura “genderizada” e estão envolvidas em processos altamente complexos de (re)produção simbólica de práticas discursivas e diretrizes de gênero para si ou para a sociedade como um todo, desejamos discutir também a viabilidade da proposição de uma espécie de História Institucional de Gênero (HIG). Tal como a entendemos aqui, a HIG priorizará as maneiras pelas quais determinadas instituições políticas “genderizam” a d(en)ominação. No fundo, essa comunicação exporá alguns problemas gerados pela (des)conexões estabelecidas entre os Estudos de Gênero, História Institucional do Direito e Medievalística.

Márcia Santana Tavares. [(Re)configurações familiares no cenário contemporâneo: Por que discuti-las com alunas (os) de Serviço Social?] Este trabalho, a partir de uma reflexão sobre discussões ocorridas em oficinas, aulas e demais atividades pedagógicas desenvolvidas com alunas (os) do Curso de Serviço Social, busca enfatizar a importância de se contemplar nas matrizes curriculares o debate relativo aos novos arranjos familiares presentes no cenário contemporâneo, de forma a dotar o alunado de um aporte ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo para o trabalho social com famílias. Observa-se que as alunas, embora reconheçam as profundas transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas do século XX, não conseguem perceber suas implicações nos enredos familiares e, se a “família real” nem sempre reproduz a “família ideal”, isto é, a família nuclear burguesa, findam por responsabilizá-la pelo aumento da violência, de crianças e adolescentes em situação de rua, da criminalidade entre outras coisas e, portanto, nomeá-la de desestruturada, o mesmo ocorrendo com alguns professores, que demonstram constrangimento e resistência em abordar alguns tipos de família. Deste modo, endossam o discurso veiculado no espaço midiático acerca da desagregação e crise na instituição familiar, ao mesmo tempo em que parecem não perceber a desresponsabilização do Estado na área social,

cujas políticas sociais pouco contribuem para superação das desigualdades sociais e, transferem a para própria família a reprodução social do gupo familiar e a reposição da força de trabalho, em lugar do Estado. Para entender as mudanças que vêm acontecendo nas famílias, é preciso conhecer as novas configurações familiares, tendo o cuidado de situá-las em determinado contexto econômico, político e social, levar em conta o seu pertencimento a esta ou aquela classe social, além de atentar para variáveis como gênero, raça e geração, consideradas como elementos fundantes das relações sociais e, portanto, explicativas da vida social, o que poderá oferecer um balizamento para o exercício profissional futuro, no que se refere ao trabalho social com famílias.

Márcio José Silveira Lima. [Nietzsche: genealogia como história.] Na segunda consideração extemporânea, *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*, Nietzsche apresenta a relação do homem com a história a partir de uma relação tripla, na medida em que a memória atua sempre em favor da vida de modo que essa relação expõe sempre uma história monumental, antiquária ou crítica. Partindo dessa apresentação de Nietzsche acerca da história, pretendemos analisar o procedimento genealógico a fim de investigar se a genealogia não pode ser compreendida a partir das formas de história da segunda extemporânea.

Marco Aurélio Oliveira da Silva. [O papel da essência absolutamente considerada em Tomás de Aquino.] Essência absolutamente considerada é a consideração da essência sem a consideração de seu modo de existir. Deste modo, o objetivo principal da presente comunicação é analisar o real sentido do conceito de essência absolutamente considerada no pensamento de Tomás de Aquino. Como apresentado no *De ente et essentia*, cap. III, conquanto a essência específica e a essência individual tenham um modo distinto de existir –seja intelectual, seja real–, os conceitos específicos podem ser predicados dos indivíduos porque a essência em ambos os casos, quando tomada absolutamente, sem considerar o modo de existência, envolve apenas os aspectos definicionais da própria essência

Marcos Rodrigues. [Breves considerações sobre o candomblé na Ilha de Maré – Salvador.] Neste trabalho, pretendo relatar momentos de vivência e memória do candomblé de Praia Grande, n Ilha de Maré, na tentativa de analisar e entender uma trajetória entre exclusão e resistência. A utilização da história oral é de grande auxílio para a etnografia e a recomposição de experiências passadas que se encontram na memória coletiva. A discussão conceitual sobre tradição, memória e hierarquia social num processo dialético conduz a releituras e novas descobertas no âmbito das religiões afro-brasileiras.

Marcos Vinícius Paim da Silva. [Nota a uma aproximação: Marx e Foucault.] O pensamento de Michel Foucault abre brechas para muitas e relevantes interpretações, por parte de autores dos mais diversos campos do conhecimento

contemporâneo, em especial a sociologia. Pelo fato dele ter estruturado a sua filosofia em uma análise crítica das relações sociais perpassadas pela noção de poder, alguns comentadores têm a tendência, portanto, de estabelecer um diálogo, ou debate, entre Foucault e outros filósofos mesmo que ele não tenha escrito sobre eles (nem mesmo uma linha), como no caso de Habermas, ou muito pouco, como o foi com Marx. A ideia de um Foucault marxista, ou da dificuldade desta perspectiva em seu pensamento, tem sido levada também em consideração atualmente. Em uma reunião de artigos, Marx y Foucault, há uma abordagem, por parte de Thomas Lemke e Stéphane Legrand, de demonstrar uma influência teórica de Marx sobre o pensamento de Foucault. O primeiro em um texto intitulado “Marx sin comillas”: Foucault, la gubernamentalidad y la crítica del neoliberalismo, e o outro em um artigo chamado O marxismo olvidado de Foucault. Partindo destes dois autores, tentaremos demonstrar de que maneira eles conseguem pontuar dois aspectos importantes da filosofia foucaultiana, a disciplina e a concepção de governamentalidade, como estando prenhes de uma forte influência das ideias de Marx. O que para nós torna-se relevante nesta abordagem é o fato dos dois autores se limitarem aos próprios escritos de Foucault, para defenderem uma contribuição do marxismo como fundamento das investigações deste autor em um momento célebre do seu pensamento político: o desdobramento da ideia de poder disciplinar para a ideia de biopoder. Nosso maior interesse, neste trabalho, é de também proporcionar novas discussões acerca desta questão.

Maria Carolina Santana. [Reconstruindo a memória de Salvador: Uma breve análise no contexto da Ditadura Militar (1968-1974).] O presente trabalho tem como finalidade realizar um debate sobre o movimento estudantil em Salvador, analisando algumas das diferentes pautas de reivindicação existentes entre os alunos Secundaristas e Universitários entre os anos de 1968 e 1974, contribuindo desta forma no processo de resgate da Memória Soteropolitana e do Movimento Estudantil do período. Sendo utilizadas, no processo de elaboração do trabalho, consultas á documentos como: Jornais da época a exemplo do A Tarde e do Jornal da Bahia . Tendo como objetivo entender as modificações urbanas ocorridas e a movimetação estudantil no contexto citado.

Maria da Graça Druck de Faria. [Trabalho, Precarização e Resistências.] O trabalho tem por objetivo discutir por que a precarização social do trabalho é um novo e velho fenômeno, é diferente e igual, é passado e presente e é um fenômeno de caráter macro e microsocial. Apresenta alguns dos fetiches que vem influenciando as análises sobre o trabalho no atual contexto de mundialização do capital, marcado pela hegemonia do capital financeiro, de uma nova reestruturação da produção e do trabalho e de um “novo espírito do capitalismo”. O texto divide-se em cinco seções: uma introdução, uma discussão

sobre alguns aspectos metodológicos a partir de reflexões de projetos de pesquisa em andamento; considerações de caráter teórico sobre a caracterização atual do capitalismo flexível e a centralidade da precarização social do trabalho; uma contextualização, à luz dos estudos da OIT, do quadro do trabalho na América Latina e no Brasil, apresentando alguns Indicadores de precarização social e de resistências; e enuncia reflexões acerca dos velhos e novos desafios trazidos pelas transformações sob a égide da precarização social do trabalho e de um “espírito do capitalismo” reformulado, redefinido, que reafirma o velho espírito ao tempo que renova e constitui um novo espírito.

Maria das Graças Fernandes Dias. [As motivações do agente penitenciário: fatores que norteiam as (boas) práticas no Presídio de Salvador.] A pesquisa realizada para o TCC insere-se no debate sobre violência, segurança pública e controle social. O trabalho de campo realizou-se no Presíio de Salvador em 2009 nos meses de julho, agosto e setembro, com uma visita semanal. A princípio, o problema de pesquisa era investigar as interferências dos agentes penitenciários sobre os internos. No decorrer da observação, percebeu-se a impossibilidade de se dar conta daquele problema, ao mesmo tempo em que uma nova situação chamava a atenção: a motivação dos agentes penitenciários daquela unidade. Após a quarta visita, decidiu-se, então, pela substituição do problema, com o foco deslocado para os fatores motivacionais nos profissionais de segurança prisional. A relevância de tal investigação deve-se às características da profissão de agente penitenciário, considerada de alto risco pela Organização Mundial de Saúde, e marcada pela desmotivação, estresse, doenças físicas e emocionais. Restavam, então, naquele momento apenas oito visitas para a conclusão da observação. A pesquisa procurou identificar os fatores que motivavam os agentes penitenciários do Presídio de Salvador naquele momento. Para tanto, realizou-se observação naquela unidade prisional, seguida de entrevista e aplicação de questionário. A observação focou o próprio agente penitenciário em conversas e manifestações espontâneas, para se perceberem os seus referenciais simbólicos, suas práticas e suas disposições emocionais. Foi aplicada uma entrevista a um dos diretores, para se identificarem as medidas adotadas por aquela gestão, que promoveram o estado de motivação nos agentes. Foi aplicado um questionário semiestruturado aos agentes, para identificar a repercussão dessas medidas neles próprios. O trabalho de campo durou três meses, de julho a setembro de 2009, com uma visita semanal à unidade, sempre às sextas-feiras, durante o horário administrativo. Após essa etapa, ocorreram retornos esporádicos, para informações complementares. O corpo de agentes penitenciários do Presídio de Salvador era composto por cento e cinquenta membros. Cerca de dez deles, afastados para tratamento de saúde. Dos cento e quarenta agentes ativos, dezesseis responderam o questionário. Os resultados obtidos, embora relativamente baixos, revelaram que é possível

proporcionar, ao agente penitenciário, um ambiente de trabalho motivador. Essa motivação repercute na qualidade do seu trabalho e no seu estado de saúde física, psíquica e emocional.

Maria de Fátima A. Di Gregorio. [A tese da inferioridade feminina na educação brasileira.] Desde alguns séculos passados, notabilizaram-se grandes transformações sociais na família brasileira, redefinindo o papel da mulher em cada contexto, quando esta, vivia oprimida, presa a tradições advindas do processo de imposição masculina - fato notório na colonização do Brasil. Consciente, ou não, nas últimas décadas, a mulher descobriu o grande potencial na sociedade contemporânea que é o avanço na conquista de seus direitos. Nos debates sobre a não observância de direitos das mulheres, tem se falado insistentemente nos entraves aos papéis sociais femininos.

Maria Elisabete Pereira dos Santos. [Dimensão Política do Planejamento e da Gestão das Águas no Brasil.] A instituição da Lei das Águas no Brasil (Lei n.9.433/97) institui um novo paradigma de gestão das águas tendo como fundamento a instituição da água como direito, bem como a atribuição de valor econômico a um bem essencial à vida coletiva. Este modelo de regulação, que teve influência dos organismos de financiamento multilaterais, definiu um modelo de gestão descentralizado que conta com a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e que incorpora à gestão pública usuários de águas e sociedade civil organizada. A articulação destes fundamentos e atores na implementação dos instrumentos de gestão previstos na referida Lei – dentre os quais, destacamos a cobrança pelo uso da água – remete-nos ao seguinte questionamento: em que medida a instituição deste novo paradigma contribui para a demorização da gestão e do acesso a água em um contexto de crise ambiental? Esse tema é discutido a partir da análise crítica do Relatório GEO Brasil: Recursos Hídricos de 2007 e no texto Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, datado de 2009, produzidos pela Agência Nacional das Águas – ANA/MMA/Governo Federal. A metodologia utilizada é de análise documental, além de discussão da literatura, particularmente de textos Joachim Hirsch, Enrique Leff, Esteban Castro, Boaventura de Souza Santos.

Maria Gabriela Hita. [Políticas Públicas e Desigualdades Sociais no Brasil e América Latina.] Esta mesa promovida pelo Laboratório de Investigações em Desigualdades Sociais do PPGCS-UFBA (LIDES), com especialistas nacionais e internacionais sobre América Latina que atuam nas áreas da Antropologia e Sociologia política e urbana, tratará da questão de Desigualdades Sociais desde o foco das Políticas Públicas. O debate entre os convidados (John Gledhill, Inaiá Maria Moreira Carvalho e Anete Ivo) girará em torno das políticas de combate à pobreza e de outras desigualdades sociais como o de políticas de fomento ao emprego, segurança pública transferência de renda, desenvolvimento

urbano e ações afirmativas, assim como as relações e sinergias entre estes diferentes focos da política pública.

Maria Ivanilde Ferreira Nobre. [O pioneirismo baiano em políticas patrimoniais.]

As políticas patrimoniais nacionais não se constituem em um fenômeno novo. Elas emergiram, a partir do debate internacional, em diversas sociedades (Áustria, Suécia, Noruega, Grécia, Itália, Dinamarca, Espanha, Egito, Inglaterra, Finlândia, Turquia, França, Portugal, México e Brasil), no contexto de modernização e redensolvimento das cidades do século XIX. Tais políticas fundamentaram-se em dois modelos: o anglo-saxônico, estruturado em associações civis, e o modelo francês centrado no âmbito do Estado, predominando, na maioria dos países desenvolvidos e na América Latina, o modelo francês. Nesse contexto, o patrimônio era entendido como história, tradição e arte (colonial) em oposição à modernização, sinônimo de “aniquilamento da fisionomia nacional. Fundamentadas na retórica da perda, essas políticas desenvolveram-se em duas fases: a fase tradicional, voltada para a preservação de monumentos de “pedra e cal”, ligados à elite, e a fase democrática, marcada pela ampliação do conceito de bens patrimoniais. O Brasil tem acompanhado as tendências internacionais desse modelo de preservação e, na Bahia, esse fato antecede a sua oficialização, em 1937, quando emergiram, desde 1917, as iniciativas pioneiras dos intelectuais baianos, da elite (“homens cultos”, “o exército de salvação”, “a vanguarda”) e das ideias precursoras de Wanderley de Pinho, assim como de ações e medidas necessárias à preservação patrimonial, em função da emergência da modernização da cidade, dos novos valores na sociedade e da necessidade de garantir os traços antigos e singulares da cultura brasileira. A partir daí, identificam-se três movimentos na história das políticas patrimoniais: 1) a formação de um campo e a implantação de instituições patrimoniais, com práticas pontuais, onde os bens culturais constituem-se alvo de intervenção e passam a ser apropriados pelo Estado, via tombamento de monumentos públicos, religiosos, militares e privados com funções assistenciais; 2) a revalorização e utilização do conjunto arquitetônico e artístico para fins econômicos turísticos. Trata-se da reorientação dessas políticas, que consistem em um marco na história patrimonial, não apenas de ampliação de ações ou de apropriação, mas de reutilização, para a viabilização e consolidação do projeto de “turismo cultural” nos ambientes históricos, no final dos anos 60, após a visita de Michel Parent, consultor da Unesco no Brasil, ao considerar as suas potencialidades para se integrar ao projeto internacional de turismo. Nessa perspectiva, Salvador foi uma das primeiras cidades a assumir a execução desse projeto de restauração do antigo centro, visando a sua integração ao desenvolvimento econômico do país e à vida cultural e comercial da cidade; 3) a intervenção econômico-administrativa no Centro Histórico de Salvador, nos anos 90, transforma o lugar em locus

comercial, afastando-se das orientações internacionais, pois o privilégio do social acontece apenas no plano teórico, predominando, nas questões patrimoniais, práticas de cunho generalizante e de natureza conservadora (física, econômica e administrativa), seletiva (espaços e monumentos) e excludente, associadas ao consumo cultural, à indústria do lazer e do entretenimento, e dissociada da vida cotidiana, do “habitar” e dos valores históricos e culturais, configurando uma situação de crise e de reorientação do modelo de preservação associado ao patrimônio imaterial.

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho. [A etnologia dos povos indígenas no Nordeste.] A comunicação tem como objetivo problematizar a contribuição dos estudos sobre os povos indígenas estabelecidos no contexto etnográfico do nordeste brasileiro para a etnologia produzida no Brasil, buscando demonstrar que o grande afastamento entre esses estudos e a etnologia indígena desenvolvida no Brasil tem, crescentemente, dado lugar a uma certa convergência temática, cujas causas requerem reflexão.

Maria Roseniura de Oliveira Santos. [Ebós e oferendas afro-religiosas e criminalização pela aplicação da legislação ambiental: razoabilidade ou racismo institucional?] A Lei 9.605/1998 define crimes ambientais especialmente, criminalizando a poluição e tortura ou sacrifícios de animais. Com base nas disposições legais tem-se apresentado corrente de pensamento jurídico que sustenta ser crime ambiental a realização de sacrifícios de animais bem como demais oferendas inerentes às afro- religiões. A polêmica da questão das oferendas religiosas quando implica sacrifício de animais, põe definitivamente em xeque as garantias constitucionais da liberdade religiosa e litúrgica em face dos princípios de proteção ao meio-ambiente. A questão foi levada ao Supremo Tribunal Federal (STF) através do recurso extraordinário 494601, pautando a agenda da Corte Suprema. A futura decisão do STF repercutirá sensivelmente no dimensionamento jurídico do direito e fundamental delineada no art. 5º, VI da Constituição Federal segundo o qual “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias”. O enquadramento das oferendas afro-religiosas como crime ambiental sem contextualizar a proteção ao meio-ambiente em face de valores constitucionais pertinentes à liberdade religiosa constitui inequívoco recorte teórico com efeitos fomentador de padrões de intolerância religiosa. A vertente interpretativa de criminalização por fundamentos ambientais relega assim à marginalidade especialmente as religiões de matriz africana. E podem, se radicalizada, levar a institucionalizar intolerância religiosa pela via oblíqua do discurso ecológico. Em razão disso o processo submetido ao STF merece atenção especial. O julgamento definirá o caminho da materialização do direito à liberdade religiosa na Democracia brasileira. A Declaração Universal dos Direitos do Homem no artigo XXII dispõe que toda

pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade. É sob esta perspectiva que presente estudo visa promover análise a partir do enfoque dos direitos humanos e dos princípios democráticos assim como à luz do arcabouço constitucional brasileiro.

Mariana Almeida Assunção. [O tráfico interno e seus agentes: vendedores, compradores e procuradores do comércio de escravos no Ceará em anos de seca.] No Ceará, durante a década de 1870, formaram-se sólidas redes do tráfico intra-regional e interprovincial de escravos, em especial no período de seca aguda que assolou a província entre os anos de 1877 e 1879. Por intermédio de uma série de 761 escrituras de Fortaleza que negociaram 914 cativos, pretendo nesta comunicação evidenciar um perfil dos agentes deste mercado: vendedores, compradores e procuradores; que descobriram uma próspera fonte de mão de obra escrava barata, estabelecidas nas empobrecidas propriedades rurais sertanejas, e lucrativos escoadouros de escravos em outras províncias, que eram principalmente o Rio de Janeiro e demais áreas do sudeste do Brasil.

Mariana Ellen Santos Seixas. [Relatos da realidade religiosa da Bahia em correspondências católicas e protestantes.] Esta comunicação visa apresentar alguns resultados de pesquisa documental revelando alguns meandros da realidade religiosa e do conflito entre protestantes e católicos em Salvador, nas últimas décadas do século XIX. A princípio, me proponho a analisar algumas cartas do Arcebispo Luís Antônio dos Santos, encontradas no Arquivo da Cúria Metropolitana, em que o clérigo indica como suplantar a crescente propaganda protestante em Salvador e no interior da Bahia, e como o Clero baiano deveria estar preparado inclusive intelectualmente para combater os “invasores”: as ações proselitistas protestantes na Bahia foram encaradas pelo catolicismo como uma invasão e um ultraje à religião oficial do Estado. A correspondência do Arcebispo dá a entender que a questão foi tratada como uma batalha em que a verdadeira fé sofria as investidas das seitas inimigas. Através dos dados, discutiremos se este é um momento em que a Igreja Católica tomava consciência de suas próprias limitações, das deficiências numéricas do clero, da necessidade de um seminário que melhor preparasse os poucos candidatos que possuía e do progressivo desinteresse que o catolicismo oficial estava provocando na população em geral e nas elites que pouco a pouco concediam mais aberturas legislativas para a instalação de comunidades protestantes em território nacional, até pagando salários a alguns de seus sacerdotes. Por sua vez, a imprensa protestante, mais precisamente o periódico A Imprensa Evangélica, também estava atenta aos acontecimentos religiosos na Bahia. Notícias referentes ao

crescimento da ação proselitista e aos problemas da realidade religiosa da Bahia, como a indiferença para com a religião, ocuparam muitas das páginas do jornal. A publicação dava a entender que a situação espiritual dos soteropolitanos estava caótica, em decorrência da falta de habilidade e autoridade do clero católico para lidar com seu rebanho. Recorrentemente concluíam que “a decadência espiritual começa nos púlpitos” e “as influências que mais degradam a religião partem as mais das vezes dos que são postos para ensiná-la”. Recriminavam a apatia dos fiéis, lamentando a indiferença da maioria do povo, “[que] se tem degenerado em incredulidade, e a apatia em hostilidade, mais ou menos disfarçada em geral, mas da parte de não poucas francamente manifestada contra todos os atos religiosos”. Soava como se toda a população soteropolitana estivesse paulatinamente desprezando toda e qualquer manifestação religiosa; as senhoras inteligentes das famílias “mais gradas e cultas” da sociedade se declaravam materialistas, os “homens instruídos e inteligentes” mostravam ainda mais explicitamente “a aversão à igreja e a tudo quanto ela ensina e pratica” e “alguns gabavam-se de nunca terem ouvido um sermão e de nunca se terem confessado, e dizem abertamente que detestam os padres”. O periódico *Imprensa Evangélica* também deu muito destaque aos episódios de perseguição religiosa, reservando algumas de suas páginas para exigir o cumprimento da lei que garantia a liberdade de realizar cultos em espaços sem aparência exterior de templo e proibia a intimidação ou perseguição de qualquer pessoa por motivo de religião. Quero destacar dois desses episódios de conflito público, visando trazer novas informações acerca da inserção protestante proselitista em Salvador.

Mariana Lins. [Metafísica do suicídio n’Os demônios de Dostoiévski.] Na época da redação de *Os demônios* (1869-1872), a Rússia enfrenta um problema característico da Europa do século XIX: uma epidemia de suicídios. Esta epidemia ocorre em um período de profundas mudanças sociais, que coincidem com certa revolução intelectual marcada pela ascensão do positivismo e do utilitarismo. Nesse novo contexto cultural, o suicídio se torna uma realidade social repleta de significados na medida em que expressa as contradições de seu tempo. O debate em torno desta questão remonta ao final do século XVIII. Quando o *Werther* de Goethe, a noção iluminista de suicídio heróico e os ecos da Revolução Francesa chegam à Rússia em 1790, o tema do suicídio torna-se freqüente na ficção. Ainda que, no século XIX, as explicações médicas para o problema do suicídio estivessem paulatinamente substituindo as metafísicas e as religiosas, Dostoiévski buscou dar conta desta questão. Fez isso tanto como investigador das profundidades da psique humana, se valendo de noções como histeria, inconsciente, loucura etc, quanto como missionário religioso, preocupado em pregar o cristianismo ortodoxo. E também como filósofo, ofereceu uma dimensão existencial ao problema do suicídio. Concentrar-nos-emos, sobretudo,

na terceira destas perspectivas. Pode-se dizer que, no romance *Os demônios*, através do personagem Kirílov, Dostoiévski oferece uma espécie de metafísica do suicídio – para utilizar uma expressão de Irina Paperno, cuja tese é um dos pontos de partida da nossa apresentação. Kirílov se mata a partir de considerações filosóficas que revelam, de um dos modos mais puros e diretos, a espiritualidade catastrófica da modernidade. Esta espiritualidade é a espiritualidade que se e desdobra como niilismo – a generalizada perda de fé na existência do sagrado. Dentre outras coisas, isso significa que o questionamento incisivo e a conseguinte negação dos valores e ideais metafísico-religiosos, característicos do Iluminismo, deram lugar ao niilismo – a espiritualidade que, para Dostoiévski, melhor caracteriza a modernidade. Notemos que esta retirada absoluta do sagrado, do supra-humano do centro do destino do homem pode ser dita como sem precedentes na história da humanidade. A metafísica que se centrava em Deus e na imortalidade da alma vem dar lugar a metafísicas que se centram na morte, no crime ou no suicídio. Como afirma Dostoiévski, se Deus e a imortalidade da alma não existem, então tudo é permitido, inclusive o suicídio e o crime. Uma nova explicação da existência para um novo homem, não só espiritualmente, mas também fisicamente transformado, é o que pretende Kirílov. A sua metafísica, que possui uma lógica própria – a do niilismo –, é uma metafísica adaptada à era do positivismo, do ateísmo e do evolucionismo. Revela um drama existencial deixado pelo vácuo da “morte de Deus”. Para este personagem, sendo Deus apenas o medo da morte, o homem que se atrever a matar-se, superará o medo que até então configurava o homem, e tornar-se-á Deus, o “homem-deus” – um conceito bastante pungente na Rússia do século XIX. Apresentaremos esta estranha metafísica na qual os limites entre razão e loucura se mostram tênues.

Mariana Puridade Marques da Silva, Elisabete Pinto, Norma Ribeiro & Ramaiana Costa. [Programa Integrado de Enfrentamento à Violência para o bairro do Beirú: demarcando as perspectivas de gênero e étnico-racial.] O Programa Integrado de Enfrentamento à Violência para o bairro do Beirú é fruto da integração de um conjunto de atores das diversas instâncias da sociedade civil entorno do problema da violência. Este trabalho surge como uma reivindicação da própria comunidade, que busca parceria com a UFBA, especificamente no Instituto de Psicologia/Colegiado de Graduação de Serviço Social. Desta forma, a UFBA e a APRODEUBE (Associação de Proteção e Defesa Unidos do Beirú) de forma conjunta partindo de uma metodologia de intervenção participativa, realizou-se em 29 de maio de 2009 o I Seminário de Mobilização Comunitária - O Beirú que Queremos. Os relatos da população deram os indicativos para elaboração do Programa Integrado de Enfrentamento à Violência para o bairro do Beirú: demarcando as perspectivas de gênero e étnico-racial, que tem como objetivo identificar as formas de organização da população local, buscando assim

fortalecer e ampliar as redes de solidariedade. O Beirú compõe o conjunto de periferias do município de Salvador e caracteriza-se por apresentar índices expressivos de iniquidades sociais. Conforme os dados do IBGE de 2009 a composição populacional era de cerca de 76,4% de pretos e pardos. Mais da metade das famílias, cerca de 62,2%, possuía renda menor que ½ salário mínimo, sendo em grande parte chefiadas por mulheres. Nossa proposta teórico-metodológica parte do pressuposto de que a solidariedade é um atributo moral socialmente apreendido. Também, compreendemos a possibilidade da solidariedade ser um veículo teórico-metodológico. Destaca-se, também, que nessa linha de raciocínio diversos setores da UFBA compreenderam a função social que deve ser exercida pela Universidade. Primeiramente, a parceria firmada foi junto a então coordenação do curso de gastronomia (ano de 2010), a qual teve como fruto a elaboração de um projeto de formação profissional destinado aos jovens inscritos no Programa. Posteriormente, foram firmadas parcerias com as coordenações do departamento de sociologia e filosofia, resultando em bolsas para os estudantes da Universidade, via o Programa Permanecer, através de dois subprojetos inseridos no Programa Integrado de Enfrentamento à Violência para o bairro do Beirú, a saber: Capacitação em direitos sexuais e reprodutivos: o olhar de gênero e étnico-racial numa proposta de superação das desigualdades por meio da construção de redes de solidariedade (em parceria com o Profº Geraldo Ramos) e o Projeto Ágora Beiru: discutir, empoderar-se e transformar (em parceria com o profº Mauro Castelo Branco). Esses projetos estão desenvolvidos conjuntamente com a comunidade do Beirú e certamente contribuirão para conquista da cidadania, a qual implica em promover garantia da participação política da sociedade civil nos espaços de elaboração e implementação de políticas públicas dirigidas à maioria excluída dos bens sociais, econômicos, culturais e políticos. Daí a importância de se registrar, apoiar as mobilizações sociais das pessoas e grupos sociais, no sentido de transformar as relações humanas que com certeza possibilitará concretamente a constituição de estruturas formais participativas, o que refletirá na construção de uma comunidade que preserve o sentido de pertença, liberdade, solidariedade e emancipação social e política.

Mariangela Moreira Nascimento. [A Pós-Modernidade e o Mundo do Trabalho.] No início do século XX, não era possível atribuir à razão iluminista a posição privilegiada da essência eterna e imutável da natureza humana e a condução progressista dos feitos mundanos. Assim que o mundo ocidental, sob a influência nietzschiana, colocou a estética acima da ciência, da racionalidade e da política, essa experiência tornou-se um poderoso meio para estabelecer, diante do efêmero, do fragmentário e do caos da vida moderna, um novo poder criativo de restabelecer a essência da humanidade e de representar as verdades únicas. Este parece ser um ponto fundamental para entendermos as mudanças que

levaram à crise da era moderna e à formação do chamado pós-modernismo. Enquanto a modernidade resistia a sua própria natureza fragmentária, efêmera e caótica, buscando novas estratégias de revitalização da essencialidade das coisas e da universalidade de tudo aquilo referente à realidade humana, o pós-modernismo aceita plenamente essa mesma realidade fragmentária, efêmera e caótica. O pós-modernismo não tenta transcender esta condição e opor-se a ela, pelo contrário, ele nada de braçada nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança. Acolher a fragmentação e a efemeridade de maneira afirmativa tem um preço a pagar. As verdades eternas e universais perdem qualquer validade de explicação e sustentação científica. Novas tendências questionam e criticam qualquer noção referente a uma metalinguagem ou metanarrativa pelas quais todas as coisas possam estar conectadas e ser representadas. Não mais as verdades de Marx e Freud, exemplos das grandes narrativas, agora os novos pensadores insistem na pluralidade de formações, seja por meio do “poder-discurso” como definiu Foucault, ou através de “jogos de linguagem” na acepção de Lyotard. A caracterização do período pós-moderno emerge dos atuais processos de trabalho em que houve a subsunção real de toda a sociedade ao capital, uma fase em que o capital parece ter realizado o seu sonho e conquistado a sua independência. Essa é a fase em que o capital deixa de ter um exterior, em que nada, coisa alguma está fora do processo de produção, por isso as regras que monitoravam os processos produtivos e os mecanismos de exploração, desenvolvidos dentro da fábrica, se difundiram permeando e definindo todas as relações sociais. Ou seja, a sociedade se transformou numa grande fábrica. Nada mais se encontra fora do capital, e esse se torna o único elemento “sujeito” da produção social. Esse é o contexto biopolítico, onde há uma convergência da produção do capital com a produção e reprodução da vida. Na medida que o trabalho se movimenta fora dos muros da fábrica, não tem como distinguir entre o trabalho produtivo e o improdutivo. Do mesmo modo, tem sido difícil comensurar o tempo do trabalho e submetê-lo a algum tipo de medida. Essa passagem é o mais importante fenômeno de transformação do trabalho no capitalismo contemporâneo. A presença do trabalho no centro da vida ganha dimensão nunca antes vista na modernidade, o que nos leva a concordar com essa máxima afirmada por Negri: “O mundo é trabalho”.

Marietta Bárbara Barreto Bomfim. [Diversidade da participação feminina no Fórum Permanente de Entidades do Bairro da Paz.] O trabalho se propõe a identificar quem são as mulheres que participam do Fórum Permanente de Entidades do Bairro da Paz. Utilizando-se de técnicas metodológicas como a observação participativa e a análise documental para visualizar a diversidade de atores que o compõe. Esta heterogeneidade, por sua vez, é influenciada por uma gama de fatores, como a natureza das entidades que representam, os vínculos que estabelecem com as mesmas (e.g. se voluntário ou empregatício),

a origem das mulheres (e.g. se nativas ou exógenas), faixa etária, classe, etnia, dentre outros, que surgem ao longo da participação. Por fim, a análise lança luz e vem ajudando a compreender como esse caráter diversificado orienta a participação feminina junto ao coletivo.

Marieze Torres. [Corpo, emoções e cognição: um dilema sociológico de difícil solução.] O trabalho apresenta e confronta as concepções de corpo, emoções, e cognição, propostas pelos sociólogos norte-americanos, Theodore Kemper e Arlie Hochschild. Suas teorias, filiadas às tradições funcionalista e interacionista, fundamentais na constituição da sociologia das emoções, ainda hoje influenciam os debates entre os estudiosos de emoções. Embora o indivíduo continue dividido, à mercê de emoções-sensações incontroláveis ou sejam autoconscientes e controlados, suas teorias oferecem contribuições valiosas e insights interessantes para superação das dicotomias.

Marília Dantas Costa Carneiro. [Vivências de estudantes de origem popular na universidade pública.] O significativo aumento do número de estudantes que ingressam na Universidade Federal da Bahia através das políticas de ações afirmativas revela a necessidade de reconfigurações e aproximações da instituição com as realidades desses jovens. Em consonância com esta perspectiva, o grupo de pesquisa Observatório da Vida Estudantil busca compreender diversos aspectos da vida estudantil e os elementos que favorecem e dificultam o percurso dos estudantes cotistas de origem popular durante a permanência na universidade. Tendo em vista este contexto, o estudo teve como objetivo investigar os significados que os estudantes cotistas atribuem à participação da família na construção de suas trajetórias escolares. O estudo foi realizado na cidade de Salvador utilizando como abordagem metodológica a etnografia. Na coleta dos dados foi realizada a aplicação de um questionário com características sociodemográficas e entrevistas, para poder compreender as narrativas dos sujeitos quanto à condição de acesso na universidade e as estruturas de assistências para permanência. O estudo identificou os processos de subjetivação dos estudantes no contexto universitário. Uma vez que a universidade reconhece esses sujeitos, pode criar formas de assistência mais adequadas às suas necessidades.

Marina Regis Cavicchioli. [Os museus históricos e a construção do passado.] Um museu não coincide com um aglomerado de peças coletadas segundo critérios unicamente estéticos. Mesmo a criação de um museu obedece a propósitos relacionados a seu contexto histórico específico, assim como as exposições que marcam a sua invenção nada tem de neutras. Os museus e a maneira como as exposições são organizadas, nesse sentido, estão submetidas ao curso da história, e seus propósitos se modificam, de sorte que possuem uma historicidade. São exatamente os elementos constitutivos dessa historicidade que determinam desde a forma como os museus são construídos até a maneira

como as exposições são escolhidas ou como as peças de uma coleção são selecionadas e apresentadas. Assim, os museus históricos e arqueológicos contam-nos mais sobre o passado cuja história corresponde aos interesses do nosso tempo presente do que mais propriamente sobre o passado histórico, o qual sabemos ser inatingível. Isto significa que, tal como figuram em um museu, os objetos históricos ou arqueológicos são subordinados a uma exibição cujos critérios de construção são pouco fortuitos, desde a forma como os objetos são expostos até os critérios segundo os quais certos objetos ou simplesmente partes de coleções não vêm a público. Desse modo, a variação histórica daquilo que é considerado como patrimônio passa a depender de um jogo de forças travado por instâncias cujos interesses não coincidem com o da valorização desinteressada do patrimônio histórico. Em razão da determinação dessas instâncias, enquanto alguns museus históricos cumprem a função de legitimar identidades, sejam elas nacionais, de gênero, de etnias ou de determinados grupos sociais, por outro lado, outros museus ou exposições estabelecem-se em ruptura com a ordem vigente ou mesmo princípios morais de senso comum. O Museu Arqueológico Nacional de Nápoles é uma bela ilustração do quanto as escolhas museológicas são determinadas por elementos históricos ou ainda de como a história de uma coleção ou de um museu é intrinsecamente vinculada à história de uma época. Nessa medida, a exploração do caso desse Museu interessa aos propósitos de nosso trabalho. Afinal, se é o presente que direciona o nosso olhar em relação ao passado, ele, por vezes, nos impede de ver determinados aspectos, como é também o caso da Coleção Erótica do Museu Arqueológico de Nápoles. Além disso, essa situação exemplifica a dependência dos propósitos da construção de museus e exposições em relação a elementos que ultrapassam os limites da mera exposição de peças históricas, tais como as fontes de financiamento, recursos tecnológicos e público alvo.

Marisa Muguruza. [Realismo e causalidade mental em Searle.] Para Searle, o funcionamento da causação intencional forma parte do mecanismo explicativo tanto dos comportamentos humanos como dos fenômenos naturais. Uma das estratégias do filósofo para discutir sobre o tema da causalidade mental é partir da concepção de causalidade em Hume, (“todos os raciocínios concernentes a fatos da natureza se fundam na relação de causa e efeito”). Searle argumenta que, se bem o conhecimento dessa relação nasce inteiramente da experiência, como afirmava Hume, é possível a percepção de conexão necessária, que para Hume era uma mera ilusão, a partir da índole de nossas experiências reais subjetivas. Por outro lado, e ao contrário de Hume, Searle acredita que podemos estender a concepção de causação que experimentamos enquanto consciência ativa ou passiva, aos objetos e situações do mundo que existem e interatuam, uns com os outros de uma maneira totalmente independente daquelas. Ou seja, além de nossas experiências reais de causação, podemos estender com

facilidade essa noção a seqüências de sucessos do mundo que não contêm ditas experiências nem, para o caso, as de nenhuma outra pessoa. Mas a crítica fundamental que Searle faz a teoria da causalidade de Hume é o fato de afirmar que não temos impressão de uma conexão necessária, ou seja, não temos experiência da necessidade causal. Searle afirma, pelo contrário que na nossa vida consciente temos uma percepção nítida das conexões necessárias. Tanto quando temos experiências perceptivas ou quando nos dedicamos a atos voluntários, há uma condição causalmente auto-referencial nas condições de satisfação dos fenômenos intencionais. A intenção na ação (levantar o braço para beber água) só se cumpre se causa o movimento corporal e a experiência perceptiva só se leva a cabo se é causada pelo objeto percebido. Assim, o ponto central que marca a diferença com Hume no tratamento do problema da causalidade passa por afirmar que a existência da mesma relação que experimentamos quando fazemos suceder algo ou quando algo faz suceder alguma outra coisa em nós, possa ser percebida no mundo objetivo, ainda que a relação causal não implique nenhuma experiência. Com isto, pareceria que Searle, cai numa contradição admitindo que as relações de causalidade são próprias do mundo real, mas a possibilidade de encontrar um nexos causal entre os fatos da natureza esta estreitamente vinculado com a relação causal que experimentamos enquanto consciência ativa e/ou passiva. Se ele tem razão, cabe perguntar, qual é a base epistêmica da nossa experiência da causação? Como conciliar sua versão realista da causação como fenômeno que pertence aos fatos do mundo objetivo, com a sua teoria da causalidade mental, cuja característica é a necessidade e suficiência? Obviamente a preocupação de Searle esta longe de ser a mesma de Hume, quando procurava encontrar garantias às inferências causais. O que se pretende aqui é investigar alguma das implicações que o problema da causalidade mental traz para a compreensão do comportamento humano e do mundo na perspectiva abordada por John Searle assim como alguns dos seus argumentos com os quais pretende resolver possíveis ambigüidades da sua teoria.

Marlene dos Santos Santos. [Ser-no-mundo como constituição fundamental da presença em Ser e Tempo de Martin Heidegger.] Em sua obra central, Ser e Tempo, Heidegger levanta a questão sobre o sentido do ser tendo por fio condutor a analítica existencial da presença. Com o intuito de não substancializar o ser da presença e garantir o caráter de abertura, Heidegger nos aponta que a essência da presença é a existência. Esta é o único ente que existe dado seu primado ôntico-ontológico conferido pelo poder de compreender e interrogar seu ser e o dos demais entes com os quais ela sempre já é em se relacionando e também pelo seu modo de ser eksistente, ou seja, a presença é um ente que sendo sai de dentro de si. A presença é um “fora de si mesmo”, uma abertura em direção a mundo. Isso significa que a presença está sempre em direção a mundo

assumindo suas possibilidades de ser em um movimento de compreensão de ser na medida em que se relaciona com o mundo. Por isso que Heidegger põe a estrutura ser-no-mundo, fenômeno de unidade entre presença e mundo, como constituição fundamental da presença. Pois mundo e presença estabelecem entre si uma relação constitutiva, ou seja, constituem-se reciprocamente. Desse modo, a questão guia da nossa investigação consiste em analisar em que medida a concepção da presença enquanto ser-no-mundo rompe com a metafísica moderna no que diz respeito a dicotomia entre sujeito e objeto.

Mateus de Mattos Souza. [Autoconhecimento em Gilbert Ryle.] O filósofo Gilbert Ryle argumenta que perguntas comumente formuladas por filósofos, tais como “Que conhecimento uma pessoa pode ter sobre sua própria mente?” são perguntas impróprias que sugerem respostas absurdas. Segundo Ryle, perguntas formuladas desta maneira sugerem a existência de um mundo mental particular, de acesso exclusivo e com características imprecisas e obscuras. Se este fosse o caso, qualquer pergunta como “Que conhecimento uma pessoa pode ter sobre a mente dos outros?” não poderia oferecer nenhuma resposta possível. O acesso exclusivo de uma pessoa à sua própria mente excluiria a possibilidade de que esta pessoa tenha qualquer conhecimento sobre outras mentes. Ryle argumenta que a pergunta é imprópria porque encerra um erro gramatical: ‘mental’, na concepção de Ryle, é um adjetivo de um certo conjunto particular de ações, tais como pensar, desejar e temer, e não atributos de uma pessoa que ocorrem em um lugar particular acessado de maneira privilegiada pela própria pessoa. Ryle argumenta que o problema sobre a atribuição de estados mentais a nós mesmo e aos outros é puramente metodológico. Atribuímos estados mentais ao outro observando o comportamento deste outro. Um professor que atribui inteligência a um aluno, o faz a partir da observação de suas perguntas, da leitura de seus textos, da constatação do seu tempo empregado em leituras. O argumento central de Ryle sobre as auto-atribuições é que não existe nenhuma característica especial que diferencie a maneira que utilizamos na atribuição de estados mentais ao outro e a nós mesmo. Atribuo estados mentais a mim mesmo, como crenças, desejos e intenções, observando meu próprio comportamento. O argumento pode ser estruturado da seguinte forma: 1) Conhecemos outras mentes observando o comportamento de outras pessoas; 2) Conhecemos nossa própria mente da mesma maneira que conhecemos outras mentes; 3) Logo, conhecemos nossa própria mente observando nosso próprio comportamento. Nesta comunicação pretendo apresentar as linhas gerais da concepção de Ryle sobre o auto-conhecimento, particularmente expresso nas auto-atribuições. Examinarei também uma única crítica dirigida aos argumentos de Ryle pelo filósofo Donald Davidson. Segundo Davidson, não recorremos a qualquer evidência ou observação para conhecermos o que pensamos, cremos e desejamos, ainda

que correntemente possamos estar enganados sobre o que cremos, pensamos e desejamos.

Maurício Cavalcante Rios. [Racionalidade da mudança de crença científica.] O presente trabalho procurará analisar a explicação sobre os critérios da Racionalidade da Mudança Científica em Kuhn, partindo do seguinte problema e hipótese respectivamente: 1) Em que sentido Thomas Kuhn explica os critérios do que se chama de Racionalidade da Mudança de Crença; 2) Se, para Kuhn, o desenvolvimento histórico da ciência está voltado para as mudanças de “crenças” dentro de uma “racionalidade científica”, então é necessário examinar as diferenças entre o que é chamado de “Racionalidade da Crença” e “Racionalidade da Mudança de Crença” para que se possam compreender os critérios de mudança teórica na ciência. A Racionalidade da Mudança de Crença Científica na filosofia histórica da ciência de Thomas Kuhn tem sido discutida sobre a sua importância para a análise do desenvolvimento científico, tendo em vista, suas considerações acerca da natureza da ciência, contudo muitas críticas fazem referência à questão do método científico, à racionalidade de escolha de teorias e aos processos avaliativos que estão ligados a conceitos que são explorados pela especulação filosófica: As noções de realidade, verdade e evidência. O modo como a perspectiva histórica da ciência tenta explicar esses conceitos está fundado numa narrativa a respeito de crenças sobre a natureza de tal forma que o principal é descrever como os cientistas construíram essas crenças que constituem um corpo teórico e compreender o porquê das mudanças dessas crenças para outro modelo teórico. O trabalho procurará fundamentar-se teoricamente, nas obras de Thomas Kuhn, destacando-se, principalmente, “O Caminho desde a Estrutura”, onde é apresentada uma releitura dos conceitos que utilizou para explicar o desenvolvimento do conhecimento científico, tais como: Ciência normal, Crise e Revolução. A relevância deste trabalho justifica-se historicamente e academicamente por se tratar da compreensão da formação do pensamento da Epistemologia e Filosofia da Ciência contemporânea, além disso, notamos que, atualmente, boa parte da investigação filosófica concentra-se nos problemas relativos à ciência quanto a sua natureza, metodologia e características de conceitos ditos científicos: Teorias, leis, axiomas, métodos, técnicas, verificação, falsificação, observação, hipóteses, experiência, lógica, dentre outros, podem ser sintetizados na idéia de racionalidade científica. Os critérios para a análise estarão de acordo com a categorização das principais ideias a serem estudadas. Além disso, tentaremos estabelecer comparações e relações dos conceitos dos diversos autores estudados. Pretende-se analisar, inicialmente, as seguintes etapas: 1) Os Sentidos dos Conceitos de Racionalidade, Crença e Mudança em Kuhn, 2) Racionalidade da Crença e a Racionalidade da Mudança de Crença, 3) Os Conceitos de Realidade, Verdade e Evidência na concepção da Racionalidade da Mudança de Crença, 4) Karl Popper e Richard

Rorty: Relações com Kuhn e 5) O Sentido da Fundamentação dos Critérios de Mudança Científica na Perspectiva Filosófica e Histórica.

Mauro Castelo Branco de Moura. [Leituras da Crise.] A atual crise é muito mais abrangente e profunda do que uma “mera” crise financeira ou, inclusive, que uma crise econômica em acepção ordinária. Envolve um corolário complexo de dimensões que atinge o próprio processo contemporâneo de relacionamento do homem com a natureza. Poder-se-ia afirmar que é uma crise da civilização como a compreendemos atualmente. Destarte, sua eventual superação exigirá longo e complexo processo de reordenamento do modo como a própria socialidade humana se configura na atualidade.

Milton Júlio de Carvalho Filho. [Centro Antigo enraizamento e desenraizamento do crime no local.] Esta pesquisa etnográfica (realizada entre 2009 e 2011, no Centro Antigo da cidade do Salvador/Ba, especificamente nas praças Campo Grande, Piedade, Castro Alves, Municipal, Sé e Terreiro de Jesus) tem como sujeitos os homens e as mulheres praticantes de delitos na região, ocupantes desses espaços, cotidianamente, seja para a ação delituosa, seja para outras articulações relativas à sobrevivência, como alimentação, dormitório, abrigo, etc.. O objetivo geral do estudo é permitir uma (re)leitura da região do Centro Antigo através dos sujeitos praticantes de delitos naquela área, fazendo emergir um olhar específico sobre o local. Esses sujeitos, de certa forma, já foram contemplados em interpretações sócio-históricas e culturais sobre as áreas centrais da cidade, seja pela literatura, seja pela pesquisa científica. Entretanto, há necessidade de atualização das análises sobre esse tipo de ocupação das áreas centrais das grandes cidades, seja para indicar a migração do crime para outras áreas da cidade, seja para atestar a sua manutenção nos Centros Antigos, em novas dinâmicas. Por outro lado, essa ocupação das regiões centrais por sujeitos envolvidos com o crime é, de certa forma, desprezada ou não atualizada nos planos, projetos e políticas para o local, algumas inclusive, políticas higienizadoras, voltadas ao fomento do turismo na região ou para requalificação econômica e social do local. O estudo propõe um olhar sobre o que não se vê, ainda que as estatísticas criminais indiquem pistas da existência. Os sujeitos envolvidos com o crime na região ocupam esses espaços, estabelecem territórios, redes, vínculos, circulações, fluxos e comunicações no local. Especificamente, o estudo visa, através da convivência sistemática com esses sujeitos, compreender as trajetórias de vida que os levaram a viver ou atuar criminalmente no Centro Antigo; como utilizam esses espaços; como mantêm redes e vínculos mediados pelo crime e finalmente como mantêm relações entre si e se reconhecem. O problema norteador da pesquisa pode ser resumido na questão: como se dá e o que justifica a ocupação contemporânea dos centros antigos das cidades pelos sujeitos envolvidos com o crime violento? A pesquisa parte

do princípio que essa ocupação existe, de fato, o que é comprovada pelas estatísticas criminais. Assim, justifica-se pela importância de compreender as formas de ocupação dos centros antigos, possibilitando aos planejamentos urbanos para essa região, considerar não apenas os sujeitos visíveis, mas também sujeitos “invisíveis” que circulam e ocupam essa área da cidade em atividades delituosas, muitas vezes estabelecidas nas brechas das atividades econômicas fomentadas por planejamentos estatais para esses locais. Finalmente, a pesquisa dialoga com os estudos de Clifort Geertz, Zigmunt Bauman, Alba Zaluar, Gilberto Velho, Milton Santos e Thereza Caldeira, tanto para o seu reforço metodológico, quanto para as suas categorizações e análises.

Misael Sousa. [Limites e possibilidades da integração policial: um estudo de caso.] O trabalho analisa, a partir do conceito de cultura ocupacional, os limites e possibilidades da integração entre as Polícias Civil e Militar da Bahia, tendo como cenário de análise a Central Única de Telecomunicações da Secretaria de Segurança Pública da Bahia. Tomando como premissa analítica a existência de culturas ocupacionais bem definidas, bem como a existência de “conflitos” interinstitucionais históricos e cotidianos, propomos uma problematização considerando as resistências corporativas aos processos de mudança que caracterizam as organizações policiais.

Moisés de Oliveira Sampaio. [A trajetória de um coronel negro na Chapada Diamantina.] O objetivo deste trabalho é possibilitar outra análise sobre o coronelismo no interior do Estado da Bahia, através da trajetória do coronel negro Francisco Dias Coelho, um descendente de ex-escravos que adquiriu fortuna com o comércio de pedras preciosas, e juntamente com outros comerciantes dominaram a política local e regional de uma maneira ainda não estudada pelos cientistas políticos brasileiros das décadas de sessenta e setenta do século XX na Bahia. A trajetória política de Dias Coelho e seis partidários semanifesta de maneira contrária ao que é preconizado pelos teóricos do coronelismo no Brasil, a exemplo de Vitor Nunes Leal e outros, que seguem utilizando os conceitos fundados desde a década de quarenta do século XX.

Mônica Cordeiro Ximenes de Oliveira. [Representações das mães sobre doenças respiratórias em crianças na Comunidade Serviluz.] Atualmente, a promoção da saúde vem sendo entendida como uma estratégia promissora para o enfrentamento dos múltiplos problemas de saúde que afetam as populações humanas e seus entornos. A partir da concepção ampla do binômio saúde-doença é que se torna significativa a articulação de saberes técnicos e populares para o enfrentamento e resolução desses problemas. O estudo é resultado da pesquisa realizada no período de agosto a outubro de 2009 no Centro de Saúde da Família Dr. Célio Girão, na Comunidade Serviluz, em Fortaleza. Teve como objetivo compreender a representação das mães sobre doenças respiratórias

em crianças. Para tanto, a pesquisa de campo com abordagem qualitativa foi significativa para o conhecimento do objeto de estudo. A opção da entrevista como instrumento para a coleta dos dados permitiu que desvendássemos possíveis questões do cotidiano desses atores sociais e, sobretudo, compreendéssemos melhor as questões subjetivas relacionadas às crenças das informantes da pesquisa. Aplicamos entrevistas com seis mães e a partir da análise das narrativas das mães compreendemos que os fatores ambientais e os determinantes sociais influenciam o processo do adoecimento das crianças. Outra questão significativa que deve ser ressaltada é que grande parte das mães não têm conhecimento sobre as doenças respiratórias e essa condição contribui para o grande número de morbidade da patologia.

Mônica Lima. [Formação de psicólogos em residência multiprofissional: Implicação subjetiva transdisciplinar no cuidado em saúde mental.] Esta comunicação tem como objetivo discutir formação de psicólogos na modalidade de residência multiprofissional, considerando os significados e sentidos construídos pelos residentes e preceptores sobre o cotidiano da aprendizagem pelo trabalho. Trata-se da primeira turma de uma residência multiprofissional em saúde coletiva com área de concentração em saúde mental, iniciada em 2008, com 15 residentes de seis áreas diferentes, três delas psicólogas. Inspirou-se teórico-metodologicamente na vertente da psicologia social das práticas discursivas e produção de sentido e na escrita etnográfica da antropologia interpretativa. Utilizou-se na coleta de dados entrevistas semi-estruturadas com os residentes, grupo focal com os preceptores e diário de campo. A análise dos repertórios interpretativos dos informantes está organizada em dois eixos: psicologia como campo de saber e campo de fazer. Pode-se dizer que tais profissionais em formação, por conta de questões concretas enfrentadas na residência, são convocadas a produzir novas tecnologias de cuidado e novos modos de trabalhar em saúde mental, que muitas vezes não foram enfatizados durante o processo de formação protegida e uniprofissional. Um aspecto muito ressaltado pelas psicólogas-residentes é que elas têm adquirido uma capacidade de negociação para lidar com a hierarquia, sutil ou estarrecedora, apresentada por alguns profissionais e tolerância e diálogo em situações conflituosas, pouco imaginadas anteriormente, como habilidades tão significativas para a sua atuação. Para renovar o cuidado em saúde mental, ou seja, suplantar a cristalização dos papéis profissionais é necessário vencer o “preconceito tecnológico”, aquele que enfatiza uma certa maneira de se realizar práticas, que cada profissional adota a partir de um repertório comportamental modelado por sua profissão, sem se preocupar com o sujeito que está sob os seus cuidados, muitas vezes blindado em um não tratar tudo o que se fizer fora deste repertório. Essa habilidade de negociar e estabelecer acordos que se orientam para a atenção integral aos usuários se encontra bastante presente nos repertórios interpretativos

das psicólogas-residentes. Ela é utilizada em momentos variados e se refere a diferentes participantes do cuidado em saúde mental. O conjunto dos repertórios interpretativos dos próprios residentes e dos preceptores que pode ser relacionados à noção de perfil para a atuação em saúde mental estariam: “estar disponível”, “aberto”, revelando, protagonismo, autonomia, abertura para o acaso e para o encontro com o usuário. Além disso, enfatiza o ser afetado emocionalmente, ser mexido como algo relativo à dimensão subjetiva, que remete a processos singulares. Embora, seja necessário ressaltar, os processos singulares são também produzidos em contextos compartilhados pelo coletivo dos residentes, no cotidiano de trabalho e de preceptoria e de tutoria. A formação multiprofissional apresenta potencial para o desenvolvimento de uma implicação subjetiva transdisciplinar no campo da saúde mental, que parte do pressuposto que há uma dimensão subjetiva da formação técnico-acadêmica-militante, que diz respeito à experiência singular de cada residente em atribuir sentido e significados as ações que desenvolvem sobre uma determinada problemática, quicá mais próxima a compreensão de objetos complexos e orientada pela gestão de processos de mudança de si e dos entornos.

Mônica Maria C. L. Cravo. [Kant e a determinação da propriedade.] O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise da fórmula da humanidade como fim em si não como fundamento de um socialismo ético, mas sim como fundamento de um socialismo jurídico, base para a fundamentação racional do Estado de Bem-Estar Social, onde a justiça distributiva é pensada como justiça social e exige um regime de democracia econômica, onde a propriedade seja determinada em razão de sua função social. Este é um tópico da filosofia kantiana em que os comentadores não encontram consenso, indo de um Kant liberal no sentido econômico do termo (partidário de um Estado mínimo, cão de guarda da propriedade) a um Kant social-democrata, que imporá sérias restrições à determinação da propriedade privada e conferiria ao Estado republicano a tarefa da garantia das condições de autonomia dos sujeitos. Assim, manipulando o conjunto da obra kantiana, mapearam-se os pontos de inflexão de uma e de outra leitura, de maneira a buscar uma interpretação progressista que, se não é a única possível, é a que melhor dá conta dos aspectos complexos e, por vezes, aparentemente contraditórios – tensos, para usar a expressão de Ricardo Terra – da filosofia política kantiana. Fala-se do conjunto da obra do pensador porque, apesar de a análise se centrar na *Rechtlehre*, é indispensável o recurso a outros escritos, não apenas os ensaios de filosofia da história (que, para Kant, praticamente equivale à história do próprio direito como posituação da liberdade) e antropologia como também as três críticas e, mesmo, textos epistolares.

Moniele Nunes. [Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC): Avanços

e desafios.] Ainda é recente o debate sobre o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes na sociedade brasileira. Esse direito ganha atenção do Estado e da sociedade a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 disposto no art. 227, dentre os direitos da criança e do adolescente, está o da convivência familiar e comunitária. Posteriormente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/90) em seu art. 19, quando afirma que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta. Por vezes, pesquisas têm demonstrado que esse direito previsto pela legislação constitucional e infraconstitucional vem sendo infringido. Diante de um cenário de descumprimento do texto legal do ECA, surge o PNCFC que tem como marco basilar o direito à convivência familiar e comunitária respeitando a diversidade dos arranjos familiares imersos a uma sociedade complexa. Parafraseando Emeli Alves, este plano constitui um divisor de águas em relação ao rompimento a uma política assistencialista (1924 a 194) e institucionalizante (1964 a 1990) que ao longo da história social da criança e do adolescente não priorizava através de políticas públicas a (re)construção e fortalecimento dos vínculos familiares. O PNCFC é fortalecedor de uma visão “emancipadora” porque rompe com uma concepção estigmatizante sobre a família, “negligente”, “desequilibrada”, “incapaz” e sobre as crianças e adolescentes, “prender para proteger”, confinando-as em instituições totais, buscando compreender a complexidade e diversidade das novas configurações familiares. Pensar em promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente é pensar a família como um conjunto de ações articuladas. Por isso, o plano enfatiza a articulação entre políticas públicas e famílias fragilizadas, como veículo para prevenir e fortalecer os vínculos afetivos, evitando ou prevenindo a rupturas desses laços. Embora esse plano apresente uma “nova” concepção de operacionalização, já que em tese supera o paradigma de que anteriormente as ações do Estado estavam pautadas em concepções paternalista e assistencialistas, ainda encontra-se desafios na sua implementação: “49,5% (ou 2.754) dos municípios realizaram as Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tiveram como um dos temas o PNCFC, e mais da metade 5.561 municípios existentes no Brasil sequer tomaram conhecimento a respeito do plano” (ANCED, 2009). Uma das principais barreiras elencadas pela ANCED (2009) para a implantação do PNCFC foram os atrasos na articulação política com os estados e municípios. Sabemos que garantir a convivência familiar e comunitária empiricamente não é uma tarefa ou uma solução simples, é preciso que o Estado saia da inércia e proponham mudanças sociopolíticas efetivas na promoção de políticas públicas, convocando também uma ação articulada com a família e a sociedade civil, garantindo soluções diversificadas, respeitando a diversidade das relações sociais a qual as famílias estão circunscritas.

Muniz Gonçalves Ferreira. [Leituras da Crise.] Esta comunicação se propõe a contribuir para o debate acerca da crise que se manifesta na vida internacional nos últimos anos através da apreciação de sua expressão na política mundial. Partindo de uma caracterização do sistema de poder mundial como assimétrico, contraditório e conflitivo, a comunicação coloca em tela os papéis que vem sendo desempenhados pelas grandes potências em suas intervenções voltadas para a garantia ou ampliação de hegemonia na (des) ordem internacional e suas implicações para a paz, a segurança, a estabilidade e o bem-estar dos povos do planeta.

Murilo Garcia de Matos Amaral. [A teoria pictórica e a bipolaridade da proposição.] O *Tractatus logico-philosophicus* de Ludwig Wittgenstein acompanha uma tradição lógica que norteia a reflexão filosófica para o estudo da estrutura essencial do discurso significativo. Destarte, a proposição, no *Tractatus*, possui determinadas condições lógicas essenciais de representação da realidade. Tais condições são dadas pela teoria pictórica, que aparece entre o aforismo 2.1 e o aforismo 2.225. Segundo a teoria pictórica, a proposição é uma figuração da realidade. A noção de figuração confere à proposição duas características que muito imortam à tradição lógica: a bipolaridade e a independência do sentido em relação ao valor de verdade. O objetivo deste trabalho, pois, é apresentar a noção de figuração tendo em vista a explicação destas duas características.

Murilo Souza Arruda. [Os passos no mundo: Reflexões sobre o caminhar transgressor de homossexuais.] A re-configuração da paisagem sócio-espacial a partir da crescente visibilidade e, em alguns casos, a agência desses corpos marcados por experiências de gêneros, nos convida a pensar certa colonização e recomposição dos espaços públicos. Nesse sentido, o corpo é uma obra-discurso que ao caminhar retma, performa e produz sentidos pela paisagem no vai-e-vem de suas pernas. Voltar-se para a diversidade de corpos e os sinais que convidam o olhar do outro por suas caminhadas nos espaços, convida a pensar na transformação social que faz alguns LGBT serem ativistas em suas vidas, sem necessariamente coadunar com um tipo de ativismo iniciado em fins da década de setenta, e institucionalizado nos anos oitenta, catalisado pela epidemia do HIV/AIDS. Neste trabalho, pretende-se perceber como num espaço social, preenchido de sentidos relacionais – fruto tanto de todas as ações feministas quanto do movimento LGBT –, a visibilidade provocada pelo caminhar apoteótico de homossexuais, pelo mundo público e cotidiano, abre caminho à renovação e/ou conservação da vida.

Nairis Lima. [A propriedade privada em Rousseau.] Rousseau propõe uma espécie de genealogia a propriedade, que se origina no trânsito do estado de natureza à sociedade civil, imprimindo-lhe certas características ao longo de um processo

histórico, de caráter eminentemente social, onde sua instituição implica diretamente nas principais mazelas da sociedade civil, inclusive em fulcro da desigualdade. O insigne genebrino parece deslocar o fundamento da propriedade privada à anuência social, afastando-se da tradição liberal que a enxerga como um atributo inamovível da própria individualidade humana.

Nancy Mangabeira Unger. [O homem dentro do homem: Livro IX da República.] Qual o fundamento e origem da tirania? O tirano não é senão a expressão dos homens de alma tirânica que são seu sustentáculo e seu séquito. Após mostrar o tirano como aquele que, dentre os homens de alma tirânica, foi alçado ao poder, Sócrates o descreve como o mais infeliz dos homens, por ser escravo de seus desejos mais baixos, que oprimem a totalidade da alma. Na outro pólo das possibilidades dadas ao ser humano realizar, reside o homem dentro do homem, o amigo de si.

Nancy Rita Sento Sé de Assis. [O Desembargo do Passo agora é aqui: A elite jurídica baiana depois do alvra de abril de 1808.] Propõe-se a discussão de uma das instituições mais importantes da estrutura do Império Português: o Tribunal da Relação da Bahia. Ainda pouco conhecido, ao referido tribunal foram atribuídas inúmeras funções, no exercício das quais as autoridades jurídicas coloniais e imperiais garantiram para si consideráveis fatias de poder e prestígio. Apesar da obrigatória fidelidade ao Rei de Portugal, pactuada no momento em que eram nomeados, juízes e desembargadores muitas vezes estiveram no centro de vários conflitos que opuseram os interesses dos habitantes da colônia aos interesses a Metrópole. O objetivo da pesquisa em andamento é identificar esses conflitos e discutir a atuação do Tribunal da Relação da Bahia na resolução deles, nos últimos anos que antecederam a independência do Brasil. Para esta comunicação a discussão proposta circunscreve-se aos dez anos imediatamente posteriores à instalação da família real no Brasil, no intuito de problematizar os efeitos e consequências do Alvará de 22 de abril de 1808, que cria no Rio de Janeiro o Tribunal da Mesa de Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, transferindo para o território e jurisdição do Brasil competências antes exclusivas dos Tribunais do Reino. No centro da discussão, o Tribunal da Relação da Bahia e os discursos e práticas dos seus juízes desembargadores.

Napoliana Pereira Santana. [Família e micro-economia escrava no sertão do São Francisco (Urubu, 1840-1880).] Este trabalho trata da participação escrava na economia local e regional de fazendas pecuaristas no sertão do São Francisco, durante os anos de 1840-1880. Analisa ganhos adquiridos por escravos nos negócios com o gado que possibilitaram a formação de uma micro-economia escrava, significativa para “arranjos da sobrevivência” pessoal e familiar. As

fontes da pesquisa são inventários, registros contábeis, livros de batismos e casamentos.

Narla Denise Rodrigues Fernandes. [Da educação básica à educação superior: Desafios que permeiam essa trajetória.] O presente trabalho pretende mostrar como o ensino superior é central na dinâmica do desenvolvimento econômico e social das sociedades. Nos últimos tempos, o debate sobre a inserção dos jovens na vida econômica, acadêmica, social e cultural se tornou um dos principais temas das políticas para juventude no Brasil. Entretanto, apesar do relativo volume de reflexões em torno desta temática, as estratégias voltadas para esse segmento não se encontram devidamente articuladas, restritas a um elenco de programas que ainda não podem ser considerados com verdadeiras políticas públicas. Mesmo sendo ratadas com relativa imprecisão, as ações voltadas para a juventude, principalmente nas últimas três administrações do governo federal, avançaram, em especial, no que concerne ao acesso de jovens de origem popular ao ensino superior, refletindo uma melhoria da agenda pública para a juventude. focado sua atenção no segmento ingresso através de reserva de vagas, sistematizando informações úteis para o aprimoramento das políticas de assistência estudantil e constituindo-se como canal de expressão para esse grupo de estudantes alguns. Os estudos aontam na direção da fragilidade da educação básica, especialmente das escolas de nível médio, em promover nos alunos, o interesse em continuar seus estudos ingressando em um curso superior. Os dados já analisados pelo OVE conferem ao professor e às famílias um importante papel na decisão do jovem em ingressar na universidade, embora, nem sempre, no caso das famílias, esse papel seja decisivo, na medida em que o apelo para que o jovem ingresse no mundo do trabalho, colide com a iniciativa de prosseguimento da sua formação. Nessa prospecção inicial, não se encontraram iniciativas sistemáticas visando aproximar o universo da escola pública ao ensino superior.

Natã Silva Vieira. [Cultura de vaqueiro: O sertão e a música dos vaqueiros nordestinos.] Neste artigo, pretendemos localizar alguns espaços (físicos e imaginários) e caracterizar os personagens que foram analisados no corpo da Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais, a partir do conteúdo das músicas dos vaqueiros cantadores selecionados para a nossa pesquisa. Apresentamos, então, aqui uma breve discussão com alguns autores clássicos e outros mais contemporâneos no que se refere à caracterização do sertão, seus habitantes, cultura, etc. Trataremos assim de fazer uma discussão sucinta de algumas exposições acerca do sertão e, de forma mais precisa sobre o vaqueiro no sertão nordestino. Nesta primeira incursão objetivamos fixar alguns elementos, presentes no imaginário brasileiro, no qual se apresentam com características da vida cotidiana do sertanejo: trabalho, lazer, família, religião,

cultura, política, migração e relações cidade/campo; além do próprio lugar em que habita, o sertão nordestino.

Natália Lima Figueiroa. [“É só fechar a boca”: uso e desuso da cerclagem dentária para o tratamento da obesidade mórbida.] A obesidade é considerada pelas ciências da saúde como um importante problema contemporâneo, sendo caracterizada or acúmulo excessivo de gordura corporal. Alguns especialistas alardeiam um futuro preocupante, e apregoam que a obesidade deve ser, desde já, encarada como uma epidemia mundial. Quando o sujeito possui índice de massa corporal (IMC) maior que 35 ele é classificado como obeso de grau III ou obeso mórbido, condição que, para grande parte dos profissionais de saúde, deve ser combatida a fim de retomar ou conquistar a vida saudável, a autoestima, sucesso social, independência e por ultimo, mas não menos importante, o corpo magro. Assim, em nome da saúde foram desenvolvidos vários tratamentos que, nem sempre, sustentam a dignidade do sujeito e que por vezes estigmatizam ainda mais aqueles que os utilizam. Este trabalho visa, portanto, problematizar e revisitar os tratamentos comumente utilizados para tratar a obesidade mórbida privilegiando uma discussão sobre a técnica restritiva da cerclagem dentária. Esta, segundo a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM), consiste na amarração, através de fios de aço, dos dentes da arcada superior com os da arcada inferior, restringindo a entrada de alimentos sólidos. Ainda que esta técnica esteja em desuso, discuti-la implica problematizar a condição da obesidade e do sobrepeso, bem como em traçar uma relação entre sentimentos como a dor, ansiedade e aflição com o processo de emagrecimento. Através do suporte teórico fornecido pela sociologia do corpo e das emoções, além da literatura médica disponível sobre o assunto, serão abordadas questões como o estigma social da obesidade, a medicalização da doença e os paradigmas estéticos vigentes. Pretende-se, neste trabalho, iniciar uma discussão, que será aprofundada em trabalho de conclusão de curso, a respeito do discurso médico-científico sobre a obesidade e seu impacto sobre a sociabilidade do obeso.

Natalia Silveira de Carvalho. [O gênero como doença: o discurso jurídico de patologização da transexualidade.] O trabalho em questão pauta algumas considerações provenientes dos primeiros resultados da pesquisa realizada sobre a patologização da transexualidade pelo discurso do Direito. A pesquisa tem como hipótese inicial a construção de uma identidade patologizada pelo discurso estatal do Direito, reiterando uma ideologia de gênero binária. A um primeiro momento a análise se ateve a coleta de jurisprudência a fim de averiguar a hipótese primária da pesquisa. Contudo, o que é apresentado neste trabalho são algumas reflexões embasadas pelas teorias feministas sobre a necessidade ou não do diagnóstico de transexualidade. Atualmente tem se intensificado a discussão sobre a reivindicação de despatologizar a transexualidade (chamada

transexualismo pelo discurso das leis jurídicas e psiquiátricas) nos Estados Unidos e também no Brasil, pois o Diagnóstico Estatístico de Doenças Mentais (DSM), cuja última alteração ocorreu em 1994 se encontra prestes a sofrer mais alterações no ano de 2012, sendo o momento atual propício para uma análise sobre a possível retirada ou não do transexualismo desta lista de doenças mentais a serem tratadas, gerando uma efervescência de considerações tanto contra quanto a favor da existência do diagnóstico. O argumento mais contundente em relação à defesa da manutenção do diagnóstico seria sua relevância instrumental para quem pleiteia a mudança de sexo. Seria o diagnóstico o trampolim para a conquista do direito à “livre” escolha do sexo por quem entende necessária tal modificação em seu corpo. Entretanto, devemos nos preocupar com as dimensões políticas deste diagnóstico sobre a constituição identitária dos seres marginalizados pela norma de gênero, uma vez que “o pessoal é político”. Compreender a reivindicação pelo diagnóstico enquanto uma essencialização estratégica incorre no risco de cairmos na cilada lingüística do discurso patológico: a constituição do self enquanto patologia social impõe a necessidade do auto-reconhecimento como ser abjeto e errado para que o Estado propicie caridosamente a possibilidade de existência após uma série de procedimentos terapêuticos. O diagnóstico mostra-se como discurso excludente da linguagem de auto representação – a pessoa assume outra linguagem para expressar quem é e o que pretende ser – correspondendo a uma invasão que permeia o self de forma massacrante. A necessidade do aval médico e estatal para a realização da mudança de sexo apenas deixa claro o papel das instituições para a manutenção da ordem de gênero binária e patriarcal. Há construções corporais que atuam dentro dos parâmetros normativos e outras não. Para as primeiras há uma ilusão de autonomia que só é quebrada quando analisamos os casos que desafiam a ordem de gênero. Tal controle sobre o texto inscrito sobre os corpos se justifica uma vez que os indicadores corporais possibilitam a leitura do sexo – são as formas do corpo tornar-se legível. Transgredir as normas de gênero implica em ousadia exacerbada que deve ser silenciada pelo ordenamento social, a fim de desencorajar e minar as possibilidades de auto-identificação fora dos pares binários. Neste sentido, o discurso jurídico apresenta-se extremamente útil para implantar no imaginário social o caráter de anomalia das identidades disformes.

Natalia Soares de Oliveira. [Prazer visual e perigo político: Cinema e feminismo em Laura Mulvey e Teresa de Lauretis.] Esse artigo se propõe investigar a forma como a mulher é representada no cinema a partir da perspectiva das autoras Laura Mulvey e Teresa de Lauretis. Abordando a contribuição do cinema feminista e da teorização feminista sobre cinema para o deslocamento do olhar sobre o corpo e a existência social das mulheres. Ainda busco apresentar a relação

entre a representação do corpo e da sexualidade feminina no cinema pornô e suas implicações políticas.

Natasha Maria Wangen Krahn. [Preparar para a liberdade: limites e possibilidades no ambiente prisional.] Este artigo é fruto da monografia de final de curso e teve por objetivo compreender o papel do curso Preparando para a Liberdade dentro do contexto de saída do encarcerado do ambiente prisional. Foi realizada uma análise desta intervenção social que tem como público-alvo, detentos do sistema carcerário que estão prestes a receber a sua liberdade (condicional ou definitiva). As duas questões direcionadoras da pesquisa foram: 1) “por que ‘sair da prisão é mais difícil do que entrar’?” (frase pronunciada na abertura do curso em 22 de julho de 2008 pela então Secretária da Justiça Marília Muricy) e 2) qual o papel do curso nesse processo. Para a análise são abordadas as dificuldades pré, durante e pós-cárcere enfrentadas pelos que passam pela experiência prisional. A grande maioria dos que cumprem pena veio de um contexto de exclusão social pré-cárcere, o que se percebe principalmente pela baixa escolaridade da maioria dos encarcerados, tendo sempre o cuidado de não relacionar a pobreza à criminalidade, mas sim à criminalização. Portanto, se os encarcerados são, na sua maioria, os socialmente excluídos, após o cárcere essa situação se agrav consideravelmente. E um dos agravantes ao processo de saída é a própria experiência prisional devido à sociabilidade peculiar que é criada dentro desta instituição, que o ‘desprepara’ para a liberdade. Portanto, o curso surge a partir da percepção de que algum tipo de preparação deveria ser realizado antes da saída dos detentos ao convívio social, com a intenção maior de diminuir a reincidência, ou seja, quebrar com o ciclo comum cárcere-rua-cárcere. O que se pôde perceber foi que essa intervenção é uma proposta diferenciada de outras atividades laborativas e intervenções sociais já oferecidas pelo sistema. Ela permite ao encarcerado uma reflexão sobre sua vida, sua experiência prisional e permite o resgate de uma perspectiva de vida para o futuro, bem como trabalha suas expectativas e medos, e procura fortalecê-lo para enfrentar as dificuldades pós-cárcere. Mas o curso ainda é uma atividade que não se integra ao funcionamento do sistema, e é ainda de cunho esporádico e de curta duração, o que são grandes limitações para o alcance dos objetivos do curso. Nesse sentido, traz contribuições importantes para este momento de saída da instituição penal, de limiaridade, mas que, pelas limitações próprias do sistema penal, acaba sendo uma experiência transformadora para alguns poucos, e para muitos é mais um curso realizado dentro do ambiente prisional com a intenção de ‘ocupar a mente’ e passar o tempo. Objetivos de inclusão social e diminuição da reincidência têm maiores chances de serem alcançados com uma mudança drástica na forma de punição e na compreensão por parte da sociedade deste problema social, bem como sua participação na formulação

de soluções para os problemas sociais que se encontram encarcerados e isolados da sociedade na prisão.

Nayara Borges Reis. [A expressão e o mundo sensível em Merleau-Ponty.] Segundo a concepção fenomenológica que busca descrever a experiência humana tal como ela é, antes de qualquer tentativa de análise e explicação, das quais o pensamento objetivo parte, Merleau-Ponty reflete acerca de um mundo sensível, um mundo em estado de começo, um mundo originário, no qual nossa subjetividade está engajada, está imbricada na medida em que o vivencia e não se separa dele para pensá-lo. De tal modo, o mundo não é o ambiente geográfico comum às coisas e a nós, mas o ambiente afetivo, onde nos encontramos agindo, pensando, sentindo, enfim existindo e co-existindo. Há uma imbricação entre corporeidade e mundo, pois é através do corpo que conhecemos o mundo e, na medida em que todos compartilham dessa experiência sensível, desse ato originário de pertencer sensivelmente a um mundo, há uma intercorporeidade. As relações é que contam nesse mundo sensível, não as coisas fechadas em si mesmas, absolutizadas, mas a relação, enquanto encontro, entre o “ser-em-si” e o “ser-no-mundo” e tal encontro está sempre em estado de começo, sempre por se fazer, nunca acabado, pois o “eu” e o “outro” coexistem a partir do mundo e o mundo já é essa coexistência, eis, portanto, uma simultaneidade ininterrupta. Nesse sentido, o caráter expressivo da experiência é afirmado, pois nesse contato originário e inacabado com o mundo, a corporeidade expressa e essa expressão é sua própria maneira de perceber o mundo, ou seja, percepção e expressão estão atreladas, pois a percepção se dá sempre em um campo afetivo e num domínio pré-objetivo, de modo que o sentido daquilo que percebemos já está sempre constituído, mas sempre dado a se reconstituir conforme o freqüentamos, é sempre prévio e aberto, já sensível mas rearranjável, e isso já é a expressão por si mesma, essa expressividade que o campo perceptivo carrega. Contudo, ainda no contexto fenomenológico, Merleau-Ponty destaca a linguagem como expressão, no sentido de uma linguagem indireta, cujas palavras já carregam um sentido vivido por nós, pela nossa necessidade de comunicação que é também prévia. Nosso trabalho pretenderá, portanto, explicitar essas noções da filosofia de Merleau-Ponty.

Nei Freitas Nunes-Neto, Ricardo Santos do Carmo & Charbel Niño El-Hani. [A linguagem teleológica e funcional na ecologia.] Análises da linguagem teleológica estão presentes na história da filosofia pelo menos desde os gregos antigos. Em Aristóteles, ela ganha proeminência, em vista da metafísica teleológica do Estagirita estar fortemente inspirada em seu interesse pelo mundo vivo. Desde Aristóteles, a história do pensamento sobre seres vivos é marcada por diferentes interpretações do modo teleológico de linguagem, ora visto como algo a ser banido das explicações dos fenômenos vivos, ora como um recurso linguístico

e cognitivo a ser reconhecido e legimitado. Tomando como marcos de referência os debates contemporâneos em filosofia da ciência sobre teleologia e função, o objetivo central deste trabalho é investigar os significados atribuídos ao termo função – e seus pressupostos subjacentes – no campo da ecologia. A pertinência desta tarefa é clara, na medida em que temas como função e teleologia nas ciências têm sido quase que exclusivamente discutidos no contexto do pensamento evolucionista e, não obstante, também as explicações em ecologia estão amplamente povoadas por expressões teleológicas e funcionais. É interessante notar que enquanto a biologia evolutiva tem mostrado mais amadurecimento em torno da linguagem teleológica e funcional, não verificamos esta mesma situação na ecologia. Se, por um lado, há um parco desenvolvimento dos debates filosóficos sobre função na ecologia, por outro, alguns ecólogos têm buscado maior clareza sobre os significados do termo nesta ciência. Contudo, tais análises, via de regra, passam ao largo dos debates filosóficos sobre função e teleologia, os quais avançaram enormemente a partir da segunda metade do século XX. Tal desconhecimento ou negligência de tais debates filosóficos pesarão contra qualquer abordagem sobre função na ecologia. Em vista desse problema, adotamos como marcos de referência de nossa análise os debates contemporâneos sobre função na filosofia da biologia. Nesta linha, defendemos uma ligeira reinterpretação do argumento a favor do consenso dualista, proposto inicialmente por Peter Godfrey-Smith, que estabelece que há dois modelos distintos de função na biologia. De um lado, o modelo etiológico-selecionista presente, por exemplo, em Larry Wright, em 1973, ao que se seguiram modelos de Ruth Millikan e do próprio Godfrey-Smith e, de outro, o modelo de função como papel causal, cujo primeiro formalizador foi Robert Cummins, em 1975. Após uma apresentação e discussão dos objetivos e dos fundamentos de tais concepções gerais, realizamos uma breve análise dos argumentos em torno do conceito de função construídos na comunidade de ecólogos. Esta análise é representativa dos discursos destes, na medida em que foca sobre uma abordagem central da ecologia contemporânea, o programa de pesquisa sobre Biodiversidade e Funcionamento Ecosistêmico. Este programa de pesquisa, nas últimas décadas, tem embasado políticas ambientais, de modo que suas consequências sobre o mundo sócio-ambiental são cada vez mais significativas. Com nossa análise epistemológica pretendemos tornar claros os fundamentos de tais usos de função, assim como também suas implicações sócio-ambientais.

Núbia Bento Rodrigues. [Nacionalidade, racialidade e criminalidade: Brasil, 1938.] Na distante manhã de março de 1938, São Paulo despertava sob a ressaca do carnaval. Mas um crime bárbaro brutalizou o fim da folia. Por detrás das portas de ferro de um restaurante popular, no centro da cidade, jaziam os cadáveres de pessoas assassinadas com uma mão de pilão. As vítimas eram

três homens e uma mulher. Dois homens, um lituano e um nordestino, foram mortos no salão principal, onde eram servidas as refeições, no restaurante. O terceiro era o chinês, proprietário, surpreendido a meio caminho entre sua casa e o contíguo estabelecimento comercial. Sua esposa, perdeu a vida em seu próprio leito, decerto enquanto ainda dormia. Um homem negro, Arias de Oliveira, ex-empregado do restaurante foi acusado pelo quádruplo assassinato, cujo processo judicial e as fontes jornalísticas forneceram a substância para Boris Fausto escrever *O Crime do Restaurante Chinês*. Qual seria a relevância de um processo criminal envolvendo chineses; um lituano; um nordestino, os mortos; e um negro, o acusado; no final do carnaval de 1938, para compreensão da história social brasileira do período? Os três primeiros eram a escória dos imigrantes e dos migrantes de São Paulo. O negro, acusado criminoso, era a escória da população brasileira desde há muito tempo, não importava o lugar. Mas este não é o único motivo para que este texto tenha como ponto de partida, em seu título, o ano de 1938. Alguns meses depois, em 28 de julho, o advogado de defesa de Arias recebeu uma carta de Franca, SP. O remetente elogiava o negro acusado de cometer os quatro homicídios na Rua Wenceslau Braz, no 13. Talvez enquanto lia esta carta, Paulo Lauro não tenha tomado conhecimento de outro evento considerado, aqui neste texto, como muito importante para se elaborar uma leitura específica a respeito dos três substantivos escolhidos para intitular este texto, neste período específico da história do país. Nesse mesmo dia, a mais de dois mil quilômetros de São Paulo, em algum lugar do sertão sergipano, o núcleo principal do bando de Lampião capitulava, depois de vinte anos de atividade. Era o início do fim do cangaço, um movimento social forda-lei que teve vida longa no Nordeste do Brasil, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Os corpos do Senhor do Sertão e de seus companheiros desapareceram. As cabeças, contudo, foram cortadas e levadas pelos “macacos” como prova de seus feitos. Após peregrinar por instituições policiais e universitárias, estes troféus macabros foram incorporados ao acervo do Museu Antropológico Estácio de Lima, em Salvador, como parte da exposição permanente de medicina legal, até serem sepultados em Serra Talhada, em 1969. Esta comunicação partirá das narrativas dos livros *O Crime do Restaurante Chinês*, de B. Fausto e *Lampião, Senhor do Sertão*, de Elise Gruspan-Jasmin, para problematizar o lugar dos sujeitos excluídos da nação brasileira, na primeira metade do século XX.

Ordep Serra. [Preservação ambiental, patrimônio cultural e intolerância religiosa no Recôncavo, área de influência da BTS.] É inegável que a área do Recôncavo mantém uma ligação profunda com a orla mediterrânea da BTS, tanto em termos geográficos, históricos e culturais quanto ecológicos: basta pensar na importância da Bacia do Paraguaçu para a conformação da “Baía de Todos os Santos” e de seu entorno. Esta apresentação toma como exemplo fenômenos

registrados em Cachoeira, mas hoje recorrentes em toda a região. Eles têm a ver com certa mudança no perfil religioso dos seus habitantes: avanço do neopentecostalismo às custas da religião católica e dos cultos afro-brasileiros, com acentuada intolerância no tocante a estes últimos, traduzida, não raro, em atos violentos. Um efeito indireto é a devastação de recursos naturais preservados pelos terreiros. O desprestígio do candomblé nesse contexto o torna vulnerável a ataques de diversas origens: haja vista o desmatamento de uma vasta área e o aterro de lagoa sagrada do Seja Undê, em Cachoeira, por obra de grileiro que ignora embargos do IBAMA e do IPHAN. A partir deste caso, deseja-se advertir o alcance do fenômeno em escala regional.

Paula Barreto. [Desafios recentes ao fortalecimento institucional dos espaços voltados para os estudos africanos e afro-brasileiros nas instituições de ensino superior: o caso do Centro de Estudos Afro-Orientais (FFCH-UFBa).] O trabalho analisa a trajetória recente do Centro de Estudos Afro-Orientais refletindo sobre as possibilidades e limites existentes para o seu fortalecimento institucional em um contexto marcado pela criação de órgãos governamentais responsáveis pelo delineamento e implementação de políticas de promoção da igualdade racial, pela adoção das Políticas de Ação Afirmativa e do Programa Reuni nas instituições públicas de ensino superior, e pela maior mobilização da sociedade civil e, em particular, dos diversos segmentos da comunidade negra. As evidências empíricas utilizadas resultam de pesquisa realizada sobre o acervo e a memória do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBa, focalizando o período de 1985 até os dias atuais. O Centro de Estudos Afro-Orientais foi criado em 1959 e sua trajetória ainda não mereceu a atenção devida por parte dos pesquisadores que tratam da vida intelectual e das instituições universitárias no Brasil e, em particular, na Bahia.

Paula da Luz Galvão. [Família Negra e Religião: uma nova perspectiva.] Os estudos sobre família e parentesco foram, e ainda têm sido, exaustivamente tratados nas Ciências Sociais. Das idéias evolucionistas, até a reviravolta provocada por David Schneider, o assunto vem sendo discutido tendo como foco desde linhas evolucionistas que marcavam tipos de parentesco dos mais “primitivos” aos mais “civilizados”; passando pela análise de sistemas de classificação de diferentes povos; até a problematização de categorias tidas anteriormente como biológicas, e essenciais a todos os povos. As polêmicas levantadas sobre este assunto ainda não estão completamente resolvidas, mas são interessantes na medida em que colocam o debate sempre em voga, problematizando conceitos e termos tomados muitas vezes como dados. No Brasil se discutiu à exaustão as configurações surgidas a partir de arranjos familiares, principalmente no período do Brasil colônia. No entanto, muitas destas pesquisas se mostraram centradas em modelos de família patriarcal e

no desarranjo das famílias escravas. Estas pesquisas, apesar de ofuscarem outros tantos modelos de família que surgiram neste e noutros períodos do Brasil, nos fornecem uma base para compreensão das famílias negras atuais, não considerando haver sobrevivências aos modelos da escravidão, e sim elementos socioculturais, que pelo próprio desenvolvimento da história, repercutem nos dias atuais. Dentre esses elementos, considero como relevantes aqui a religião e a condição de classe do negro na Bahia. Além desses elementos considerados como relevantes para compreender a família negra atual, um ponto ainda mais importante dessas discussões é fundamental para a análise que proponho neste trabalho: a possibilidade de se pensar a família e o parentesco de maneira distinta dos padrões ocidentais monogâmicos, ou colonial patriarcal. Um modelo de família que poderia ser pensado segundo esta perspectiva poderia ser exemplificado pela família-de-santo do Candomblé. Todavia, nem mesmo esse modelo será tomado à risca neste trabalho. A família-de-santo é exemplar no que diz respeito a um modelo matrifocal de família, no entanto, ainda não dá conta de certas idiosincrasias presentes nos interstícios da formação de certos tipos de família religiosa que podemos encontrar na Bahia, especialmente em grupos de possessão. Nestes grupos a penetração de elementos religiosos na esfera doméstica é marcante. Assim, ao ultrapassar a esfera institucional, rituais, cultos e entidades espirituais perpassam o cotidiano das pessoas compondo a esfera mais ordinária de suas vidas, ao ponto destas últimas (as entidades) serem consideradas como membros da própria família. Considerando esta íntima relação, é possível tomarmos como relevante algo que a literatura ainda não se debruçou profundamente: o local que as entidades espirituais, ao mesmo tempo guias, amigos, companheiros e intrinsecamente ligados aos seus médiuns, desempenham no caminho que a mulher, líder do grupo religioso, percorre para chegar ao lugar de destaque em sua família (religiosa ou não), este sim, discutido e rediscutido pela literatura especializada. A partir do entrecruzar destas perspectivas sobre família e religião tenho em vista, então, analisar os modos pelos quais grupos religiosos domésticos e de possessão ressignificam maneiras de conceber a família e as relações de parentesco, e como esta configuração religiosa nos permite pensar arranjos matrifocais de relações.

Paulo Fábio Dantas Neto. [Competição política na Bahia após as eleições estaduais de 2010.] A análise tem como objetivo compreender características de um processo, atualmente em curso, que pode ser de reestruturação do arranjo de elites (municipais, estadual e nacional) que governou a Bahia através do grupo político conhecido por carlismo e/ou a sua substituição por um sub-sistema competitivo de partidos, onde regras (e não mais estratégias da elite política) assumem o protagonismo. Eis a questão: que formato de competição política afirma-se na Bahia pós carlista e o que nele há de competição entre

elites e/ou entre partidos? Respostas conclusivas dependerão de programa mais amplo de pesquisa, já em curso. Neste texto se adianta três hipóteses de trabalho: (i) há novo arranjo, ou repactuação, numa elite política que se renova para seguir manejando as instituições; (ii) há uma bi-polarização tendente a revezar, no poder estadual, elites contrapostas segundo oscilações do mercado político; (iii) elites são hoje grupos de interesse, presos a regras dos sistemas partidário e eleitoral, num ambiente institucional em que decisões da maioria são mediadas por pluralismo de elites e dispersão do voto. O texto ressalta os aspectos do atual quadro partidário baiano que podem levar a cada um dos três cenários. Do ponto de vista conceitual, parte-se, acompanhando Sartori, da idéia de que na democracia o poder político não perde sua verticalidade, nem as elites a sua efetividade política. Elas buscam no controle de estruturas políticas estabelecidas pelas instituições as condições de conservação do mando. Assim, partidos políticos tornam-se, plenamente, endereços institucionais de alocação das estratégias eleitorais de facções rivais que o sistema converte em concorrentes. Recrutam elites políticas, mas também são elites os mentores desse recrutamento. Instituições são veículos; elites as dirigem; instituições emprestam continuidade ao ambiente político. Um sentido que se revela no voto e no ritmo incremental da mudança dos formatos de competição. Empiricamente, o exercício empreendido nos limites deste texto foi interpretar o modo pelo qual, na Bahia, elites partidariamente situadas usaram a eleição de 2008 como um laboratório para teste de suas estratégias para 2010. A análise dos resultados obtidos em 2010 equivale a uma avaliação do realismo dessas estratégias. A escolha dos partidos em que se concentra a análise recaiu sobre PT, DEM e PMDB menos pelos fatos (também reais) de serem partidos nacionais e, na Bahia, os maiores até a eleição de 2010 e mais por terem sido os canais institucionais de veiculação das três principais candidaturas a Governador, naquelas mesmas eleições. Aquelas candidaturas, mais que produtos de injunções da conjuntura eleitoral, foram artífices desta. Trabalhadas desde antes de 2008, foram eixos aglutinadores de lealdades políticas que cortaram transversalmente outros partidos, sem perderem a condição de candidaturas partidárias, em sentido estrito. Representaram, além das suas legendas, aspirações e interesses de facções da elite política estadual, mas sem traços semelhantes a projetos de políticos outsiders. É neste sentido que essas candidaturas são vistas como produtos de estratégias partidárias de cunho demarcatório. Por causa delas e dos seus rastros, os três partidos constituem-se, no caso baiano, em pontos de observação privilegiados da interação elites/instituições.

Paulo Giovanni Lins da Silva. [O conceito de violência de Hannah Arendt em Sobre a violência.] Fenômeno presente no cotidiano dos indivíduos, a violência pode ser entendida dentro de um paradoxo fundamental que permeia e atravessa os conceitos de poder e medo. Diferente da tradição do pensamento político

que trata da violência com sinônimo de poder, Hannah Arendt procurou distinguir os dois conceitos para demonstrar como a violência se insere num contexto de ausência de poder e que, este último, inerente a qualquer comunidade política – resulta da capacidade humana para agir em conjunto. Nesse sentido, o trabalho que segue é uma descrição do conceito de violência presente na obra *Sobre a Violência* de Hannah Arendt. A relevância que o mesmo possui se dá na medida em que a obra de Arendt se constitui como uma reflexão sobre a condição do homem contemporâneo, ao tempo em que, nesse caso específico, traz para cena filosófica pontos de extrema importância para as discussões sobre política e sociedade: os conceitos de poder e violência. A análise proposta pela filósofa se apresenta numa dinâmica de exclusão, onde as noções de poder e violência são colocadas com valorações e interpretações específicas que, segundo pensa, precisam ser esclarecidas a fim de garantir o pleno entendimento do que é o poder e como este se distingue da violência – Arendt caracteriza a violência como um instrumento que pode destruir o poder. Não há criação de poder a partir da violência, mas constituição de formas extremas de relações – ambos são, portanto, incompatíveis. Nesse contexto, o medo gerado pela violência, sobretudo o medo da morte violenta, tal como defende Hobbes, não seria o princípio da política. A reflexão da autora é paradigmática, pois ao contestar a mortalidade daí advinda, defende que é a natalidade que deve ser ponto para se agir, posto que todos adentramos no mundo em virtude do nascimento, como recém-chegados e iniciadores, somos aptos a começar algo novo – perspectiva otimista da autora que pode ser discutida como forma de superação da violência.

Paulo Henrique Carvalho e Silva. [A importância de se tornar visível: o mapeamento das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas no Estado da Bahia.] É sabido hoje que os quilombos, longe de serem a representação anacrônica de um passado colonial foram invisibilizados em suas relações tradicionais e com a sociedade urbano-industrial a sua volta, constituindo territorialidades negadas. Contudo, diferente daqueles, os quilombolas contemporâneos obtiveram, a partir da Constituição de 1988, o direito à regularização fundiária de seus territórios por meio do Decreto Lei 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Este processo fez com que a noção de ser quilombola no Brasil sofresse um processo de resignificação, principalmente como resistência à escravidão, para uma identidade política por um território e pelo acesso às políticas públicas. Posteriormente a isso a chamada “Questão Quilombola” tem tomado cada vez mais importância no cenário nacional, principalmente, por conta dos processos de regularização fundiária e das políticas públicas específicas para os quilombolas. Neste contexto político-institucional é que o Projeto GeografAR – que tem por interesse interpretar e atuar no conjunto das relações agrárias de produção do estado da Bahia – vem construindo uma

Base de Dados referentes às Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (CNRQ) do Estado da Bahia, desenvolvendo metodologia específica para a coleta de informações. Simultaneamente, o interesse deste artigo é de apresentar essa metodologia e seus resultados, discutindo o sentido do mapeamento/espacialização das CNRQ a partir do uso do Sistema de Informações Geográficas. Isso possibilita a visibilidade cartográfica destas comunidades tradicionais, auxiliando na sua luta contra as pressões expropriatórias do capital no campo. Atualmente existem identificadas pelo Projeto GeografAR 674 CNRQ, dentre as quais 327 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares como Comunidades Quilombolas e 87 processos administrativos abertos para Regularização de Território Quilombola no INCRA – atualização de dezembro de 2010. É válido destacar o papel que vem desenvolvendo o atual governo estadual no sentido de viabilizar grandes projetos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, onde está prevista a expansão do parque produtivo nacional com projetos de parceria público-privadas a exemplo do Pólo da Indústria Naval da Bahia (baía do Iguape, Recôncavo) e da ferrovia Oeste-Leste (ligando o município de Figueirópolis no Tocantins ao município de Ilhéus na Bahia, empreendimento associado ao projeto Porto Sul). Contudo, estes projetos, que afetam diretamente muitas destas comunidades são orçados, licenciados e executados sem uma negociação necessária com estas. Este processo faz refletir sobre a atual Política de Desenvolvimento Territorial do estado da Bahia que não vem construindo uma efetiva participação das CNRQ na tomada de decisões que as afetam, além de uma explícita política de cooptação destas comunidades pela promessa de políticas públicas. Paralelamente, a política de regularização fundiária de responsabilidade do INCRA é deixada de lado pelo governo federal. Por isso, dar continuidade à Base de Dados das CNRQ do estado da Bahia e definir a localização específica destas comunidades se constitui em uma estratégia político-acadêmica de fundamental importância para a organização sócio-espacial de cada grupo social, assim como sua organização enquanto movimento social nos contextos regional e estadual.

Paulo Roberto Alves Teles. [Películas, hooligans e skinheads: Representações da intolerância no cinema do século XXI.] A formação de grupos marcados pela intolerância tem sido presente no alvorecer do século XXI. Nitidamente influenciados por ideias fascistas, esses grupos têm disseminado o seu ódio e a sua violência contra diversos segmentos considerados de maneira geral como “minorias”. Diante disso, a pesquisa analisou as diferentes formas de representação desses grupos e da intolerância na recente produção fílmica do primeiro decênio dos anos 2000. Selecionamos para isso as películas: Tolerância Zero (2001), Fuhrer-EX (2002), Evil – Raízes do mal (2003), Hooligans (2005), Diário de um skinhead (2005), This is England (2006), Steel Toes (2006), A Onda (2008) e o documentário Skinhead Atitude! (2003) por acreditar que

estas reúnem aspectos interessantes sobre o tema, além disso, tais produções abordam, em perspectivas diferenciadas, problemas gerados pela perda gradativa da humanidade e pela adoção de posturas éticas questionáveis cada vez mais freqüentes no início desse novo século.

Pedro Alexander Cubas Hernández. [As relações raciais no Brasil da pós-guerra (1920-1929).] Minha comunicação analisa as argumentações esboçadas por intelectuais brasileiros acerca das relações raciais no Brasil após primeira guerra mundial. A economia do país, que esteve subordinada as conveniências daquela guerra, trouxe sérios problemas no cotidiano da população brasileira expressado em fatores como: o desabastecimento interno, a escassez de alimentos e dos gêneros de primeira necessidade, a elevação geral do custo de vida, a corrosão dos salários, a inflação, e a escalada dos preços, seqüela das dinâmicas do livre mercado e de uma desenfreada especulação imobiliária. No entanto, favoreceu também a expansão das atividades comerciais e industriais durante o progresso econômico e tecnológico que marcou a época inicial do desenvolvimento industrial do Brasil. Além do mais, as conseqüências econômicas, políticas, sociais e culturais desse processo histórico influíram na maneira de pensar o Brasil como uma nação através das ideologias do nacionalismo e das concepções de raça. A questão chave seguia sendo a definição da identidade nacional brasileira, pois a intelectualidade tinha a preocupação pelo tipo de nação que estava se construindo sob ontrole do esquema republicano federalista. No campo da ciência os eugenistas como Renato Kehl (médico) analisavam a interface raça – modernidade continuando o ideal de branqueamento em prol de garantir ordem e progresso para o Brasil baseado em saúde, educação higiênica e esterilização que fossem articuladas com as políticas públicas aplicadas pelo governo republicano. Eles (os eugenistas) poderiam ser considerados ideológica e praticamente aliados do movimento sanitaria que achava como problema principal da nação a doença. Portanto, segundo uns dos seus líderes, Belisário Penna (médico), era preciso sanear o país através das medidas profiláticas que a Liga Pró-Saneamento do Brasil vinha propondo desde 1918. Outro intelectual importante na década de 1920 é, sem dúvida, Francisco José de Oliveira Viana (jurista) que continuou aprofundando em seus trabalhos os postulados do racismo científico a respeito do valor da raça, pois ele tinha interesse em discutir a situação do povo brasileiro e sua evolução como raça. Todas as questões levantadas por pensadores como Kehl, Penna, Oliveira Viana e outros estão vinculadas a temática da imigração ao Brasil. Na sede do poder legislativo sempre foi discutido o assunto a respeito do imigrante desejável (brancos) e, em maior medida, dos imigrantes indesejáveis (negros, asiáticos ou amarelos, ou seja, não brancos). Outro campo ou cenário de discussão e valorização da identidade nacional brasileira é a cultura artística e literária. Nesse caso, a semana de arte moderna de São Paulo em 1922 foi

um ponto de partida para mostrar a influencia das vanguardas européias no Brasil nas pinturas de Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Emiliano Di Cavalcanti; nas esculturas de Victor Brecheret; na música de Heitor Villa-Lobos; na poesia de Oswald de Andrade; no saber literário geral de Mario de Andrade. Nos anos 20 a crise política da primeira república foi se aprofundando, entre outras coisas, pela ruptura do consenso café com leite do poder oligárquico. Em 1930 houve uma revolução que iniciou outra etapa relevante da história do Brasil.

Pedro de Oliveira Júnior. [Dor, luta e sofrimento: a busca por justiça entre familiares de vítimas de homicídios.] O objetivo dessa pesquisa é compreender o que pode levar os familiares de vítimas de homicídios, perpetrados por policiais militares, a uma reação à perda que tem como sentido buscar formas de reparação através do sistema de justiça formal. Para tanto, foram selecionados seis casos de homicídios de jovens, de 15 a 24 anos, perpetrados por policiais militares em serviço e fora de serviço, na cidade de Salvador. A coleta de dados foi realizada por meio de observação direta, análise documental e entrevistas. Os casos foram descritos considerando a atuação do racismo institucional na violência letal e as justificativas empreendidas pelos PMs para escapar da incriminação. Além das perdas materiais e das alterações psicoemocionais, como impacto dos homicídios, os familiares das vítimas ao mesmo tempo em que veem minar a crença de um mundo ordenado, previsível e compreensível, vivenciam também uma profunda ofensa moral. Diante dessa ofensa moral impingida com a morte desrespeitosa do ente querido, entre os familiares das vítimas, emerge um forte “sentimento de indignação moral”. E a desonra sofrida pelos jovens com levianas acusações roferidas pelos PMs para fugir da sanção legal, eleva o sentimento de indignação moral dos familiares, intensificando o desejo de punição. É esse desejo que leva os familiares das vítimas a uma reação à perda tendo como sentido buscar reparação através do sistema de justiça formal.

Pedro de Souza Rodrigues Neto. [Prosperidade sem virtude: A economia de Adam Smith.] Certos aspectos da Economia Política são frequentemente atribuídos ao campo da Ética: em especial, a “justiça distributiva”, isto é, a adoção de políticas econômicas segundo o princípio da “justa” divisão do produto social entre as diferentes classes; e a ênfase dada ao curto ou longo prazo, ou seja, se as políticas públicas priorizam o presente, quando decidem pela intervenção imediata, ou o futuro, quando as imperfeições são deixadas ao encargo do equilíbrio automático do próprio mercado. A decisão entre prioridades supõe um “cálculo” do total de benefícios e prejuízos, capaz de transformá-los em quantidades atuais e futuras, o que possibilitaria preferir o futuro em lugar do presente, ainda que isso signifique penúria e sacrifícios atuais. No entanto, esta apresentação do pensamento econômico de Smith como perpassado por questões morais assenta-se sobre a tematização de noções próprias à Ética: a

justiça, o mal, e a responsabilidade sobre os atos que os promovem, seja por parte dos indivíduos em sua busca pelo benefício próprio, seja pelo soberano ao determinar a maior ou menor intervenção do Estado. Suas premissas entendem os fatos como indissociáveis de um caráter moral intrínseco, estranho à abordagem empirista de Smith. Além disso, desconsidera que Smith tem uma teoria moral própria, que, até onde podemos investigar, não encontra lugar em seu pensamento econômico. Não pretendemos negar a possibilidade de uma reflexão ética acerca das condutas dos diversos agentes econômicos, e das responsabilidades sobre os reflexos que produzem na sociedade. Em lugar disso, nosso propósito é investigar em que medida os compromissos de Smith com premissas empiristas, como a recusa à “falácia naturalista”, e a postura antiessencialista, que busca evitar a fundamentação do conhecimento em essências infensas à sensibilidade, terminam por esvaziar os enunciados morais e “transplantá-los” para um solo científico, onde se tornam objeto de um discurso que é indiferente a considerações morais. Smith enfrenta estas questões recorrendo a dois mecanismos (a “mão invisível” do livre mercado, e o “punho de ferro” do estado), entendidos a partir das noções de “preço natural”, a uma disposição “natural” dos homens a buscar seu próprio benefício, e à configuração mercantil da sociedade, em que os homens agora se encontram, em relações de interdependência uns dos outros. Nesta sociedade, cada indivíduo se vê livre para buscar o próprio benefício através das trocas com os demais. Ao soberano cabe decidir, a cada momento, a conveniência de intervir ou reduzir a presença do estado neste “sistema de liberdade natural”, sempre que estas ações eliminem entraves e imperfeições à consecução do máximo de benefícios possível. Seu discurso econômico, não mais destinado a cumprir um papel “moral”, representaria uma redescoberta de certas condutas humanas sem aludir a propriedades morais – o que por um lado tem como objetivo dar cabo da face “pragmática” dos problemas antes entendidos como morais, ao mesmo tempo em que abandona considerações metafísicas incontornáveis; por outro lado deixa em aberto o problema da conclusão do projeto empirista, posto que se esquia da tarefa de fundamentar a parte da sensibilidade que não é racional.

Pedro Miguel Sousa Santos. [História e Teologia em Voltaire.] O trabalho pretende analisar como se dá, em Voltaire, a construção de uma crítica à teologia enquanto elemento constitutivo de sua filosofia da história. A história sob o prisma voltairiano é colocada como problema e não como dogmática com características de uma aquisição definitiva. O problema histórico é o de compreender o mundo atual e a humanidade nele inserida. Desta maneira, busca-se entender como o filósofo irá afirmar a noção laica de humanidade associada a um outro conceito decisivo, a saber, o conceito de progresso. Essa junção pretende, segundo se quer aqui provar, a superação definitiva de uma reflexão sobre a história na qual a teologia responde prioritariamente.

Pérola Mathias. [Arnaldo Baptista e Os Mutantes: uma análise do filme Lóki.] Este artigo busca aliar resultados de duas pesquisas diferentes: a pesquisa realizada para desenvolvimento da monografia, focada na análise musical sob a ótica da Sociologia da arte, e outra pesquisa, esta realizada em grupo, sobre as representações sociais no cinema documentário. O objeto explorado na monografia é a banda de rock Os Mutantes, formada na década de 1960, a qual parece ser um expoente da produção musical brasileira deste período e um grupo que consegue aglutinar em sua música elementos diversos que são reveladores do movimento cultural, artístico-estético e até mesmo político de uma conjuntura. Porém, deve ficar claro que apesar da música do grupo conter elementos reveladores de uma determinada estrutura social e de uma determinada época e contexto, não está reduzida a esta estrutura, por isso busca-se focar neste artigo as características desta linguagem musical enquanto obra de arte. Tais objetivos serão desenvolvidos a partir da análise do documentário de longa metragem Lóki, uma cinebiografia do músico Arnaldo Baptista, ex-integrante do grupo musical Os Mutantes. Esta banda surgiu no final da década de 1960 e teve importante papel na história da música brasileira como um todo - tem uma profunda ligação com o movimento Tropicalista, dito um dos marcos vanguardista brasileiros, rompe regras de produção, traz inúmeras inovações estéticas e musicais e, por se desenvolver em conomitância com o movimento mundial da contracultura e se simpatizar com ele, acaba influenciando o comportamento da juventude. O legado do grupo faz avançar, ainda, o debate sobre a relação entre arte e sociedade; a identificação ou não dos momentos de produção da arte e da mercadoria; a relação entre produção e consumo; a apropriação da produção cultural pela vanguarda; e, por outro lado, discute ainda o cerne da ideologia “nacional-popular”, a produção artística estrangeira (pop e vanguardista); e, por fim, a percepção das tensões sociais criadas pela busca da desconstrução do conceito de arte. A banda possui algumas características marcantes como o experimentalismo e o fato de trazer uma mulher nos vocais, tocando diversos instrumentos inusitados. Porém, em meados da década de 1970, o grupo foi aos poucos mudando sua proposta estética musical, aliando-se ao movimento estrangeiro do “rock progressivo” e Arnaldo Baptista começou a tomar frente dos rumos que a banda iria seguir, como deveria compor, etc., até que um dia, transtornado pelo uso contínuo de drogas sintéticas, decide abandonar o grupo e seguir carreira solo. Já na década de 1980, internado num hospício e mergulhado numa depressão, Arnaldo passa por um incidente que transforma seu percurso artístico.

Philippe Murillo Santana de Carvalho. [Trabalho, política e sociabilidade: A trajetória militante de Flaviano Moreira nas agremiações trabalhistas do sul da Bahia (1920-1937).] O objetivo principal deste artigo é discutir a trajetória militante de Flaviano Domingues Moreira, marceneiro, presidente da Sociedade

Monte Pio dos Artistas de Itabuna, entre os anos de 1919 e 1937. A intenção é compreender o caminho traçado por Moreira desde o momento em que funda a mais importante entidade mutualista de Itabuna, passando pelo lançamento de sua candidatura a deputado estadual em 1926, até a década de 1930 quando ajudou a fundar o Centro Operário Itabunense e adere à política de sindicalização promovida pelas autoridades políticas do sul da Bahia. A curta biografia política sugerida para esta comunicação permite analisar a maneira pela qual Flaviano Moreira procurou alcançar projeção política já ao final da Primeira República, presidindo uma das mais importantes agremiações da região e estabelecendo um campo aberto de negociação com as autoridades políticas locais. Possibilita também pensar nas estratégias elaboradas por este personagem para empreender a união da classe trabalhadora do sul da Bahia em torno de um projeto político eleitoral. Ademais, a ação militante deste personagem sinaliza que a tentativa de mobilizar os trabalhadores da região perpassava também pela elaboração de práticas de sociabilidades por meio da promoção de festas recreativas, criação de escolas e bandas musicais atreladas às sociedades de trabalhadores. A opção por um método de redução de escalas, como a biografia, comporta uma análise que busca localizar a experiência de um indivíduo em meio a atmosfera social em que viveu. Assim, ao acompanhar as ações de Moreira, procura-se desenhar a “superfície social” em que este sujeito habitou, mas também perceber as formas com que suas práticas revelam as diferentes formas de apropriação elaboradas por ele referente às condições políticas e sociais entre as décadas de 1920 e 1930. Deste modo, a biografia militante do marceneiro contribui para repensar a historiografia sul-baiana para além da expressão política exercida pelos coronéis, buscando identificar as formas com que “os de baixo” criara táticas de sobrevivência das suas sociedades de classes e da luta por direitos políticos na sociedade cacauera entre 1919 e 1937. Este trabalho foi produzido a partir da consulta de atas da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna, de correspondências trocadas entre as agremiações operárias, de estatutos, de periódicos de circulação regional, e de documentos oficiais dos poderes públicos de Itabuna.

Priscila Rosa Bomfim Guimarães. [Método Apac como uma alternativa no cumprimento da pena privativa de liberdade.] Com altos índices de violência e rebeliões dentro dos presídios, percebe-se que a crise existente no Sistema Penitenciário Brasileiro agrava a situação das prisões e estabelece péssimas condições de ressocialização aos condenados. Apresenta-se, neste trabalho, uma discussão sobre o Sistema Penitenciário Brasileiro e o alcance da legislação no tocante à recuperação, ressocialização e reinserção dos condenados. O objetivo é analisar os processos educativos empreendidos aos condenados através do Método APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) e de que maneira este é eficaz na ressocialização dos mesmos.

Priscilla de Cássia Souza Caires da Silva. [Migração partidária, eleições e blocos parlamentares: a influência das eleições nos arranjos políticos da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia (2005-2007).] A pesquisa tem o objetivo de investigar a possível relação existente entre as migrações partidárias e a formação das coligações eleitorais com o comportamento dos parlamentares e partidos e a constituição de blocos parlamentares no plano da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. Para promover a discussão a respeito do referido tema, será observado o período compreendido entre os anos de 2005 e 2007 das 15ª e 16ª legislaturas, procurando relacionar também a influencia dos anos anteriores e posteriores às eleições na configuração do cenário político da Assembléia Legislativa. O trabalho procurar dialogar com estudos sobre o legislativo em âmbito nacional, dada a escassez de trabalho sobre o tema para o caso dos estados. São analisadas também as legislações eleitoral e partidária, bem como o Regimento Interno da Assembléia Legislativa da Bahia, buscando observar os incentivos e restrições que oferecem ao comportamento particularista dos políticos. A atuação dos políticos e dos partidos é analisada com o intuito de constatar ou não a fragilidade constantemente atribuída ao sistema partidário brasileiro pela literatura de ciência política; segundo a qual a já mencionada fragilidade dos partidos seria um incentivo ao comportamento particularista dos políticos brasileiros.

Rafael Caldas Barros Peixoto. [Celebrando o festejar junino pela guerra de espadas na cidade de Cruz das Almas, BA: uma relevância da cultura, memória, simbolismo e seu processo de turistificação.] A proposta deste artigo é analisar o festejo da “Guerra de Espadas” na cidade de Cruz das Almas (BA), a 149 Km de Salvador, no Recôncavo da Bahia, realizando um olhar pela perspectiva da manifestação cultural e os elementos que proporcionam a manutenção do festejo. Na primeira parte, aprofundaremos a questão da fabricação, seguindo por discussões importantes do papel da memória como transmissor de uma cultura, o simbolismo do festejo, apresentando seus elementos principais e finalizando na análise da turistificação da festa em estudo. A referência teórica é composta por especialistas que discutem temáticas como ‘festa’, ‘manifestação cultural’ e ‘turistificação cultural’. Utilizamos depoimentos orais, fotografias e fontes documentais como método para alcançar nosso objetivo. Em Cruz das Almas, a festa junina seguiu as principais características do culto do passado com a presença marcante das iguarias e as visitas de porta em porta com os bordões “São João passou por aí?”, ligadas ao radiante forró arrasta-pé composto pela sanfona, zabumba e triângulo. Oliveira acredita que o imenso cardápio ligado ao Nordeste (como a canjica, a pamonha, o bolo de milho, a broa, o cuscuz, o lelê, o milho assado, o amendoim, entre outros) foi essencial para caracterizar o que hoje conhecemos como festa de São João. Assim, as pessoas visitavam as casas dos vizinhos, amigos e moradores da cidade no clima do São João,

aproveitando a parte profana engenhada na diversão, na busca pelas guloseimas e na sinfonia do forró arrasta-pé. Em Cruz das Almas, esse panorama festivo foi complementado pelas “Guerras de Espadas”. As visitas de porta em porta com os forrós “pé de serra” e as deliciosas guloseimas passaram a ser contemplada pela queima das espadas logo se configurando numa atração festiva do município. Carneiro salienta que, em algumas localidades, no São João “os adultos divertiram-se ou (divertem-se) atirando ronqueiras e espadas de fabricação doméstica cheias de limalhas de ferro”. Por se tornar atração lúdica do festejo junino em Cruz das Almas, a queima desses fogos logo se expandiu e, hoje, é manifestada anualmente por pessoas diferentes de classes diversas. Podemos afirmar que não existe uma unidade popular, pois se encontra inserido no festejo professores, comerciantes, polícias, estudantes, autônomos, advogados, desempregados, adolescentes, adultos, idosos, mulheres, etc. Diante dessas configurações, estar pensando o festejo em tela é uma forma de problematizá-lo, pois, hodiernamente, assume relevância não somente o aspecto cultural, mas envolve, nesse espaço, aspectos políticos, econômicos e relações sociais.

Rafael de Aguiar Arantes. [Da segregação ao isolamento: Da cidade partida às cidades dentro da cidade.] Este trabalho analisa, a partir de uma perspectiva histórico-comparativa, diversos momentos da segregação sócio-espacial na região metropolitana de Salvador. A segregação sócio-espacial é uma característica importante das cidades, pois é o reflexo das diferenças econômicas, étnicas, sociais e culturais no território, sendo objeto de estudo de cientistas sociais e urbanistas desde a primeira metade do século XX. Partindo da contribuição da literatura e dos resultados preliminares de uma pesquisa sobre as novas formas de moradia das camadas de média e alta renda na grande Salvador, o presente trabalho analisa quatro momentos das desigualdades sócio-espaciais que marcam essa cidade e sua região metropolitana: a modernização de Salvador e a emergência da segregação de classe em fins do século XIX e início do século XX; o nascimento da metrópole industrial e o seu desenvolvimento, que associou à cidade tradicional uma cidade moderna e uma cidade precária, a partir de meados da década de 1950; a emergência de loteamentos e condomínios fechados, nos quais as camadas de média e alta renda procuraram refúgio dos “males da cidade”, a partir das décadas de 1980-1990; e a recente proliferação de empreendimentos que se constituem como verdadeiras “minicidades”, buscando integrar as funções de moradia, trabalho, consumo e lazer, tornando (quase) desnecessária a circulação para além dos seus muros.

Raquel Oliveira Silva. [O PCB e os Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1946).] Os Comitês Populares Democráticos tinham como objetivo a ligação das massas com os comunistas, por meio da luta por reivindicações

imediatas de interesse específico de melhoria de vida dos bairros e grupos envolvidos. De acordo com Sônia Serra, os Comitês aliavam ao movimento reivindicatório a participação popular em mobilizações como a luta pela convocação imediata da Constituinte, as manifestações antifascistas e anti-integralistas e especialmente o trabalho de alistamento e esclarecimento eleitoral. Assim, como lembra Petilda Vazquez, esses comitês ou comissões visavam, na linha de ação do PCB, a organização da sociedade civil nos moldes democráticos, além da ampliação das bases do partido, incorporando às suas fileiras um número cada vez maior de filiados, através de um programa de apoio às reivindicações populares, fora de organismos formais, como o sindicato. Portanto, esta comunicação possui o objetivo de analisar a política de massas do Partido Comunista do Brasil (PCB) quando de sua legalização na década de 1940, em meio a um contexto de pós-guerra e de redemocratização. Como um exemplo da política de massas do PCB, será observado o caso dos Comitês Populares Democráticos e sua implantação nos bairros de Salvador.

Rebeca Sobral Freire. [Hip Hop Feminista? Gênero e Feminismos no Movimento Hip Hop de Salvador.] A comunicação discute questões em torno das convenções de gênero e feminismo no Hip Hop em Salvador a partir da perspectiva das jovens militantes. Originado nos Estados Unidos na década de 1970, o movimento político e cultural Hip Hop se constitui em Salvador na década de 1990, com o surgimento do grupo denominado Ori, que contou com mulheres e homens na sua formação. Esta pesquisa, iniciada no Bacharelado em Ciência Política, em seu primeiro momento esteve interessada nas formas de participação e principais desafios enfrentados por estas jovens na sua militância. Na fase atual, com vistas ao Mestrado em Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismos, esta pesquisa pretende compreender as convenções de gênero bem como as concepções de feminismo que estão sendo (re)produzidas na práxis política das jovens mulheres militantes do movimento hip hop soteropolitano. Busca-se analisar a possibilidade de existência de um hip hop feminista soteropolitano, para avançar em relação à compreensão acerca do feminismo na sua pluralidade como movimento social. Para tanto, busca-se comparar as formas de apropriação dos discursos feministas e o engajamento em suas bandeiras às formas e ao engajamento relativos às demandas do movimento Hip Hop pelas interlocutoras da pesquisa, bem como o papel desempenhado pela articulação entre os marcadores de gênero, sexualidade e raça na sua militância. Parte-se das premissas de que, como um movimento social, o Hip Hop dialoga com a cultura política local ao mesmo tempo em que a desafia, ao afirmar pautas e estratégias políticas de reivindicação de direitos e de combate às desigualdades. Além disso, entende-se que ele tem sido um espaço de formação e atuação das mulheres jovens, que aportam a este movimento questões constituídas a partir da articulação dos marcadores sociais de gênero, raça, classe e geração. A

partir destas particularidades, pretende-se compreender como esta militância transforma ou reforça as concepções de gênero das militantes, apreendidas na tensão entre suas concepções e suas práticas cotidianas, bem como desafiam e (re)significam, em especial, os movimentos feministas com os quais estão em diálogo. Assumindo o método qualitativo de pesquisa, esta investigação de cunho etnográfico utilizou-se de entrevistas semi-estruturadas realizadas junto às hip hoppers, bem como da observação participante oriunda da convivência junto ao grupo estudado, sob o aporte interdisciplinar dos estudos de gênero e feministas.

Rebeca Vivas. [Entre zelosos coadjuvantes, inimigos do estado: A evolução da política de ordenamento das congregações religiosas masculinas durante o episcopado de D. José Botelho de Mattos na Bahia (1741-1759).] Até o século XVIII, ordens e congregações religiosas eram, na teoria, isentas da autoridade dos bispos: estavam submetidas apenas à insuperável autoridade do Papa. Assim, os bispos não tinham nenhuma jurisdição sobre estes religiosos, razoavelmente livres em sua atuação missionária e política. Tendo em vista que a complexidade da interação entre o poder político do Estado e o poder político da Igreja (para não dizer ambivalência), era uma das representações mais genuínas das relações entre a Igreja e o Estado moderno, a grande união de interesses entre a Coroa e Igreja – celebrada nos tempos áureos da expansão marítima quinhentista – viria aos poucos converter-se em fortes disputas políticas entre ambas as instituições, marcadas por crises diplomáticas e perseguições. Para Portugal, tal processo não deixou de ser interpretado como uma “nacionalização” da Igreja, segundo o qual a Coroa procurava prover os bispos (cargo estratégico da hierarquia eclesiástica) de muitos benefícios, de modo a manter toda uma rede de eclesiásticos sob influência de seu projeto de reforço do Estado nacional. Verifica-se que os reis portugueses passaram a tomar medidas visivelmente mais restritivas àqueles setores que deviam obediência direta a Roma, símbolo de uma universalidade que contrastava com o fenômeno histórico de formação dos Estados Nacionais. Em contrapartida, grupos leais à autoridade papal, a exemplo das ordens religiosas, tornaram-se críticos e subversivos dos privilégios adquiridos pelos reis portugueses nos assuntos internos da Igreja, desconhecendo o poder facultado aos bispos. Assim, quando no século XVIII o Estado português decide radicalizar o controle populacional e financeiro das ordens religiosas, delegando aos bispos o direito de controlar a atividade destas ordens, uma série de episódios críticos enche as páginas dos livros que registram estes capítulos da História da Igreja no Brasil. Na Bahia, porém, um bispo desafiou a lógica dessas relações: D. José Botelho de Mattos polemizou com o Estado, mostrando como as ordens religiosas eram importantes para a própria governabilidade do império português. Naqueles tempos, a descoberta do ouro no América portuguesa havia alçado o Brasil a uma posição

tão importante quanto a do Estado da Índia, a porção colonial até então mais relevante, ainda que o reino não tivesse conseguido implantar uma estrutura político-administrativa que conseguisse tirar proveito deste enriquecimento súbito sem dar vazão a uma série de revoltas coloniais. D. José Botelho de Mattos mostraria à Coroa portuguesa que a falta de estrutura paroquial no Brasil – a paróquia era a base da organização político-administrativa – era suprida pelos missionários há séculos. Em vista disso, uma desestruturação da atividade missionária poderia levar a ordem social e coesão do império ao colapso. Sem as missões de jesuítas, franciscanos, capuchinhos, carmelitas, entre outros, e sua experiência em lidar com porções desérticas, longínquas, de línguas estranhas e povos hostis, como o Estado poderia executar uma administração bem sucedida num vastíssimo território como era a América portuguesa?

Renata Cardoso. [O perfil do Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1895).] A pesquisa “O Museu do Instituto Geográfico e Histórico” da Bahia (IGHBA) está vinculada ao projeto “Coleções e Museus da Bahia: séculos XIX e XX” no âmbito do Observatório da Museologia Baiana (OMB/ Dpto. de Museologia/FFCH/UFBA/CNPq) e visa identificar os mecanismos utilizados na formação e consolidação deste Museu e as relações que manteve com os sócios e, por extensão, com parte da sociedade baiana. Os dados aqui apresentados foram recolhidos dos seis volumes reeditados da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que compreendem o período de 1894 (os dois primeiros volumes), e 1895 (os quatro volumes seguintes). O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) foi criado em 13 de maio de 1894, aos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Nacional e tinha dentre seus objetivos, estabelecidos em estatuto, organizar um “museu de arte” e uma “exposição”. Comenta-se, com base nas fontes consultadas, a forma de entrada dos elementos de cultura material que foram construindo o perfil do Museu do IGHBA.

Renata da Silva Moreira. [A sociedade civil na cobertura da Folha de S. Paulo no caso Mensalão do Democratas em Brasília.] O objetivo do presente trabalho é verificar como o jornalismo político dos jornais impressos tem sido apresentado ao público leitor. Para isso, foi feita uma análise inicial na cobertura política da Folha de S. Paulo, jornal impresso de maior circulação no país dentre aqueles que possuem editoria de política de acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), para avaliar se o veículo apresenta aos leitores um cenário amplo nas matérias, com diversidade em suas fontes. Por meio de uma pesquisa, buscou-se descobrir se a sociedade civil é incluída no noticiário ou se o noticiário foca-se apenas nos políticos profissionais e instituições governamentais como fontes de informações, o que tornaria a cobertura pouco democrática e até mesmo distorcida. O estudo de caso utilizado foi a cobertura do ‘Mensalão do

Democratas em Brasília’, divulgado inicialmente em novembro de 2009. O período de estudo foram as duas primeiras semanas de cobertura do caso, devido à intensidade de notícias relativos ao fato e à mobilização social que ocorreu à época. Dessa maneira, percebeu-se o restrito ou quase inexistente espaço oferecido à sociedade civil no jornalismo político do veículo em estudo, mesmo em momentos de manifestação popular. É importante destacar que este trabalho faz parte de uma pesquisa maior que está sendo desenvolvida pela autora, no intuito de avaliar a qualidade do jornalismo político desenvolvido pela Folha de S. Paulo.

Renata Ferreira de Oliveira. [Índios e Coronéis em Vitória da Conquista: Memórias em contraponto (1930-1945).] O arraial da Conquista, mais tarde Imperial Vila da Vitória e posteriormente Cidade da Conquista, foi, após a guerra contra os indígenas, dirigido politicamente pelo sertanista João Gonçalves da Costa, seus familiares e posteriormente por seus descendentes. Dessa forma, a política local estruturou-se dentro de um tronco familiar liderado pelo desbravador. A cultura política do clientelismo, da troca de favores e da fidelidade a um núcleo familiar endogâmico, sobreviveu na região por quase todo o século XX. Assim, a presente comunicação tem por objetivo discutir as práticas políticas locais durante a década de 1930 até 1945, com o fim do Estado Novo, e de como elas refletiram nas comunidades rurais da Batalha, localidade onde residem os descendentes dos indígenas que habitaram a região no período de João Gonçalves da Costa, o primeiro “coronel”. Para tanto, proponho um diálogo entre fontes escritas e orais, com destaque para os jornais que circularam a partir da década de 1930 e as memórias dos habitantes da Batalha.

Renata Freitas Machado. [Museu comunitário do Beiru: Reconstrução e resgate de uma memória coletiva.] O museu por um longo período esteve a serviço das narrativas históricas dos grupos dominantes. Apesar do avanço no campo teórico das concepções de museu e memória, o mesmo não ocorreu a nível prático. Dentro dessa perspectiva o presente artigo tem como foco de análise a constituição do museu comunitário no bairro do Beiru/Tancredo Neves. O museu faz parte do programa ponto de memória ligado ao Ministério da Cultura. O estudo será norteado pela seguinte pergunta central: como o museu vai dialogar com as culturas populares, sendo a instituição “Museu” tradicionalmente do campo das culturas eruditas? Dentre os objetivos, o projeto visa a compreender qual a implicação do resgate da memória coletiva para a comunidade.

Ricardo Almeida Mota Ribeiro. [Observações acerca do conceito de “causas mentais” em Intention, de G.E.M. Anscombe.] G.E.M. Anscombe foi uma filósofa analítica inglesa que estudou sob orientação de Wittgenstein e foi responsável por seu espólio. Sua obra mais grandiosa é a monografia Intention (1957), uma tentativa de caracterizar e explicar aspectos da ação humana e da vontade,

cujas passagens serão objeto da presente investigação. No §9 de Intention, G.E.M. Anscombe define as expressões de intenção como predições justificadas por razões para atuar. Os argumentos relevantes para defini-las como predições estão contidos em §1-3. Em relação à parte da definição 'justificadas por razões para atuar', G.E.M. Anscombe alonga suas observações nas seções ulteriores, explicando a distinção entre razões e causas, bem como sustentando a idéia segundo a qual para as ações intencionais se aplica o sentido da pergunta "Por quê?", que tem por resposta razões para atuar, e não causas. Esta conclusão é central no projeto argumentativo da autora. Por isso, ela esmiúça os contextos nos quais torna-se difícil explicar a distinção mencionada. Tais contextos são dados por casos em que as causas pertencem à classe de coisas conhecidas sem observação; ela denomina este tipo específico de causa de 'causas mentais'. Neste ponto incide a investigação deslindada no presente artigo, composta de duas partes correlatas – uma expositiva, outra crítica. De início, apresentarei a descrição das causas mentais tecida em Intention, e, uma vez apresentada, mencionarei problemas nessa descrição, bem como na distinção traçada por Anscombe, esboçando soluções para estes problemas.

Ricardo Calheiros Pereira. [Nietzsche e Foucault.] É frequente a comparação que é feita entre aspectos da obra de Nietzsche e a de Foucault. Mas, nem por isso, menos importante a ponto de não vermos nela novos aspectos. O fato é que na *Genealogia da Moral* Nietzsche elabora, de maneira inusitada e embrionária, se raciocinarmos em termos do desenvolvimento posterior feito por Foucault, uma metodologia, não muito comum, na análise da moral. O que Foucault percebeu é que, para executar a crítica da moral vigente, Nietzsche elaborou uma metodologia *arqueológica* (no sentido ressaltado por Foucault de *arqué*, que significa início) de comparação histórica. E depois viu o poder como essencial e vigente em tudo que existe. Essa busca pelo poder em tudo que existe lhe sugeriu também as relações de poder que desenvolveu depois e homenageou, talvez, Nietzsche chamando de genealogia. Foucault não está interessado, como leitor atento de Nietzsche, fundamentalmente, só na moral e, muito menos, nas críticas de Nietzsche a ela. É a construção metodológica de análise da moral que lhe interessou. Porque é ela que o inspirou, vamos dizer assim, a dar um desenvolvimento posterior no que ele veio a chamar de arqueologia e genealogia do saber. O curioso é que, para Nietzsche, o interesse maior foi mostrar que o bem seria o nobre em relação aos outros estratos sociais. Esse aspecto curioso, e que lido por um público pouco atento, é o cerne do livro. Com os desdobramentos da crítica ao cristianismo e da fraqueza dos ressentidos contra os nobres fortes e ricos. Entretanto, esses temas tão queridos de Nietzsche, para um historiador preocupado com a comparação de *discursos* de épocas diferentes da história, o que lhe chamou mais atenção foi a maneira como, na *Genealogia da Moral*, Nietzsche promoveu a investigação histórica

do conceito de bem e mal. E, foi esse aspecto que fez Foucault desenvolvê-lo como uma metodologia de análise das relações de poder que depois ele vai desenvolver, plenamente, na sua arqueologia e genealogia do saber.

Ricardo Pereira Aragão. [Quando dinheiro tem dijina! Um estudo das tensões entre entidades e adeptos num terreiro de Candomblé de Salvador.] O presente trabalho foi desenvolvido dentro de um espectro maior que é a pesquisa que desenvolvo no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/FFCH/UFBA, que tem por objetivo compreender o ser rodante no candomblé como um modo de ser-no-mundo, principalmente instituído pela presença das entidades na vida cotidiana destes. No candomblé, o fiel que é possuído pela entidade é chamado de “rodante”, isto é, “roda com o santo”, ou “vira no santo”, ressaltando a passividade destes diante da entidade. Até então, na maioria dos trabalhos considerados clássicos, ainda há uma tendência de compreender a possessão sem levar em consideração o modo como o fiel encara a divindade: como outro que, a partir da possibilidade da possessão, tem a possibilidade de controle sobre sua vida. Ou seja, a grande parte desses trabalhos sobre a possessão, procurou tratar da complexidade da construção de pessoa e dos mecanismos compensatórios que os cultos de possessão possibilitam aos religiosos, não considerando como parte da realidade esses “outros” espirituais. A presença destas entidades e a possibilidade da possessão abrem novas tramas vividas pelos rodantes, sobretudo quando este binômio, entidade-rodante, entra em contato com um terceiro elemento, a saber, a comunidade religiosa. A pesquisa revela que esta relação entre entidade e rodante nem sempre é pacífica e que ela se institui no tempo como um modo de ser-com-outros. Outros estes que impõem suas demandas e, não raro, entram em conflito com a comunidade religiosa onde foram “feitos”. É neste sentido que a história de Sidinei é interessante! A relação de Sidinei e seu Nkise Nkosi Mavambo com a comunidade religiosa é turbulenta. Por vezes autenticidade de seu Nkise é questionada especialmente quando este não se conforma ao comportamento esperado por alguns membros influentes de seu terreiro, principalmente com seu pai-pequeno, uma espécie de padrinho no Candomblé. Para Sidinei, a diferença de tratamento com ele e seu Nkise deve-se ao fato deste trabalhar como camelô. O presente trabalho procurará descrever como esta relação de desenvolveu nos primeiros anos de iniciação de Sidinei e como junto com seu Nkise, ele construiu sua relação com a comunidade religiosa.

Roberto Rivelino Evangelista da Silva. [A teodicéia de Leibniz.] Em seu artigo de 1791, intitulado Sobre o fracasso de todas as tentativas filosóficas em matéria de teodicéia, Kant nos fornece a seguinte definição de teodicéia: “(...) defesa da sabedoria suprema do autor do mundo contra as acusações que a razão lhe dirige, apoiando-se sobre o que há de anti-final no mundo”. Entretanto, do

ponto de vista da filosofia crítica, tal projeto revela a pretensão ilegítima da razão de ultrapassar seus próprios limites. Para levar a cabo esse empreendimento, seria necessário à razão humana o poder de conhecer os infinitos detalhes da experiência. Assim, a essa teodicéia denominada doutrinal, Kant opõe a teodicéia autêntica, derivada somente da razão prática e que não exige o ultrapassamento dos limites da razão especulativa. Nosso trabalho pretende demonstrar que a teodicéia leibniziana, ao contrário do que a tradição filosófica depois de Kant poderia imaginar, apresenta mais afinidades com a teodicéia autêntica do que com a teodicéia doutrinal.

Rodrigo Ornelas França. [A idéia de essência na filosofia e a crítica de Max Stirner.] Max Stirner é, sem dúvida, uma figura singular na história da filosofia. Sua obra central, *O Único e sua Propriedade* (1844), trouxe um rompimento com a filosofia tradicional, idealista, realista, e mesmo crítica. Nesse que foi seu único livro, o autor rejeita toda “entidade” que se põe entre ele e o outro, desde Deus até o Homem, para afirmar a si mesmo, um “ser-próprio”. Stirner amadurece aí algumas idéias particularistas e críticas do sagrado que já constavam em seus escritos menores anteriores (correspondências e artigos em periódicos). Para o autor, não bastava que a filosofia e a política abandonassem Deus, como queriam seus contemporâneos jovens hegelianos, se não abandonassem com ele sua autoridade abstrata sobre o indivíduo e, assim, colocassem uma nova autoridade abstrata em seu lugar, fosse o Homem, a Liberdade, a Sociedade ou o Estado. Essa superação do sagrado em suas diversas formas, por sua vez, se dá na afirmação de si mesmo, sujeito único e corpóreo. Desse modo, sua filosofia, auto-anunciada como “egoísta”, deixava de lado tudo que pretende pôr-se acima do próprio indivíduo e queira determiná-lo, ou, por conseqüência, tudo que pretenda ser chamado de sua Essência. Por outro lado, ao longo da história da filosofia, a idéia de Essência é, sem dúvida, uma das mais recorrentemente encontradas. Direta ou indiretamente, é também uma das mais discutidas e está presente desde as representações ideais de Platão (mesmo antes de Aristóteles usar o termo “ousia”), passando pela filosofia medieval e moderna, até chegar a ser rigorosamente tratada por Hegel, na segunda parte da sua *Lógica*. Assim, também é necessário um estudo histórico do termo para que se entenda este seu uso na filosofia stirneriana. Por sua contribuição crítica, numa época onde se buscava um novo rumo para a filosofia e para a política, Stirner é uma referência para quem pretende um pensamento totalmente desvincilhado dos vícios da metafísica tradicional – como o dualismo entre essência e acidente, ou aparência e realidade – em direção a um debate que gire em torno do auto-cultivo e introduza um traço pós-metafísico, anti-fundacionista, anti-essencialista, à filosofia. Pensando nesse caminho, este texto trata de como a idéia de essência se desenvolveu na história da filosofia até Hegel, para

confrontá-la com os textos de Stirner, a partir de sua crítica à cultura e sua própria filosofia, que, por fim, irá abandoná-la.

Ronaldo Crispim Sena Barros. [O jovem Marx e a transubstanciação da política.] Este estudo faz parte de um projeto maior que visa investigar o sentido da política em Karl Marx. Embora Marx não tenha sistematizado a sua teoria política em obras específicas sobre filosofia política, a política está presente em todo seu desenvolvimento intelectual – das obras juventude às da maturidade. O objetivo deste estudo é apresentar os primeiros elementos que compõe o sentido da política nos escritos do jovem Marx. Atribui-se a Maquiavel o mérito de promover a dessacralização da política, ou seja, de desvelar o atributo divino que sustentava a auréola celestial na soberania do ato político. Maquiavel mostra a concorrência entre os sujeitos políticos individuais e sua luta pela autoconservação no poder. Feuerbach, por sua vez, faz um movimento inverso ao de Maquiavel. Feuerbach procura demonstrar os aspectos religiosos no fenômeno político. Ao estudar o fenômeno religioso ele verifica que a essência da religião está transmutada na política e a política passa a ser a forma religiosa da auto-alienação do homem. É o Estado, na modernidade atéia, que é o protetor e o garantidor da segurança e da paz, e não Deus. É por uma profunda desconfiança em Deus e de seu poder sobre os homens que se funda o Estado moderno. Neste horizonte, o Estado figura como a realidade objetivada do Homem. O Estado é a providência e realização do zoopolitikon. Marx, ao contrário dos dois, não vai nem divinizar a política, nem vai naturalizar a essência egoísta dos sujeitos políticos individuais. Marx vai procurar localizar no fenômeno da transubstanciação da política o fundamento do estranhamento prático que estabelece historicamente o egoísmo dos sujeitos políticos individuais e sua consequente necessidade de uma soberania estatal na forma religiosa. Assim como Feuerbach descobre que a existência de Deus reside fora dele, da religião e da teologia; Marx descobre que a existência e manutenção do Estado decorrem do modo de produção e reprodução da vida dos indivíduos, isto é, dos interesses particulares de uma determinada classe que são universalizados e consolidados na forma de Estado. Neste sentido, o jovem Marx visa denunciar que o Estado é a essência transubstanciada do ato político de uma determinada classe social. O Estado, neste modo específico de entender a política, aparece como um predicado extrínseco ao homem. Predicado que hora atua como sujeito ao se associar a atividade política como um fim em si mesmo no movimento de autoconservação do poder estatal, hora como justificação e negação dos indivíduos nos movimentos de contraposição da ação social, isto é, em oposição direta a força intrínseca a atividade política do ser social na sociedade civil.

Rosa Amelia Fortes Garcia Lorenzo. [Como se sustenta o turismo insustentável em Porto de Sauípe, BA.] Tendo como foco o impacto dos empreendimentos turísticos sobre populações litorâneas que tradicionalmente vivem da pesca, agricultura e várias formas de extrativismo no Litoral Norte da Bahia, esse artigo apresenta, em primeiro plano, as circunstâncias do desenvolvimento sociocultural, ambiental e econômico da população de Porto de Sauípe e em segundo plano, as rupturas, as confrontações de interesses e reconfigurações identificadas após o mais novo direcionamento socioeconômico da região, voltado para os empreendimentos turísticos de nível internacional, da qual a localidade se tornou referência. O Litoral Norte da Bahia sofreu profundas modificações a partir da década de 1970. Grande parte dessas transformações foi causada a partir da intervenção do Estado, que transformou a região em Distrito florestal, favorecendo a aquisição de terras para a plantação de pinus e eucalipto tendo se iniciado, nesse período um processo violento de cercamento de terras e a consequente expulsão de posseiros e pequenos produtores para as periferias das cidades, para as vilas litorâneas ou para a formação de novas comunidades em terras abandonadas. Nas décadas de 1980 e 1990, o interesse do Estado e do capital se voltam para o turismo. Grandes projetos foram aprovados e implementados na região, juntamente com a criação de leis ambientais. A intervenção do Estado se deu também através da execução de planos e programas turísticos e ambientais. Alguns marcos de transformação promovidos pelo turismo devem ser considerados: A construção do Ecoresort Praia do Forte, (antigo Maritin Hotel), a ampliação da Estrada do Coco, com a construção da Linha Verde, a criação das APAS(Área de Proteção Ambiental), a construção do Complexo Hoteleiro Costa do Sauípe e a elaboração dos Programas de Desenvolvimento de Turismo (PRODETUR I e II). Aberta a área para o turismo, observa-se à compra de terras pelo capital internacional e a implantação de vários complexos turísticos. Assiste-se a um processo de rupturas dos modos de vida de antigos habitantes da região. A pesca, o artesanato, e o extrativismo são atividades econômicas que mantém estritos laços com o meio ambiente e trazem à tona regras sociais próprias que orientam e conduzem a vida dessas populações seculares. Entretanto somado à grande pressão sobre o preço das terras desencadeada pela especulação imobiliária, as equivocadas políticas públicas dirigidas à pesca, ao turismo e à conservação do meio ambiente tem levado a um franco processo de empobrecimento econômico, ambiental e cultural. A ausência de institutos políticos que garantam o direito dessas populações no que diz respeito ao tipo de relação com o território de água e terra, vem provocando conflitos e descrença para os tradicionais habitantes das regiões litorâneas atingidas pelo turismo. Porto de Sauípe pertence ao Município de Entre Rios e fica a aproximadamente 104 km de Salvador, localizado à margem esquerda do Rio Sauípe. Dos povoados do litoral Norte influenciados pelo turismo

e pelo Complexo Turístico Costa de Sauípe, Porto de Sauípe apresenta o maior crescimento urbano, (não confundir com desenvolvimento) e problemas sociais e ambientais muito sérios que vêm motivando pesquisas na área. Essa realidade o artigo abordará.

Rosana dos Santos Silva. [“Fiscalizar é tudo, vamos viver em cima dessa tecla”: etnografando o processo de implementação de um programa de habitação popular.] Este trabalho versa sobre o papel da chamada “sociedade civil” no processo de implementação de um programa de habitação popular. A discussão proposta gira em torno do fenômeno da “fiscalização”, conceito êmico, que ganha relevo em Paraíso Azul e Recanto Feliz, duas porções da cidade de Salvador encravadas em um bairro de classe média da cidade, o Costa Azul, as quais vêm experienciando ações de intervenção urbana. A composição deste estudo apresenta de maneira mais aprofundada os pontos de contradição que marcam a prática da fiscalização. No primeiro ponto é trazida à baila a fiscalização que se dá entre os moradores, esboçando um modelo de vigilância, que em algumas situações pode ser verificável e em outras inverificável, como nas práticas panópticas apresentadas por Foucault, que se referem a um poder que age direcionando as condutas e disciplinando os corpos, como um grande olho que através de um modo onipresente de ver molda modos de ser. A intenção então é verificar até que ponto esta premissa foucaultiana ilumina o fenômeno em questão. O segundo ponto que aparece como objeto de atenção são os discursos que apresentam a fiscalização como uma prática de risco. A análise das questões expressas nesta investigação, resultantes da experiência etnográfica e das narrativas dos moradores destas áreas de Salvador, permite compreender de forma mais acurada não somente o que os atores sociais fazem com o que é para eles projetado no desenho de um programa estatal como também os contornos porosos e a mobilidade da relação entre Estado e sociedade civil.

Rosana Rocha Baltieri. [O restauro do altar do transepto da Igreja de Santa Teresa por João José Rescala (1958-1959): Uma concepção moderna.] João José Rescala, artista, restaurador e professor desta disciplina na Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), se destacou no cenário artístico brasileiro através da sua participação no Núcleo Bernadelli, movimento em prol do modernismo, que surgiu na década de 1931 no Rio de Janeiro, e dos prêmios conquistados no Salão Nacional de Belas Artes (SNBA) que definitivamente consagraram sua carreira. Transferido do Rio de Janeiro para a Bahia, Rescala assume a cadeira de Teoria, Conservação e Restauração de Pintura na EBA UFBA em 1952 e a coordenação do atelier de restauração do então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEPHAN), secção Bahia, onde desempenhou papel significativo voltado à preservação, conservação e restauração do patrimônio baiano. Das inúmeras obras que

realizou em Salvador, destaca-se, em sua carreira, a restauração do acervo religioso do Convento de Santa Teresa, por ocasião das obras que nele foram realizadas para que viesse abrigar o Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia (MAS?UFBA). Na Igreja de Santa Teresa, os critérios de intervenção adotados para a recuperação do Altar do Transepto são um exemplo da concepção moderna de restauro, poucas vezes praticada. Ali, colunas e outros elementos que deixaram de existir, foram refeitos por questão de equilíbrio estético, e apesar do exímio trabalho realizado pelo entalhador ao esculpir réplicas de colunas salomônicas, por exemplo, não houve a intenção de enganar o espectador quanto a real situação do altar. Ao contrário, não se realizou um falso histórico e, o que vemos é um exemplo do respeito à obra antiga onde se procurou deixar em evidência as perdas sofridas. Desta forma, encontramos diferenciados os elementos antigos, revestidos em douramento, daqueles novos, deixados na madeira em estado cru, apenas encerada, dando indicativos de critérios de intervenção ainda atuais.

Rosângela Fonseca do Nascimento. [Representações do negro em Sortilégio II: Teatro negro e Abdias do Nascimento.] Ao fundar o Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, Abdias do Nascimento tinha como objetivo primordial inserir o tema das questões negras no teatro brasileiro e também mostrar o negro como criador cênico e intérprete dramático. Nesse sentido o presente texto monográfico busca analisar as representações do negro na obra Sortilégio II (Mistério Negro de Zumbi Redivivo), peça dirigida e encenada por Abdias. Analisar esse texto resgata parte da história de resistência de grupos negros no Brasil, frente às questões históricas de escravidão e diáspora. Permite também a percepção da importância dos trabalhos do TEN pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte. Nossa metodologia, prima pela revisão bibliográfica, análise interpretativa, além da utilização das ferramentas da semiótica-cultural. Assim, nosso objeto de estudo é a obra teatral Sortilégio II em conexão com os textos etnográficos de Elé Semog, Femi Ojo-Ade, Muniz Sodré, Geertz, Stuart Hall, Miriam Garcia Mendes, além da contribuição de estudiosos de outras ciências humanas, como as de Nietzsche, Foucault, Denys Couche.

Rosângela Marques dos Santos. [Controle social e participação: As ações do MOPS/SE (1989-2008).] O presente estudo é o resultado da pesquisa de doutorado vinculada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP na área de concentração: Serviço Social – Políticas Sociais e Movimentos Sociais. A pesquisa realizou uma análise das lutas e ações estratégicas desenvolvidas pelo Mops/SE no período 1989/2008, e o seu objeto destacou a participação e o controle social com vistas à efetivação dos direitos sociais de saúde. Desde o final da

década de 1980 que o Movimento Popular de Saúde de Sergipe-Mops/SE figura no cenário sócio-político com um trabalho de construção e fortalecimento das ações voltadas para o desenvolvimento de uma política social de saúde pública. A VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986 foi exitosa nas propostas que compuseram o texto sobre a saúde da Constituição brasileira promulgada em 1988, o que representou grandes avanços para o conjunto da população, por meio da criação de um Sistema Único de Saúde - SUS e a garantia de mecanismos de participação popular nos espaços das conferências e conselhos de saúde no sentido de assegurar o exercício político do controle social. Os referenciais teóricos utilizados para a análise das entrevistas e depoimentos foram de base gramsciana e as categorias privilegiadas no estudo foram movimentos sociais, participação e controle social. A pesquisa qualitativa se deu a partir de pesquisa documental e bibliográfica, enriquecida com as observações empíricas durante a realização dos eventos do movimento e a pesquisa de campo com a realização de entrevistas semi-estruturadas. Foi produzido um Vídeo-Documentário intitulado “Mops/SE – 20 Anos Ampliando Conquistas”, recurso que pode ser utilizado com finalidades educativas, além de se constituir num instrumento para contribuir com a memória histórica do movimento. O estudo evidenciou a defesa de um projeto político numa perspectiva ampliada de saúde e a contribuição do Mops/SE na ampliação dos espaços políticos para o exercício da participação e do controle social; as lutas para a construção de processos democráticos de participação, o enfrentamento das contradições sociais e os embates entre distintas forças políticas no qual os interesses coletivos nem sempre figuravam como prioridades nas agendas governamentais. Ficou evidenciado ainda que em determinada conjuntura a depender do nível de correlação de forças que se estabeleceu entre a sociedade civil e o Estado, a prática dos processos democráticos se limitaram aos quadrantes da institucionalidade estatal, contrariando dessa feita, a compreensão do Mops/SE sobre a democratização como um processo contínuo e permanente de ampliação da participação popular nos rumos da sociedade e na redistribuição da riqueza socialmente produzida. Nesse sentido, teve-se a pretensão de contribuir com a produção de conhecimento do Serviço Social nesta área, pois se entende que a dimensão ético-política da profissão defende uma intervenção alinhada com a defesa dos direitos sociais e compromisso com o fortalecimento das lutas coletivas.

Rosanita Baptista. [Questões epistemológicas e metodológicas na Sociologia Interpretativa de Max Weber.] A sociologia, desde a sua origem, tem sido marcada por debates e controvérsias sobre quais seriam os seus pressupostos e métodos, de modo que se institui como campo científico sem definir uma base epistemológica consensual. Assim, a polêmica epistêmico-metodológica é recorrente nesse campo disciplinar. O objetivo deste trabalho é explorar a posição

e contribuição aos debates de um dos autores clássicos das ciências sociais — o sociólogo e economista Max Weber, mas também jurista de formação. O referencial epistemológico da teoria weberiana tem forte influência do contexto intelectual da Alemanha, mais especificamente da Escola Histórica Alemã de Economia, à qual esteve vinculado. Entretanto, a relação de Weber com a Escola Histórica não foi de mera aderência e consenso, mas de interlocução e debate. Weber foi um herdeiro crítico dessa tradição alemã e, nessa interlocução, estão muitos dos elementos singulares que marcam o desenvolvimento do seu esquema teórico-metodológico. Ressalta-se que o positivismo sofreu ampla resistência na Alemanha, em contrapartida predominava a ênfase nas abordagens interpretativas e na centralidade do particular e concreto na orientação metodológica das ciências históricas. O historicismo foi a corrente dominante no contexto acadêmico da época, mas sofreu também inúmeros combates, e foi nos termos de oposições ou apoio a esta vertente que se desenrolaram debates e polêmicas de significativa repercussão para a obra de Weber. Para abordar o esquema de Weber, proponho, aqui, partir do contexto da sua formação, enfatizando as querelas que ocorreram no campo das ciências econômicas da Alemanha, à sua época, e que influenciaram o seu pensamento, para em seguida abordar a especificidade da sua obra e os pressupostos epistemológicos e metodológicos que marcam a sua contribuição para as “ciências sociais”. Certamente, não se trata aqui de uma exploração exaustiva do autor, sequer dos seus escritos metodológicos, tarefa que seria impossível em se tratando de Weber, mas de tecer algumas considerações e refletir sobre os principais construtos que asseguram a especificidade da sua abordagem e que lhe confere o estatuto de clássico das ciências sociais. Assim, serão enfatizadas, especificamente, as discussões weberianas sobre: objetividade e valor, explicação e compreensão.

Rosely Afonso, Elisabete Santos, Suely Ribeiro, Elba Veiga, Cezar Miranda & Valnêda Cássia. [Direito a Moradia e à Cidade em Salvador.] O trabalho discute o significado do direito a moradia e a cidade em Salvador a partir da caracterização das condições socioambientais e do imaginário das ocupações dos Sem Teto vinculadas ao Movimento de Luta pela Moradia. Trata-se de discutir a relevância social das práticas relacionadas com o direito gestado no seio dos diversos movimentos sociais e de produzir subsídios para a qualificação da ação dos movimentos sociais, dos formuladores de políticas e dos operadores do direito. Um aspecto a ser destacado nesse trabalho é o lugar da mulher no contexto dos referidos movimentos e no processo de constituição desse direito, sobretudo no que diz respeito a sua condição de guardiã da posse ou propriedade da terra e da habitação. Com essa pesquisa pretende-se construir uma geopolítica da exclusão de segmentos sociais que historicamente não têm sido contemplados pelos direitos constitucionalmente estabelecidos mas que não conseguem, através

do mercado, ter acesso à moradia. Um dos maiores desafios desse trabalho é a construção de uma relação dialógica com o movimento dos Sem Teto de modo a converter o conhecimento produzido em elemento em um elemento de crítica para a academia como também para o movimento social.

Rubenilda Sodré dos Santos. [A importância da produção da ciência na perspectiva da modernidade: posições e controvérsias clássicas no campo da sociologia.] A ciência, enquanto produção de conhecimento humano, sempre esteve associada ao desenvolvimento e progresso das sociedades, de modo que o próprio nascimento da ciência moderna está vinculado a um leque de transformações ocorridas na esfera política, social e cultural, e, sobretudo nas instituições de indústria e comércio advindas do uso de técnicas inovadoras a partir do século XVII na Europa. Dessa maneira, a produção do conhecimento e a relação entre os modos de pensar e conhecer dependem da realidade socioeconômica e está ligado à uma historicidade própria, isto é, a ciência sempre é parte da produção cultural de uma sociedade em determinado espaço de tempo. Por outro lado, tudo o que é consolidado na esfera da ciência influencia a maneira como a sociedade organiza a si própria e suas instituições, assim como influencia o pensamento de uma época acerca das consequências destes avanços da ciência e da técnica. É neste sentido que o presente trabalho pretende discutir a ciência sob a ótica da sociologia, buscando enfatizar diferentes pontos de vista teóricos de autores como Gaston Bachelard, Thomas Kuhn, R. Merton e Pierre Bourdieu e seus posicionamentos acerca do real papel da ciência na sociedade, sua autonomia frente as demais esferas e as críticas ao campo da ciência em si. A legitimidade do locus privilegiado da ciência no decorrer do tempo e a postura das comunidades científicas são debatidas entre essas perspectivas e acabam fornecendo ao tema uma atualidade importante para o entendimento do papel essencial que ela tem assumido atualmente no desenvolvimento das sociedades e de suas instituições.

Sabrina Gledhill. [Intelectuais, pós-abolição e antirracismo em perspectiva comparada (Brasil-EUA): pensamento social de Manuel R. Querino e Booker T. Washington.] Manuel Querino e Booker T. Washington foram dois destacados intelectuais negros na diáspora. Viveram na segunda metade do século XIX e alvorecer do século XX, vivenciando contextos históricos convergentes do período pós-abolição no Brasil e nos Estados Unidos. Não só isso, utilizaram estratégias semelhantes para combater o racismo vigente. Entre outras coisas, enfatizaram a produção de uma imagem positiva do negro – através de textos e fotografias – que visava a contrariar os estereótipos negativos propagados, por exemplo, por cientistas racialistas como Louis Agassiz e outros. Em nosso estudo analisamos a produção intelectual de ambos, abordando como eles deram continuidade às estratégias abolicionistas de meados do final do século XIX, com narrativas da retórica de apelos à razão, moralidade e justiça.

Samuel Lira Gordenstein. [Arqueologia urbana e o estudo de rituais domésticos de inspiração africana em Salvador no fim do XIX.] Este estudo pretende caracterizar práticas rituais de inspiração africana através do estudo arqueológico de vestígios encontrados associados ao piso de um porão no centro histórico de Salvador. Além dos subsídios oferecidos pela análise botânica, do espaço construído, e da cultura material associada encontrada através de escavações arqueológicas, pretende-se caracterizar tais rituais através da documentação histórica e fontes etnográficas pertinentes. Através da análise minuciosa de um estudo de caso, pretende-se discutir práticas que a micro-história recente tem demonstrado ser comuns no centro urbano, apesar da repressão do estado.

Sandra de Cassia Meneses Silva. [A re-construção da maternidade por mães na transição dos filhos para a vida adulta.] Este projeto, elaborado a partir de uma visão sistêmica e construcionista, com aportes da psicologia cultural do desenvolvimento, tem como objeto de estudo o processo de desenvolvimento do Self das mães através da re-construção do significado da maternidade na transição dos filhos para a vida adulta. Parte-se do pressuposto de que o processo de desenvolvimento humano se dá através das relações que o indivíduo mantém com seus contextos socioculturais proximais (família, trabalho, comunidade) e distais (valores, crenças, normas). Serão privilegiadas as relações proximais em família, dada a importância da interconexão entre o desenvolvimento familiar e pessoal. O método escolhido para esta investigação é o estudo de casos múltiplos, com uso de entrevista narrativa para coleta de dados. Analisar narrativas de mães que vivenciaram a transição dos filhos para a vida adulta poderá trazer maior compreensão sobre os processos psicológicos implicados nas re-construções semióticas inerentes às transições ao longo do ciclo de vida em família. Mais especificamente, poderá ampliar a compreensão sobre as tensões e ambivalências vivenciadas pelas mulheres nesse período de transição e suas implicações para a dinâmica de continuidade e mudança no âmbito do próprio Self e para o desempenho de papéis sociais.

Sara Fadigas. [Implementação do PAIF na Bahia nos governos Paulo Souto (2003-2006) e Jaques Wagner (2007-2010).] Esta pesquisa analisa o processo de implementação da política de assistência social no estado da Bahia entre os anos 2003 e 2010, que correspondem aos governos Paulo Souto e Jaques Wagner, respectivamente. Dessa maneira, persegue questões referentes ao desenho institucional das burocracias em cada governo, levando em conta a influência da variável partido político e o destino dos recursos investidos na área da assistência social. Para tal estudo, o enfoque é dado sob o Programa de Atenção Integral a Família – PAIF, o principal programa de Proteção Social Básica do SUAS, Sistema Único de Assistência Social. O programa é um serviço de prestação continuada desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência

Social (CRAS), também conhecidos por “Casas da Família” que funcionam como unidades públicas da política de assistência social agindo como porta de entrada dos serviços prestados pelo SUAS. A hipótese testada afirma que para compreender as possíveis diferenças no processo de implementação do PAIF nos governos estudados, a variável partido político é condição necessária, porém não suficiente. Deve-se levar em consideração também a definição do modelo de assistência social adotado pelos governos e a forma como repercute sobre o processo de implementação, sobretudo em relação a capacidade da burocracia bem como os recursos financeiros destinados ao programa. O conceito de Capacidade do Estado, que consiste na capacidade do Estado em adentrar na sociedade e implementar logisticamente decisões políticas, agindo assim com seu “poder infra-estrutural”, e mais especificamente duas variáveis analíticas presentes neste conceito – capacidade da burocracia e capacidade financeira - norteiam a pesquisa. A escolha destas variáveis explica-se por ambas serem aplicáveis aos estudos sobre implementação de políticas públicas, acrescentando-se que são capazes de serem indicativas em apontar condições presentes no processo de implementação da política. Alguns estudos na Ciência Política brasileira se firmaram em torno de uma corrente analítica que enfatiza o papel de políticas distributivas realçando-as com um caráter clientelista, agindo na mobilização de lideranças locais e eleitores na montagem de coalizões eleitorais e governativas. Entretanto, as evidências empíricas levantadas por estas pesquisas são pouco sistematizadas. Este trabalho propõe assim, preencher parte desta lacuna da Ciência Política brasileira, se utilizando de dados tanto qualitativos como dados quantitativos primários e secundários.

Sara Raquel Nacif Baiao. [Os mortos de São Tomaz: Ritos funerários em um bairro rural ao sul de Santa Catarina.] São Tomaz conta com uma população de 250 famílias e está localizado na zona rural. Duas são as religiões existentes: católica (majoritária) e pentecostal da Assembleia de Deus. A etnografia trata de velórios, encomendações e enterramentos entre católicos a partir da observação de quatro funerais e de entrevistas com fiéis. Como no lugar a religião é encompassadora da vida Social (Peter Berger), não há morte laica, todo passamento inclui necessariamente um ritual religioso. Usando o referencial teórico de Van Gennep (Os ritos de passagem) e Victor Turner (O processo ritual), o estudo busca identificar as três etapas do rito, bem como analisar quais atos cerimoniais são necessários à eficácia do mesmo, considerando que só o seu fiel cumprimento permite a separação do mundo dos mortos do mundo dos vivos.

Saulo Daniel Campos. [Sobre a coerência do pirronismo.] No nosso cotidiano, estamos acostumados a ouvir falar de ceticismo e associar este termo a uma postura de dúvida radical sobre todas as coisas ou identificá-lo ao ceticismo

epistemológico que surge com Descartes. O pirronismo, ou ceticismo antigo, não pode ser corretamente identificado com nenhuma destas duas concepções de ceticismo, grosso modo, porque a postura característica do pirrônico não é a dúvida, mas sim a perplexidade, e isto não é, de modo algum, trivial; da mesma forma o pirronismo não constitui uma epistemologia nem de cunho cartesiano nem de qualquer outro, mas sim uma prática argumentativa motivada por questões de fundamento moral. Segundo Sexto Empírico, pirronismo é um modo de vida, uma prática argumentativa que surge devido à busca pela verdade, mantida pelo caráter investigativo do pirrônico e teria como motivação última a prática filantrópica de combate ao dogmatismo. Deste modo, por se tratar de uma “filosofia prática” a questão sobre a possibilidade de “viver o ceticismo” é de fato pertinente e o ceticismo tem se debatido com ela desde a antiguidade. A disputa atual em torno da coerência do pirronismo orbita ao redor de duas distintas interpretações hegemônicas sobre o conceito de “dogma” (crença) e “epoché” (suspensão do juízo), essas duas correntes tem como seus maiores expoentes M. Frede e M. Burnyeat. Para Burnyeat, uma correta interpretação do texto de Sexto levaria a assumir que o escopo da epoché cética, para ser coerente com o seu auto proclamado caráter investigativo, deveria se estender a toda e qualquer crença, o que conduziria o pirronismo à auto-refutação. A crítica de Burnyeat parte de uma análise acurada da letra do próprio Sexto, apontando para novos elementos filológicos até então ignorados e denunciando a suposta incongruência interna do autor, o que torna, de saída, a defesa do Pirronismo uma tarefa consideravelmente mais dramática. Nesta comunicação tratarei de expor os principais argumentos de Burnyeat contra o pirronismo de Sexto, presentes em dois célebres artigos chamados “Can The Sceptic Live His Scepticism?” e “The Sceptic in His Place and Time”, tentando identificar suas origens e possíveis respostas a partir do texto do próprio Sexto.

Saulo Henrique Souza Silva. [Sobre trabalho, dinheiro e mercado em John Locke.] O objetivo desta comunicação é tratar da relação entre trabalho, dinheiro, valor de uso e valor de troca nos Dois tratados sobre o governo e nas Some Considerations of the Lowering of Interest and Raising the Value of Money. Nos Dois tratados, John Locke desenvolve uma teoria sobre a propriedade pautada na concepção de trabalho valorativo, mais conhecida pelos estudiosos do pensamento econômico como teoria do “valor-trabalho” de Locke. No entanto, esse texto possui interpretações divergentes as quais não estabelecem consensualmente as implicações da teoria sobre a propriedade para a formulação do pensamento econômico de Locke. Sobretudo, porque esses textos possuem um enfoque mais moral e político que econômico. Por essa razão, a investigação sobre o pensamento econômico de Locke deve ser direcionada para a análise dos textos de caráter estritamente econômicos, os quais possuem a vantagem de deslocar a discussão para além das questões de ordem moral e política. O

principal texto de Locke sobre economia foi escrito entre os anos de 1668-74, período que estava envolvido em importantes questões de ordem comercial. O texto permaneceu em forma de manuscrito com o título de *Some of the Consequences that are like to follow upon lessing of Interest 4 Percent*. Motivado por um novo debate no Parlamento sobre a redução da taxa legal do juro de 6 para 4 por cento, em 1691 Locke retornou ao manuscrito esquecido. O texto, revisado e ampliado, foi publicado em 1691 com o título de *Some Considerations of the Lowering of Interest and Raising the Value of Money*. Pouco depois da publicação anônima do panfleto sobre juro e dinheiro, Locke publicou mais duas peças de cunho econômico, a saber: *Short observation on a printed paper, intituled for encouraging the coining silver Money and after for keeping it here*, e *Further considerations concerning raising the value of money*, ambos em 1695. Em *Some of the Consequences* a teoria do valor que emerge é a da relativização dos preços, derivada da entrada e saída de commodities, visão tipicamente mercantilista. Quanto a isso, segundo Karen I. Vaughn, não existe um acordo dos interpretes sobre a relação entre a teoria lockeana do valor-trabalho presente nos Dois tratados e sua teoria dos preços nos escritos econômicos. Marxistas acusam Locke de ser o criador da “metafísica” da propriedade típica do sistema capitalista. Segundo Macpherson, é “o desejo especificamente capitalista de acumulação que Locke está tomando por garantido”. Já para Raymond Polin, a economia política de Locke consiste em uma teoria que determina o limite do valor ao trabalho, o aproximando de Adam Smith e David Ricardo. Com efeito, para tratar desse assunto, iniciaremos com algumas considerações sobre a propriedade a partir dos Dois tratados (I), logo depois examinamos a concepção de valor-trabalho do V capítulo do Segundo tratado (II). Em seguida, passamos a analisar *Some Considerations of the Lowering of Interest and Raising the Value of Money*, onde daremos ênfase à questão do valor do dinheiro e do preço das mercadorias (III).

Saulo Matias Dourado. [O modo lógico para a filosofia no ensino médio.] Se sou um professor em uma sala de aula e quero ensinar genética aos meus alunos, devo lhes explicar as propriedades, os desdobramentos, mostrar representações de livros e pedir, implicitamente, que acreditem em mim e nas informações abstratas que ali se apresentam. Para um fato histórico, o mesmo. Narrarei quais os protagonistas, as causas e consequências, mas, por infelicidade, não poderei trazer o passado de volta e coloca-lo em cima do tablado. Já nas possibilidades da filosofia, sendo fiel à sua raiz, só há atividade se o discurso for refeito aos ouvidos de quem escuta, sem poder utilizar-se de crenças, apenas de provas. Uma noção filosófica não pode apenas ser apontada, mas reconstruída em seu ciclo de premissas e conclusão, como se nascesse sempre no instante em que é pronunciada. Eis a peculiaridade da Filosofia, a de redescobrir a descoberta a cada vez que se expõe. Por isso, nesta introdução a

um entendimento sobre ensino de filosofia no segundo grau, falaremos sobre a necessidade da lógica em seu currículo, campo em que a exposição com provas é uma exigência.

Selma Andrade. [Mulheres chefes de família na comunidade de Ilha de Maré.] A família foi ao longo da história considerada a base da sociedade, entretanto, esta vem sofrendo diversas alterações na sua estrutura. Percebe-se que a instituição familiar vem passando por constantes transformações que motivam a construção de novos e complexos arranjos. O rótulo de chefes de família agrupa diferentes histórias de vida, levando algumas mulheres a assumirem um novo papel, modificando assim a dinâmica familiar. Trata-se o estudo de uma pesquisa descritiva exploratória com abordagem qualitativa, utilizar-se-á como instrumento para coleta de informações a realização de uma entrevista semi-estruturadas e com roteiro pré-definido, tendo como método da coleta a história de vida do universo a ser pesquisado com 40 mulheres, nativas da comunidade de Ilha de Maré, Salvador. Tem-se como objetivo geral identificar as transformações ocorridas na vida das mulheres pesquisadas e conhecer quais as consequências da assunção deste papel. Como objetivos específicos: Relatar a história de vida destas mulheres identificando os motivos pelos quais tornaram-se chefes de família; Identificar o perfil das mesmas; Comparar a vida anterior com a vida atual vivenciada, após assumirem o papel de chefiar suas famílias; Compreender como estas mulheres vivenciam este modelo familiar. Neste trabalho buscarei ainda identificar se estas mulheres estão inseridas no contexto de ampliação dos processos de pauperização, corroborando com estudos que afirmam que a “pobreza tem rosto de mulher”, já que o aumento da feminização da pobreza está vinculado à proporção de famílias chefiadas por mulher, tomando como pressuposto que a pobreza afeta de maneira desigual o gênero feminino.

Selma Cristina Silva. [Notas sobre a construção sociológica do objeto sindical.] O sindicalismo se constitui num mecanismo essencial da vida econômica e social moderna. É um fenômeno comum a todas as sociedades ocidentais industrializadas, se constituindo objeto de estudo de diversas pesquisas. De um modo geral, constatamos que as pesquisas sobre o sindicalismo no Brasil são ricas do ponto de vista empírico, porém, há uma, certa, lacuna no nível de elaboração teórica - no sentido de ausência de um aparelho conceitual para se pensar este fenômeno. Este artigo tem por objetivo estabelecer alguns parâmetros para a reflexão teórica acerca do sindicalismo, a partir de uma pesquisa bibliográfica empreendida sobre a questão. Reconhecemos que o fenômeno sindical tem sido objeto de estudo de várias disciplinas e campos de saberes, notadamente da economia e das relações industriais. Neste texto, focamos algumas formas de construção e apreensão do sindicalismo pela sociologia.

Trata-se, portanto, de uma análise que busca compreender como a sociologia vem tratando do objeto sindical. Apesar do reconhecimento da diversidade de olhares sobre o sindicalismo, nos ocupamos das análises sociológicas de dimensões mais amplas. Tal recorte torna-se necessário, uma vez que pretendemos traçar alguns elementos de teorização do sindicalismo. O trabalho estrutura-se em três partes. Primeiramente, refletimos sobre a construção sociológica do objeto sindical. A seguir apresentamos dois modos de apreensão do sindicalismo pela sociologia, quais sejam: as leituras do sindicalismo como práticas discursivas e não discursivas. E por fim, refletimos sobre o debate da polarização “sindicato *versus* movimento social”, para no momento posterior, propor uma conceituação do sindicalismo.

Selma Reis Magalhães. [(Des)construção de estereótipos sobre a homossexualidade no ambiente escolar.] O artigo propõe uma discussão sobre a educação sexual e a construção e desconstrução de estereótipos em relação à homossexualidade no ambiente escolar, a partir da complexidade de valores sociais sistematizados por códigos culturais fundados, sobretudo, numa lógica hierárquica de gênero e na diferença anatômica do ativo/passivo. Como reprodutora de mecanismos que hierarquicamente ordena os sexos, a escola se serve de uma simbologia para definir espaços e papéis que homens e mulheres sejam eles ou elas heterossexuais, bissexuais e homossexuais devem atuar. Expressa também relações de poder, quando define a função dos sujeitos moldando corpos e mentes conforme as regras estabelecidas pelo social.

Serafim da Silva Nossa Junior. [A noção de princípio moral em Moritz Schlick.] A noção de princípio moral tem importante relevância para o inusitado projeto de uma ciência da ética pensado por Moritz Schlick. Tal projeto, por vezes rejeitado pelo Círculo de Viena, parece ter sido descartado sem que sua acuidade filosófica fosse mais bem apurada. Isso, pois, a forte oposição ao discurso metafísico, instalada pelo positivismo lógico, lograra a ciência da ética schlickiana o mesmo estatuto de atividades que, no terreno da ética, buscaram apresentar seus princípios; ou, mais ainda, dizer o que seja, afinal, o ético. Sendo assim, nosso trabalho busca apresentar a coerência interna deste projeto de Schlick, exibindo tanto seu comprometimento com as bases mais fundamentais do positivismo lógico, assim como seu comprometimento com a herança tractatiana da qual Schlick sempre se fizera tributário. A noção de princípio moral mostra-se assim aquele argumento sob qual podemos logo ver esta unidade e ainda, se estamos certos, a noção sob a qual se pode compreender a originalidade do próprio pensamento schlickiano pós Sentido e Verificação, ao buscar estender o projeto verificacionista do Círculo de Viena também sobre o campo da ética.

Sérgio Elísio Araújo Alves Peixoto. [O conceito de rural: mudanças e ressignificações.] O presente trabalho tem como objetivo efetuar uma revisão

do conceito de rural, analisando as transformações que o mesmo vem sofrendo nas últimas décadas, que decorrem tanto de seu uso em diferentes leituras sociológicas, quanto das mudanças que ocorreram na sociedade, que lhe proporcionaram novos significados. Toma-se a década de 1960 como ponto de partida para as considerações a serem realizadas, estendendo-se a análise até o atual momento, onde se destacam as mudanças promovidas pelo processo de globalização. Para tanto, recorre-se, inicialmente, a uma discussão sobre o período histórico em que pode ser localizado o surgimento de grupos sociais portadores de determinadas características que permitem sua qualificação como rurais. Em seguida, procura-se delinear as principais concepções que se consolidam na década de 1960, acompanhadas das críticas mais relevantes que foram a elas dirigidas. Assim, procede-se a identificação das concepções dicotômicas, caracterizadas tanto pela construção de uma oposição entre o rural e o urbano, enquanto domínios distintos da realidade social, quanto por uma ênfase em um contínuo de aspectos que diferenciariam, de forma gradativa, estes pólos. A seguir, analisa-se as concepções que poderiam ser designadas como dialéticas, levando em conta sua preocupação em assinalar as relações entre o rural e o urbano enquanto instâncias opostas, porém complementares, acentuando a sua historicidade e os conflitos que nele se desenvolvem. Diante de transformações recentes que, de modo geral, impulsionaram um processo de reconfiguração das relações entre o campo e a cidade nas sociedades contemporâneas, surge outra concepção que pressupõe um “novo rural”, evidenciado principalmente pela disseminação de atividades não-agrícolas nas áreas rurais. Por fim, trata-se de outros processos de mudança, desenvolvidos bem mais recentemente, via de regra denominados de globalização. Produzidas pela mundialização do capital, tais mudanças provocaram alterações muito mais profundas na estrutura da sociedade contemporânea, gerando processos que transcendem e enfraquecem as fronteiras entre países, bem como a debilitação da capacidade de decisão dos Estados Nacionais. Desse modo, reacenderam-se os debates sobre o rural, na medida em que a globalização redefine e diversifica as instâncias e espaços sociais como tal qualificados, requerendo, portanto, um novo sistema teórico de referências para sua compreensão. Com a análise dessas mudanças concluí-se essa revisão do conceito de rural, que se espera ser útil para a elaboração de outros estudos.

Sergio Fernandes. [Um equívoco de Freud: Inferências acerca de uma lembrança da infância de Da Vinci.] O texto de Freud “Leonardo Da Vinci e uma lembrança da sua infância” (1910) suscita-nos diversas questões, dado o caráter controverso dessa obra e o perfil enigmático da vida (diria mais especificamente da infância) desse ilustre italiano que, no dizer do psicanalista em carta à Fliess, é tido como um dos canhotos mais célebres da nossa história. Esse fascínio de Freud por Da Vinci fica evidente se prestarmos um pouco mais de

atenção a certa relação especular, apresentada por Serge Bramly (biógrafo de Da Vinci), ao abordar certas afinidades entre os dois. Vale lembrar que o artista é citado nas correspondências de Freud desde 1898, porém, em carta a Lou Salomé, quase dez anos após ter publicado o texto sobre Da Vinci, é que ele vai dizer, num acesso nostálgico, que esse ensaio fora a única coisa bela que até então conseguira escrever. Entretanto, na sua interpretação de uma lembrança da infância de Da Vinci, Freud comete um erro, qual seja, traduz a palavra *nibbio* por abutre e, não, por milhafre. É interessante notar que Freud, ao longo da sua carreira como teórico da psicanálise, sempre se mostrou pronto a revisar suas teorias, porém, mesmo cômico do seu erro de tradução, jamais modificou o referido ensaio. A questão que se coloca é, pois, a seguinte: será que por causa dessa falha na tradução – *nibbio* como abutre – deveríamos rejeitar o conjunto da tese freudiana acerca da interpretação de uma lembrança da infância de Da Vinci? Buscaremos, portanto, com a ajuda de Lacan, uma resposta, mesmo que parcial, para tal questão.

Sidarta Rodrigues. [Searle e Rorty: Um debate sobre o realismo.] Tenciono neste trabalho apresentar os termos do debate praticado pelos filósofos John Searle e Richard Rorty a respeito das concepções de Realismo e Racionalismo. John Searle indica que a crítica dirigida a concepções garantidas na tradição do pensamento do ocidente, como as de “Verdade”, “Objetividade”, “Racionalidade”, tal como Rorty elabora, coloca em questão o Realismo, fundamento de todo o sistema de crenças a qual chama de metafísica ocidental. Duas das principais teses que configuram a postura realista são a de que a realidade existe independente de nós, fora de nossas mentes, além das representações humanas e a de que as representações precisas que temos do mundo nos colocam em contato com a verdade. Na crítica realizada por Rorty à idéia de que “algo verdadeiro” corresponde a um “fato” guardando uma correspondência com mundo que estaria “fora de nós”, há a sugestão de que a verdade, ao invés de ser descoberta, é criada. Em outras palavras, a verdade não é dada pelo mundo e não se encontra nele no sentido em que não existe independentemente das descrições que nós, humanos, fazemos a respeito.

Sílvia Faustino de Assis Saes. [Filosofia e poesia no projeto romântico de Friedrich Schlegel.] No célebre fragmento 116 da revista “Athenäum”, depois de definir a poesia romântica como “poesia universal progressiva”, Friedrich Schlegel afirma que uma de suas destinações consiste em pôr a poesia em contato com a filosofia e a retórica. O objetivo deste trabalho consiste tão-somente em explicitar os diferentes modos através dos quais este romântico de Iena propõe a aproximação entre filosofia e poesia. Em seus dois livros publicados em português, “O Dialeto dos Fragmentos” e “Conversa sobre a Poesia e outros fragmentos”, serão analisadas as passagens em que se encontram as razões

da necessidade de superar a separação entre filosofia e poesia. Como se verá, somente a unificação de ambas poderia viabilizar o projeto romântico de produzir a reflexão filosófica pela liberdade criadora da imaginação.

Silvia Sales Medeiros. [Espaços externos para brincar: O olhar das crianças através de fotos.] As ruas e os espaços públicos nas grandes cidades têm sido percebidos pelos adultos como impróprios para crianças em virtude da violência e do movimento de pessoas e veículos. Verifica-se então, tendência a interiorização e institucionalização dos espaços de brincadeiras. Com o objetivo de investigar, através do olhar das próprias crianças, quais os seus lugares externos para brincar, 39 crianças, meninos e meninas de status sócio-econômico baixo e médio, moradoras na cidade de Salvador, fotografaram seus locais preferidos para brincar fora de casa e da escola e foram entrevistadas sobre os conteúdos das fotografias registradas e sobre quais brincadeiras ali eram desenvolvidas. Os resultados indicam que a região na frente das casas e playgrounds de edifícios foram os mais escolhidos. Nesses lugares as crianças relataram brincar mais de jogos de competição, faz-de-conta e brincadeiras de rua, utilizando majoritariamente elementos existentes nos locais como passeios e escadas.

Simone Requião. [Ressignificação: Um encontro com o fazer teatral dentro sistema prisional.] O trabalho ora apresentado visou investigar a influência que o fazer teatral pode exercer na resignificação da história de vida de um usuário de crack dentro do sistema prisional. A pesquisa foi realizada numa penitenciária. Contudo, não procede associar o uso de drogas à violência, tampouco ao crime, mas sugere-se que a falta de conhecimento e de alternativas adequadas expõe esse usuário a prejuízos individuais e sociais. Para elaborar os capítulos foi necessário compreender a sociedade atual e o fenômeno da droga nesse contexto, os fatores compreendidos como de risco e de proteção com relação ao uso indevido dessas substâncias e o questionamento sobre o crack enquanto vilão da sociedade contemporânea. Assim, foi lançado um olhar acerca da história de vida de um indivíduo que cumpre pena em um Conjunto Penal, para identificar as possibilidades de resignificação de sua história. Foram discutidas, também, as diferentes perspectivas entre ressocializar e resignificar, e para isso examinou-se a história da prisão, sua funcionalidade, a realidade do sistema penal e como o teatro opera enquanto ferramenta de construção individual e social. Neste sentido foi desenvolvido um projeto de pesquisa que se dividiu entre: O estudo da vida de uma pessoa que cumpre pena e que se tornou protagonista e relator da sua história de vida, em paralelo realizou-se um curso intitulado: “Ressignificando a História”, em que a referida pessoa se predispôs a conhecer o fazer teatral, verificando meios para multiplicar essas ações, e realizar a assistência de direção da peça de finalização do curso: “Histórias do dia-a-dia”.

O problema desenvolvido partiu da suposição de que o teatro pode ser considerado uma alternativa para estimular a reflexão e a conquista da autonomia do sujeito, através da troca de conhecimentos e de ações que integrem o saber teatral ao um saber cidadão. A proposta foi transformar estigmas em experiências que valorizem o indivíduo e a possibilidade de reorganização de suas vidas. O trabalho consolidou a perspectiva de que ofício de artista ultrapassa o âmbito da estética, podendo ser encarado como ferramenta de um fazer coletivo. Essa forma de construção artística deu voz aos sujeitos, desmistificando conceitos e humanizando relações. A proposta de utilizar o teatro como ferramenta de ressignificação dentro do sistema prisional, partiu da observação de que ainda não existe uma atenção específica para quem faz uso indevido, ou até mesmo destrutivo, de substâncias psicoativas, e se encontra privado de liberdade. Cercar a liberdade não funciona como tratamento e a lei assegura o direito ao cuidado à saúde do usuário e do dependente químico, mantido no sistema prisional, porém isso não acontece. Nesse contexto o trabalho oferece o conhecimento teatral como meio de dialogar e compreender a realidade desses sujeitos na perspectiva de ressignificá-las. Buscou-se contextualizar a idéia de que o “ato desviante” não é um ato de caráter exclusivamente individual, mas sim um ato construído socialmente, portanto a crítica a esse ato deve ser deslocada para a sociedade como todo.

Soleni Biscouto Fressato. [Cultura popular: reflexões sobre um conceito complexo.] A proposta da presente comunicação é problematizar as várias formas como a cultura popular vem sendo analisada e debatida no âmbito das ciências sociais, destacando a proposta de Mikhail Bakhtin. Em *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, Bakhtin tem por objeto específico a obra de François Rabelais, nitidamente marcada pela cultura popular. Por isso, para melhor compreender a obra, analisa as diversas manifestações dessa cultura. Porém, a cultura popular também é importante para Bakhtin, com relação a ela, seu objetivo é revelar a sua unidade, seu sentido e sua natureza ideológica profunda, isto é, o seu valor como concepção do mundo e estético. Além de desvendar diversas manifestações da cultura popular, Bakhtin, a partir de sua proposta de circularidade cultural, analisa a tensa relação entre a cultura cômica popular e a cultura oficial da Igreja e do Estado feudal, marcada pela seriedade. Segundo ele, a cultura popular do riso estava fora da cultura oficial, possuindo um tom contestador e subversivo aos valores oficiais e à ordem vigente. Entretanto, apesar da nítida coexistência entre as culturas, houve momentos de integração e influência recíprocas. De acordo com as reflexões de Bakhtin não há cultura popular pura, ela se configura pela relação com a cultura e com as instituições e concepções dominantes, ou seja, a polarização cultural é enganosa, pois as classes dominadas estão em relação com as classes dominantes, partilhando um processo social em comum. A

produção cultural é fruto dessa existência em comum, embora os benefícios e o controle sejam repartidos de forma desigual. O conceito de circularidade, assim, pressupõe que, elementos da cultura popular interajam e passem a compor a cultura hegemônica, numa troca contínua. Esse conceito permite problematizar a influência recíproca entre as manifestações populares e as hegemônicas, perceber a imprecisão de suas fronteiras, sugerindo, assim, um fluxo regular de permeabilidade entre elas. Permite abordar a cultura de uma perspectiva social, privilegiando sua dimensão de complexidade e de diversidade de valores e sentidos. Apesar de Bakhtin analisar um período anterior ao avanço dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural, quando ainda existia uma nítida distinção entre a cultura de elite e a cultura popular, suas reflexões permanecem válidas se considerarmos a relação conflituosa entre a cultura popular e a cultura hegemônica. Mesmo com a indústria cultural impondo uma homogeneização cultural, não somente entre as classes, mas também entre as sociedades, ela não é eficiente o tempo todo. Por mais que tente se apropriar de manifestações populares, sempre haverá espaço para a reapropriação e resignificação, devido, exatamente, ao caráter dinâmico da cultura. Dessa forma, o conceito bakhtiniano de circularidade permanece atual e é fundamental para se pensar a cultura contemporânea pelo fato de que, mesmo nas sociedades onde existe uma unidade burguesa, também existem outras expressões culturais que não estão sob seu controle, sendo que essas expressões se relacionam de diversas maneiras: interagindo, resistindo e até mesmo influenciando umas às outras, revelando-se em permanente construção, reconstrução e desconstrução.

Solon Natalicio Araujo dos Santos. [Políticas e conflitos nos aldeamentos do Sertão das Jacobinas (Séc. XVIII).] Este estudo pretende abordar as atuações política e as relações conflituosas entre os índios aldeados e agentes coloniais nos Sertão das Jacobinas. Os grupos indígenas integrados à Colônia portuguesa tornaram-se índios aldeados e passaram a desempenhar diferentes papéis na sociedade colonial em formação. As questões da exploração do seu trabalho nas minas de ouro, de salitre e condução das boiadas e a conseqüente diminuição demográfica nos aldeamentos ocasionaram diversos confrontos entre índios, missionários, colonos e autoridades. No interior dos aldeamentos, as diversas etnias indígenas misturadas entre si, mas também com colonos e missionários, aprenderam novas práticas culturais e políticas que lhes possibilitaram negociar pelos seus próprios interesses. A documentação analisada revela que na condição de aldeados, os índios passaram a constituir categoria social genérica, imposta pelos colonizadores, mas apropriada por eles e construída no processo de sua interação e experiência histórica com os diferentes agentes sociais da Colônia. Destaca-se então a atuação dos povos indígenas dos aldeamentos da missão do Bom Jesus da Glória em suas relações com os agentes colonizadores de

forma a enfatizar sua capacidade de encontrar diferentes estratégias para fazer frente à violência com que se deparavam.

Sonia Bahia. [Comunidades: Redutos de identidades culturais, narrativas e práticas afirmativas.] Este projeto problematiza e questiona as identidades culturais no momento contemporâneo, refletindo em que medida o discurso sobre comunidades é aglutinador das novas tentativas de afirmação das identidades. Subentende - se que partiu do pressuposto de que há novas formas de reinvenção da identidade, ainda que os motivos para tal feito sejam os mais diversos. O presente trabalho discute esta possibilidade através da investigação das práticas afirmativas e das narrativas elaboradas pelos sujeitos pertencentes a duas instituições distintas em duas regiões brasileiras – O Rio de Janeiro e a Bahia. Teve como foco de análise o Centro Cultural Cartola na comunidade da Mangueira (RJ) e a Associação Sociocultural do Ilê Ayiê na comunidade do Curuzu (BA). Mapeou os cenários de tais instituições e identificou quais foram as lógicas histórico - culturais que serviram de lastro para o entendimento que os sujeitos fazem de si mesmos nesses locais e como pretendem através de re-interpretações particulares serem reapresentados. Adentrou ao exame dos produtos culturais que as instituições elegem como representações de seus movimentos e como elaboram novas formas de fazer-se sujeito e atingir sua emancipação. Compreendeu uma nova perspectiva para os movimentos que realizam e como avaliam suas potencialidades para enfrentar a condição de vulnerabilidade social. Várias foram as categorias atravessadoras do descortinar da paisagem teórica e dos cenários que emolduram a problemática desta pesquisa. Foi desenvolvida a partir do enfoque Fenomenológico aliado à Etnopesquisa, Microsociologia, Psicossociologia e os referenciais de Pierre Bourdieu e, especificamente os trabalhos do Laboratoire de Changement Sociale da Universidade de Paris VII, Denis Diderot. Por fim, diferenciou as gramáticas específicas de cada movimento e redimensionou os termos de suas construções.

Suely Aires. [Verdade e ficção: considerações sobre a narrativa mítica no processo analítico.] A fala em análise pode ser compreendida como uma narrativa que se coloca entre história – em sua pretensão de verdade factual – e literatura, espaço de invenção. Segundo Jacques Lacan, o lugar da verdade é o lugar próprio à fala do analisante, o qual constitui uma ficção de si mesmo por meio do desenrolar narrativo para um outro, construindo um mito cuja constância de posições não está submetida à invenção subjetiva. Essa narrativa porta, em seu encadeamento, a marca do inconsciente. Ao considerar o texto lacaniano O Mito Individual do Neurótico (1953), vemos que a estrutura ficcional da verdade se apresenta por meio de uma narrativa de repetição, que torna impossível separar mito e verdade, bem como definir precisamente o lugar do sujeito. No entanto, se tomarmos o endereçamento do paciente ao analista como uma

narrativa ainda não narrada, sem conteúdo prévio definido, podemos considerar – em consonância com Paul Ricoeur – que o narrar se coloca como processo secundário e que, portanto, reconfigura o vivido por meio da fala. Trata-se de ler o que já foi inscrito e construir em forma de narrativa uma escrita de ficção, estrutura mesma da linguagem. É, pois, em termos lacanianos, a dimensão significante que se dá a ver, já que as vivências passadas são apresentadas com os significantes disponíveis ao falante no momento da narrativa. Se o sujeito, nessa perspectiva, se reconhece e se produz no mesmo ato de enunciação, cabe discutir – tal como se propõe o presente trabalho – os pontos em que a ficção tropeça, se detém e se relança como progressão da verdade para um sujeito particular.

Suely Moraes Cerávolo. [Fluxos do discurso preservacionista na Bahia: Estudo de coleções e museus (século XIX e XX).] Os estudos de coleções e museus tem se ampliado enormemente pela lente da história social e cultural, da antropologia, da cultura material, da semiótica entre outras perspectivas possíveis, nelas incluída a museologia e o patrimônio de cultura material. No bojo dessas abordagens ora se tem a análise dos artefatos (forma; função e significação), ora a dos colecionadores, dos gestores, das trajetórias e políticas institucionais que não deixam de apresentar conflitos e tensões. Por sua vez, temas relacionados ao patrimônio cultural, sob a pressão do “presentismo” de acordo com François Hartog (2006), evidenciam o relevo e usos da memória social em prol de territórios identitários. Compreendendo-se que a problemática do patrimônio pode ser investigada a partir da análise de seqüências de estruturas (“regime de historicidade”) como propõe esse mesmo autor, visa-se investigar alguns fluxos constituintes na formação de coleções e museus na Bahia nos séculos XIX e XX, que contribuíram para a elaboração de um discurso preservacionista local. Para isso foram recolhidos determinados elementos da cultura material elegidos como símbolos históricos ou não. Nessa linha pode-se avaliar como se desenrolou a “cultura de exposições” (cf. Heloisa Barbuy); os “ideais de instituição” (Maria Margaret Lopes); a “imaginação museal” (Mario Chagas); a “linguagem de poder dos museus” (Myriam Santos & Mario Chagas) ao modo de variáveis de análise para identificar dos mecanismos de funcionamento ao ideário que permearam algumas manifestações museológicas. Trabalha-se com a hipótese de que tais manifestações operaram como signos de distinção social (Pierre Bourdieu) para a sociedade baiana.

Taiane Mara De Filippo. [A escuta clínica: a ruptura da Psicologia com a Medicina.] Nosso propósito com esta comunicação é iniciar uma discussão que demonstre a definitiva cisão da psicologia com a medicina. Faremos, desse modo, uma análise epistemológica que nos ajudará a compreender o lugar privilegiado do indivíduo desde a modernidade, que culminou por inventar este

espaço dos saberes psicológicos na contemporaneidade. A psicologia foi sendo implantada à medida que apenas o saber médico passava a não responder às questões da alma, ao sofrimento psíquico dos homens. É também neste movimento que inserimos a psicanálise, movimento de invenção do psicológico. Conseqüentemente, traremos o dispositivo técnico do uso do divã para ressaltar o quanto o olho clínico da medicina foi substituído pela escuta clínica com o advento da psicanálise.

Tânia Maria de Almeida Franco. [Trabalho e meio ambiente nas sociedades contemporâneas.] Este ensaio traz elementos para refletirmos sobre os rumos das sociedades contemporâneas, inclusive a brasileira, em relação ao trabalho e ao meio ambiente. Trata-se de uma civilização em crise com duas faces contundentes. Por um lado, a crise social que se aprofundou com as políticas neoliberais materializadas numa crescente precarização – com a regressão da proteção social aos trabalhadores, minimização da regulação do Estado, flexibilização do trabalho com a perda de direitos e conseqüente vulnerabilidade social. Por outro, a crise ambiental que eclode numa sucessão de acidentes industriais desde a década de 1970 e evidencia o caráter predatório da produção e consumo industrial capitalista fossilista – contaminações, geração de lixo urbano-industrial e espoliação dos “recursos naturais” em velocidade e quantidades inéditas que destroem as condições de vida no planeta. O Ocidente e o Oriente expressam, hoje, padrões civilizatórios que aceleram o tempo e comprimem o espaço exterior e interior (inclusive dos indivíduos) remodelando as dimensões macro e microsocial, desequilibrando os ciclos da natureza. No indivíduo, favorecem o adoecimento, atingindo especialmente a saúde mental. No plano macro, produzem a extinção da biodiversidade, as rupturas dos ciclos das águas, do carbono, da cadeia alimentar, o esgotamento de reservas naturais, a degradação dos solos e dos ecossistemas naturais, a migração climática e a dizimação de povos e etnias, dentre outros. Trata-se de uma situação global que vulnerabiliza, sobretudo, os povos dos países emergentes – com governos permissivos e receptivos a não importa que tipo de investimento –, mantendo uma política de flexibilização das legislações trabalhista e ambiental, com o descumprimento ou afrouxamento na fiscalização e a desarticulação de suas instâncias regulamentadoras e fiscalizadoras. Esta flexibilização generalizada atrai fluxos de investimentos em atividades ambientalmente predatórias e crescimento econômico, mas às custas da destruição da natureza e do trabalho digno, originando graves problemas de saúde pública e comprometendo as perspectivas de futuro. São sociedades que estão diante de um complexo desafio: promover a inclusão social, sim, mas em que padrões de produção e consumo? O “capitalismo criativo” e pragmático tende a agravar esta realidade. Sua expansão significa destruição ambiental, ir contra a Vida no planeta, pois seus padrões

destroem mais que constroem. É necessário pensar de forma integrada e transitar para outros valores civilizatórios pautados na razão social e no bem viver. Isto significa defender a vida em todas as suas manifestações e o desafio de reconstruir o ser humano e sua relação com os demais seres. Estamos diante da necessidade de mudar os padrões de trabalho, revertendo a flexibilização de direitos e a precarização social, bem como da necessidade vital de estratégias claras de transição para matrizes energéticas e padrões de produção e consumo – transporte, habitação, etc. – limpos e renováveis, sem energia nuclear, numa economia de baixo teor de Carbono e desmatamento zero. O Brasil tem potencial para ser o berço deste processo no século XXI. A razão destas necessidades é simples e ineludível: os atuais padrões tem custos sociais impagáveis em vidas humanas e biosfera.

Tatiana Sena dos Santos. [A metáfora da conciliação em Esaú e Jacó.] Na política do século XIX, a conciliação se tornou uma figura conceitual bastante controversa, marcando a emergência desse conceito que teria desdobramentos posteriores muito interessantes na história política e cultural brasileira. O tema da conciliação é abordado no romance Esaú e Jacó, de Machado de Assis, através do desejo da personagem Flora em conciliar os irmãos gêmeos Pedro e Paulo, que assumem sistematicamente ao longo do enredo posturas políticas antagônicas. A pesquisa analisou como a postura de Flora pode ser lida como uma alusão às perspectivas políticas do estratégico Gabinete de Conciliação. Os capítulos “Fusão, difusão, confusão” e “Transfusão, enfim” estabelecem ironicamente uma intertextualidade com o título do panfleto Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da Atualidade Política do Brasil, do jornalista e deputado Justiniano José da Rocha, criticando a concepção linear e progressista de tempo que o opúsculo apresentou.

Tatiane Pereira Muniz. [A cor da doença: representações acerca da racialização entre pesquisadores e profissionais de saúde.] A pesquisa genética entre seres humanos tem suscitado diversas discussões acerca de suas implicações sociais. A reemergência da categoria raça na identificação de fatores biogenéticos para a determinação de certas doenças aparece como consequência de um processo que, se por um lado, contribui para que seja conferida atenção a certas particularidades no tocante ao cuidado à saúde, por outro, suscita certas distorções na interpretação de contradições sócio-econômicas e políticas, nas quais as minorias étnicas aparecem em situação de vulnerabilidade. A disseminação de informações acerca da genética e da determinação de predisposições a determinadas doenças, suscitadas a partir do Projeto Genoma passam a compor a agenda da opinião pública que ora parece estar instrumentalizada com os conceitos e categorias pertencentes ao campo da Genômica. A minha preocupação está centrada em identificar a forma como

são construídos e manejados os discursos acerca da racialização entre pesquisadores e profissionais do campo da saúde e, eventualmente, apontar algumas das repercussões de apropriações distorcidas por parte da sociedade (por exemplo, a suposta inapetência da população negra – alegada por algumas empresas - para trabalhar com benzeno tendo em vista a suposta “natural” tendência deste grupo racial à baixa de leucócitos). O diálogo com os pesquisadores e profissionais de saúde será no sentido de refletir em que medida a categoria importa nas questões de saúde, colocando algumas das seguintes questões: Como circunscrever um paciente (para fins de diagnósticos e tratamento) em alguma categoria racial, tendo em vista a miscigenação característica do país? O que é mais válido, neste caso, a auto-identificação dos pacientes ou a identificação operada pelo profissional de saúde (heteroidentificação)? Que critérios são considerados na identificação racial dos pacientes (aspectos fenotípicos, genotípicos)? Em que medida essas identificações dão conta do seu perfil clínico? Será mesmo apropriado utilizar uma noção tão polissêmica e controversa em questões de saúde? Estas são questões que, se são negligenciadas pelos profissionais de saúde, devem passar a fazer parte de suas preocupações para não incorrerem no erro de se apropriar, inadequadamente, da dimensão social da noção de raça, na abordagem clínica dos indivíduos.

Thiago Andrade Ferreira Dória. [Sobre a impossibilidade de proposições elementares negativas.] A isomorfia que guardam entre si linguagem e realidade no *Tractatus Logico-Philosophicus* é sustentada, sobretudo, pela teoria da figuratividade proposicional, cujas exigências conferem às proposições elementares seus principais traços. Assim, para que a concatenação específica de objetos em que consiste um estado de coisas possa ser afigurada por uma proposição elementar, composta apenas por nomes em ligação imediata, é necessário que ambos possuam a mesma forma e o mesmo número de elementos; ademais, cada nome deve significar um e apenas um objeto. Conquanto tais requisitos sejam preenchidos por proposições positivas, às proposições negativas eles lançam um desafio: afinal, que estado de coisas uma proposição negativa afiguraria, dado que no contexto tractariano o sinal de negação não pode cumprir função denotativa, distinguindo-se assim radicalmente dos nomes? Uma questão bastante semelhante a esta foi formulada por Russell em carta escrita e endereçada a Wittgenstein, tão logo acabara de ler o manuscrito do *Tractatus*, em 1919. No limite, ela põe em cheque a possibilidade mesma de haver proposições elementares negativas. Ao respondê-la, Wittgenstein é lacônico: “é claro que nenhuma proposição elementar é negativa”. Embora pareça inteiramente coerente com as demais teses da obra, a resposta é desconcertante. Afinal, ela parece descartar um tratamento específico para o operador lógico de negação, que parece infiltrar-se no sentido

proposicional, ao contrário das demais “constantes lógicas”, como a conjunção, a disjunção e a implicação, que estariam limitadas apenas a ligar proposições elementares e determinar, de acordo com regras específicas, o valor de verdade da proposição molecular resultante desta ligação. Ademais, ela parece restringir tão somente à proposição elementar o âmbito de aplicação plena da teoria da figuração, que então se mostraria insuficiente ao lidar com proposições moleculares. O resultado de tal insuficiência pode abalar a aludida isomorfia entre linguagem e mundo, ameaçando assim todo o projeto tractariano. Em nosso trabalho, procuramos investigar se estas possíveis dificuldades são realmente pertinentes à economia conceitual interna à obra, legitimando assim a pergunta feita por Russell, ou se elas conformam, pelo contrário, uma externa e falsa questão, originada da inobservância de certos recursos teóricos do Tractatus; neste caso, estaríamos em boa posição para melhor compreender o tom, em grande medida amargo, da resposta de Wittgenstein.

Thiago Chagas Silva Santos. [As estratégias da reprodução do capital e as articulações entre estado e mercado.] Este artigo busca analisar a trajetória do debate sobre as condições para o desenvolvimento. A sua atualidade é sentida nas recentes ações dos Estados nacionais diante da crise financeira, o que torna a ação deste grande capitalista menos opcional do que necessária. O momento parece então propício para mudança de visões ou pelo menos para o questionamento de certos dogmas. O caso brasileiro é uma das expressões dessa ambigüidade quanto a intervenção ou não do Estado. A idéia de uma autonomia nacional, diante do contexto de crise internacional e da crise no padrão de financiamento interno, não poderia prescindir do Estado. Precedendo experiências históricas internacionais, a exemplo do New Deal e das alternativas anticíclicas keynesianas propostas em “A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda”, o Estado nacional brasileiro é forjado com a tarefa de dirigir o processo de desenvolvimento, sob vestes autoritárias e tendo como eixo fundamental a inserção na competição internacional, mesmo que isso ocorresse sob moldes nacionais. A institucionalização do capital dar-se-á de cima para baixo, à custa de uma repressão das forças sociais, a exemplo do modelo de legislação sindical escolhido e das exceções que recaiam sobre os grupos de esquerda. Em meio a isso, persiste o debate entre a visão dos setores agrários assentados sob o comércio exportador de matéria-prima, temendo qualquer mudança mais drástica nas estruturas sociais e sempre aliado do capital internacional, a visão, dita nacionalista, composta pela fração dos novos burgueses emergentes, mas sem capacidade de determinar sozinha os rumos da emergente nação. O debate, a partir de então, seria travado entre liberais e desenvolvimentistas. Ambos buscando o mesmo fim, a reprodução socioeconômica do capital, mas utilizando-se de referenciais e instrumentos teóricos nem sempre convergentes. As teses passam a colocar o Estado no centro de qualquer estratégia para solucionar os

problemas da crise. A intervenção estatal deixa o seu velho status de transitoriedade para tornar-se perene. A participação do Estado na gestão racional da dinâmica privada coloca-se como uma possibilidade de impedir os conflitos provenientes das contradições do processo produtivo. Contudo, essa época de harmonia entre Estado e mercado dura exatamente os anos dourados do processo de acumulação. Se houve consenso entre os anos 50 e 60 sobre a articulação entre instâncias públicas e privadas, diante da crise de finais dos anos 60 já não há o mesmo ambiente socioeconômico do período anterior. Frações hegemônicas do capital, abertamente, passam a criticar o papel do Estado na economia, colocando na sua intervenção a causa da crise. A ineficiência das políticas do Estado no controle das incertezas estruturais e no combate aos efeitos da crise coloca sérias dificuldades à heterodoxia keynesiana. Contudo, as políticas de cariz neoliberal que emergem nesse ínterim além de não terem dado o resultado esperado, com a crise de 2008, passam a ser novamente questionadas. O debate sobre a relação Estado e mercado volta à tona, explicitando a importância da discussão.

Thiago Magalhães da Silva. [Norma jurídica e razão judicativa.] Segundo Kelsen, a sucessão de leis jurídicas validas, ou seja, promulgadas por órgão político competente e de acordo com o devido processo legislativo, é apreendida pela razão, que lhe confere uma unidade lógico-sistemática. A norma jurídica, objeto da ciência do direito, é um enunciado prescritivo e refere-se ao ato de vontade do legislador. Por seu turno, difere da proposição jurídica, juízo hipotético-descritivo, produto do ato de conhecimento do jurista e confere inteligibilidade, elimina lacunas e antinomias, possibilita a interpretação e aplicação da norma jurídica à conduta humana. Esse procedimento científico faz parte da Teoria pura do direito e é denominado de Teoria estática, ou seja, como é possível a conduta humana ser regulada por uma norma jurídica. Esta, na qualidade de conceito puro do entendimento, geral e abstrata, vertida em comando normativa através de uma operação unificadora da razão, passa a integrar uma arquitetura cuja articulação permite a interpretação do seu conteúdo semântico, possibilita sua aplicação ao mundo fenomênico e a imputação trazida no conseqüente do comando normativo, que é do tipo se então deve ser. O esquema de interpretação indispensável à apreensão da norma é capaz de garantir a conexão das impressões da sensibilidade através da descrição de fatos sociais, estes considerados jurídicos por meio da subsunção desses fatos individuais e concretos à norma jurídica geral e abstrata, cuja síntese do diverso pelo entendimento confere objetividade à capacidade de julgar jurídica da razão.

Thiara Cerqueira Matos. [O intercâmbio entre museus brasileiros e africanos nas correspondências de Pierre Verger (1961-1984).] Este trabalho pretende apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa, vinculada ao Mestrado

em Estudos Étnicos e Africanos do CEAO/UFBA, que está sendo realizada junto ao arquivo pessoal do etnólogo e fotógrafo francês Pierre Fatumbi Verger, sob a guarda da Fundação Pierre Verger (FPV). O corpus documental da pesquisa concentra-se em cartas trocadas com diversos correspondentes, ao longo das suas viagens entre a França, o Brasil, a Nigéria e o antigo Daomé. Nesta investigação, consideramos as correspondências como fonte e objeto de estudo para compreender as relações Brasil-África. Estas segundo a perspectiva de intelectuais envolvidos em projetos de cooperação cultural com o continente africano entre 1961 e 1984. Este período caracteriza-se pela intensidade na aproximação entre o Brasil e os países da África Ocidental, concretizada por intercâmbios políticos, investimentos de capital e de tecnologia e trocas econômicas (SARAIVA 1996). Neste contexto, Museus foram concebidos como um espaço para a exibição de imagens de afirmação de um discurso de “afinidade cultural natural” entre os dois lados do Atlântico e da “democracia racial” brasileira. Pierre Verger intermediou diversos contatos feitos por instituições brasileiras e africanas, a exemplo do Museu Afro-Brasileiro (Bahia) e do Musée d’Histoire de Ouidah (antigo Daomé). Por meio de uma intensa troca de correspondências que não se limita às instituições citadas, realizou-se o intercâmbio de peças, exposições e de pesquisadores, em menor proporção. No campo da história cultural e da história política, a correspondência de intelectuais tem sido retratada como uma prática social que permite a aproximação entre indivíduos com ideias e concepções em comum, reunidos em grupos organizados ou apenas ligados por laços de amizade. Para compor a amostra desta pesquisa, selecionamos 1872 cartas que foram classificadas por data, remetente, destinatário e assunto. Inicialmente, o principal critério de seleção utilizado era a referência ao trabalho de Verger em instituições museais brasileiras e africanas. Após verificar que as relações de amizade exerciam papel preponderante sobre os intercâmbios realizados, foi necessário incluir também as séries dos correspondentes mais assíduos. Desta forma, foi possível verificar o peso quantitativo deste tema na amostra de correspondências de Pierre Verger. Em mais da metade das cartas (54%), cujos assuntos foram identificados até o momento, há referências sobre iniciativas de intercâmbio e atividades em museus. A análise preliminar da amostra permite verificar a relevância das iniciativas de intercâmbio em museus nas correspondências de Pierre Verger, apesar de se constituírem como um desdobramento das suas atividades de fotógrafo e estudioso das religiões africanas e afro-brasileiras. De modo geral, as ações de intercâmbio ocorreram mais pelo esforço promovido entre amigos com interesses e projetos em comum, do que pela cooperação formal entre instituições nacionais e estrangeiras.

Tiago Alfredo da Silva Ferreira. [Comportamentalismo radical e epistemologia: Possibilidades de diálogo.] Esta comunicação objetiva tornar explícita a possibilidade de diálogo entre uma teoria psicológica e a epistemologia, bem como as principais dificuldades existentes na construção deste diálogo. Como exemplo da possibilidade dialógica, será construída uma relação entre a obra skinneriana e o debate epistemológico contemporâneo. Será exposto um levantamento dos principais textos skinnerianos que versam sobre temas epistemológicos e analisada a coerência entre tais textos, formulando o que pode ser chamado de epistemologia do comportamentalismo radical. Inicialmente, o desafio epistemológico será formulado e apresentado ao behaviorismo radical pela tradição moderna e que se estende até a contemporaneidade. Em seguida será exposto um levantamento dos principais conceitos comportamentalistas que fundamentam a possibilidade de um diálogo epistemológico. Por fim, será proposto a caracterização e análise da epistemologia comportamentalista radical. É proposto que Skinner desenvolve uma teoria comunicativa e social do conhecimento, coadunando-se com perspectivas epistemológicas atuais que dissolvem o problema epistemológico da modernidade, propondo novos horizontes à epistemologia. Neste sentido tem-se a possibilidade que uma teoria psicológica e epistemológica possam dialogar sem a perda de suas idiosincrasias.

Tiago Medeiros Araújo. [Pragmatismo e política: Aspectos românticos de Rorty e Unger.] Nesse trabalho, apresento a dimensão propositiva da obra de Richard Rorty no campo da filosofia política. Entendendo as considerações de Rorty nesse campo como um segundo passo em relação à sua fase temática metafilosófica, situo o panorama de seu romantismo político e problematizo as suas contribuições com o pragmatismo radical e romântico de Roberto Unger, esboçando, dessa forma, um diálogo entre dois autores que reivindicam o epíteto de pragmatistas (pós Dewey), mas alcançam resultados significativamente distintos no âmbito político. O trabalho, por fim, mensura algumas convergências entre os autores.

Tiago Rodrigues Santos. [Depois da terra, a disputa pela mediação: Conflitos pela mediação política da luta na terra no Assentamento de Reforma Agrária Caxá – Marcionílio Souza, Bahia (1984-2010).] Este trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de apropriação e produção e espaço do Assentamento Caxá, localizado no município de Marcionílio Souza, Estado da Bahia, compreendendo o papel dos mediadores. Para este trabalho foi realizada uma ampla pesquisa documental, cartográfica e bibliográfica sobre o tema proposto, realização de entrevistas e observação participante no Assentamento Caxá. A ação do Estado para a amenização dos conflitos agrários, em formato dos projetos de assentamentos rurais, tem se tornado lócus privilegiado de análise entre os cientistas sociais, a partir da década de 90 do século XX, dado

a complexidade e diversidade no processo de formação, desenvolvimento e consolidação dessa política. No Estado da Bahia existem 580 assentamentos de reforma agrária, número este que nos remete tanto para a ação camponesa, muitas vezes em movimentos sociais organizados, quanto para própria ação do Estado. Essa expressiva quantidade de projetos de assentamentos de reforma agrária tem implícita uma gama de enredamentos a serem objetos de análises. Partimos da afirmação de Germani que a vivência nos assentamentos de reforma agrária constitui a nova cara da luta pela terra, onde estarão presentes novos e velhos desafios, seja pela organização política, seja pela produção e reprodução do grupo assentado, entre outras questões. No interior do Projeto Caxá, implantado em 1987 durante o I Plano Nacional de Reforma Agrária no Governo Sarney, temos um período extenso de existência, 23 anos, o que permite uma análise mais aprofundada da produção do espaço; o assentamento Caxá tem 496 famílias assentadas em uma área de 15 mil hectares divididos em 469 lotes. No processo de mediação política da luta na terra, existem hoje no assentamento possuiu uma diversidade de mediadores, sendo ao todo dois movimentos sociais: Movimento CETA e o Movimento de Luta pela Terra (MLT); duas federações de agricultores a Federação dos Trabalhadores em Agricultura (Fetag) e a Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar (Fetrafi); existem cinco associações que representam os assentados; além da presença de Organizações Não-Governamentais. O tema da mediação está presente em vários estudos, como os de Valadão, Marques, Medeiros e Esterci, Torrens, entre outros autores. Embora os estudos tenham sido realizados em locais e contextos diferentes, todos, sem exceção, apontam para a importância de se analisar esses mediadores que se colocam entre o grupo assentado. Seja como “tradutor”, seja como formador de visão de mundo, entre outras características, esses mediadores políticos estão quase sempre presente, que nos fez afirmar em outro momento que a história da luta pela terra perpassa pela história da mediação dessas lutas. Neste sentido, entende-se com primordial compreender o papel destes mediadores como forma de explicitar as contradições no interior da própria classe camponesa, em um assentamento executado pelo Estado.

Umeru Bahia de Azevedo. [Cultura em movimento. Estudo da ação cultural em contextos vulneráveis.] A pesquisa se volta a uma etnografia de grupos culturais, de um bairro popular de Salvador, Bairro da Paz, que apresenta altos níveis de pobreza e violência. O objetivo do estudo é analisar, de modo transversal, o fenômeno da expansão do tema cultura, particularmente, a partir da experiência de sujeitos em contexto de exposição a vulnerabilidades sociais. A produção e organização da ‘ação cultural’ destes sujeitos estão “fora” dos grandes centros decisórios, de instituições de fomento e execução, ou de entidades culturais e grupos formalizados e burocratizados. A questão central é analisar as estratégias de ação, as possibilidades de obtenção de recursos públicos e privados, as

iniciativas para escolhas ou rejeições de parcerias e as negociações com atores internos e externos ao bairro, sobretudo com o Estado, o mercado e os grupos locais. A situação de estar “fora” é ambígua e guarda interações permanentes com os “centros”. A atenção para os contextos vulneráveis de produção cultural, em que grupos se encontram “fora” dos eixos centrais da ‘ação cultural’ e em condições de vulnerabilidades, traz contradições e inquietações fundamentais à questão da cultura. Grande parte dos atores, que se dizem ‘atuantes culturalmente’, se encontram nessas condições em Salvador. As leis de incentivo, através de suas ações focalizadas, restauram a idéia de reparação social em relação a ‘minorias’ e abrem espaço para geração, ampliação e reprodução de diversas redes de interesse na cultura. Enquanto mecanismos de inclusão social, as políticas culturais esbarram na administração dos recursos e nas circunstâncias orientadas ao mercado para a captação de recursos. Ao mesmo tempo, a produção “fora” dos grandes centros e instituições culturais cada vez mais se torna possibilidade para milhares de jovens. Endossando os desafios da produção cultural em contextos vulneráveis, a relação Estado – Sociedade Civil – Mercado, para os jovens, é um campo de riscos e, simultaneamente, horizonte para seus sonhos, estratégias e inclusão social. Em um momento de expansão e diversificação das políticas voltadas à cultura, no Brasil, a exemplo da política de editais culturais ou do Estatuto da Igualdade Racial, em que, a um só tempo, reconhecimento cultural e social, acompanham o estímulo a iniciativas de mercado para o público específico, a cultura e sua produção tem sido objeto de políticas econômicas respaldadas por agências internacionais influentes nas políticas governamentais e nas possibilidades de ação da sociedade civil, como a Unesco. Crise do Estado Social, crises fiscais, reestruturação produtiva, precariedade nas relações de trabalho, democratização em curso, tendências neoliberais, pobreza extrema, grandes desigualdades, políticas de combate à pobreza, no Brasil, são fundos, horizontes onde se desenvolvem a ampliação dos debates, interesses e políticas culturais. Balizados por esses horizontes, os questionamentos fundamentais do estudo são: como o pequeno produtor cultural, sem proteção, não burocratizado, estabelece suas ações? O que significa estar “fora” dos eixos centrais da cultura? Como estes sujeitos mobilizam redes e qual é a extensão de suas ações e projetos? A política cultural permite a superação das vulnerabilidades? Pobreza e produção cultural, como tratar essa relação teórica e tecnicamente?

Urpi Montoya Uriarte. [Centro de Havana: reflexões sobre lugares, memória e patrimônio.] Percorrendo a Havana Velha, o visitante atento pode perceber neste velho centro diversos lugares, isto é, vários espaços vividos, marcos humanizados, espaços investidos de sentidos pelos seus usuários locais, enfim, espaços de produção e reprodução de memória. No entanto, apesar dos esforços e da singularidade do que vem sendo feito neste centro, a maior parte da Havana

Velha que foi objeto de intervenção parece-nos muito mais um espaço de história, do que um conjunto de lugares propriamente ditos. São precisamente estes conceitos de memória e história que irão guiar a nossa reflexão, desde a Antropologia, sobre os lugares e o patrimônio. O objetivo desta intervenção é, portanto, fazer reflexões conceituais a partir de um estudo de caso. Se as categorias são ferramentas teóricas criadas em e para determinados contextos históricos específicos, é válido fazer a reflexão sobre a forma como ela, hoje, efetivamente se constitui, ou não, num utensílio que o intelectual cria e usa para captar e transformar a realidade. A atual referência constante ao dito “patrimônio”, verificada tanto por parte dos órgãos públicos quanto pela sociedade civil e o senso comum, torna urgente a tarefa de desconstruir esta categoria. Assim, a partir da apresentação de dados atualizados sobre a intervenção urbanística e social feita pela Oficina del Historiador de la Ciudad em Havana Velha, propomo-nos discutir a pertinência de continuarmos usando a categoria “patrimônio” para nomear (e, portanto, intervir em) velhos espaços centrais.

Valério Cássio Silva de Oliveira Junior. [Autoconhecimento em Richard Moran: O significado do autoconhecimento na psicologia moral.] Parece haver um desacordo entre a posição epistemológica clássica acerca do autoconhecimento e o anti-individualismo. Segundo a primeira, temos acesso direto e privilegiado aos nossos pensamentos o que implica em conhecermos nossa vida mental de forma distinta da que conhecemos o mundo e as outras mentes. Na abordagem anti-individualista o conhecimento dos nossos estados psicológicos depende ao menos em parte, do conhecimento que temos do mundo físico lingüístico e social entorno, donde segue: se estamos errados acerca do mundo estamos, também, errados sobre os pensamentos que temos acerca do mundo. Para o anti-individualista, o autoconhecimento exige uma investigação empírica da mesma forma que o conhecimento do mundo entorno e das outras mentes. Todavia a Introspecção, a transparência e o autoconhecimento são traços característicos do sujeito racional (do sujeito comum). Richard Moran apresenta uma solução distinta para a querela do autoconhecimento. Segundo este autor, a abordagem epistemológica do autoconhecimento é insuficiente. Conhecemos nossos estados mentais atuais de uma forma completamente distinta de como conhecemos os estados mentais dos outros e, não é necessário, para tanto, a investigação empírica ou inferência. No presente trabalho intenta-se apresentar por que, segundo Richard Moran, a melhor forma de compreender o autoconhecimento é deslocar a investigação para a psicologia moral onde o sujeito do autoconhecimento deixaria de ser entendido como um investigador das condições de verdade e justificativas do conteúdo de suas crenças e passaria a ser um agente racional comprometido com suas crenças e ações (suas atitudes).

Valério Hillesheim. [A Certeza e as Formas de Vida.] O objetivo deste trabalho é analisar alguns aspectos do estatuto da certeza, em Wittgenstein, na obra *Da Certeza*, e mostrar como, a partir dos jogos de linguagem, a certeza nos remete às formas de vida. O saber e a certeza só ocorrem no interior das práticas humanas, nos usos e aplicações gramaticais de expressões. “Essa possibilidade de cada um se convencer faz parte do jogo de linguagem”. O convencimento só ocorre quando há certeza da significação e, para Wittgenstein, “o significado de uma palavra é um gênero de utilização desta”. Estar convencido (*überzeugt*) implica a própria certeza, ao passo que estar persuadido (*überreden*), pode não significar exatamente certeza. O próprio significado das palavras implica a noção de certeza, pois “Quem não tiver a certeza de facto nenhum, também não pode ter a certeza do significado das palavras”. A certeza necessita de razões fundamentadas que devem ser demonstradas objetivamente. Portanto, ela não pode ser dependente do uso da memória ou da percepção (Cfe. § 66), nem da dimensão psicológica e empírica. O jogo de linguagem usado deve dar as condições suficientes e necessárias para que uma pessoa saiba que o outro tem certeza, assim como deve saber objetivamente que aquilo é certo. Wittgenstein diz que “a minha vida mostra que sei ou estou certo...” sobre objetos ou o mundo exterior. Mesmo em situações onde a dúvida possa fazer sentido, nem sempre é necessário duvidar e, a própria dúvida pressupõe a certeza. A certeza diferencia-se, assim, do conhecimento, da mera suposição e da crença. Podemos dizer que para cada um destes conceitos pode haver uma circunscrição gramatical diferenciada. A certeza das afirmações feitas é, portanto, a própria prova da compreensão do significado. Sendo assim, para Wittgenstein, ao fazermos descrições gramaticais dos jogos de linguagem compreenderemos que as provas adequadas pertencem à lógica/gramática. Considerando isto, veremos que “a verdade de certas proposições empíricas pertence ao nosso quadro de referências” e é este quadro a condição de possibilidade de distinguir o verdadeiro do falso. A certeza depende, assim, também, de um sistema e uma estrutura. Este quadro de referência, sistemático e estruturado exige um fundamento último, ou é apenas um pressuposto? Para Wittgenstein, é “uma via de ação não fundamentada”. A certeza se assenta, em última instância, no “actuar que está no fundo do jogo da linguagem”. Até o modo de julgar é um atuar. A noção já presente nas Investigações de que falar uma língua “é parte de uma atividade ou de uma forma de vida”, é central para entender como a certeza se instaura a partir da significação.

Valfrido Moraes Neto. [A Rede Aiyê Hip Hop e suas interconexões sócio-culturais.] Esta investigação completa um ciclo de estudos iniciado na pesquisa monográfica para o bacharelado de Ciências Sociais, intitulada “A resignificação dos elementos do movimento hip hop na cidade de Salvador”. Na época a escolha de um segmento do movimento na cidade, a Rede Aiyê, foi decisiva para aprovação

do projeto pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e defesa da dissertação intitulada “A Rede Aiyê Hip Hop e suas interconexões socioculturais” no segundo semestre de 2008. A compreensão de modo mais profícuo da expansão do movimento hip hop soteropolitano, as condições socioculturais e étnicas nas quais ele foi fomentado, impôs-se também como necessário para a análise deste fenômeno nas suas dimensões na cidade. Ao longo da pesquisa buscou-se compreender como se articula uma rede, quais suas relações internas e externas, as influências externas sobre as ações dos militantes em nível local; ao mesmo tempo impuseram-se os mecanismos locais e a adaptação da militância às exigências ditadas pela necessidade de sobrevivência material. Os resultados obtidos não são conclusivos, pois estamos diante de um fenômeno ainda em curso, neste momento é possível afirmar que a Rede Aiyê sofreu modificações significativas, os seus principais militantes e artistas viram-se pressionados por exigências de ordem pessoal e profissional. A pressão sobre militantes do movimento hip hop que se vêem entre a prática política e a regularização das suas atividades enquanto artistas é um fato já observado em outros lugares, implicando em mudança do foco original da luta sociocultural. Em Salvador, ainda como um processo inconcluso, a Rede Aiyê reconfigurou-se, redirecionou suas ações antes empreendidas no centro da cidade e nos bairros, concentrou-se em projetos com interface institucional tais como o Salvador Grafita, e na busca de arrecadação de recursos via editais públicos. Logo a situação atual é a de uma Rede que premiada pelas necessidades de seus membros, buscou a institucionalização (inclusive criando um braço jurídico) com vistas a captar recursos necessários para a concretização de projetos culturais. Por outro lado, o objetivo de profissionalização findou a atuação espontânea dos membros da Rede no Passeio Público. Logo, a origem e a força deste segmento sofre significativa inflexão com a redução dessas atividades e novas formas não presenciais de atuação.

Vania Bustamante & Cecilia McCallum. [Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia.] Neste trabalho, analisamos a construção cotidiana de parentesco, individuação e diferenças de gênero num bairro de baixa renda de Salvador da Bahia, Brasil. Defendemos que a melhor forma de abordar esses temas é através de uma análise processual a partir da categoria “casa”; e que aqueles conceitos vinculados ao modelo estrutural-funcionalista ainda utilizados na literatura, como “ciclo de vida doméstico” ou “matrifocalidade”, dificultam em vez de facilitam compreensão. A etnografia evidencia que a casa existe na medida em que está inserida em uma configuração de casas e que, em ambas, as relações se organizam ao integrar dois princípios distintos de “conectividade” (relatedness): “Sangue” e “consideração”. Ademais, a existência relacional da casa e a configuração de

casas está vinculada à coexistência e integração mútua de esforços de individualização e de processos relacionais.

Vera Nathália Silva de Tarso. [A loucura e o crime no asilo São João de Deus, 1874-1912.] Nossa comunicação busca discutir o lugar do louco criminoso e do criminoso louco no sistema de assistência médica à loucura na Bahia republicana, aqui representado pelo asilo de alienados São João de Deus, primeira instituição pública dedicada ao tratamento e cura dos doentes mentais, localizada em Salvador, e os intensos debates acerca de seu lugar no aparato médico-jurídico da nascente república.

Virgílio Sena Nery. [Construindo novas formas de lutar: A alternativa do MR-8 ao fim da luta armada (1970-1971).] O artigo tem como objetivo avaliar as posições políticas que nortearam o debate interno Movimento Revolucionário 8 de Outubro ao fim da luta armada. A partir das publicações dos periódicos: Resistência e Avante, este último, produzido junto a Aliança Libertadora Nacional entre os anos de 1970 e 1971. Será discutida a avaliação da organização sobre a realidade brasileira na década de 70 e as possibilidades de combate a Ditadura Militar através do fortalecimento dos movimentos sociais que estavam em ascensão.

Viviane Bonfim Fernandes. [A mercadoria como ponto de partida no processo de exposição em O Capital de Marx.] Marx começa a sua exposição em O Capital dizendo que a riqueza das sociedades capitalistas aparece como uma imensa coleção de mercadorias. Apresenta a mercadoria como a forma elementar, primeira, da sociedade capitalista. Deste modo, procura começar a sua exposição pelo elemento primeiro, mais simples, assim como sugerido por Hegel em A Ciência da Lógica, onde o processo de exteriorização da ideia se dá do imediato para o mediato. Pode-se observar deste modo, o método de exposição do pensamento utilizado por Marx, que busca analisar na mercadoria por meio de abstrações, primeiro suas características mais elementares para ao longo da exposição ir trazendo sua complexidade. Marx usa o verbo “aparecer” para se referir à forma como a riqueza da sociedade capitalista se apresenta, pois esta é a maneira pela qual o homem comum enxerga essa riqueza. Porém, para Marx, essa forma não é a forma real, mas uma forma distorcida, ilusória, aparente. Rubin, em seu livro A Teoria Marxista do Valor, mostra que Marx mesmo admitindo que a mercadoria seja uma coisa objetiva, real, material, nos engana, pois esconde suas propriedades fundamentais. Sendo assim, para conhecermos a realidade, precisamos desvendar o que a forma mercadoria esconde, e é isso que Marx procura fazer, busca enxergar além das aparências, adentrando as relações internas da mesma. Demonstra que a mercadoria esconde as relações entre os homens, ou seja, esconde as relações sociais que a criou, e ainda, inverte essas relações coisificando o homem. A forma como a mercadoria

se apresenta na sociedade capitalista subjugando os homens, os torna escravos de relações entre coisas e os faz esquecerem que as coisas se relacionam no mercado porque são produzidas e levadas pelos próprios homens ao mesmo. A forma fetichizada assume assim um caráter real e objetivo na vida dos homens que vivenciam dia a dia essa submissão ao mercado. Essa forma não corresponde ao real, o qual só poderá ser apreendido em sua totalidade quando os elementos internos e escondidos pela forma aparente forem apreendidos pelo pensamento. As relações exteriores da mercadoria podem ser vistas facilmente a olho nu no mercado, porém suas relações internas que se escondem na forma aparente só serão vistas se usarmos os olhos críticos do pensamento que questiona e busca entender o que não aparece. Marx demonstra em seu modo de exposição esse caminho do pensamento, o caminho necessário para se conhecer o real nas sociedades onde o modo de produção capitalista predomina, onde o concreto só pode ser apreendido pelo pensamento e não somente pelos sentidos.

Wagner Teles. [Pensamento e estados mentais em Wittgenstein.] A reflexão de Wittgenstein que ganha corpo em seus últimos escritos sobre a certeza e os conceitos psicológicos põe em relevo questões cujo tratamento compreendemos ser essencial ao alcance do sentido de sua obra. Essas questões militam em torno do tema da autonomia do sentido em relação a elementos extralingüísticos, de sorte que a análise dos conceitos psicológicos e sobre a certeza combate, cada uma a sua maneira, a perspectiva segundo a qual elementos extralingüísticos seriam capazes de determinar o sentido. No caso da filosofia da psicologia, trata-se de evitar que estados mentais sejam determinantes na constituição da significação, ao passo que na reflexão sobre a certeza trata-se de evitar que fatos cumpram a mesma função. Ou seja, no primeiro caso, trata-se de avaliar as garantias da certeza a respeito dos estados mentais alheios, ao passo que no segundo trata-se de analisar a certeza relativa ao mundo exterior. Em ambos, porém, a autonomia do sentido é ameaçada em virtude de as regras de uso da linguagem serem estabelecidas em interação com aspectos empíricos, como é o caso dos processos naturais. E que as regras sejam construídas em interação com aspectos empíricos significa que os critérios, cuja função é a de governar o uso das expressões lingüísticas, resultam do próprio uso. Com efeito, passa a ser difícil decidir se as regras estariam sendo aplicadas como critérios ou como causa. É verdade que questões como essa estão presentes na reflexão de Wittgenstein desde as Investigações quando importa explorar a relação da autonomia do sentido com os fatos e processos da natureza. No entanto, a filosofia da psicologia desenvolve a herança antipsicologista que tanto marca o Tractatus, explorando-a em outras direções, como é o caso reformulação da noção de pensamento que deixa de ser compreendido como uma atividade de exploração do espaço lógico das

proposições significativas. Essa reformulação está relacionada com um contexto teórico no qual estados mentais passam a ser objeto da investigação filosófica, embora interesse apenas a captação dos aspectos formais dos conceitos e dos termos psicológicos. Por seu lado, a reflexão sobre a certeza volta-se à análise do papel que elementos situados fora do âmbito do sentido exercem em relação à produção do discurso significativo. A essa idéia vincula-se mais diretamente a aplicação da noção de jogo de linguagem como baseado em protótipos da forma de pensar. E é exatamente a essa noção de jogo que se reporta a reflexão sobre os conceitos psicológicos e a certeza. Esse contexto deve também subordinar-se à exigência lógica, característica do *Tractatus*, segundo a qual não se deve confundir o sentido proposicional com o valor de verdade da proposição. Agora, sob a formulação de que a certeza veiculada pelas proposições gramaticais não poderia garantir-se em virtude de sua adequação aos fatos, pois funciona como critério da elaboração de descrições. Trata-se então de explorar os aspectos comuns dessa noção de certeza aplicada sistematicamente nos escritos tardios de Wittgenstein, a partir das noções de pensamento e de jogo de linguagem.

Wagner Vinhas Batista. [Lugar de negros: a contribuição do pensamento de Beatriz Nascimento para as ciências sociais.] A comunicação aborda a contribuição do pensamento de Beatriz Nascimento para as ciências sociais, em particular a relação da noção lugar de negros com a problemática mais ampla que cerca a definição de espaço. O que se busca é dar maior visibilidade as noções e categorias propostas por Nascimento, e que ainda carecem de um tratamento mais adequado por parte das ciências sociais.

Waldomiro José da Silva Filho. [Por onde anda a Filosofia: Filosofia Analítica e Pragmatismo.] Pragmatismo e Filosofia Analítica são duas expressões filosóficas que surgem na passagem do século XIX para o século XX que, de um lado, fazem uma dura crítica às pretensões filosófica de uma fundamentação transcendental e ideal da racionalidade humana e, do outro, praticam uma filosofia sustentada do debate aberto, dialógico e indeterminado em torno de problemas. Neste sentido, interessa a ambas compreender as práticas humanas (na linguagem, na vida moral, na ciência) e investigar como entendemos, dominamos, usamos e revemos nossas noções mais básicas (como conhecimento, verdade, liberdade etc.). Nesta comunicação tratarei especificamente da noção do aspecto “dialógico” e “terapêutico” da Filosofia Analítica cuja prática filosófica dedica-se sobretudo à compreensão e esclarecimento de problemas. Como “caso exemplar”, discutirei um problema filosófico que gira em torno da imagem segundo a qual se considera que um indivíduo é racional não apenas porque ele tem pensamentos e crenças e que esses pensamentos e crenças podem influenciar ou explicar suas ações, mas

principalmente porque esse indivíduo pode entender, avaliar e ponderar, crítica e reflexivamente, seus próprios pensamentos e crenças e orientar suas decisões e ações à luz desse entendimento, ou seja, que um dos requisitos da racionalidade é o fato de que temos ideias claras e distintas. Neste sentido, investigarei a suposição segundo a qual aquilo que justifica nossa racionalidade não é que os relatos de primeira pessoa são especiais e cognitivamente garantidos, infalíveis, claros, distintos e confiáveis, mas o fato de que esses relatos envolvem um modo específico de consciência que tem consequências para nossa condição enquanto agentes racionais em contextos práticos da vida. Esta comunicação será apresentada na forma de um diálogo com o Prof. José Crisóstomo de Souza e com a sua interpretação pragmático-poética da tarefa da Filosofia.

Wanderley Vitorino da Silva Filho. [Estado sólido no Brasil: O caso do físico Costa Ribeiro.] O presente trabalho tem o objetivo de apresentar as contribuições do físico Joaquim da Costa Ribeiro à física brasileira. Os primeiros cursos de física criados no Brasil foram os da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, e o da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, esta última localizada na capital brasileira, situada na época no estado do Rio de Janeiro. Juntamente com o físico alemão Bernhard Gross, Costa Ribeiro foi um dos primeiros professores da UDF e o iniciador das pesquisas em física na instituição, que tinha como objeto inicial, radioatividades de minerais. Desempenhou papel importante quando a UDF foi esvaziada em consequência do período político conhecido como Estado Novo. Pesquisando dielétricos com Gross, em especial a cera da carnaúba, descobriu em 1944 o fenômeno físico que leva seu nome, Efeito Costa Ribeiro, em que durante a mudança de estado físico do dielétrico ocorria o surgimento de corrente elétrica, e solidificado ficava carregado eletricamente, transformando-se em um eletreto. Tal descoberta teve um papel fundamental no estabelecimento da Física do Estado Sólido no Brasil. Em 1950, os físicos dos EUA, Workman e Reynolds publicaram a mesma descoberta, estabelecendo então um questionamento sobre a prioridade sobre tal descoberta, já que um periódico do EUA passou a chamar o fenômeno de Workman-Reynolds-Ribeiro effect. Costa Ribeiro contribuiu para a criação de importantes órgãos de pesquisas e fomentos no Brasil como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Fez também a iniciação científica de importantes físicos brasileiros. Foi o primeiro membro consultivo brasileiro da ONU sobre a utilização pacífica da energia nuclear.

Waneska Cunha dos Anjos. [Agenda governamental e movimento negro na Bahia.] O presente trabalho abordará o processo de agendamento das políticas de igualdade racial do governo da Bahia entre os anos de 1999 e 2009 e o papel do movimento negro nesse processo. Foram analisados nesta pesquisa

as gestões dos governos de César Borges, Paulo Souto e Jacques Wagner. Para discutir a formação dessas agendas, procurou-se identificar a influência de duas variáveis: a construção institucional prévia (legislação, estruturas institucionais e políticas públicas fixadas durante as décadas dos 80 e dos 90 em âmbito federal e estadual) e a orientação político-partidária, considerando que os dois primeiros governos estudados foram formados pelo campo político carlista, liderado pelo PFL (hoje DEM) e o último por um campo político oposto, liderado pelo PT. O principal achado foi que o processo teve um caráter cumulativo e predominantemente incremental, com influência decisiva e permanente da construção institucional prévia, verificando-se, contudo, relevância concomitante da orientação político-partidária no terceiro período governamental, liderado pelo PT.

Wilson Correia. [Conservadorismo em educação.] O tema deste trabalho é “conservadorismo em educação”. Problematiza indagando: como o pensamento conservador, sobretudo que expressa a visão política durante os anos 1990, manifestou-se no campo educacional? O objetivo deste artigo é o de evidenciar que o pensamento conservador interferiu no campo educacional durante as reformas educacionais realizadas nos anos 1990, mediante rearranjos curriculares, face às necessidades do sistema capitalista, então globalizado ou mundializado. A metodologia utilizada neste trabalho segue as diretrizes da pesquisa conceitual, implicando o tratamento bibliográfico-documental da literatura especializada em Filosofia da Educação. A título de resultados, o trabalho mostra que, hoje, vivemos na vigência de marcos legais e diretrizes filosófico-pedagógicas lastreadas nos imperativos que orientaram as reformas político-econômicas, ideológico-culturais e epistêmico-educativas afeitas às necessidades do sistema capitalista, então hegemônico no período pós-Guerra-Fria.

Wilson Maranhão Sampaio. [Possíveis contribuições da literatura para a escuta clínica de jovens psicoterapeutas.] O exercício da clínica psicológica apresenta desafios sistemáticos para a nova geração de psicólogos brasileiros. Não fosse delicada a necessidade de reavaliar os padrões de atendimento, à luz da entrada da Psicologia nas políticas públicas de saúde, outra condição de sofrimento emerge a partir das vertigens tecnológicas que atravessam o cotidiano de nossas vidas. De tal modo, o que e como escutar estão postos em perspectiva, bem como a formação de novos psicoterapeutas. Pensamos que os modelos de atendimento ancorados em abordagens e apresentados pelo mestre clínico são um caminho seguro na medida em que constituem garantias técnicas, éticas e políticas para o enfrentamento das situações de pesar psíquico; e até onde se tem ciência, as próprias diretrizes curriculares nacionais para a graduação de Psicologia (2004) legitimam esta direção. Outrossim, propomos algo a ser

incorporado neste processo de formação que não perturbe em demasia o que está como regra, porém, possa vir a contribuir com a qualificação da escuta clínica de futuros psicoterapeutas a partir da experiência com a literatura. Acreditamos que este procedimento é um momento transversal da formação porque permite o acesso aos problemas do humano que estão dispostos em condições diferenciadas nas escritas de poetas, dramaturgos, escritores. Isto provoca o pensar e o fazer psicoterapêutico ao aproximar a Crítica da Clínica. A nossa fala busca propor duas contribuições nesse processo: o primeiro interroga o aspirante a psicoterapeuta na sua trajetória de vida diante dos mundos e personagens possíveis que a literatura nos oportuniza. Aqui, a literatura é da ordem do aprendido, mas um aprendizado que pode nos lançar para além das identidades e representações. Ela nos força a pensar como em um encontro emancipatório posto que cria possíveis, produz sensibilidades na dimensão imaginativa do conhecimento, parte significativa para o manejo da clínica – em particular da clínica a partir das políticas públicas de saúde. O segundo argumento provoca o mesmo pretendente a psicoterapeuta quanto à escuta do sofrimento alheio na medida em que falta tempo ao humano na atualidade. Larrosa sinaliza que se falta o tempo, nada acontece ao sujeito tendo em vista que ele não pode habitar o silêncio e reviver as memórias. Desta forma, a escuta daquele que sofre hoje está comprometida também pela urgência de um pronto atendimento psicológico na medida em que há menos tempo para saber o motivo do mal estar e não se atenta para possíveis sentidos sobre a mazela subjetiva. Neste ponto, é prudente para o psicoterapeuta novato dar-se conta do tempo da leitura de um texto que é alinhavado entre ele e o paciente. Este tempo e esse texto são postos em outra temporalidade, mas lenda e atenta para as circunstâncias e detalhes, pertinências que são qualidades de um leitor com certa experiência. A pergunta que surge é: há tempo para esta leitura na clínica por parte dos jovens psicólogos? Acreditamos que sim com o suporte da literatura.

Yang Borges Chung. [Conexões entre o passado e o presente para a compreensão do papel da burguesia brasileira na atualidade.] O presente trabalho tem como objetivo esclarecer o papel da burguesia brasileira na atualidade, a partir da compreensão dos elementos que marcaram a nossa formação social, baseado em um passado escravista, concentrador da grande propriedade da terra e que excluiu a grande massa da população. A burguesia brasileira imprimiu o seu ritmo, ao longo da nossa história, a partir da exploração das riquezas naturais das terras que aqui existiam, durante o processo de colonização, e por meio da utilização do braço do trabalho escravo nas grandes unidades produtivas voltadas para a exportação de matéria prima. A posse e a estrutura fundiária caminharam juntas para que atividades como a agricultura e a pecuária alicerçassem a produção das riquezas no sistema de distribuição das terras por meio do sistema

de sesmarias. As diversas fases do processo de expansão do capitalismo consolidaram, historicamente, o poder das grandes nações hegemônicas sobre as suas colônias no plano das relações internacionais, pois a burguesia edificou o capitalismo comercial e, posteriormente, o imperialismo com a participação da burguesia nacional e das elites políticas nacionais. Fatores externos e internos consolidaram um modelo econômico, político e social de dependência e subdesenvolvimento e que sempre excluiu as classes populares, os negros, índios, mestiços, livres ou semilivres das riquezas construídas por esses indivíduos ao longo da nossa história. No Brasil, a burguesia comercial, industrial ou outra qualquer, contribuiu como classe econômica, financeira, social e politicamente dominante, na base das relações de produção aqui engendradas. A burguesia, enquanto classe, defende os mesmos interesses e compõe uma mesma categoria de indivíduos, sejam as suas atividades urbanas ou rurais, pois o que importa aí são os seus interesses econômicos, políticos, sociais e culturais de classe. As influências da dependência construídas sob a lógica do antigo sistema colonial atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, as fases do processo de desenvolvimento econômico e das recepções da formação sociocultural da população brasileira. Influências que permeiam a evolução do capitalismo no Brasil a partir do modelo neoliberal vigente e das ações da burguesia brasileira que visam a ampliação do poder das grandes corporações multinacionais, das diversas organizações financeiras internacionais a partir da ampla participação burguesia nacional dos lucros advindos dos investimentos voltados para o capital. Diversas medidas caracterizam o neoliberalismo no Brasil atualmente, tais como: a manutenção da abertura comercial, desregulamentação financeira, aceleração das políticas de privatizações, radicalização da política de cortes nos gastos sociais e desregulamentações no mercado de trabalho. Assim como no passado, ainda hoje, se estabelece uma relação de total assimetria entre as potências hegemônicas e os países da América Latina que devem continuar dentro dessa lógica sendo exportadores de matéria-prima e importadores de bens manufaturados. Embora isto não signifique pura regressão ao colonialismo se concretiza a manutenção de um modelo primário-exportador. No Brasil, a burguesia brasileira utiliza o aparato burocrático estatal, destinado a fortalecer as relações e fusões entre capital financeiro e industrial e garantir os interesses desta classe na Sociedade Civil e no Estado.

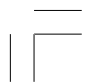
Zaylin Leydi Powell Castro. [Imagens de cerimônias rituais no processo de iniciação na Santería Cubana.] Em Cuba e outros lugares da América, as religiões de matriz africana tiveram auge como consequência da imigração de africanos no processo da escravidão. Dois grandes grupos religiosos chegaram aos nossos dias: a santería cubana (regla de ocha), e o palo monte. A santería é a religião de origem lucumí que conhecemos como ioruba originária das atuais áreas da

Nigéria. A santería tem sua origem no culto aos orixás ou deidades do panteão dos iorubas, sincretizados com os santos da Igreja Católica. Esta identificação, na qual por analogias das suas características e atributos homologou-se a cada orixá com um santo católico. Isto originou a denominação de santería, que é o termo de uso mais freqüente entre a população de leigos e fiéis. A santería é também conhecida como Regla de Ocha – Ifá, pela transcendental importância que têm as práticas rituais relacionadas com o oráculo de Ifá, que são desenvolvidas pelos babalaôs (sacerdotes de Ifá). Esta religião se configurou com rasgos diferenciais nas províncias ocidentais de Cuba a fins do século XIX e, aproximadamente, a partir da terceira década do século XX espalhou-se pela região oriental do país. Os elementos iorubás na santería são essenciais no desenvolvimento das cerimônias rituais no processo de iniciação, estes são: a conversão da casa dos leigos em Casas-templo, o processo de iniciação que é muito complexo, a reclusão dentro das Casas-templo durante vários dias após da iniciação, a nomeação do iniciado (que ganha um nome ritual segredo), vestir com roupas brancas para o ritual, conservar determinados tabus durante um ano, como por exemplo: obedecer somente a seu pai de santo ou a sua mãe de santo, não lhe dar a mão a pessoas estranhas, não comer os animais consagrados da deidade protetora ou anjo da guarda, etc. O processo de divinação é complexo, a possessão pela qual o orixá desloca a personalidade do leigo, a linguagem que se utiliza durante o ritual como um remanente lingüístico do iorubá e que é característico nos rezos, fórmulas rituais, cantos, saudações, e outras formas da linguagem religiosa, a incorporação da deidade dentro da soperá que contém uma ou várias otanes (pedras) as quais representam aos orixás. Além disso, os instrumentos musicais, a música, a dança, o conhecimento dos alimentos que as deidades comem e, nesse sentido, se realizam sacrifícios de distintos animais, segundo o orixá que se esteja recebendo, as oferendas a base de comidas, frutas e doces, assim como os atributos que possui cada deidade que consistem em determinadas cores, números, animais, plantas e árvores, todo o qual é preciso ter em conta para construir o objeto do culto. Na minha comunicação eu vou mostrar e explicar alguns momentos fundamentais do processo de iniciação na santería, estes são: a penitência, o retorno do iniciado da cerimônia ritual no rio e a coroação do santo, ritos característicos do primeiro dia do santo, assim como também o segundo dia do santo, conhecido como dia do médio e o terceiro dia do santo, conhecido como o dia do itá.

Zilmar Alverita da Silva. [Reestruturação produtiva no setor calçadista de Ipirá: Mulheres e jovens em foco.] Neste estudo buscamos compreender como o sexo e a idade, os mais antigos critérios de divisão social do trabalho, vêm sendo utilizados pelo capital na sua fase de acumulação flexível. Nossa análise sobre

a divisão etária e sexual do trabalho tem como universo empírico uma unidade produtiva de calçado, de matriz gaúcha, implantada em 2003, no Município de Ipirá, na Bahia. A pesquisa tornou possível a identificação uma força de trabalho jovem, bem distribuída do ponto de vista sexual, predominantemente solteira e com escolaridade igual ou superior ao segundo grau incompleto. Esse perfil é expressão da flexibilidade do tipo interna, através da qual a empresa vem reduzindo custos com inovações no uso da mão-de-obra, nivelando, por baixo, os salários de homens e mulheres, independentemente das funções realizadas na produção e do tempo na empresa, tornando o tempo de trabalho o mais móvel possível, com férias fragmentadas e do banco de horas, além do uso multifuncional da força de trabalho, o que a torna facilmente substituível. Esse perfil também é expressão da rígida divisão sexual das atividades produtivas, pela qual as mulheres realizam atividades de costura, preparação, acabamento e revisão, que requerem suas supostas habilidades de gênero, enquanto que os homens se encarregam do trabalho pesado, considerado “grosso” e perigoso, realizado com ou sem máquinas, no solado, no corte e na montagem. Os trabalhadores mais velhos são excluídos do processo seletivo da empresa que prefere empregar trabalhadores (as) jovens e formá-los (as) para uma nova cultura de trabalho, multifuncional. No entanto, essa nova cultura de trabalho faz uso de velhas práticas sociais de gênero, como as atividades diferenciadas por sexo.

Zita Nunes. [Diásporas digitais: O arquivo e a “crise da memória”.] Esta palestra abre com uma análise do impacto das novas tecnologias sobre as tentativas de produzir, arquivar, e disseminar matérias e estudos sobre a cultura da Diáspora Africana. Segue a dar exemplos concretos ligados à pesquisa acadêmica; museus, mapas e web sites interativas; pedagogia; e estética. A meta da palestra é abrir uma conversa sobre as maneiras de ligar projetos já existentes com outros ainda em formação.



ÍNDICE REMISSIVO

A

Abraão Felix da Penha 61
Acyleno Maria Cabral Ferreira 43
Adailda Alves Santos 62
Adriana Correia de Jesus 47
Adriana Pimentel 66
Adriana Tabosa 61
Adrielle Costa 59
Afranio Mario Simões Filho 37
Alberto Cupani 53
Alda Britto da Motta 46
Alessandra Buarque de Araujo Silva 34
Alexnaldo Teixeira Rodrigues 46
Alidea Santos Aflitos 62
Aline Guimarães Couto 47
Altair Reis de Jesus 68
Altino Bonfim de Oliveira Júnior 25
Alvino Sanches 35
Ana Elisabeth Faro 68
Ana Erika Pires Leão 19
Ana Fraguas 50
Ana Karina Figueira Canguçu 58
Ana Margarete B. de Freitas 64
Ana Rita Tabosa 61
Ana Soraya Vilasboas Bomfim 30
Anamaria Morales 24
Anderson Esllie Leite de Oliveira 31
Anderson Fontes Passos Guimarães 56
André Jacobina 20
André Luís Mota Itaparica 33
Andre Luiz Souza Aguiar 26
André Nascimento 65
André Pedreira 33
André Santana de Mattos 47
Andréa da Rocha Rodrigues 23
Andréa Jesus Santos Vieira 70
Andrea Oliveira D'Almeida 38
Andressa de Freitas Ribeiro 52
Anete B. L. Ivo 36
Anete Ivo 18, 70
Ângela Borges 36
Angela Santana do Amaral 54
Ângelo Gonçalves 43
Antonia da Silva Santos 22

Antônio da Silva Câmara 31
Antônio Eduardo Alves de Oliveira 67
Antonio Luigi Negro 24
Argentina Castro Sales 66
Arina Vital 45
Aruana Fontes 60
Augusto Cesar Costa Cardoso 51

B

Barbara Freitag 16
Breno Carvalho 66
Bruna Frascolla Bloise 63
Bruno Andrade de Sampaio Neto 31
Bruno Araujo Oliveira 65
Bruno Da Mata 49
Bruno Evangelista da Silva 31
Bruno Vilas Boas Bispo 67

C

Cainan Freitas 63
Caio Felipe Campos Cerqueira 52
Caio Fernandes Barbosa 20
Camila de Souza Marques Silva 38
Carine Rodrigues Correia Silva 33
Carla Galvão Pereira 67
Carla Gisele Batista 46
Carla Liane Nascimento dos Santos 26
Carlos Caroso 55
Carlos Inácio Coelho Neto 63
Carlos Lima 63
Carlos Rafael da Silva 21
Carlos Zacarias F. de Sena Júnior 40
Carlota Ibertis 41
Carolina Mendonça 20
Carolina Santana 22
Catarina Cerqueira de Freitas Santos 32
Catia Braga Moreira de Pinho 62
Cecília Anne Mc Callum 22, 41
Cecília Sardenberg 46
Cecília Velasco 68
Celso Antonio Favero 29
Cezar Miranda 66
Charbel El Hani 58

Christine Nicole Zonzon 52
Cícero Muniz 55
Cintia Beatriz Muller 27
Cintia Müller 55
Cintia Sobral Coelho 63
Clara Lourido 51
Clara Prada 26
Cláudia Bacelar Batista 65
Claudia de Faria Barbosa 56
Cláudia Isabelle Silva 50
Claudia Mazzei Nogueira 54
Cláudia Santana dos Santos Moura 22
Claudio Furtado 17
Claudio Pereira 67
Claudio Roberto dos Santos de Almeida 40
Cleiton Melo Jones 59
Clímaco Dias 36
Cremilde Alves 70
Cristian Barreto de Miranda 23
Cristiana de Almeida Bastos 36
Cristiane Gottschalk 37
Cristiane Reis Lobo 30

D

Dalila Carla dos Santos 46
Daniel Cerqueira Baiardi 64
Daniel Rebouças 23
Daniela Maria Amoroso 52
Danielle Pereira 50
Danilo Hoth Cerqueira 49
Danilo Uzêda 26
Dário R. Sales Jr 21
David Barbuda Guimarães de M. Ferreira 30
Delma Barros Filho 29
Denise Coutinho 47
Denise Lemos 56
Denise Magalhães 43
Denise Pereira Silva 31
Denise Vitale 36
Denize de Almeida Ribeiro 70
Diego Moraes Guimarães 49
Diego Palmeira da Silva 44
Dilton Oliveira de Araújo 59
Diogo Carvalho 50
Diogo Silva 57

E

Edenice Leal Ornellas Andrade 62
Edilece Souza Couto 28
Edinaldo Antonio Oliveira Souza 24
Edineide de Jesus Santos 33
Edjane Cristina Rodrigues da Silva 62
Edmundo Fonseca Machado Junior 66
Eduardo Novaes 63
Edwin Reesink 54
Elainne Cristina Mesquita 20
Elane Correia 39
Elba Veiga 66
Elciene Azevedo 68
Eliane Pinheiro 28
Eliane Santana de Mendonça 59
Elisa de Moura Ribeiro 59
Elisa Rodrigues Silva 42
Elisabete Aparecida Pinto 50
Elisabete Santos 66
Elisia Santos 25
Eloísa Solange Magalhães Bastos 70
Elsa S. Kraychete 36
Elvira Santos Pereira 69
Erica Vieira de Almeida 34
Érico Mineiro 40
Evandro Rabello 24

F

Fabiana Paixão Viana 66
Fabiano Brito dos Santos 27
Fabiano Cunha dos Santos 25
Fabio Macêdo Velame 41
Fábio Nieto Lopez 47
Fábio Pedro Bandeira 55
Fabrício Pires Fortes 64
Fátima Pires 51
Fátima Tavares 55
Felipe Rocha Lima Santos 64
Ferdinando Santos de Melo 34
Fernanda David Vieira 58
Fernando de M. Lima 21
Fernando Medeiros 24
Flávio de Oliveira Silva 59
Flávio Santos do Nascimento 39
Francesca Maria Nicoletta Bassi Arcand 21
Francineide Palmeira 42
Francisco Brito 39
Francisco Carlos Baqueiro Vidal 67

Francisco de Assis Silva 61
Francisco de Oliveira 71
Francisco José Araujo 42
Francisco Santana 70
Francismeire Santos Ferreira 57
Franklin Plessmann de Carvalho 30
Frederico Lisboa Romão 27
Frederik Moreira dos Santos 38
Fredson Oliveira Carneiro 48

G

Gedeão Mendonça de Moura 61
Genildo Ferreira da Silva 19
George Antonio Vilas Boas Santiago 69
Geovana Monteiro 48
Gilberta Santos Soares 46
Gisele Oliveira de Lima 62
Giselle Cristina dos Anjos Santos 46
Gislane Garcia 50
Glauber Barreto Luna 31
Graziella Menezes 26
Greciane Neres do Nascimento 24
Guilherme Fernandes Ramos da Silva 42
Gustavo Melo 63

H

Helen Catalina Ubinger 41
Helois Helena Costa 37
Henrique Campos de Oliveira 26
Hildon Carade 67
Hilton Leal da Cruz 57
Hugo Prudente da Silva Pedreira 28

I

Iane Dias Cunha 28
Iara Souza 58
Ilca Santos de Menezes 42
Ilison Dias dos Santos 60
Inaiá Maria Moreira Carvalho 18
Inaiá Maria Moreira de Carvalho 70
Iracema Brandão Guimarães 44
Iracema Souza de Jesus 25
Iraneidson Santos Costa 62
Irene Soares Santino 62
Isabela Fadul 70
Israel Alexandria Costa 19
István Mészáros 15
Ítalo Mazoni dos Santos Gonçalves 60
Ivan Domingues 53

J

Jacira da Silva Barbosa 29
Jackson André da Silva Ferreira 23
Jair Batista da Silva 44
Janaina de Oliveira Menezes 46
Jarbas de Almeida Barbosa 38
Jean Marcel Oliveira Araujo 56
Jessé Santana de Menezes 48
Jéssica Torres Costa e Silva 21
Joaci de Souza Cunha 40
João Gabriel Nunes Modesto 60
João Reis 51
Jocélio Teles dos Santos 18
John Gledhill 18
Jomar Lima 69
Jorge Almeida 67
Jorge Augusto de Jesus Silva 42
Jorge Nóvoa 50
José Agnaldo Barreto de Almeida 69
José Antonio Saja 43
José Clerison Santos Alves 33
José Crisóstomo de Souza 17
José João Neves Barbosa Vicente 45
José Pereira de Santana Neto 39
José Portugal dos Santos Ramos 33
José Rubens Monteiro Teixeira 27
Joseania Miranda Freitas 37
Juan Erle Cunha de Oliveira 38
Jucilane Santos 50
Juliana Campos Maltez 56

K

Karin Alejandra Roseblatt 17
Karine Limeira 25
Kelly Carneiro de Oliveira Fontoura 58
Kelly Silva Prado Andrade 21
Kleyson Assis 61

L

Lais de Jesus 50
Lais Garcia 62
Laiz Fraga Dantas 42
Lana Bleicher 26
Laura Gomes Nascimento 27
Laurênio Leite Sombra 43
Leandro Passos 30
Leila Lima Mello 70
Leila Maria Prates Teixeira 20

Leny Alves Bonfim Trad 51
Leonardo Bernardes 65
Leonardo Coutinho de Carvalho Rangel 28
Leonardo Rangel dos Reis 61
Leticia Chaves Monteiro 65
Lia da Rocha Lordelo 47
Liana Neves Salles Nascimento 55
Lídia Cardel 29
Lília de Souza 32
Lilian Reichert Coelho 23
Liliane de Jesus Bittencourt 70
Lina Maria Brandão de Aras 56
Lineker Oliveira Noberto da Silva 20
Lisa E. Castillo 68
Livio Sansone 17
Lorena Volpini 66
Lourenço Leite 48
Lucas Carwile 32
Lucas de Faria Junqueira 59
Lucas Silva Moreira 52
Lucia Alvares Pedreira 57
Lucia Fernandes Lobato 43
Luciana de Castro Nunes Novaes 21
Luciane Silva de Almeida 62
Luciano Alvim Fiscina 58
Luciene Assunção 46
Luciene Lages Silva 45
Luis Augusto Lopes 38
Luis Marcelo Rusmando 33
Luísa Gonçalves Saad 25
Luiz Antonio Mattos Filgueiras 35
Luiz Chateaubriand C. dos Santos 18
Luiz Paulo Jesus de Oliveira 26

M

Maíra Cerqueira de Oliveira 60
Manoel Pereira Júnior 63
Manoel Santos Mota 50
Marcelo da Silva Alves Pires 64
Marcelo de Sant'Anna Alves Primo 19
Marcelo Nascimento Cunha 37
Marcelo Pereira Lima 20
Márcia Santana Tavares 34
Márcio Cataia 36
Márcio José Silveira Lima 33
Marco Aurélio Nogueira 16
Marco Aurélio Oliveira da Silva 57
Marcos Rodrigues 21
Marcos Vinícius Paim da Silva 49

Maria Alice Rezende de Carvalho 16
Maria Auxiliadora Alencar 36
Maria Auxiliadora Silva 36
Maria Carolina Santana 20
Maria da Graça Druck de Faria 35
Maria das Graças Fernandes Dias 65
Maria de Fátima A. Di Gregorio 20
Maria Elizabeth Borges 50
Maria Ivanilde Ferreira Nobre 27
Maria Rosário Gonçalves de Carvalho 54
Maria Roseniura de Oliveira Santos 28
Mariana Almeida Assunção 39
Mariana Ellen Santos Seixas 28
Mariana Lins 45
Mariana Puridade Marques da Silva 34
Mariangela Moreira Nascimento 38
Marietta Bárbara Barreto Bomfim 70
Marieze Torres 52
Marília Dantas Costa Carneiro 60
Marina Regis Cavicchioli 37
Marina Rute Pacheco 36
Marisa Muguruza 64
Marlene dos Santos Santos 59
Mateus de Mattos Souza 64
Maurício Cavalcante Rios 38
Mauro Castelo Branco de Moura 35
Milla Bagano 50
Milton Júlio de Carvalho Filho 65
Misael Sousa 48
Moiseis de Oliveira Sampaio 23
Mônica Cordeiro Ximenes de Oliveira 51
Mônica Lima 60
Mônica Maria C. L. Cravo 42
Moniele Nunes 34
Muniz Gonçalves Ferreira 35
Murilo Garcia de Matos Amaral 63
Murilo Souza Arruda 52

N

Nairis Lima 19
Nancy Mangabeira Unger 45
Nancy Rita Sento Sé de Assis 59
Naomar de Almeida Filho 47
Napoliana Pereira Santana 39
Narla Denise Rodrigues Fernandes 60
Natã Silva Vieira 32
Natália Lima Figueiroa 52
Natalia Silveira de Carvalho 56
Natália Soares de Oliveira 31
Natasha Maria Wangen Krahn 65

Nayara Borges Reis 48
Nei Freitas Nunes-Neto 58
Neide Maria dos Santos 70
Núbia Bento Rodrigues 22

O

Ordep Serra 55
Oswaldo Giacoia Júnior 16, 17, 18,
19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28,
29, 30, 31, 32, 33, 34

P

Patrícia Lemos Mota 28
Paula Barreto 18
Paula da Luz Galvão 22
Paulo Fábio Dantas Neto 35
Paulo Giovani Lins da Silva 44
Paulo Henrique Carvalho e Silva 27
Paulo Margutti 49
Paulo Roberto Alves Teles 68
Pedro Alexander Cubas Hernández 22
Pedro Andrade das Virgens 47
Pedro de Oliveira Júnior 48
Pedro de Souza Rodrigues Neto 19
Pedro Miguel Sousa Santos 19
Pérola Mathias 31
Philipe Murillo Santana de Carvalho 24
Priscila Rosa Bomfim Guimarães 48
Priscilla de Cássia Souza Caires da
Silva 67

R

Rafael Caldas Barros Peixoto 39
Rafael de Aguiar Arantes 44
Raquel Oliveira Silva 40
Rebeca Sobral Freire 56
Rebeca Vivas 28
Renata Cardoso 62
Renata da Silva Moreira 32
Renata Ferreira de Oliveira 30
Renata Freitas Machado 69
Renato da Silveira 51
Rheven Silva 50
Ricardo Almeida Mota Ribeiro 57
Ricardo Antunes 35, 36, 37, 38,
39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48,
49, 50, 51, 52
Ricardo Calheiros Pereira 49
Ricardo Pereira Aragão 21

Ricardo Santos do Carmo 58
Roberto Rivelino Evangelista da Silva 33
Rodrigo Ornelas França 57
Ronaldo Crispim Sena Barros 61
Rosa Amelia Fortes Garcia Lorenzo 39
Rosana dos Santos Silva 32
Rosângela Fonseca do Nascimento 42
Rosângela Marques dos Santos 34
Rosanita Baptista 40
Rosely Afonso 66
Rubenilda Sodré dos Santos 40

S

Sabrina Gledhill 22
Samara Floquet 50
Samuel Lira Gordenstein 24
Sandra de Cassia Meneses Silva 29
Sara Fadigas 26
Sara Raquel Nacif Baiao 30
Saulo Daniel Campos 63
Saulo Henrique 19
Saulo Matias Dourado 61
Selma Andrade 70
Selma Cristina Silva 38
Selma Reis Magalhães 52
Serafim da Silva Nossa Junior 44
Sérgio Elísio Araújo Alves Peixoto 29
Sergio Fernandes 41
Sérgio Paulo Rouanet 16
Sidarta Rodrigues 64
Sidney Chalhoub 53, 54, 55, 56,
57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66,
67, 68, 69, 70
Sílvia Faustino de Assis Saes 45
Sílvia Sales Medeiros 29
Sílvia Santos Augusto 70
Simone Requião 65
Soila Ribeiro 50
Soleni Biscouto Fressato 32
Solon Natalicio Araujo dos Santos 23
Sonia Bahia 60
Stella Senes 36
Suely Aires 41
Suely Moraes Cerávolo 37
Suely Ribeiro 66

T

Taiane Mara De Filippo 47
Tânia Maria de Almeida Franco 55
Tatiana Sena dos Santos 23
Tatiane Pereira Muniz 51
Thiago Andrade Ferreira Dória 63
Thiago Chagas Silva Santos 67
Thiago Magalhães da Silva 44
Thiara Cerqueira Matos 69
Tiago Alfredo da Silva Ferreira 64
Tiago Medeiros 64
Tiago Rodrigues Santos 30

U

Umeru Bahia de Azevedo 31
Urpi Montoya Uriarte 69

V

Valério Cássio Silva de Oliveira Junior 57
Valerio Hillesheim 49
Valfrido Moraes Neto 31
Valnêda Cássia 66
Vania Bustamante 22
Vera Nathália Silva de Tarso 22
Virgilio Sena Nery 69
Viviane Bonfim Fernandes 61

W

Wagner Teles 49
Wagner Vinhas Batista 23
Waldomiro José da Silva Filho 17
Wanderley Vitorino da Silva Filho 38
Waneska Cunha dos Anjos 42
Wilson Correia 43
Wilson Maranhão Sampaio 47
Wlamyra Albuquerque 68

Y

Yang Borges Chung 44

Z

Zaylin Leydi Powell Castro 21
Zilmar Alverita da Silva 26
Zita Nunes 17